

Daniel Flávio da Rocha e Sousa

**A CONSTRUÇÃO IDEOGRÁFICA NAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PORTUGUESAS 1945-1960**

Universidade Fernando Pessoa
Porto 2015

Daniel Flávio da Rocha e Sousa

**A CONSTRUÇÃO IDEOGRÁFICA NAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PORTUGUESAS 1945-1960**

Universidade Fernando Pessoa
Porto 2015

Daniel Flávio da Rocha e Sousa

A construção ideográfica nas relações internacionais portuguesas 1945-1960

Tese apresentada à Universidade Fernando Pessoa
como parte dos requisitos na obtenção do grau de
Doutor em Ciências Sociais, especialidade em
Relações Internacionais, sob orientação de
Professora Doutora Cláudia Maria Novais Toriz da
Silva Ramos.

Resumo

DANIEL FLÁVIO DA ROCHA E SOUSA: A construção ideográfica nas relações internacionais portuguesas 1945-1960
(Sob orientação da Prof. Doutora Cláudia Toriz Ramos)

Esta tese propõe um enquadramento teórico inovador do Estado Novo, tendo por objeto as relações internacionais de Portugal entre 1945 e 1960 e por objetivo o estudo da ideografia e a análise do seu papel no desenvolvimento das relações internacionais de Portugal para o dito período.

A tese tem por base teórica a corrente construtivista, e a investigação é desenvolvida num estudo qualitativo duplo. O estudo principal executa uma análise qualitativa decorrente da aplicação do método “grounded theory” aos documentos produzidos por António de Oliveira Salazar entre 1945 e 1960, e editados na obra “Discursos”. O enquadramento teórico adotado toma o ideado como elemento central nas relações internacionais portuguesas. O ideado é investigado e enquadrado sob o conceito de ideografia. O conceito de ideografia desenvolvido propõe que a perceção da realidade corresponde à forma como elementos ideados são partilhados pelos constituintes de uma dada comunidade. O estudo secundário desenvolve uma análise histórica que aborda a permanência de cidadãos alemães em Portugal no pós II Guerra Mundial e o modo como estes cidadãos foram alvo de defesa pelo Estado português. O estudo principal investiga a formação, amplitude e desenvolvimento de elementos ideados que formam a ideografia, enquanto o estudo secundário considera a prática da ação institucional do Estado na cena nacional e internacional. O estudo secundário visa examinar a validade da construção teórica do estudo

principal, integrando um procedimento de triangulação metodológica, assente na aproximação a uma questão com abordagens distintas.

Os resultados obtidos sugerem que os elementos ideados, agregados na ideografia, são relevantes no desenvolvimento das relações internacionais portuguesas, no período 1945-1960. Os resultados obtidos sugerem, também, que as relações internacionais de Portugal, do período mencionado, são constituídas por um agrupado de políticas pragmáticas e reativas, sem enquadramento de um plano alargado e gizado no sentido de implementar uma linha ampla de relações internacionais para Portugal.

Abstract

DANIEL FLÁVIO DA ROCHA E SOUSA: A construção ideográfica nas relações internacionais portuguesas 1945-1960
(Under the orientation of Prof. Dr. Cláudia Toriz Ramos)

The present thesis proposes an innovative framework to investigate the “Estado Novo”. The thesis focuses on the international relations of Portugal between 1945 and 1960, and the goal is to examine the role of ideography in the development of portuguese international relations during this time period.

The theoretical framework of constructivism is adopted, and a twofold qualitative study is implemented. In the main study, a qualitative analysis guided by the principles of grounded theory is performed on the documents created by António Oliveira Salazar between 1945 and 1960, which were edited in the book “Discursos”. The theoretical framework views ideas as structuring elements of international relations. Ideas are framed by the concept of ideography. The concept of ideography that is developed here proposes that reality is perceived according to ideas that are shared within a given community. In the secondary study, a methodology of historical analysis is implemented to investigate the action of the portuguese state when dealing with the case of german citizens who remained in Portugal after the end of World War II. The main study targets the development and range of ideas substantiating the portuguese ideography, while the second study approaches the action of the portuguese state within and across borders. The role of the second study is to examine the validity of conclusions arising from the main one, thus entering a triangulation process wherein the research question is approached from multiple perspectives.

The results suggest that the ideas substantiated in the ideography significantly impact the development of portuguese international relations between 1945 and 1960. Moreover, the portuguese international relations during this period resemble a cluster of pragmatic and reactive political measures, lacking an integrative plan that would afford the active building of a wide scope of international relations.

Résumé

DANIEL FLÁVIO DA ROCHA E SOUSA: A construção ideográfica nas relações internacionais portuguesas 1945-1960
(Sous la supervision du Prof. Dr. Cláudia Toriz Ramos)

La présente thèse propose un cadre novateur pour enquêter sur la "Estado Novo". La thèse porte sur les relations internationales du Portugal entre 1945 et 1960, l'objectif est d'examiner le rôle de l'idéographie dans le développement des relations internationales portugaises au cours de cette période de temps.

Le cadre théorique du constructivisme est adopté, et une étude qualitative double est mis en œuvre. Dans l'étude principale, une analyse qualitative guidée par les principes de la théorie "grounded theory" est effectuée sur les documents créés par António Oliveira Salazar entre 1945 et 1960, qui ont été édités dans le livre "Discursos". Le cadre théorique considère les idées comme des éléments structurants des relations internationales. Les idées sont encadrées par le concept de l'idéographie. Le concept de l'idéographie qui est développée ici propose que la réalité est perçue selon les idées qui sont partagées dans une communauté donnée. Dans l'étude secondaire, une méthodologie d'analyse historique est mis en place pour enquêter sur l'action de l'État portugais lorsqu'ils traitent avec le cas de citoyens allemands qui sont restés au Portugal après la fin de la Seconde Guerre mondiale. La principale étude vise le développement et la gamme des idées justifiant l'idéographie portugais, tandis que la seconde étude aborde l'action de l'Etat portugais à l'intérieur et à travers les frontières. Le rôle de la seconde étude est d'examiner la validité des conclusions

découlant de la principale, entrant ainsi dans un processus de triangulation, dans lequel la question de recherche est abordée sous de multiples perspectives.

Les résultats suggèrent que les idées justifiées dans l'idéographie ont un impact significatif sur le développement des relations internationales portugais entre 1945 et 1960. En outre, les relations internationales portugaises au cours de cette période ressemblent à un ensemble de mesures de politiques pragmatiques et réactives, il manque un plan intégratif qui donnerait la construction active d'un large éventail de relations internationales.

Dedicatória

A todos os que me permitem sonhar.

Agradecimentos

Quero agradecer à Universidade Fernando Pessoa, pela oportunidade de desenvolver uma investigação independente. Ao Excelentíssimo Reitor, Senhor Professor Doutor Salvato Trigo, cuja ação permitiu desenvolver a bom termo esta tese devo um agradecimento especial.

À orientadora, Professora Doutora Cláudia Ramos, quero agradecer a generosidade e capacidade de trabalho. A existência da presente tese em muito se deve à liberdade de investigação permitida pela Orientadora, que ousou realizar esta aventura comigo.

À Biblioteca da Universidade Fernando Pessoa, pelo empenho e apoio.

Ao Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, cujo apoio foi crucial no desenvolvimento deste trabalho.

Ao Arquivo Torre do Tombo, na pessoa de Paulo Tremoceiro, pelo generoso apoio na pesquisa realizada nesse arquivo.

Esta tese existe graças ao apoio da minha família. Agradeço a minha mãe pelo amor e apoio ao longo da minha vida, por ser um exemplo de elevação e de dignidade, por ser a minha mãe. Ao meu padasto, agradeço o apoio, o incentivo, o carinho, sem os quais não teria conseguido atingir os objetivos dos últimos anos. À minha irmã, agradeço todos o apoio e carinho, por ser uma mulher de quem tenho orgulho de ser irmão. À minha namorada, agradeço o apoio, a paciência em me aturar, e a capacidade de me deslumbrar todos os dias.

Aos meus amigos Norberto, Tiago, Ângelo, Rui, Paulo, Marco, Bruno e José, agradeço que tenham entendido ausências, e ignorado as falhas.

Aos companheiros de curso, Elisabete, Alice, Carlos, Hélia, Henrique, Luísa, Manuela, Paula e Susana, os meus agradecimentos pelas conversas e apoio.

Agradeço a Abílio e Ana, Fátima, Júnior e Ana o carinho de todos estes longos dos anos, e que me entenece profundamente. Ao Marcelo, meu primo, um agradecimento especial pela amizade e companheirismo que marcaram toda uma fase da minha vida.

Ao Professor Doutor Manuel Loff, que esteve na origem do longo processo que levou a esta tese, quero agradecer o desafio colocado para desenvolver uma investigação.

Àqueles que estando fisicamente ausentes não deixam de estar presente, meus avós, primo Avelino e amigo José Filipe Martins (Zef). Em especial a meu pai, que o tempo não permitiu conhecer, e a meu avô António, cuja inteligência sempre admirei.

Aos demais, que ao longo da minha vida, trazendo coisas boas ou más, potenciaram o meu crescimento e desenvolvimento.

A todos, o meu muito obrigado.

ÍNDICE

ÍNDICE.....	XV
ÍNDICE DE FIGURAS	XVIII
ÍNDICE DE QUADROS	XIX
LISTA DE ABREVIATURAS.....	XX
CAPÍTULO I – Introdução	1
1.1 Objeto e objetivo.....	1
1.1.1 O conceito de ideografia	2
1.2 Problemática, justificação e teoria	7
1.2.1 O quadro teórico do construtivismo.....	11
1.3 Metodologia e fontes	12
1.4 Estrutura da tese.....	17
CAPÍTULO II – Construção ideográfica nas relações internacionais: enquadramento teórico	20
2.1 Introdução	20
2.2 O paradigma realista	21
2.2.1 Algumas críticas ao realismo.....	27
2.3 Construtivismo: a “realidade” como construção	31
2.3.1 A construção do Estado e da nação.....	36
2.3.2 A construção da identidade.....	39
2.3.3 A construção do conceito de soberania.....	41
2.3.4 A construção do poder	42
2.3.5 A construção da segurança.....	44
2.4 Conclusão	47
CAPÍTULO III - Portugal no pós II Guerra: enquadramento histórico	50
3.1 Portugal: a construção da esfera interna	50
3.1.1 A construção identitária	50
3.1.2 A construção do conceito de nação.....	55
3.1.3 A construção do conceito de poder	63

3.1.4 A construção do poder e da ideologia.....	64
3.1.5A construção do poder e a economia.....	67
3.2 Portugal: a construção da esfera externa	70
3.2.1 Posicionamento das relações internacionais de Portugal.....	71
3.2.1.i O papel da força na construção das relações internacionais portuguesas.....	72
3.2.1.ii Opções estratégicas externas portuguesas	74
3.2.2 Estratégia multilateral de Portugal	79
3.3 Conclusão	85
CAPÍTULO IV - Metodologia do estudo.....	87
4.1 Introdução.....	87
4.2 Enquadramento da análise	88
4.3 Análise qualitativa	90
4.4 Desenho de pesquisa.....	91
4.5 Estudo de Caso	94
4.5.1 Representatividade do estudo de caso	96
4.5.2 Fontes.....	97
4.6 Estudo Principal (análise de conteúdo).....	102
4.6.1 Codificação do estudo principal (“codebook”).....	104
4.6.1.i Fases de codificação	108
4.7 Estudo Secundário (investigação histórica).....	116
4.8 Conclusão	118
CAPÍTULO V - A construção ideográfica nas relações internacionais de Portugal	120
5.1 Introdução.....	120
5.2 Construção da identidade portuguesa	128
5.3 Construção do poder em Portugal	133
5.3.1 O contrapoder em Portugal: oposição e eleições.....	136
5.3.2 Construção do Estado como elemento diferenciador na realidade portuguesa .	138
5.4 As ideias sobre a ordem internacional	140
5.4.1 Relações externas preferenciais e estratégicas	145
5.4.2 A economia.....	155
5.5 A projeção de Portugal no exterior	159
5.5.1 Estratégia internacional portuguesa.....	161
5.6 A sociedade internacional e o pragmatismo português	165
5.6.1 Organizações internacionais	169
5.7 As relações de construção da realidade	177
5.7.1 Interação entre o “interno” e o “externo”	177

5.7.2 A construção internacional na perspectiva portuguesa	179
5.7.3 A construção estratégica balizada pela construção ideológica	182
5.7.4 Tipologias de relacionamento internacional	183
5.7.5 Construção internacional no âmbito de organizações internacionais	186
5.7.6 Relações privilegiadas e integração cultural	189
5.8 Conclusão	193
CAPÍTULO VI - Os refugiados alemães e o Estado português	195
6.1 Introdução	195
6.2 O conceito de refugiado	196
6.3 Contexto histórico da questão dos refugiados alemães	198
6.4 Ação político-diplomática de Portugal relativa aos refugiados alemães	203
6.5 O processo de repatriamento alemão, na perspectiva dos indivíduos interessados	219
6.6 A questão alemã para além dos anos 1945/1946	230
6.7 Conclusão	232
CAPÍTULO VII – Conclusão	235
7.1 O percurso	235
7.2 Principais conclusões	237
7.2.1 Portugal: comparação entre a esfera interna e esfera externa	238
7.2.2 O caso da permanência dos cidadãos alemães em Portugal	244
7.2.3 A ideografia e a ação estatal	245
7.3 Balanço e investigação futura	246
BIBLIOGRAFIA	248
FONTES	277

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Modelo de análise aplicado (Saldaña 2009, 12)	107
Figura 2 - Ocorrências das esferas “interna” – “externa”; temas e categorias por documento.	126
Figura 3 - Unidades de tempo.....	127
Figura 4 - Coocorrência das esferas interna e externa.....	178
Figura 5 - Coocorrências da categoria Estado Novo (ideologia) e do tema Construção Internacional	180
Figura 6 - Coocorrência de categorias do tema Ideologia (exceto Estado Novo).....	181
Figura 7- Coocorrências das subcategorias da categoria Relação entre Estados.....	184
Figura 8- Coocorrência das subcategorias ONU, NATO e Instituições e Organizações Europeias	188
Figura 9- Coocorrência de subcategorias da categoria Estados.....	190
Figura 10- Coocorrência de subcategorias da categoria Cultura e subcategoria Etnia (esfera interna).....	191
Figura 11- Coocorrência de subcategorias da categoria Cultura e subcategoria Etnia (esfera externa)	192

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1- Documentos analisados no estudo principal	97
Quadro 2 - Documentos analisados no estudo secundário	99
Quadro 3 - Esfera interna.....	113
Quadro 4 – Esfera externa	114
Quadro 5 - Temas incluídos no livro de códigos.....	121
Quadro 6 - Categorias do tema Localização geográfica.....	121
Quadro 7 - Categorias e subcategorias do tema Identidade.....	122
Quadro 8 - Categorias e subcategorias do tema Construção de Poder	123
Quadro 9 - Categorias e subcategorias do tema Ideologia	124
Quadro 10 - Categorias e subcategorias do tema Construção do Mundo.....	124

LISTA DE ABREVIATURAS

ACC – Allied Control Council
AHD – Arquivo Histórico – Diplomático
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
ANZUS – (tratado entre) Australia, New Zealand, United States
BBC – British Broadcasting Corporation
BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
CAQDAS - Computer-Assisted Qualitative Data Analysis
CAS - Centre Américain de Secours
CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
CED – Comunidade Europeia da Defesa
CEE – Comunidade Económica Europeia
CENTO – Central Treaty Organization
CINCHAN – Allied Commander in Chief, Channel
EAC - European Advisory Commission
EFTA – European Free Trade Association
ERC – Emergency Rescue Committee
EUA – Estados Unidos da América
FMI – Fundo Monetário Internacional
GATT - General Agreement on Tariffs and Trade
ICNAF - International Commission for the Northwest Atlantic Fisheries
MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros
NATO – North Atlantic Treaty Organization
NSDAP – Nationalsozialistische Deutsche Arbeitspartei (Partido Nacional Socialista Alemão)
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODESSA – Organização de antigos membros da SS (Organization der ehemaligen SS-Angehörigen)

OECE – Organização Europeia de Cooperação Económica
OIC – Organização Internacional para o Comércio
ONU – Organização das Nações Unidas
OSCE – Organization for Security and Cooperation in Europe
PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado
SACLANT – Supremo Comando Aliado do Atlântico
SEATO – South East Asia Treaty Organization
UEO- União da Europa Ocidental
URSS – União das Repúblicas Sociais Soviéticas
ZCL – Zona de Comércio Livre

CAPÍTULO I – Introdução

1.1 Objeto e objetivo

Esta tese tem por objeto as relações internacionais de Portugal entre 1945 e 1960 e visa examinar o papel da ideografia no desenho das mesmas. O conceito de ideografia é proposto nesta tese para designar a visão do mundo partilhada por uma dada comunidade, sendo esta visão codificada em conceitos. A ideografia é uma construção dinâmica decorrente da transformação da comunidade, sendo que a transformação é o resultado natural da ação e reação perante condicionantes materiais e não materiais. Por esta razão, as designações “ideografia” e “construção ideográfica” são tidas como sinónimas ao longo desta tese. Na secção final deste ponto, examinar-se-á com mais detalhe a génese e componentes do conceito.

A razão pela qual o objeto desta tese integra uma delimitação temporal correspondente ao período de 1945-1960 está ligada à presença de elementos diferenciados, relativamente a outros períodos do regime do Estado Novo. O foco da investigação realizada pelos investigadores do Estado Novo tende a concentrar-se em períodos ditos fulcrais (cf. Teixeira 1987, Lains 1998, Marcos 2007, Power 2001, Pinto 1992b, 2010). Desde a criação e implementação do regime, passando pelo período da Guerra Mundial ou pela Guerra Colonial, os estudos multiplicam-se. Nessa perspetiva, o período que baliza esta tese é um “não período”. Ou seja, regra geral, existe, na bibliografia, mas existe apenas como suporte para a defesa do que vai acontecer, ou como evolução do que aconteceu em outros períodos. Não existe de “per se”, pelas suas características próprias.

Uma breve incursão nos períodos em que o Estado Novo é mais frequentemente analisado aponta para três momentos. O primeiro momento foca a instauração do regime do Estado Novo na fórmula constitucional de 1933 e representa o momento basilar que assegura a essência do regime (Piedade 2012, Pinto 1982, Pinto 1992a, Pinto 1994, 2006, Rosas 2001). O segundo momento coloca a guerra civil espanhola (1936-1939) e a II Guerra Mundial na Europa (1939-1945) no centro da análise. A atenção a este período está delimitada pela tensão e perigo iminentes para Portugal e, por arrasto, pela incapacidade de Portugal estabelecer o desenho de relações internacionais plenas, livres de graves condicionalismos (Pinto 2000, Loff 2008, Rosas 1994, Pinto e Rezola 2007). O terceiro momento “clássico” da investigação do regime do Estado Novo inicia-se no ano de 1961, com o início da Guerra Colonial portuguesa em África. A Guerra Colonial representa um momento especial, pela alteração de necessidades estratégicas e pelo condicionamento de escolhas perante um cenário de guerra (cf. Teixeira 1987, Lains 1998, Marcos 2007, Power 2001, Pinto e Rezola 2007, Pinto e Teixeira 2005).

Os quinze anos que vão entre 1945 e 1960 constituem um período em que se verifica a superação da II Guerra Mundial em Portugal. É iniciado o processo de alinhamento com as potências ocidentais numa comunidade securitária (NATO), assim como se dá a aproximação económica de Portugal à Europa. No entanto, o elemento central no período 1945-1960 é, dir-se-ia, a ausência de guerra ou a ameaça imediata à sobrevivência e existência de Portugal no continente europeu.

1.1.1 O conceito de ideografia

Mas o que é a ideografia? O conceito de ideografia proposto nesta tese é um conceito não de todo comum, que é recetor de influências distintas, mas relevantes. A definição e operacionalização desta proposta concetual assenta num conjunto de vetores que se explicitam a seguir.

Um primeiro vetor de definição de ideografia é a presença de um pensamento sobre a totalidade do real, ou seja, um pensamento que ultrapassa a organização material ou produtiva da vida social e, portanto, ultrapassa a esfera da ideologia. O texto seminal de Michael McGee (1980), “The “ideograph”: A link between rhetoric and ideology”

identifica o processo pelo qual uma dada coletividade é detentora de uma “consciência política”. O texto estabelece uma dinâmica entre o pensamento simbólico, que o autor denomina de “mito”, e o pensamento material, que o autor define como “ideologia”, possibilitando a formação do “ideograma” como elemento construído e superador dessa dicotomia (McGee 1980). McGee define o conceito de “ideograma” como

“(...) a high-order abstraction representing collective commitment to a particular but equivocal and ill-defined normative goal. It warrants the use of power, excuses behavior and belief which might otherwise be perceived as eccentric or antisocial, and guides behavior and belief into channels easily recognized by community as acceptable and laudable” (McGee 1980, 15).

Um segundo vetor de definição de ideografia está também presente no texto de McGee, e diz respeito à partilha de um dado pensamento pela comunidade. Para McGee, os “ideogramas” traduzem um “empenho ideológico” inerente dos seus construtores (McGee 1980, 7). O autor assume como implícito que a partilha de ideias por todos os elementos de uma dada comunidade é operada na partilha cultural e referencial da mesma (McGee 1980, 7, 9).

No âmbito do vetor da partilha, a definição ideográfica é também uma definição normativa. Uma comunidade cria e implementa a ideografia como fórmula de autorreconhecimento e fortalecimento interno perante demais comunidades, o que estabelece a ideografia como estratégia/construção normativa nessa comunidade.

A partilha de ideias com função normativa é parte de um processo dinâmico. O ajuste da ação prática da política revela a capacidade de enquadramento das circunstâncias, mas mantendo e até mesmo reforçando as ideias centrais defendidas (Béland e Cox 2011a, 5). Isto significa que a “agência”, isto é, a capacidade de escolha, está no centro da ação, que se ajusta, mas que mantém um fito final.

A ideia, como “crença causal”, permite estabelecer um “enquadramento interpretativo”. Ela incorpora em si o elemento normativo existente, pela ligação que cada indivíduo retém na interpretação do mundo que o rodeia e que norteia a ação possível desse indivíduo (Béland e Cox 2011a, 3, Emmerij, Jolly, e Weiss 2005, 214).

Para Béland e Cox, o conceito de ideografia toma como seguro que as ideias proporcionam “(...) power to actors, and when the ideas are embedded in institutions, they also institutionalize, even legitimize, power differentials” (Béland e Cox 2011a, 9). Isto permite definir e estabelecer interesses como configuração de ideias, nomeadamente os interesses que dado ator persegue para a concretização das ideias. Permite também estabelecer os interesses como um derivativo das ideias e não como elemento existente “per se” (Béland e Cox 2011a, 10).

A proposta das ideias como fonte e reflexo do poder e interesses, feita por Béland e Cox, é contestada por Hay. Hay defende que “interesses” não existem efetivamente:

“Interests do not exist, but constructions of interests do. Such constructions are inherently normative and subjective/intersubjective conceptions of selfgood — of what it would advantage the individual to do or to have done either on his or her behalf or inadvertently by others. They are idealized extrapolations of subjective/intersubjective preferences and, as such, are different from immediate and/or particular desires” (Hay 2011, 79).

Legro aborda a dinâmica da mudança ideacional na comunidade, tendo em conta a circunstância do indivíduo. O autor propõe que o ideado representa, na esfera individual, a concordância entre a estrutura e a coletividade onde o indivíduo se posiciona. Isto implica que a mudança ideacional apenas ocorre em concordância entre a estrutura e o indivíduo, traduzindo-se no colapso ou consolidação da ideia coletiva (Legro 2000, 420).

A ideia pode assim também assumir-se como sendo constituída de traços e elementos identitários mutáveis, podendo esses traços ser aplicados a fenómenos recentes ou mais antigos. Legro defende esta perspetiva quando afirma que “(...) old identity and the tinder of new identity; they are critical in the politics of both change and continuity” (Legro 2009, 47).

Dentro desta perspetiva de partilha sujeita à mudança, a ideografia pode também definir-se na luta com os “geradores de realidade” (Blyth 2011, 89). A permanente dinâmica da realidade, o reconhecimento da multiplicidade de vetores causais, e a mudança gradual da realidade que a mudança não radical da realidade implica, torna possível definir a

realidade como um resultado final que não é distribuído uniformemente (Blyth 2011, 85-89).

Um terceiro vetor de definição de ideografia é o primado (“primacy”) da ideia, no sentido de esta determinar a ação. O papel do pensamento e ideia enquanto elemento central no desenvolvimento da ação é defendido por Habermas quando afirma que “the only knowledge that can truly orient action is knowledge that frees itself from mere human interests and is based on Ideas” (Habermas 1972, 301). Na perspetiva ideográfica que aqui se propõe, a ideia é o elemento central que norteia toda a política. A ideia significa o condicionamento primeiro das possibilidades efetivas de ação, quer de nível político quer social (Béland e Cox 2011b, VI).

Para Jal Mehta, a relevância e importância da ideia consiste na sua capacidade de condicionar uma dada ação, quando não coincidente com outros fatores de pressão para tal ação (Metha 2011, 24). A perspetiva de Metha atribui à ideia o papel de regente da realidade, ultrapassando questões estritamente funcionais de um Estado ou de uma comunidade. O “zeitgeist” (espírito do tempo) dessa comunidade é encarado como o elemento central no desenvolvimento, ou possibilidade de existência, de uma política para essa comunidade (Metha 2011, 27). Esta perspetiva de Metha influencia a análise ideográfica realizada ao longo da tese.

Já a operacionalização do estudo científico da ideografia assenta em dois vetores adicionais. O primeiro refere-se ao facto de as ideias partilhadas pela comunidade se traduzirem em conceitos. A este respeito, o construtivista Waeber sublinha que um determinado “conceito” é definido pela utilidade e uso que lhe é atribuído numa dada comunidade (Waeber 1998, 79). Decorre daqui a impossibilidade de abordar o conceito sem que haja a compreensão do contexto social em que este emerge. É neste sentido que Guzzini defende que o investigador não pode entender o conceito à luz de um mero exercício de “empatia” (Guzzini 2000, 161), sendo necessário afastar a tentação do entendimento intuitivo e, em alternativa, proceder de forma analítica. Um segundo vetor de operacionalização da ideografia associa-se à variabilidade temporal do conceito. A respeito da análise de ideogramas, McGee sugere que esta análise,

“(...) reveals interpenetrating systems or "structures" of public motives. Such structures appear to be "diachronic" and "synchronic" patterns of political consciousness which have the capacity both to control "power" and to influence (if not determine) the shape and texture of each individual's "reality.”” (McGee 1980, 5).

Dentro do quadro proposto por McGee, parece possível pensar a construção ideográfica à luz de uma análise vertical, diacrónica, sensível à evolução de “conceitos” ao longo do quadro temporal selecionado, sendo que não deixa de se ter em atenção a análise ideográfica horizontal, sincrónica, onde os “conceitos” em análise na investigação são naturalmente avaliados, confrontados e relacionados com a definição contemporânea desses mesmos “conceitos” (McGee 1980, 10-13).

Lebow enfatiza a análise diacrónica e propõe uma hermenêutica capaz de traçar a evolução do conceito dentro de dado contexto, sem descurar o registo da evolução desse conceito dentro do contexto, nem anular a utilidade de dado conceito no estabelecimento de pontos de confronto consigo mesmo, em contextos diferentes (Lebow 2008, 40). A conceção e operacionalidade do conceito são, para Lebow, uma construção artificial que representa apenas uma codificação possível para apreender, identificar ou analisar um dado “fenómeno” (Lebow 2008, 112). Constituem, assim, uma codificação “oportunista” da realidade. A perspetiva de Lebow quanto à conceção e operacionalidade do conceito é fundamental no desenvolvimento da presente tese.

Em suma, os cinco vetores apresentados, três vetores principais e dois vetores adicionais, convergem na proposta da “ideografia” enquanto pensamento sobre o material e o não-material, que perpassa e embui os atores de uma dada comunidade, condiciona o reconhecimento da “realidade” de uma dada comunidade e, por arrasto, das suas opções políticas e estratégicas. A ideografia é acedível através da análise de conceitos dominantes num determinado contexto social, conceitos esses cuja semântica flutua temporalmente e que, por tal, exige uma atenção do investigador ao seu enquadramento num dado momento histórico.

Sendo a ideografia um pensamento partilhado, uma questão crucial diz respeito à representatividade das fontes a usar numa análise ideográfica. A análise do papel da ideografia portuguesa nas relações internacionais portuguesas baseia-se, centralmente, na

investigação de documentos produzidos pelo líder do Estado Novo, como se explicará adiante. Os documentos analisados foram coletados na obra documental, “Discursos”, e editados pelo próprio. Esses documentos são aqui tidos como elementos formais e oficiais, assim como instrumentos direcionados para um dado fim. Neste cenário, a possível crítica à seleção documental aponta para a limitação da mesma quanto à origem e representatividade.

Como podem os documentos produzidos por um indivíduo representar um pensamento partilhado? Em resposta a esta questão, este trabalho assume que os documentos analisados são criados por um intelectual e líder político que os produz propositadamente e a um nível oficial. No entanto, os documentos selecionados para análise foram produzidos por Salazar enquanto Presidente do Conselho e foram publicados sob aprovação do mesmo. Neste contexto, é proposto que os documentos contêm marcadores ideográficos partilhados com a comunidade, o que permite, mesmo na análise de documentos de nível oficial e formal, identificar e reconhecer as ideias que marcam processos de decisão e de construção da ação. O traço descendente (“top-down”) da comunicação política é característico de um regime ditatorial, mas não dispensa a sensibilidade e ajustamento à comunidade nacional. É também entendido que os documentos comportam em si características mentais, emocionais e materiais que não são passíveis de eliminação pelo seu autor, o que permite à investigação analisar a ideografia.

1.2 Problemática, justificação e teoria

A construção teórica da disciplina das Relações Internacionais radica na compreensão de mecanismos subjacentes à relação entre Estados (cf. Angell 2002, Bentham 1823, Carr 2001, Morgenthau 1948, Niebuhr 1932, Mearsheimer 2001), sendo que o Estado é entendido como o “conjunto das instituições (governo, forças armadas, funcionalismo público etc.) que controlam e administram uma nação” (Houaiss 2009).

O estado-da-arte da investigação fundamental em Relações Internacionais sugere que tem sido dado privilégio a um mecanismo de determinação da ação por condicionantes materiais, conforme se demonstrará posteriormente, na análise de autores de referência. O privilégio dado a um mecanismo de determinação da ação pela esfera material reflete,

em parte, o percurso histórico da disciplina, estando este fortemente ligado à matriz de pensamento do paradigma realista (Morgenthau 1948, Kennan 1947, Clausewitz 1968). Uma alternativa a esta visão passa por dar o privilégio a mecanismos de determinação da ação pela ideia (o ideado por oposição ao material), sendo esta uma proposta nuclear do paradigma construtivista (Wendt 2005a, 2003, Finnemore e Sikkink 1998, Legro 2000). Na presente tese, explora-se, assim, o potencial de abordagem baseada no primado do ideado, ou seja, da ideia sobre a matéria, para a compreensão da realidade, no domínio das Relações Internacionais.

A compreensão dos mecanismos subjacentes às relações internacionais de um Estado específico, por exemplo, Portugal, é subsidiária da construção teórica da disciplina de Relações Internacionais, na medida em que pode sustentar, ou não, a viabilidade de perspetivas, como a referida supra, centrada na componente ideada. O estudo de um Estado específico é também um exercício de investigação aplicada, em busca de um diagnóstico passível de permitir a reformulação futura do movimento desse Estado na cena internacional. Compreender os mecanismos subjacentes às relações de Portugal com demais Estados é, neste contexto, um veículo para a construção teórica e, simultaneamente, um veículo para analisar a forma como Portugal constrói tais mecanismos, nomeadamente, soberania, poder, interesse nacional e identidade. Na presente tese, investiga-se se a ideografia pode oferecer uma compreensão de Portugal mais profunda do que aquela de que a ciência política dos paradigmas clássicos normalmente dispõe. Tendo em conta a vontade de compreender um Portugal atual, é analisado um passado recente, concretamente o Portugal do Estado Novo, no subperíodo que vai de 1945 a 1960.

Mas qual a necessidade de investigar as relações internacionais de Portugal recente à luz do primado da ideia? De que forma tem, esta perspetiva, estado ausente na literatura?

Em primeiro lugar, parte da abordagem académica nacional das relações internacionais de Portugal (cf. capítulo II e III), parece demonstrar ainda alguma ausência de compromisso face a paradigmas teóricos, verificando-se que boa parte da literatura se dedica a uma leitura predominantemente “histórica” do Estado Novo. Embora relevante e crucial para entender esse período, esta leitura é, regra geral, limitada quanto à

perspetiva teórica. Exemplo da análise externa das relações internacionais portuguesas para o período temporal 1945-1960 é a atenção para com a questão da NATO e a integração de Portugal na esfera de influência ocidental (Andrade 2000, Carvalho 1984a, Marcos 2010, Teixeira 1999, 1993), bem como a atenção para com a aproximação à Europa (Almeida 2004, Andresen 2007, Pereira 2006, Ribeiro 2003), e para com a ação internacional condicionada pela manutenção dos territórios portugueses não europeus (Barroso 2012, Gomes 2011a, Machaqueiro 2013, Ribeiro 2009, Telo 1995). Todavia, este quadro parece tender, sobretudo, para uma análise institucionalista da ação portuguesa no mundo.

A presente investigação, embora tenha um objeto temporalmente localizado, procura acrescentar uma perspetiva teórica à leitura do período em causa (1945-1960). A seleção do desenho de pesquisa, do método e das fontes foi pensada de forma a permitir responder à questão do papel das ideias nas relações internacionais portuguesas para o período 1945-1960.

Em segundo lugar, as perspetivas teóricas que podem ser encontradas no estudo das relações internacionais de Portugal recente são de cariz predominantemente “materialista” (na oposição ontológica ao idealismo). Um elemento comum, e predominante, na investigação do regime do Estado Novo ao longo da toda a sua existência, mas em especial nos “períodos chave”, incide no reconhecimento de condicionantes materiais e estratégicas. Exemplos dessa perspetiva podem ser encontrados na literatura, de Adriano Moreira a Nuno Severiano Teixeira, entre outros, que tendem a defender, para o período 1945-1960, uma perspetiva das relações internacionais portuguesas dentro da análise das esferas de interesses, ou no plano estratégico duro (cf. Moreira 1985, 2009, 2000, Teixeira 1993, 1999, Moreira 1979, 1984a). Ao contrário, a atenção dos investigadores para com as condicionantes não materiais, ou seja, para com a construção ideográfica das esferas interna e externa parece não ter existido na proporção do que se pretende nesta tese demonstrar ser a relevância do tema. É aqui entendido por esfera interna e por esfera externa, a perceção da realidade de uma dada comunidade: a esfera interna tem por âmbito a comunidade em si mesma, enquanto a esfera externa terá por âmbito o reconhecimento do “outro” a partir da comunidade que forma a esfera interna.

Um elemento que se pretende inovador da presente tese é, pois, a investigação do papel da ideia na conjugação das esferas nacional e internacional. A esfera interna e a esfera externa são mutuamente necessárias e relevantes na construção ideográfica. A seleção de nível de análise e a seleção de fontes promove uma análise ora da percepção interna da esfera interna, ora da esfera externa percebida a partir de uma perspectiva interna. Ou seja, não se analisará a esfera externa em si, mas a interpretação que se faz da esfera externa na esfera interna, a partir do reconhecimento da importância que o externo detém.

A presente tese tenta completar a perspectiva mencionada do parágrafo anterior, sublinhando a possibilidade de a ideia condicionar a matéria, e apostando na possibilidade de investigar a ideografia gerada por uma comunidade recorrendo a instrumentos científicos adequados.

Finalmente, o estudo do papel das ideias não parece ser frequente, em Portugal, quanto às relações internacionais. A adoção de uma perspectiva construtivista, assim como a atribuição de relevância às ideias, e à sua construção, como algo que permeia e influencia a vida comunitária para além das questões materiais e de sobrevivência, não tem sido alvo de interesse patente na produção académica portuguesa em geral. No entanto, existem algumas aproximações a temas que são próximos da construção e papel das ideias para Portugal. A construção de uma espécie de “ideia portuguesa” pode ser encontrada em trabalhos que abordam as questões ráticas (Cabecinhas 2002, Cabecinhas e Cunha 2003), a estruturação social (Carrilho 1982, Carvalho 2002, Castilho 2007, Lewis 1978, Pinto 1992a), a identidade como elemento especial e específico de uma nação (Chalante 2011, Cunha 1994, Fernandes 1996, Gomes 2011b, Leme 2011, Seabra 1982, Cabecinhas e Cunha 2003) e mesmo a questão religiosa como elemento identitário (Reis 2001, 2000, Cunha e Martins 1998, Cruz 1997). Todavia, a aproximação à “ideia portuguesa” proposta pelos autores mencionados é diferente da presente proposta, já que parece ter estado ausente um enquadramento teórico onde a relação simultânea entre a esfera interna e a esfera externa fosse abordada.

Em suma, e face ao panorama apresentado, a questão que orienta a presente investigação é a seguinte: Poderá uma leitura baseada no primado da ideia permitir uma visão integradora das relações internacionais portuguesas durante o período do Estado Novo?

Constituirá um mecanismo de determinação da ação pela ideia – concretamente da ideia que é difundida na comunidade – um meio eficaz na compreensão do passado recente de Portugal?

O potencial integrador de uma leitura baseada na ideia está associado ao poder de remontar a uma matriz agregadora. A possibilidade de alcançar uma leitura do Estado Novo que possa ser, em alguns aspetos, alternativa à que temos disponível hoje, é uma possibilidade que vai ser ensaiada ao longo desta investigação. Teria o Estado Novo, de facto, um plano para a cena internacional essencialmente orientado para a preservação da força do regime? Teria o Estado Novo, um plano para a cena internacional baseado na projeção do poder de Portugal ou do regime?

A possibilidade de que um novo olhar sobre as relações internacionais do Estado Novo possa surgir a partir de uma perspetiva centrada na preponderância do ideado significa também algum potencial de possibilidade da expansão concetual e metodológica na disciplina de Relações Internacionais.

1.2.1 O quadro teórico do construtivismo

Como referido acima, a investigação ideográfica nas relações internacionais portuguesas está, nesta tese, vinculada a um enquadramento teórico construtivista. Na visão construtivista, a ideia é parte da construção social da realidade, a ideia tem origem na dinâmica social. É aceite que a “realidade” vai para além da materialidade, como algo dado e existente em si, o que vai ao encontro da linha de pensamento defendida por Alexander Wendt (1987). Por outro lado, também é aceite que a realidade é composta pela construção de interesses, com base na dinâmica social, o que vai ao encontro da obra de Martha Finnemore e Kathryn Sikkink (1998). Esta argumentação será desenvolvida no capítulo II.

Todavia, embora a presente tese se situe dentro do paradigma construtivista, a concetualização utilizada não ignora os contributos de demais correntes teóricas, em especial do paradigma realista. Os pontos 2.2 e 2.3, no capítulo II, desenvolvem essa abordagem.

É argumento central desta tese que a ideografia condiciona e induz as possibilidades de ação real. O desenvolvimento da análise ideográfica toma como relevante a percepção da esfera interna e da esfera externa percecionada, assim como da dinâmica entre estes dois vetores. Ao aplicar um enquadramento construtivista, o desenvolvimento das dimensões mencionadas é analisado na perspetiva de evolução dentro de uma continuidade histórica de fundo, assim como dentro de uma construção social que sustenta a criação de uma identidade partilhada e que permite definir uma comunidade como minimamente coesa. Assim, o nível da unidade em análise corresponde a Portugal. No quadro construtivista, a problemática inerente a tal nível de análise sugere a atenção aos aspetos “domésticos”, como foco das possibilidades de ação no plano interno e externo. A complexidade de atores e processos, sendo dantesca pela sua multiplicidade, parece indicar a dificuldade em estabelecer uma explicação mono-causal, mas em contrapartida permite a investigação de âmbito holístico e multicausal.

1.3 Metodologia e fontes

A construção teórica dentro da esfera construtivista implica a procura de entendimento da “realidade”, enquanto construção social e histórica (Creswell 2009, 6). A presente tese constitui uma edificação sobre perspetivas filosóficas de cariz implícita ou explicitamente construtivista (Charmaz 2006, Morton 1989), sofrendo influências desta corrente a dois níveis distintos. Ao nível do objeto, o enfoque na ideografia da comunidade sublinha a noção de construção do real. Ao nível da metodologia, a posição do investigador é definida, também ela, como a posição de alguém que lê, interpreta, enfim, constrói.

A aceitação de uma posição interpretativa por parte do investigador não significa a procura da relativização, no sentido de aceitação de qualquer perspetiva como válida, mas sim a possibilidade de uma multiplicidade de enfoques sobre a realidade. Ao assumir-se a realidade como uma construção múltipla, é partilhada com Creswell a atenção aos perigos do enviesamento que o investigador qualitativo pode importar para a sua investigação, pela influência de paradigmas, posições filosóficas ou perspetivas pessoais que podem condicionar o desenho de pesquisa em si mesmo (Creswell 2007, 15).

Entende-se, ao longo da presente tese, que parte da solução para os perigos do enviesamento reside no conhecimento, pelo próprio investigador, dos enviesamentos existentes. Em linha com Stake, aceita-se que o reconhecimento da influência de obras e autores no pensamento do investigador é uma forma de reconhecimento para com os autores, mas é também, e sobretudo, a demonstração do “mundo” do investigador (Stake 2010, 104-114). Assim, a atenção para com a relevância da opção teórica do investigador, que é acautelada e profusamente apresentada nos capítulos II, III e IV, tenta expressamente demonstrar as balizas teóricas que norteiam o trabalho de investigação no âmbito de um dado paradigma.

O cuidado com a clarificação da posição e influência sofrida pelo investigador segue a proposta de Cooper e White, que defendem que a elaboração do mundo sob uma estrutura relacional que é auto ou hétero definida existe em concordância com “pressuposições, conceitos ou princípios” (Cooper e White 2011, 15). Se uma das formas de evitar os enviesamentos decorrentes do enquadramento em princípios e pré-conceitos é conhecer esses mesmos enviesamentos, uma outra forma, aparentemente oposta, consiste em recusar e eliminar esses princípios e pré-conceitos.

Dey advoga a eliminação de princípios e pré-conceitos. O autor sugere que a análise do mundo dentro de paradigmas pode limitar e condicionar o reconhecimento de dados, ou até mesmo deturpá-los (Dey 2005, 65). Para Dey, a solução para o real conhecimento, exige a abstenção de pré-conceitos, sendo esta a única forma capaz de ultrapassar a limitação do conhecimento (Dey 2005). O afastamento dos paradigmas, que Dey defende como caminho para o verdadeiro conhecimento, indica a possibilidade de desconforto e instabilidade para o investigador. A perspetiva do desconforto implica, no entanto, que a realidade seja um lugar conhecido e reconhecido em que o investigador se “sinta confortável”. A capacidade de aceitar que “reality (and the truth) is not tidy” (Gillham 2000, 10) potencia a possibilidade de conhecimento.

A via média, isto é, a defesa do equilíbrio entre a *tabula rasa* de Dey e o enquadramento de Cooper e White, prefigura uma aproximação “informada” da realidade mais eficaz. O presente trabalho aceita, ao mesmo tempo, a posse de um enviesamento consciente, e um processo de recusa de pré-conceitos. O viés consciente é notório quando se assume, por

exemplo, uma visão construtivista do objeto. A recusa de pré-conceitos surge ao nível da análise de dados que, como será explicitado (ver capítulo IV), privilegia uma lógica indutiva. Numa análise indutiva, o privilégio é entregue aos dados tal como eles surgem. Uma das vantagens desta postura é a possibilidade de generalização posterior, que, não sendo o principal foco, permite estabelecer teorias ou paradigmas em temas/campos/áreas de estudo similares (Cooper e White 2011, 7).

A investigação desenvolvida nesta tese é operacionalizada através de uma análise qualitativa de dados (Ryan 2010). Dada a natureza da documentação compulsada, a opção pela análise qualitativa representa a opção por uma metodologia com uma capacidade de refinamento superior à análise quantitativa, ultrapassando a mera contabilização ou enumeração. A defesa desta opção aceita a necessidade de um processo capaz de identificar claramente componentes no espaço heterogéneo dos dados (Dey 2005, 31) e garante a defesa de uma ciência social que procura a realidade através de inferências descritivas (King, Keohane, e Verba 1994). A opção pelo trabalho qualitativo partilha também com Cooper e White a perspetiva de que a pesquisa qualitativa “(...) considers reality not as a fixed, objective, and constant construct but as a more fluid, ephemeral, and ever-changing thing” (2011, 6).

Na investigação qualitativa, o papel ativo e determinante do investigador na recolha e análise de dados implica mais um cuidado com a condução da investigação e a integridade da mesma, que um cuidado com a produção de “verdade segura” (Cooper e White 2011, 6). A demonstração dos passos realizados, desde a formulação da questão de investigação até à seleção, recolha e tratamento das fontes e dados, procura assegurar a limitação do enviesamento do investigador, assim como garantir a qualidade da investigação desenvolvida (Chenail 1995). Na presente tese, o desenvolvimento concetual do investigador é devedor da opção epistemológica referenciada ao longo dos capítulos II, III e IV desta tese.

Quanto ao enquadramento da investigação no período temporal 1945-1960, é aceite, neste trabalho, que tal janela temporal constitui uma barreira mental que pode implicar condicionalismo na pesquisa. Simultaneamente, a proximidade desse mesmo período temporal dificulta ao investigador uma visão “pura”. Esta proximidade é a realidade do

caso em estudo, dada a ainda tão presente repercussão do regime do Estado Novo na sociedade portuguesa.

O desenho de pesquisa da presente tese sustenta-se numa pesquisa dupla. É desenvolvida uma pesquisa de dados, sobre documentos escritos com origem na obra “Discursos” de Salazar, onde se aplica o método “grounded theory” (ver capítulo IV), e é desenvolvido um estudo histórico de cariz demonstrativo e narrativo, baseado em documentos institucionais e relativo à questão dos cidadãos alemães em Portugal, no pós II Guerra Mundial. Este segundo estudo representa em si mesmo um “caso” de dimensão “única” (ver capítulo IV). A análise qualitativa implementada é assim pensada de forma a possibilitar um estudo profundo da “realidade” da construção ideográfica e o subsequente confronto desta com um elemento funcional do Estado português, implementado na prática.

O estudo central desta tese incide, como foi dito, na análise dos documentos coletados na obra “Discursos” de António Oliveira Salazar no período 1945-1960, e o estudo secundário recorre a documentos públicos de acesso condicionado, oriundos de variadas organizações estatais e concentrados principalmente no arquivo histórico-diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. As fontes primárias aí incluídas são produzidas no âmbito de funções formais e estatais, o que coloca as fontes no mesmo nível de produção, no que diz respeito à sua origem. Ou seja, foi procurada a utilização de fontes com o mesmo peso e representatividade, de forma a não limitar ou enviesar a análise realizada.

A utilização dos documentos contidos na obra “Discursos” de António Oliveira Salazar repousa na ideia de que a incorporação do “zeitgeist” de Portugal em cada português cria um elemento comum e transversal na comunidade que constitui Portugal. Os “Discursos” de Salazar são assumidos aqui como representação da “voz” oficial do pensamento oficial do regime português. O autor dos documentos contidos na obra “Discursos” é o mentor do regime, o que potencia a possibilidade de investigação relevante. Conforme se esclarecerá no capítulo IV, o recurso ao método “grounded theory”, enquanto método distanciado de um positivismo clássico, é capaz de potenciar a investigação que procura reconhecer a construção do tecido da realidade. A obra “Discursos” representa um agrupamento de conceitos que, de forma propositada e situada, de forma implícita,

explícita ou ausente, revela a representatividade das opções e decisões que marcam as relações internacionais portuguesas para o período. A defesa desta posição parece ir ao encontro do pensamento de Foucault, quando afirma que “(...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault 1999, 10).

A análise ideográfica baseada na construção manifestada em documentos oficiais realizados pelo líder de um regime significa a verdade? Uma verdade? Uma mentira? Se a construção e a existência de tais documentos representam uma seleção desejada que responde a questões temporalmente situadas, a inexistência de dados acontecimentos representa em si mesma uma inação. Porém, tal análise não comporta validade científica, já que a interpretação pelo investigador de tais elementos poderia desvirtuar e mesmo contrariar a realidade. A análise é estabelecida sobre os elementos existentes, sobre os indicadores indiretos, mas não sobre os elementos não declarados. Esta posição tem uma ligação à argumentação de Waever quanto à inseparabilidade da relação entre o ator e a mensagem (Waever 2009, 165), que é estabelecida dentro de uma “realidade” partilhada.

A seleção do corpo documental não representa a ambição de analisar uma construção de poder dividida entre os que dominam e detêm esse mesmo poder, e os que, não detendo capacidade de luta pelo poder, apenas podem resistir-lhe (Chilton e Schäffner 2002, 5). O corpo documental não deixa, no entanto, de representar a ligação a uma realidade cultural temporalmente específica. A especificidade cultural e temporal é acautelada pelo investigador, que segue neste ponto o pensamento de Boas. O autor apelava à necessidade de perceber a escala normativa que está necessariamente relacionada com o enquadramento específico que uma “civilização” estabelece num dado momento e espaço. Para o autor, a especificidade de uma “civilização” obriga a reconhecer o risco de que a aplicação de uma análise, sem ajuste das lentes entre o sujeito e objeto, retorne uma realidade alterada e manipulada (Dall e Boas 1887, 589).

Uma das fórmulas usadas nesta tese para minimizar o enviesamento do investigador é estabelecida pela triangulação e validação da análise realizada aos “Discursos” com a implementação de um estudo histórico de caso extremo. Esse estudo tem por foco a resposta institucional à existência de refugiados alemães, logo no final da II Guerra

Mundial em Portugal. O caso alemão foi investigado com recurso à produção de informação que a atividade burocrática das variadas organizações do Estado português desenvolveu nesse período. Tais fontes estão sob acesso restrito e arquivístico. Mas como pode tal estudo histórico e institucional representar um vetor de triangulação e validação para a análise ideográfica realizada?

É assumido que as instituições, sendo compostas por pessoas, podem executar, e executam, interpretações das diretrizes emanadas politicamente pelo governo. A análise do processo alemão, no contexto da relação do Estado português com os demais Estados, centrada na resposta interna a esse tema, representa um elemento de despistagem entre uma existência desejada e a realizada. O estudo desse caso específico pretende, assim, fazer confrontar a prática e a teoria, ou seja, a execução no terreno de opções que podem confirmar, ou não, a leitura ideográfica que a investigação do estudo principal propõe.

O espaço e importância dados à metodologia na presente investigação são encarados como “a priori” da qualidade do modelo de pesquisa. Porém, a atenção para com a metodologia não é encarado como um “valor em si mesmo”. Em linha com Krippendorff, defende-se apenas ser necessário que o investigador detenha a possibilidade de “(...) plan and examine critically the logic, composition, and protocols of research methods” (Krippendorff 2004, XXI), viabilizando a demonstração da sua capacidade técnica e a defesa do desenho de pesquisa, e representando um controlo da qualidade necessária e desejada no estabelecimento do “contributo para o conhecimento” (Krippendorff 2004, XXI).

1.4 Estrutura da tese

O capítulo I apresenta a introdução e patenteia ao leitor a definição do conceito de ideografia que rege toda a tese. Apresenta também uma visão preliminar do enquadramento aos níveis teórico, epistemológico e metodológico, enquadramento esse que será explorado profusamente nos capítulos II, III e IV.

O capítulo II aborda a evolução do enquadramento teórico da disciplina das Relações Internacionais. A corrente construtivista é apresentada como uma possível superação das limitações que a corrente realista apresenta, no sentido do reconhecimento e aprofundamento de uma teoria onde se ultrapassam as questões de estrutura, anarquia, poder, influência, medo e mesmo cooperação. A alusão às correntes não construtivistas serve para identificar elementos relevantes para qualquer corrente de pensamento nas Relações Internacionais, e também para sustentar a opção construtivista, na análise da realidade desenvolvida.

O capítulo III examina um conjunto de trabalhos científicos oriundos de distintas áreas e escolas de pensamento, com o objetivo de apresentar uma sinopse do conhecimento científico existente acerca do período temporal em análise. O contributo dos trabalhos analisados é o de estabelecer o quadro interno e as dinâmicas da comunidade que sustenta o Estado português, estabelecendo também o quadro definidor do Estado português. Os trabalhos apresentam também o quadro externo onde o Estado e a comunidade portuguesa então se moviam. O capítulo III representa também um prisma de confrontação com os capítulos V e VI, na medida em que é possível contrastar o retrato de Portugal que é aí dado com os resultados desta tese (capítulos V e VI).

O capítulo IV retoma a fundamentação teórica da investigação para justificar as opções metodológicas tomadas. O estudo principal e o estudo secundário são objeto de apresentação quanto às questões a que pretendem responder e quanto aos instrumentos e procedimentos adotados em cada um. É apresentado, para o estudo principal, o processo de aplicação do método “grounded theory”. Para o estudo secundário, é apresentado o processo de desenvolvimento da pesquisa histórica que forma esse estudo, bem como a lógica segundo a qual o último surge como elemento de triangulação do estudo principal. No capítulo IV é desenvolvida, também, a apresentação e descrição das fontes utilizadas, assim como é desenvolvida a crítica das mesmas.

O capítulo V apresenta a interpretação dos resultados da análise ideográfica aplicada aos “Discursos”. Identificam-se e delimitam-se os conceitos emergentes da análise das fontes documentais, procedendo-se a uma análise longitudinal do seu estabelecimento e mutação, assim como da interação entre eles.

O capítulo VI apresenta o estudo histórico realizado. São descritas e analisadas as condições e a operacionalidade da resposta portuguesa ao caso dos alemães residentes em Portugal no final da II Guerra Mundial, e correlaciona-se todo esse processo com a agência e a estrutura do Estado português à época.

O capítulo VII apresenta a síntese teórica passível de ser realizada no quadro da investigação ideográfica realizada no quadro da investigação histórica executada. A criação teórica final deste capítulo é recipiente da investigação, análise e discussão das implicações dos dados obtidos.

CAPÍTULO II – Construção ideográfica nas relações internacionais: enquadramento teórico

2.1 Introdução

Este capítulo tem por foco de reflexão a identificação, em especial, dos paradigmas teóricos realista e construtivista das Relações Internacionais (RI). O percurso que é feito por entre os paradigmas visa explicitar a influência destes na construção teórica do investigador, apresentando-se as limitações e vantagens de cada um para o desenvolvimento teórico que é feito nesta tese. A atenção sobre o paradigma realista é devida ao papel central do mesmo no desenvolvimento de conceitos e teorias da disciplina das Relações Internacionais. Embora o realismo, tendencialmente, esteja centrado na ação e papel do Estado como ator primordial e racional inserido numa hierarquia internacional onde o interesse e o poder marcam a sua ação de sobrevivência, o desenvolvimento de conceitos pelo paradigma marca indelevelmente a disciplina. Nessa perspetiva, o paradigma realista estabelece a base do contraste com a corrente construtivista que, nesta tese, dirige a atenção para a identidade e interesse do Estado enquanto ator internacional enquadrado por construções da “realidade” que são ideadas e normativas e de raiz social (Viotti e Kauppi 2012, 39-82,277-301).

Assim, parte-se da perspetiva realista pois a leitura do Estado nacionalista na década de 40 e 50, é, potencialmente, uma leitura teórica e de “época” que o paradigma sustenta. A opção construtivista deste trabalho está associada a uma opção no plano da ontologia, ou seja, a uma opção relativa à conceção da realidade e suas implicações para o conhecimento. Neste sentido, é aceite que a perspetiva realista, tendencialmente positivista, assume a “realidade” como um elemento possível de apreender e de delimitar, enquanto a perspetiva construtivista assume a “realidade” como a multiplicidade de “realidades” socialmente construídas.

O ponto 2.2, que se segue, pretende apresentar o contributo do paradigma realista, assim como a limitação que esse mesmo paradigma comporta. No seguimento dessa exposição, o ponto 2.3 aborda a perspetiva construtivista que rege a presente tese. O eixo central da incursão nas propostas realista e construtivista assenta na construção dos conceitos de Estado, nação, identidade, poder e securitização. A exploração das limitações e vantagens das duas correntes teóricas é desenvolvida com foco no desenvolvimento do conhecimento científico da disciplina das Relações Internacionais, e representa, também, o enquadramento teórico que rege a operacionalização metodológica do estudo. Não ignorando o autor a existência de outros quadros teóricos na disciplina de Relações Internacionais, estes foram, no entanto, as duas vertentes paradigmáticas centrais do estudo agora apresentado.

2.2 O paradigma realista

A discussão que se segue nas próximas linhas reconhece a preponderância e influência do pensamento ocidental na construção da disciplina das Relações Internacionais, por razões históricas, culturais, políticas e institucionais (Acharya e Buzan 2007). A apresentação do paradigma realista procura estabelecer um ponto de partida para os conceitos abordados.

A centralidade do Estado é uma característica definidora do pensamento realista. Historicamente, a implementação do conceito de Relações Internacionais ocorre no período após o Tratado de Vestefália, quando a Europa se reorganiza na relação entre Estados. É necessário notar que a definição de Estado, para este período, não coincide com o conceito atual e, por essa razão, deverá ser aceite que a nomenclatura é de cariz operacional. Segundo Der Derian, terá sido no artigo terceiro da “Declaração dos Direitos do Homem” da Assembleia Nacional francesa de 1789 que emergiu o Estado como uma entidade soberana que tem na nação o seu fundamento (Der Derian 1989). Isto marca a origem das relações internacionais e o fim do “modus vivendi” anterior, baseado nas relações interdinásticas. É interessante aqui lembrar que, no caso de Portugal, e para o período entre o séc. XII e XVI, segundo Judite de Freitas, o Estado português é uma entidade diferenciável, no panorama europeu, já que antecipa temporalmente a relação intrínseca entre Estado e nação. O Estado existe por se reconhecer num “(...) território”

seguido pelo reconhecimento de um “povo” (encarado como um conjunto étnico distinto) e apenas depois por um “reino” (Freitas 2012, 15-16), o que parece confirmar, cedo, a proposição de Der Derrian quanto à legitimação do Estado pela nação.

O desenvolvimento do Estado e das relações entre os mesmos parece ser um processo dos finais do séc. XVIII. Jeremy Bentham cunha a palavra “internacional” na década de oitenta do séc. XVIII, inserida na perspetiva do direito internacional como elemento diferenciado do direito interno de cada Estado (Bentham 1823, 326). A data de criação do conceito e a origem do seu autor atribuem-lhe um cariz positivista que acaba por parametrizar o futuro. A lei, a lei do Estado, o Estado entre Estados, a centralidade do Estado, são objetos que representam o nível de análise primordial e relevante das relações internacionais. No período de 1916 a 1919, a primeira literatura dedicada à questão das relações internacionais coincide com o verdadeiro nascimento da disciplina das relações internacionais (Der Derrian 1989, 4).

Na primeira década do século XX, a obra de Norman Angell, “A grande ilusão”, representa uma das primeiras obras da disciplina das relações internacionais com impacto na disciplina e na sociedade, mesmo sendo o dito autor um idealista. O cariz idealista-utópico da obra tenta contrapor o sentido da ação individual do Estado com a ação concertada e mutuamente vantajosa, na cena internacional. Para o autor, o egoísmo do Estado como ator individual marca a cena internacional, onde cada ator individual significa um foco de instabilidade, e onde cada ator individual torna “(...) cada estômago [n]um sepulcro” (Angell 2002, 10). Para Angell, a fórmula capaz de superar o egoísmo do ator individual é a cooperação económica entre Estados soberanos, sem recurso à ameaça ou uso da força física, numa “dependência recíproca” que seria o garante da paz internacional (Angell 2002, 161-233). O utopismo de Angell sugere que a centralidade do Estado na cena internacional pode ser alterada, pois “(...) [os Estados] são linhas meramente convencionais, reduzindo a uma simples impropriedade científica a divisão da humanidade em Estados independentes e hostis” (Angell 2002, 163). A defesa desta posição sugere a abertura a atores não estatais e ao papel do indivíduo fora do âmbito estatal. A reação ao cariz utópico da proposta de Angell será o desenvolvimento da proposta realista.

Na década de 20, a percepção do papel do Estado na cena internacional é bem distante da defendida por Angell. Na obra “The concept of the political”, de Carl Schmitt, o Estado significa uma comunidade humana delimitada numa dada área geográfica, sob um dado regime político (Schmitt 2007, 19). Sem surpresa, a definição de Estado de Schmitt permite defender que a relação entre Estados seja baseada na luta entre interesses individuais dos Estados, os quais estabelecem relações de amizade ou de inimizade (Schmitt 2007, 26). No entanto, a verdadeira reação à posição utópica de Angell foi desenvolvida por Carr, na década de 30 do séc. XX. Na obra “Vinte anos de crise”, Carr desenvolve o conceito reconhecido como “(...) realismo”, que é o oposto ao conceito “(...) utópico” de Angell, e que se fundamenta no “(...) raciocínio sobre o desejo” (Carr 2001, 14).

O antagonismo entre utópicos e realistas pode ser desenhado, também, quanto à posição política. Carr descreve a divisão entre “o radical [que] é necessariamente utópico, e o conservador [que é] realista” (Carr 2001, 27). O realismo de Carr também é de cariz materialista assumido (Carr 2001, 29), o que é diametralmente oposto a Angell, e defende a alteração da política internacional baseada no fim da “harmonia de interesses” (Carr 2001, 83). O realismo de Carr parte do princípio que não existe uma “(...) comunidade mundial”, *de facto*, mas apenas uma aceitação conveniente dos relacionamentos entre Estados (Carr 2001, 209).

O poder, como medida na cena internacional, é o coração da tese de Carr. O poder, em Carr, é um poder dual. Existe o poder interno, “nacional”, que se fundamenta na “moral” e “poder”, e o poder internacional, em que a componente “moral” é menorizada, perante a necessidade da defesa do interesse de cada Estado (Carr 2001, 216-268).

Ainda na década de 30, a obra de Reinhold Niebuhr, “Moral man and immoral society”, procura estabelecer um realismo racionalista, em que a luta pelo poder é diferenciada em função das realidades interna e externa do Estado. A diferenciação entre a realidade interna e externa, no pensamento de Niebuhr, incorpora a não coincidência entre Estado e nação. O poder coercivo do Estado é garantido pela noção de nacionalismo e autoridade sobre uma dada comunidade, o que distingue o Estado da nação, na medida que a nação representa apenas uma comunidade geograficamente localizada (Niebuhr 1932, 83). O

poder e os interesses de cada Estado são a razão da “paz interna” e da “guerra externa”, sendo que os interesses na perspectiva realista pura seriam sinónimo, para Niebuhr, da “guerra permanente” que a persecução desses interesses implicava (Niebuhr 1932, 229-231). A proposta de Niebuhr quanto à solução para uma política realista conducente ao conflito passa pelo papel moral do indivíduo, e não do Estado, no centro da política interna dos Estados (Niebuhr 1932, 81, 231-256). O autor aceita que o interesse e o poder de cada Estado implicam a diferenciação entre a moral do indivíduo, na comunidade que constitui o Estado, e a moral do Estado, entre Estados (Niebuhr 1932, XI).

Os contributos de Carr e Niebuhr são fundamentais para a criação teórica realista de Hans Morgenthau. Na obra “Politics among Nations”, de 1948, especialmente na segunda edição da obra, a teorização realista é codificada nos seus pontos centrais, marcando a teoria de forma perene. O realismo de Morgenthau é uma proposta de escola de pensamento de cariz empírico e pragmático que centraliza a ação humana, a qual estabelece em lei os atos passíveis de sancionamento e aprovação. O poder e a procura deste são associados à relação e sobreposição de interesses mutáveis. O Estado reserva-se uma posição amoral nas suas ações pela necessidade apreendida da sobrevivência perante outros Estados, sendo que o condicionamento moral individual fundamentado na religião e apropriação de uma deidade não deve ser encarado como possível e realizável a nível estatal (Morgenthau 2003, 3-28). Para Morgenthau, a conceção de soberania do Estado no séc. XX reside na não submissão direta de um Estado a leis de outro Estado, e na manutenção e inviolabilidade do território geográfico do Estado (Morgenthau 1948, 249).

Morgenthau distancia-se de Niebuhr também quanto à definição de Estado. Para o primeiro, o Estado atribui-se o ordenamento do exercício da violência a nível doméstico, sendo que ao assumir o controlo do exercício da violência o codifica na ordenação legal que constitui a organização da sociedade desse Estado (Morgenthau 1948, 396), enquanto o último encara o Estado como o gestor das relações de força e emoção da nação (Niebuhr 1932, 88). Morgenthau distancia-se de Niebuhr, também, quanto à capacidade de intervenção internacional dos Estados. Para Morgenthau, as condicionantes que conjugam a esfera doméstica e internacional são de cariz material (Morgenthau 1948, 17), e nesse sentido, é dada importância ao posicionamento geográfico, ao domínio de

recursos naturais, à capacidade de produção industrial, à capacidade militar e ao total numérico da população de cada Estado (Morgenthau 1948, 80-95). O realismo normativo de Niebuhr, por outro lado, coloca o Estado na cena internacional como defensor e executante da relação entre poder e moralidade, e entre a moralidade e a hipocrisia do egoísmo da sua ação (Niebuhr 1932, 83-112).

A relação entre plano interno e plano externo que é proposta por Niebuhr é ajustada em Morgenthau. Para o último, o plano internacional dos Estados funciona também como escape das forças e dinâmicas internas dos Estados. A luta pelo poder interno de um Estado, estando vedada ao grosso dos grupos e indivíduos, potencia a utilização do campo internacional como forma de projeção de tensões internas, ou como forma de identificação e unificação de e para com o Estado a que pertencem (Morgenthau 1948, 74). A ação internacional de um Estado, para além da dinâmica interna de cada Estado, deve procurar estabelecer um equilíbrio de poder entre Estados, de forma a possibilitar a paz (Morgenthau 1948, 105). Dentro desta perspetiva, o autor propôs, na década de 40, o conceito de bipolaridade, em detrimento da multipolaridade (Morgenthau 1948, 125-166, 270-286), refletindo a configuração da cena internacional quanto ao poder e quanto à necessidade de equilíbrio do poder entre a URSS e os EUA.

No final da década de 50, Kenneth Waltz, na obra “Man, the State, and War” (2001), ultrapassou o paradigma realista até aí existente. Sob a capa da dinâmica estrutural, o autor propõe o alargamento da análise internacional a múltiplos elementos causais da realidade. É necessário relembrar aqui a relevância e papel da anarquia internacional explorada pela primeira vez no âmbito da ciência política por Goldsworthy Lowes Dickinson, em 1916, na obra “The European anarchy”. Nesta obra, o autor tocava a questão da segurança entre Estados e a falta de uma lei internacional (Dickinson 1916, 13). O conceito de anarquia internacional, em Relações Internacionais, que é um conceito de cariz realista, foi desenvolvido por Carr, Niebuhr e Morgenthau em estreita relação com a capacidade de poder dos Estados, a qual estaria no centro da origem da anarquia internacional (Morgenthau 1948, Niebuhr 1932, Carr 2001). No entanto, o conceito de anarquia é redefinido por Waltz, que examina a anarquia como um vetor e não como característica das relações internacionais (Waltz 2001). Waltz estabelece o seu argumento quanto ao sistema internacional baseando-se em três imagens. A primeira imagem

estabelece uma crítica ao comportamento humano e aos cientistas comportamentais. A segunda imagem é relativa à estrutura interna dos Estados, que dependem da sua organização interna e força, na contenção do confronto internacional. A terceira imagem relativa à anarquia internacional é a de que os Estados soberanos se desenvolvem por fragilidade dos demais Estados e pela inexistência de uma autoridade árbitro de contendas, sendo que a interpretação da terceira imagem é dependente das duas primeiras. Isto leva à guerra ou, em caso benévolo, à criação de um equilíbrio de poder relativo (Waltz 2001). Waltz defende a introdução de um governo mundial de forma a eliminar a guerra. Simultaneamente, sugere aos realistas que se afastem da marca amoral da política internacional, marcada pela visão amoral do homem para esses pensadores (Waltz 2001, 238), o que estabelece a ligação ao pensamento de Niebuhr.

Na obra de 1979 de Waltz, “Theory of International Politics”, a evolução do pensamento do autor apresenta o realismo reformulado, conhecido por neorrealismo ou realismo estrutural. A obra coloca o centro da discussão teórica no papel da estrutura e nos efeitos da mesma no sistema internacional, assim como nas variáveis da anarquia e distribuição de poder no dito sistema (Waltz 1979, 78, 123-128). O Estado é visto como elemento central e unitário, no e dentro do sistema internacional, não podendo ser enquadrado por qualquer outro poder para além de si próprio. A ligação aos primeiros realistas, como Carr, quanto ao papel do Estado, é central no pensamento de Waltz. A sobrevivência, interesses e a distribuição do poder entre os Estados condicionam a atuação dos mesmos e realizam o equilíbrio de poder sob a anarquia, construindo-se assim o sistema internacional (Waltz 1979).

A evolução do pensamento realista culmina em Mearsheimer e na obra “The tragedy of great power politics”, com a defesa do realismo ofensivo (Mearsheimer 2001). O autor reconhece o realismo de Morgenthau como um realismo Hobbesiano e o realismo de Waltz como um realismo defensivo (“structural realism”). Mearsheimer defende o realismo ofensivo estrutural, onde a sobrevivência num mundo anárquico é possibilitada pela detenção de poder que assegure essa mesma sobrevivência. A centralidade do Estado na relação internacional mantém a ligação com os autores realistas anteriores mas, devido à visão ofensiva, o Estado depende da capacidade de poder real, e não potencial, para

atingir o seu objetivo internacional com a obtenção do estatuto hegemónico mundial (Mearsheimer 2001).

2.2.1 Algumas críticas ao realismo

Como anteriormente mencionado, a corrente realista é aprofundada em especial neste capítulo pelo seu impacto fundador na disciplina das Relações Internacionais. A corrente realista apresenta, contudo, pressupostos que também limitam o seu âmbito e ângulo de análise. Algumas críticas relevantes para o objeto do presente estudo são abaixo abordadas.

A centralidade do Estado, ator central na corrente positivista, não equaciona o que Benedict Anderson define como “comunidades imaginadas” (Anderson 2006). O cariz ideado da definição de nação de Anderson sugere que o nacionalismo agregador do Estado não anula a capacidade de uma comunidade se identificar como tal (Anderson 2006, 6). A comunidade, para Anderson, reconhece-se por razões étnicas, desde que possibilitem a definição da comunidade por oposição a outras comunidades (Anderson 2006, 141-143). A nação como elemento imaginado procura manter uma estratificação horizontal possibilitadora de reconhecimento mútuo, e nessa base mínima é fundada a soberania auto consentida do Estado. O pensamento do autor estabelece a origem desta relação entre comunidade e nação e da nação com Estado no período histórico do Iluminismo, ergo, liberta de “Deus” e acarinhado pela razão (Anderson 2006, 7).

O conceito de comunidade que percorre a presente tese segue a proposta de definição de Michael Taylor na obra “Community, anarchy and liberty” (Taylor 1982). O autor defende que o conceito de comunidade pode ser definido pela partilha de identidades e valores que, sendo múltiplos e heterodoxos, são desenvolvidos pela “relação direta” e “recíproca” dos seus membros (Taylor 1982, 25-33). A comunidade forma a nação. Para Seton-Watson, a definição de nação tem origem na soberania popular do iluminismo do século XVIII, tal como para Anderson (Seton-Watson 1977, 6). Seton-Watson defende que o conceito de nação abandonou o carácter original do séc. XVIII quanto aos valores dos direitos, deveres e interesses dos indivíduos que constituem a nação, para, no séc.

XX, a nação significar o nacionalismo que substitui Deus pela idolatria de uma comunidade (Seton-Watson 1977, 3, 465).

Ao nacionalismo do séc. XX corresponde, para Seton-Watson, a exigência de uma comunidade que assume consciência de si mesma pela partilha de uma cultura e solidariedade que aceita o poder do Estado (Seton-Watson 1977, 1). Seton-Watson defende que, para este tipo de nacionalismo, é necessário que exista um movimento político organizado que ordene o Estado e os interesses da comunidade. Menoriza, simultaneamente, o fundamento cultural da comunidade em detrimento do papel da organização política (Seton-Watson 1977, 3, 481). A construção teórica de Seton-Watson quanto à definição de nação, nacionalismo e Estado vai mais longe que o pensamento de Morgenthau. Para o último, a nação, para além de ser impossível de analisar de forma positivista, era definida apenas pela partilha de características comuns de uma comunidade (Morgenthau 1948, 73).

Aliás, David McCrone defende que o sucesso da ligação dos conceitos nação e Estado é tão bem sucedida que “(...) our vocabulary struggles to distinguish between them. Put simply, the ‘nation’ is usually a synonym for the state” (McCrone 2002, 7). Ou seja, dentro do paradigma realista parece existir alguma dificuldade em estabelecer em que medida o Estado radica o seu poder na construção dirigida da nação, ou se a nação é detentora e definidora do poder do Estado. A argumentação realista quanto à procura de poder que os Estados encetam, parece não ser uma argumentação tão sólida quanto alguns realistas querem demonstrar. O contrário é verdadeiro, ou seja, mesmo entre realistas, a definição de nação, Estado ou poder não é concordante. Parece ser possível, portanto, que um paradigma distinto do paradigma realista possa apresentar uma proposta de conhecimento capaz de assegurar o melhor reconhecimento da “realidade”. Nesse sentido, o próximo ponto elabora sobre o papel da corrente construtivista na apresentação de um paradigma mais bem equipado para fornecer questões e respostas diferenciadas.

Uma crítica apontada por Legro e Moravcsik ao realismo incide sobre a sua delimitação. Para os autores, o realismo não é uma teoria, mas sim um paradigma que abarca uma multitude de teorias. As propostas realistas de Carr a Mearsheimer parecem confirmar o argumento. A crítica ao realismo dirige-se também ao pressuposto do realismo segundo

o qual as relações internacionais são compostas por unidades “fixas” de um sistema, que são os Estados, e cujas opções são totalmente dirigidas pelas condições racionais e materiais num ambiente anárquico que o interesse e o poder regulam (Legro e Moravcsik 1999).

A centralidade do poder no pensamento realista leva Guzzini a sugerir que a construção de poder realista é em si mesmo um exercício de poder (Guzzini 2000, 173). É de notar que a construção da ideia de poder dos autores realistas citados parece seguir o princípio da formulação Weberiana, em que o poder garante ao Estado a capacidade de executar a opção estratégica que procura (Weber 1947, 152). É necessário lembrar que, para Niebuhr, o poder, e a sua implementação como opção estratégica, exige que a componente doméstica do Estado “sacrifique a justiça à paz” e que a componente externa sacrifique a paz ao interesse do Estado (Niebuhr 1932, 16). Na obra de Schmidt (2007), “Realism and facets of power in international relations”, a centralidade do conceito de poder difere conforme o tipo de perspectiva realista. Para o autor, o realismo clássico aceita a procura do poder pelo poder, o realismo estrutural procura o poder dentro da anarquia do sistema internacional, e o neorealismo (ou realismo modificado) procura o poder pelo controlo do seu “ambiente” (Schmidt 2007). Esta argumentação parece ter em conta a obra de Lasswell e Kaplan quanto à aceitação e “deferência/respeito” que o poder deve ter em conta, na implementação dos interesses no próprio poder (Lasswell e Kaplan 1965, 74-77).

A limitação da operacionalidade do poder na corrente realista foi exposta na década de 70, na obra seminal de Steven Lukes, “Power: A Radical View”. O autor propõe um conceito de poder estabelecido normativamente como construção social (Lukes 2005, 30). No entanto, a capacidade não coerciva do poder de cariz social não é explorada de forma a possibilitar a leitura de mecanismos sociais de poder, o que limita o desenvolvimento do significado, sentido e estrutura cognitiva do conceito de poder (Lukes 2005). A fórmula para o conceito de poder de Lukes corresponde a um tríptico. O primeiro momento de definição de poder é estabelecido quando um dado ator é condicionado por outro e aceita a imposição deste (Lukes 2005, 37). O segundo momento do tríptico de Lukes defende que o condicionamento de um ator sobre outro pode ocorrer pela não tomada de decisão ou ação do último, o que demonstra o poder do primeiro (Lukes 2005,

24-25). O terceiro momento do tríptico de Lukes defende que a ação do ator que detém o poder tem em conta o constrangimento direto e indireto provindo do outro ator (Lukes 2005, 28-29). Esta construção de poder diferencia-se, quando comparada com Carr, que afirma que “o poder, que é um elemento de toda a ação política, é uno e indivisível” (Carr 2001, 171).

As propostas realistas de poder marcam o desenvolvimento do conceito, dentro da corrente realista, mas também o desenvolvimento do conceito de poder fora da corrente realista. Uma proposta de cariz alternativo para a definição de poder é desenvolvida por Joseph Nye. A limitação da corrente realista na conceção de poder permite um ajustamento sob o conceito de “softpower” de Joseph S. Nye (2007). O autor defende que o conceito de “softpower” foi pensado como conceito positivista/descritivo e não normativo em que o ator executa e propõe uma política de atração de outros atores. A atração pode ser conseguida em múltiplos planos, indo desde a atração cultural, a valores, passando pela postura política (Nye 2007). No entanto, Nye ajusta o conceito de “softpower”, em 1990, no livro “Bound to lead: The changing nature of American power” e no artigo “Soft Power” do mesmo ano. Aproxima-se então do segundo momento de Lukes, na defesa do condicionamento de um dado ator de forma indireta (Nye 1990, 167, Lukes 2005, 24-25). A maturação do conceito parece ocorrer em obra de 2011, quando defende que o “softpower” é a capacidade “(...) to affect others through the co-optive means of framing the agenda, persuading, and eliciting positive attraction in order to obtain preferred outcomes” (Nye 2011, 21).

No que toca ao conceito de segurança, a defesa do realismo, no caso do realismo ofensivo de Mearsheimer, conota a capacidade hegemónica de um ator realista com a capacidade de paz e progresso. Para Isabelle Grunberg, o mito da estabilidade hegemónica, na área económica, representa isso mesmo, um mito que possibilita a análise apologética do realismo mas que não comporta um teste de validade científica (Grunberg 2009).

O pensamento realista, e a perspetiva de poder realista, colocam a questão securitária internacional face à permanente ameaça de guerra. A guerra, para Colin Gray, foi o motor do relacionamento internacional nos últimos séculos (Gray 2007, 1). A paz realista

parecer ser definida como a inexistência de guerra e não a impossibilidade de guerra (Gray 2007, 275).

Neste ponto é necessário fazer uma ressalva. O único dos primeiros realistas que aparentemente não reduz a inexistência de guerra à análise de variáveis materiais é Kennan. Insuspeito realista, em 1947, fazia notar o crucial papel do “prestígio” que um ator, no caso a URSS, procura na cena internacional como forma de manietar ou condicionar opções estratégicas puras por parte desse mesmo Estado (Kennan 1947, 575). Esta formulação antecede o ponto dois do tríptico de Lukes, onde a procura de constrangimento de um ator por outro ocorre, neste caso, pela difícil contabilização positivista da variável “prestígio”.

2.3 Construtivismo: a “realidade” como construção

O presente ponto está subdividido em múltiplos elementos. Esses elementos desenvolvem a penetração teórica construtivista nos conceitos de Estado/nação, identidade, poder e segurança. A atenção votada a estes conceitos, neste capítulo, está relacionada com a estrutura global da tese, já que são aqui apresentados conceitos posteriormente explorados na análise documental, na parte empírica da tese, em particular, no capítulo V.

Os lugares e as formas segundo as quais o Homem constrói a sua realidade transmitem tanto do seu ser como das suas opções. A epistemologia construtivista contraria o empirismo puro e positivista, ultrapassando a força do mundo natural ou das instituições num afastamento sociológico que critica a “escolha racional”. A relação entre observação e ação reflexiva está no centro daquilo que a análise construtivista do poder propõe (Guzzini 2000, 156-160). A epistemologia construtivista é encarada ao longo deste trabalho como uma forma possível de conhecimento, e não como a fonte absoluta de conhecimento, ou limitadora das possibilidades de investigação (Habermas 1972, 4).

A “realidade” é tida, nesta tese, como um elemento que não é, unicamente, o resultado das relações de poder (Finnemore e Sikkink 2001, 398). No mesmo sentido, é aceite que a necessidade de apreensão da realidade permite utilizar variados níveis de análise, sem que com isso se desvirtue o resultado (Fierke 2013, 1). De notar que é aceite, ao longo

desta tese, que o objeto “realidade” construtivista é uma construção balizada pelas normas que medeiam a possibilidade de ação e o interesse dos agentes (Estado) e atores (indivíduos; grupos), quer a nível internacional quer a nível interno (Barkin e Cronin 1994, Checkel 1997, Kowert e Legro 1996). Por norma é entendido “(...) a standard of appropriate behavior for actors with a given identity” (Finnemore e Sikkink 1998, 891), da mesma forma que as normas “(...) sometimes constrain and sometimes constitute” (Checkel 1997, 474).

O conceito realista de poder apresentado ao longo do texto anterior pode, agora, ser contrastado com o conceito construtivista de poder. Para o construtivismo, a origem do poder radica na construção social (Barkin 2004). O construtivismo perspetiva o poder enquanto fundamentado em ideias e valores. A este respeito, Snyder, aponta a limitação do construtivismo em conseguir entender como as ideias e valores conseguem dominar as condicionantes materiais (Snyder 2004). Mas, a contestação construtivista à crítica de Snyder fora fornecida por Adler com anos de antecedência. Para Adler, as condicionantes materiais e estruturais são constituídas por atores individuais que estão imbuídos e integrados na comunidade, o que implica a construção social da realidade. Logo, a realidade é o reflexo de normas e valores sociais, e não o contrário. Ou seja, as condicionantes são as opções possíveis, dada a construção social da realidade (Adler 1997, 322-330).

A perspetiva de Adler defende o construtivismo como uma proposta teórica e de análise empírica inovadora. Surge como uma teoria de terceira via, ou via média, onde as balizas são fixadas pelas teorias racionalistas, como o realismo, e pelas teorias interpretativas, como a teoria crítica (Adler 1997, 319). Esta posição de via média permite aos construtivistas serem “realistas ontológicos”, pois não são “(...) anti-liberal or anti-realist by ideological conviction”, nem são “(...) pessimistic or optimistic by design” (Adler 1997, 323). A intersubjetividade do construtivismo (Adler 1997, 326) é estabelecida na aceitação de que a realidade é múltipla e condicionada pelo tipo de “lentes paradigmáticas” utilizadas pelo observador da realidade (Adler 1997, 336). Esta fórmula está diametralmente oposta à posição realista que, ao longo das décadas de 50/60/70 do séc. XX, e por força de parâmetros metodológicos, não desenvolveram conceitos capazes

de encetar o estudo do normativo e ideacional, nas relações internacionais (Finnemore e Sikkink 1998, 889).

O construtivismo intersubjetivo de Adler é concretizado pelo papel concertado entre o agente e a estrutura social, o que supera a limitação do indivíduo como unidade de referência ou a limitação causal imputada à origem social da ação (Adler 1997, 324-325). Aliás, esta perspetiva difere de McSweeney quanto à causalidade, quando este defende que a causa é “(...) antecedent to the effect, that it is independent of it, and that the effect could not have occurred without it” (McSweeney 1999, 204). A causalidade mútua, a necessária relação diádica da construção da “realidade” na interação circular entre causa e efeito conforme à visão de Adler, é, nesta tese, defendida.

A opção construtivista que esta tese assume procura permitir uma abordagem ideográfica à construção das relações internacionais portuguesas, no período supramencionado. Nesse sentido, é reconhecido que a componente normativa da teoria proposta é significativa (Cochran 2000, 1). A componente normativa é assumida, dada a posição do investigador enquanto elemento humano social sujeito a limitações inerentes a essa condição (Ruggie 1998, 956), e dado o impacto que as “ideias e normas detêm” (Finnemore e Sikkink 2001, 392).

É interessante anotar as pontes de ligação entre a causalidade de Adler (1997), acima mencionado, e a constituição mútua de atores de Lebow, que segue o mesmo argumento (Lebow 2009). Ambas as perspetivas parecem fundamentar a defesa da normatividade da criação teórica nas Relações Internacionais. O reconhecimento do papel dos atores sociais no ideário construtivista não pode ser sublinhado em demasia. Lebow defende que não deve ser tida como ponto fulcral a relação de poder dos atores, mas sim a forma como esses atores se relacionam e em que níveis de relação social é instituída essa relação (Lebow 2008, 1-2). A perspetiva de Lebow segue a linha de argumentação de Copeland, quanto ao reconhecimento da “estrutura ideacional”. Para o último, a “estrutura ideacional” é constitutiva e não regulatória dos atores, isto é, existe uma relação interativa entre a construção de interesses e identidade dos atores e a “estrutura ideacional”; a estrutura ideacional forma por si mesma a tipologia de interesses e identidade dos atores. O autor defende igualmente que a “estrutura ideacional”, no âmbito social, representa

uma relação mutuamente criada entre atores/agentes e estrutura. Esta estrutura ideacional permite criar e/ou possibilitar a intersubjetividade do conhecimento, que por seu turno se impõe como elemento estrutural equiparável à estrutura material realista (Copeland 2006, 3).

É necessário lembrar que o autor do conceito de “construtivismo”, Onuf (1989), propõe a interpretação do mundo para além da anarquia internacional e abre a possibilidade de análise do mundo a variadas e distintas interpretações (Onuf 1989). A acusação de Walt ao realismo e ao liberalismo, alegando enfoque excessivo na análise do poder nas relações internacionais (1998, 40) excede o pensamento primevo de Onuf, que aceitava que “we construct worlds we know in a world we do not” (Onuf 1989, 38). A construção ideada do mundo, de mundos, dos mundos existentes, é crucial no desenvolvimento teórico desta tese.

É aceite, que o mundo, ou os mundos, avistados pelo investigador são uma imagem do mundo interpretado e são um reflexo da realidade e da construção da realidade. A noção de imagem do mundo percecionado pressupõe que existe, mesmo que involuntariamente, uma relação estreita entre a construção da realidade e o produtor da construção da realidade, por oposição a qualquer outra realidade (Boulding 1956, 1959, 120-121). A importância da imagem do mundo surge desde logo na diferenciação entre o mundo natural e o mundo social, como elementos do real. Guzzini defende que a tradição hermenêutica construtivista é “(...) epistemologically about the social construction of knowledge, and ontologically about the construction of social reality”. (Guzzini 2000, 160). Nesse âmbito, o construtivismo representa uma hermenêutica dupla, um elemento representando o nível de ação e o outro o nível de observação. Para o autor, esta duplicidade afasta claramente o construtivismo das ciências naturais (Guzzini 2000, 162). O construtivismo de Guzzini é estabelecido epistemologicamente na visão do conhecimento como uma construção social e intersubjetiva. A utilização de “pré-conceitos” informa o reconhecimento do mundo e possibilita o conhecimento. Ontologicamente, é assumido que a realidade com que lidam as ciências sociais é socialmente construída, significando que a reflexividade é inerente ao construtivismo, pela necessidade dialética da confrontação entre a construção da realidade social e a construção do conhecimento do real (Guzzini 2007, 24-25).

Para Finnemore e Sikkink, os pré-conceitos/conceitos são interiorizados pela comunidade como formas “específicas e únicas de comportamento” que são estruturadas em normas regulatórias e constitutivas. Estas normas, prescritivas ou avaliativas, favorecem o desenvolvimento do conhecimento e da pesquisa pela capacidade de “avaliação dimensional e intersubjetiva” (Finnemore e Sikkink 1998, 891). A atenção dada à validade e às condicionantes espaço-temporais da construção social da comunidade é central nesta tese. Ao estar centrado no período 1945-1960, o âmbito da tese implica a atenção do investigador para com a percepção e entendimento do conhecimento total do mundo desse período. Para Finnemore e Sikkink, as normas não têm um valor inerente. O enquadramento histórico, temporal e cultural condiciona a norma quanto à sua “qualidade prescritiva” (Finnemore e Sikkink 1998, 982). Uma implicação interessante da “qualidade prescritiva” de Finnemore e Sikkink reside no potencial impedimento da análise para além da realidade do investigador, se este não for capaz de ultrapassar as limitações histórica-temporal-culturalmente que compõem todas as normas. Neste sentido, a impossibilidade de uma comunidade reter e deter uma postura normativa – já que esta é condicionada pela ideia que perpassa o tempo e o espaço – condiciona a proposta dos autores. Por outro lado, a defesa, por Finnemore e Sikkink, de que existe diferenciação entre normas de âmbito internacional e âmbito nacional ou regional condiciona a operacionalidade das mesmas. A relação entre níveis normativos parece implicar que as comunidades partilhem aspetos normativos mínimos, algo que não parece ser devidamente fundamentado até à data (Finnemore e Sikkink 1998, 893).

A centralidade do ideado nesta tese aceita que o agente, ou ator, culturalmente balizado, age e reage em conformidade com a sua percepção da realidade, ou seja, dos objetos (Wendt 1992, 396-397, Hurd 2008, 298-316). A relação diádica entre atores e objetos, ou, entre agentes e estruturas, é explicitada por Hurd, quando define estruturas como “instituições e propósitos partilhados”, e agentes como qualquer organização que se estabelece como ator da estrutura (Hurd 2008, 303).

A perspetiva de Hurd e Wendt sobre a construção do agente e da estrutura como um processo inerentemente social é partilhada por Checkel. Para Checkel, a relação entre agente e estrutura é ontologicamente de constituição mútua, sem superação de um pólo pelo outro, e evitando-se que qualquer um dos dois elementos se torne “ontologicamente

primitivo” (Checkel 1998, 326). Já Finnemore e Sikkink apresentam uma perspetiva diferenciada quanto à ideia de “constituição mútua” entre agentes e estruturas, sugerindo que, neste processo, apenas os agentes são alvo da construção social (Finnemore e Sikkink 1998, 911, 2001, 393-394).

A proposta construtivista pode sugerir quer uma abordagem contínua e sistemática, quer uma abordagem holística. A abordagem holística será alvo de larga reflexão no capítulo IV, mas parece merecer, desde já, um pequeno enquadramento. O cariz empirista do realismo sugere a abordagem contínua e sistemática, enquanto a abordagem holística permite desenvolver a capacidade demonstrativa e interpretativa. O desenho de pesquisa implementado na presente tese opta pela abordagem holística, atenta à multiplicidade de universos onde níveis de realidade ideada de uma comunidade se manifestam. O potencial desequilíbrio entre as duas abordagens é minorizado pelo ganho no conhecimento. A perspetiva holista retorna como ganho heurístico aquilo que potencialmente se perde em alguma parcimónia (Price e Reus - Smit 1998, Wendt 1987, Reus-Smit 2009, 165). Esta opção holista parece assegurar que se ultrapasse o que Reus-Smit define como insuficiente atenção à complexidade de valores e ideias, no âmbito da definição da política dos Estados e das políticas das instituições internacionais (Reus-Smit 2009, 26).

2.3.1 A construção do Estado e da nação

Ao ser centrado no Estado/nação, no caso, Portugal, o nível de análise enquadrado pela perspetiva construtivista é influenciado, a montante, pelo contributo das proposições da “English School”. O contributo da “English School” é relevante pela posição diferenciada do paradigma realista para a análise da relação entre Estados, assim como é relevante pelo desenvolvimento teórico precursor da proposta teórica construtivista.

A “English School” assume que o Estado é constituído pela nação, e que o Estado como agente internacional é a base da existência das relações internacionais (Bull 2002, 13). A sensibilidade da “English School” à História permite a Bull desenvolver o conceito de “sociedade” de Estados para além do conceito de sistema de Estados (Bull 2002, 19). A definição não anárquica da relação internacional dos Estados, em que Bull situa o seu trabalho, recebe a influência científica de Martin Wight, que é também conotado com a

“English School”. O desenvolvimento do conceito de “sistema” de Estados, que foi estabelecido tendo em conta a matriz eurocêntrica, significa, no início do séc. XX, uma hierarquização de Estados. Esta hierarquização é protegida por uma formulação legal internacional que pretende estabelecer uma espécie de equilíbrio de poder (Wight 1977, 21-45). Esta perspetiva do poder parece ter efeito no pensamento de Wendt. Na obra “Social Theory of International Politics” de 2003 o autor reconhece que desenvolve uma teoria do sistema cultural (e não material) internacional anárquico como fenómeno emergente. O sistema tem nos Estados os agentes, sendo que culturalmente esse sistema é tido como elaborado dentro do paradigma Hobesiano/Rousseauiano-Lockeano/Kantiano, dependendo da postura e relação de cada ator com os demais. Filosoficamente, isto coloca a obra de Wendt, na sua própria opinião, como uma tentativa híbrida entre positivismo e interpretativismo (Wendt 2005b, 178-179).

A formulação da cena internacional dentro da lógica anárquica de sistema, ou sociedade, internacional, tem a sua base no agente que é o Estado, e a relação entre os agentes tende a ser dominada pela procura, manutenção ou expansão de poder. O poder, a detenção de poder, sugere que quanto mais poder um dado agente agregue, maior a capacidade desse agente e maior a estabilidade do sistema. A dedução lógica da frase anterior é desmontada por Cooper. Para Cooper, o equilíbrio de poder reside nos Estados detentores de relativo poder, mas capazes de promover alterações nas opções dos poderes hegemónicos (Cooper 2000, 8-10).

Esta perspetiva de Cooper é tanto mais interessante quanto a perspetiva, clássica, do papel de Portugal na cena internacional parece encontrar aí alternativa. A perceção da componente ideada no desenho das relações internacionais portuguesas pode, a este nível, sugerir em que medida a componente ideada portuguesa permite, sugere, ou impõe uma dada perceção e ação na cena internacional. Colocar Portugal como nível de análise numa investigação não comparativa impede o cotejo com outros Estados. Em contrapartida, a proposta do nível de análise parece oferecer o aprofundamento e a renovação de conceitos dados como adquiridos. O cuidado em estabelecer uma análise exaustiva, em latitude e longitude, da realidade, das realidades, permite ultrapassar a acusação de Checkel quanto à incapacidade do construtivismo para oferecer uma explicação que comporte a mudança para o agente. Para Checkel, a construção teórica construtivista terá necessariamente de

passar pela real análise da estrutura e da agência, sendo que a agência implica a definição e elaboração de normas/conceitos pelos próprios investigadores construtivistas, os quais tendem a utilizar tais conceitos como são oferecidos por outras correntes ou disciplinas (Checkel 1998, 338-348, Legro 1997). Portugal como nível de análise não significa que Portugal seja encarado como um agente autónomo na cena internacional (Wendt 2004, 309). As características, representadas por determinados traços psicológicos, legais e morais humanos, não são tidas como identificadoras de Portugal como entidade, independente, ou seja, não é proposto que Portugal seja alvo de uma personificação (Wendt 2004, 289, 294).

O afastamento da ligação entre Estado e Homem, a personificação do Estado, proposta por Wendt, é relevante quanto ao posicionamento do papel e da função do Estado. Parece interessante referir o contributo do utopista Norman Angell para este ponto. O autor afirma mesmo que “(...) uma nação não é uma pessoa” nem deve ser dado ao Estado “(...) caráter de pessoa ou indivíduo” (Angell 2002, 122, 238). O construtivismo parece, neste ponto, partilhar ontologicamente elementos do pensamento da corrente utópica, que Angell representa.

Para os construtivistas, a ontologia do Estado como pessoa está distante da proposta realista de Carr, que aceita o Estado como amoral (Carr 2001, 194). Esta posição realista assume inerentemente que todas as ações do Estado são válidas. Logo, não existe qualquer relação entre a comunidade/nação e o Estado, pois este assume que a sua ação é racionalmente perfeita. O Estado é um conceito que, a nível interno, implica a subdivisão em múltiplos elementos, no seio dos quais o diálogo se estabelece de múltiplas fórmulas e é potencialmente confuso e impreciso. A multiplicidade de elementos de um Estado condiciona a ação do Estado? Para Painter a resposta é afirmativa. O autor defende que o Estado é uma entidade construída (Painter 2006, 754). Defende também que o conceito de Estado é uma construção limitada no âmbito interno, o que significa que a ação externa do Estado é o reflexo da própria construção interna do Estado, e não apenas a relação do Estado com outros Estados (Painter 2006, 760-764).

O Estado é um conceito que comporta uma multitude concetual. Na definição de Estado, é possível um enfoque quer no papel do interesse de Estado, quer no papel da identidade. A separação entre o interesse e a identidade, enquanto componentes do conceito de Estado, é potencialmente diminuidora da implementação de um conceito operacional e explanatório, já que a não utilização desses componentes pode retornar uma análise incompleta do quadro geral que forma o Estado. A identidade de Portugal, da nação portuguesa estabelecida num Estado, é entendida nesta tese como uma construção identitária que partilha uma “ideia” comum (Smith 1991). Mas é aceite que, tal como Weaver defende, a identificação da comunidade da nação com o Estado, e a capacidade do Estado se impor à nação é diferente da partilha de identidade entre eles (Weaver 1998, 77).

2.3.2 A construção da identidade

Para Finnemore e Sikkink, a identidade do Estado condiciona e molda as suas opções de ação (Finnemore e Sikkink 2001, 398). Existem, contudo, identidades diferenciáveis no Estado, quando este se comporta dentro do seu âmbito interno, ou quando o faz na cena internacional. Isto é um potencial conflito, que limita a operacionalidade da identidade do Estado (Finnemore e Sikkink 2001, 398-399).

A identidade nacional condiciona a ação internacional dos Estados. William Bloom vai mais longe e defende que, a par com a identidade nacional, a ideologia dominante num Estado formata as possibilidades de ação do Estado (Bloom 1993, 1). A ideologia significa, também, a forma como a ligação entre o Estado e a comunidade que forma a nação é estabelecida. Para o autor, as ideologias não existem num “vacuum psicológico” (Bloom 1993, 52), mas Bloom entende a ideologia como a génese da realidade para o Estado e para a comunidade da nação. Isto, por sua vez, implica a nulidade da vontade da comunidade perante a força da ideologia. A relação direta entre o indivíduo e o Estado coloca o indivíduo na configuração de unidade mínima da “massa” da comunidade. A “massa”, por seu lado, é sustentada pelo reconhecimento e aceitação de símbolos nacionais que formam o enquadramento psicológico dessa comunidade (Bloom 1993, 52).

É neste quadro que Bloom faz notar que a construção da ideia de identidade nacional pode ser o resultado da manipulação da comunidade pelo Estado. A capacidade do Estado criar ou utilizar momentos externos de crise ou de ganho como forma de potenciar a associação da comunidade em torno de uma construção identitária merece registo (Bloom 1993, 79-84). A argumentação de Bloom necessita da construção do “Outro”, e essa construção é necessariamente uma construção social que tem por base a ideia partilhada pela comunidade. Para funcionar, o enquadramento ideológico do Estado implica que todos os indivíduos de uma comunidade sejam membros plenos dessa ideologia. Aceitar que tal possa ocorrer é, todavia, demasiadamente otimista.

O tema da identidade nacional é reconhecido pelo realista Morgenthau como um elemento relevante na esfera internacional. Nesta esfera, a identidade nacional ou “carácter nacional” estabelece-se na dinâmica entre a comunidade e os seus representantes, assim como na dinâmica entre produtor e consumidor de opinião, que habilita a realização de um “carácter nacional” (Morgenthau 1948, 98). Esta é uma argumentação bem distinta da de Mesquita e Smith, que fazem realçar a relevância da política interna na defesa das escolhas e opções externas. Isto significa que a possibilidade de análise a líderes políticos, ou ao contexto operacional das instituições internas, podem indicar a dinâmica interna que produz efeitos externos (Bueno de Mesquita e Smith 2012). O reconhecimento da identidade específica de determinada comunidade surge, assim, na perspetiva construtivista, como um elemento primordial. Para Havercroft, a identidade de um agente (Estado) é auto reconhecida e hétero reconhecida, ou seja, a identidade é estabelecida pelo reconhecimento, feito pelo próprio agente, de características específicas que o definem, e pelo reconhecimento, por outros agentes, das características definidoras da identidade do primeiro (Havercroft 2008, 115-116).

A relação da identidade com o interesse nacional parece indicar um processo relacional. No âmbito teórico construtivista, o interesse nacional é tido como

“not merely the collective interests of a group of people; nor, with rare exceptions, are they the interests of a single dominant individual. Rather, national interests are intersubjective understandings about what it takes to advance power, influence and wealth, that survive the political process, given the distribution of power and knowledge in a society” (Adler 1997, 337).

Para Jutta Weldes, o interesse nacional e a identidade são condicionados pelo poder que está implementado numa dada comunidade (Weldes 1996, 304). A naturalização da realidade é uma construção social. Esta construção é orientada por um poder institucional que faz equivaler o interesse nacional à necessidade de construir a legitimidade interna de um agente (Estado). A construção social é projetada na cena internacional pela relação que o agente (Estado) estabelece com outros agentes (Estados) (Weldes 1999, 9,303). No extremo, esta argumentação de Weldes pode ser criticada por admitir a existência de agentes que povoam a cena internacional com múltiplas ficções de legitimação interna.

2.3.3 A construção do conceito de soberania

O conceito de soberania pode ser equivoco. David Held defende que o conceito de soberania clássica é estabelecido em duas dimensões. Na dimensão interna, a soberania confere a capacidade de impor legitimamente o controlo de uma dada comunidade num determinado território. Na dimensão externa, a soberania não assume qualquer condicionalismo de outros agentes soberanos e reconhece a prossecução dos interesses desses agentes como válida. O autor ressalva que o conceito de soberania foi sujeito a uma revisão no período pós-1945, dada a superioridade reconhecida aos agentes “democráticos” em relação aos agentes não democráticos, e dada a integração dos agentes em estruturas supranacionais que subtraem pilares clássicos da definição de soberania dos Estados (Held 2002).

Para Reus-Smit, a legitimidade de um agente exige mais que a soberania “per se”. Para o autor, a soberania é apenas um “princípio organizativo” de uma comunidade estabelecida num dado território geográfico. A soberania organiza o poder e autoridade da comunidade num sistema político que representa essa comunidade (Reus-Smit 2009, 159). A diferenciação entre soberania interna e soberania externa é formulada por Wendt, em linha com o autor anterior. O reconhecimento “de facto” da soberania interna é referente ao controlo de um território geográfico e ao exercício de controlo político desse território, e o reconhecimento internacional “de jure” do agente existe como parte da “sociedade de estados” (Wendt 2004, 294).

A argumentação de Wendt segue de perto a de Hedley Bull. Para Bull o agente (Estado) representa

“(...) Comunidades políticas independentes, cada uma das quais possui um governo e afirma a sua soberania com relação a uma parte da superfície terrestre e a um segmento da população humana. De um lado, os estados têm, com relação a esse território e a essa população, o que poderíamos chamar de "soberania interna", ou seja, a supremacia sobre todas as demais autoridades dentro daquele território e com respeito a essa população; de outro, detêm o que se poderia chamar de "soberania externa", que consiste não na supremacia mas na independência com respeito às autoridades externas” (Bull 2002, 13).

Um elemento central da definição de soberania do agente está colocado no controlo da integridade territorial, como se regista na argumentação anterior de Held, Wendt e Bull. No entanto, Painter vê a definição de soberania com base na capacidade de controlo territorial como falaciosa. O autor defende que os agentes podem ser incapazes para, ou não terem interesse em, limitar os movimentos migratórios, comerciais e técnicos que estabelecem redes de contacto. Isto, por sua vez, dilui o conceito de soberania enquanto sinónimo de unicidade territorial (Painter 2006, 765).

A ação do agente, quer no âmbito interno quer no âmbito externo, parece ser uma miríade de relações e condicionamentos múltiplos que balizam quer a perceção da realidade quer a procura dos seus interesses. Ao debruçar-se sobre a origem da cooperação humana, o psicólogo Michael Tomasello defende que as comunidades se baseiam na colaboração dos indivíduos que as constituem, o que acaba por permitir a alteração das comunidades (Tomasello 2008, 116). A construção social da relação de agente-poder-identidade-soberania enquadra, para McSweeney, a forma como a identidade e os interesses de um dado agente condicionam as opções de segurança desse mesmo agente (McSweeney 1999, 214).

2.3.4 A construção do poder

Para além da atenção à forma como o agente Estado estabelece a sua ação relativamente à detenção de poder e identidade, o construtivismo reconhece a importância da análise do fator ético. O enquadramento ético da ação do agente nas relações internacionais é devido

à construção social do agente, que por essa razão incorpora e é capaz de identificar cenários em que tem de agir, ou não, de acordo com a ética da sua comunidade (Price 2008, 281-282).

A construção de poder por um agente (Estado) pode ser realizada no estabelecimento de uma posição ética. Para Frost, a ética, como elemento estratégico na cena internacional, é estabelecida na relação de um Estado com outros. A identificação da posição ética de cada agente permite o reconhecimento mútuo de valores éticos e garante assim uma vantagem estratégica perante os outros agentes (Frost 2009, 93). Na perspetiva de Frost, a utilização estratégica que um agente faz da sua opção ética de forma a garantir os seus interesses ou assegurar o seu poder implica a partilha dessa opção ética pela comunidade. Esta assunção de coincidência entre a posição ética do agente e da comunidade é colocada em causa por Buzan e Albert. Para Buzan e Albert, a perceção da coesão interna, por um Estado, é superior à perceção da coesão externa (Albert e Buzan 2013, 121). Neste sentido, esta perspetiva pode enviesar o reconhecimento do internacional e permitir a leitura, errada, da esfera nacional de um Estado como tendencialmente homogénea.

A relação da ética com a postura normativa de um agente (Estado) é estabelecida por Finnemore. A autora defende que a estrutura normativa do agente é condicionada e existe pela partilha com a comunidade, o que implica que a estrutura do agente não surja por geração espontânea (Finnemore 2008, 198). A posição normativa do agente é de tal forma relevante para Finnemore que a perceção da necessidade de ação do agente é estabelecida pelo enquadramento normativo, ou seja, a realidade é o que a lente normativa permite reconhecer como realidade (Finnemore 2008, 200). A perspetiva da relação do agente com o enquadramento normativo e ético coloca uma análise construtivista numa posição privilegiada, pela aceitação do papel do ideado (Finnemore e Sikkink 2001, 393).

O pragmatismo construtivista permite a Price defender que a ética é uma variável que informa a ação do agente (Estado) (Price 2008, 287). A relativização do papel da ética na ação do agente potencia o papel da hipocrisia no desenvolvimento e dinâmica de políticas internacionais. Para Lynch, o construtivismo permite encarar a hipocrisia como uma ferramenta da ação do agente (Lynch 2008, 173). A utilização da hipocrisia pelo agente é limitada apenas pela capacidade de outros agentes colocarem em risco a posição

normativa e ética do primeiro agente, o qual, perante a menorização da sua posição, tendencialmente abandona a utilização da hipocrisia como estratégia e assim mantém a sua legitimidade (Lynch 2008, 167-170).

A legitimidade do agente na cena internacional é crucial para a defesa da sua posição e para garantir a persecução dos seus objetivos. Um elemento central no reconhecimento da legitimidade de um Estado é a legitimidade da soberania desse mesmo Estado. A relação internacional entre Estados tem por pressuposto que cada Estado é efetivamente detentor da soberania da comunidade que diz representar.

2.3.5 A construção da segurança

Sob o prisma construtivista, a questão securitária permite considerar o agente (Estado) soberano condicionado pela ética, no que diz respeito às suas opções estratégicas. Isto significa que o construtivismo é capaz de identificar a medida em que a opção ética do agente (Estado) estabelece um quadro de ação para esse agente (Estado), assim como condiciona a ação ou reação de outros agentes (Estados) para com esse agente (Estado). Para Adler e Barnett, a dificuldade de utilização do conceito de “comunidade” no âmbito internacional é sintomática da dificuldade dos investigadores em entenderem a comunidade internacional como um complexo securitário que reflete os aspetos normativos e éticos dos agentes. Os autores apontam a preferência dos investigadores pela cooperação entre agentes de forma extemporânea, enquadrados pela anarquia e pela procura de vantagem perante os demais agentes (Adler e Barnett 1998a, 3).

Para Adler e Barnett, a comunidade securitária pode ser concetualizada pela via pluralista ou amalgamada. A via pluralista está associada à conceção transnacional de uma comunidade securitária, em que os agentes assumem que existe a predisposição para a paz. A via “amalgamada” aceita a unificação de duas comunidades, ou mais. A realização plena de uma comunidade securitária depende da ação externa de um dado agente, mas também da ação interna de cada agente. Isto faz coincidir a necessidade relacional e sincrónica da identidade do agente nos diferentes planos, interno ou externo (Adler e Barnett 1998b, 29-59). A proposição de Adler e Barnett é devedora da construção anterior de Deutsch, que estabeleceu a divisão de comunidades securitárias nas tipologias

pluralista e amalgamadas. Para Deutsch, a amálgama implica a fusão de dois ou mais agentes sob um governo federal ou unitário participado, onde existe a possibilidade de integração normativa e material. Ao contrário, a opção pluralista estabelece-se na cooperação de agentes independentes e separados com relações comuns e reconhecimento de comportamentos mútuos delimitados (Deutsch 2003, 124-141).

A fundação da comunidade securitária é estabelecida na conjugação de interesses comuns que, ao encontrar sustentação na identificação entre agentes envolvidos, permite estabelecer uma relação de confiança entre eles (Adler e Barnett 1998b, 37). A opção comunitária de segurança implica a redefinição do conceito de segurança e poder por parte dos agentes. Esta opção ultrapassa a questão do poder militar enquanto elemento preponderante no âmbito securitário, para passar a incluir vetores de segurança como o económico, ambiental e do bem-estar social (Adler e Barnett 1998a, 4). Esta formulação de Adler e Barnett vai ao encontro da defesa de Waever quanto à constituição de uma comunidade securitária enquanto eliminação da possibilidade de qualquer tipo de violência dentro dessa comunidade (Waever 1998, 81). Para Reus-Smit, a existência da comunidade securitária significa que a relação entre os agentes (Estados) reconhece que o controlo da anarquia e do foco de agressão nasce da relação colaborativa que modifica e hegemoniza as identidades dos próprios agentes (Reus-Smit 2009, 14-21).

Na análise do poder do agente e da relação entre forças transnacionais e nacionais, Adler e Barnett encaram as políticas de segurança fora do âmbito teórico dualista realismo-idealismo (1998a, 14).

A construção securitária nos moldes referidos indica a manutenção da soberania, autoridade e legitimidade do agente e é condicionada pela comunidade securitária. A interligação que a comunidade securitária exige permite o estabelecimento de uma partilha e comunhão normativa que perpassa o agente e que se estabelece na própria comunidade. Essa partilha normativa assegura que a possibilidade de desvio de um dado agente seja potencialmente controlável pela própria comunidade de origem desse agente (Estado), a qual impede a ação isolada do mesmo (Adler e Barnett 1998b, 36, Reus-Smit 2009, 156-159). A argumentação anterior é devedora do trabalho de Deutsch, na medida em que ultrapassa o cariz realista no âmbito material, no âmbito do poder e no âmbito da

construção da sociedade internacional, para se focar numa perspetiva ideacional e normativa (Adler e Barnett 1998a, 8). A “apropriação” pelo paradigma construtivista da proposta de Deutsch reflete a construção de comunidades securitárias, em 1957, como a “integração” de comunidades que partilham elementos normativos, “instituições e práticas” a um nível que comporte o reconhecimento mútuo pacífico e que anule a competição e a anarquia entre eles (Deutsch 2003, 123).

A questão securitária internacional passa, então, pela capacidade ou incapacidade de manter a paz, ou pelo menos a ausência de guerra. Num extremo, o realismo é tido como associal, onde o agente se comporta de forma individualista e se relaciona numa estrutura de forma discreta. No outro extremo existe o construtivismo, que assume uma construção e interação social que admite uma estrutura internacional normativa e material, onde os agentes são elementos de origem e de partilha no desenvolvimento normativo (Adler e Barnett 1998a, 10).

Na perspetiva de Ole Waever, a Europa Ocidental representa um caso de comunidade securitária que, por razões históricas, perpassou quatro fases distintas no séc. XX. O autor faz coincidir o período das décadas de 40 e 50 com um momento de insegurança, a década de 60 como momento de segurança, a década de 70 até meados da década de 80 como um momento de “de-securitização“, e a pós década de 90 como “re-securitização” (Waever 1998, 69). O processo securitário da Europa, defende Adler, deve-se à criação e pertença dos agentes europeus a organizações internacionais como a NATO ou a OSCE. Estas organizações permitem estabelecer laços ideacionais e materiais entre agentes e comunidades, laços nos quais se fundamenta o reconhecimento de um sentimento de identidade coletiva partilhada (Adler 1998, 120).

Para Tilly, a construção comunitária internacional de cariz eurocêntrico não deve ser encarada como elemento novo. O autor defende que, em período pré Vestefália (séc. XVII), a existência de comunidades securitárias não dependentes do edifício estatal moderno – leia-se, controlo territorial e centralização de poder – ultrapassa a definição do conceito operante da comunidade securitária. Simultaneamente, Tilly propõe que é crucial reconhecer a importância da inter-relação das comunidades humanas nos vetores

normativo e material que, potencialmente, garantem a existência da comunidade “a-estatal” (Tilly 1998, 407).

2.4 Conclusão

Parece possível afirmar que, no construtivismo, o conceito de poder é abordado de uma forma abrangente, o que permite estabelecer uma teia de relações e causalidades relevante. A constituição de comunidades securitárias que se estabelecem por relações normativas e materiais intensas não pode deixar de ter em conta que, fora da comunidade securitária, existe um outro “mundo” que necessita de reconhecer o papel do poder nas relações internacionais.

O poder, para Adler, representa uma íntima relação entre poder e reconhecimento. O último é uma fórmula de legitimação do primeiro, e o primeiro é a capacidade de um agente impor a outro agente um enquadramento material e normativo (Adler 1997, 336). Já para Guzzini, o conceito construtivista de poder permite alterações de paradigma. O autor defende que é possível alterar o foco concetual do “significado do poder” para o que “o poder faz” (Guzzini 2000, 171).

Para Barnett e Duvall, as relações internacionais podem ser objeto de múltiplas e polimórficas abordagens no prisma construtivista (Barnett e Duvall 2005, 40). Estas múltiplas abordagens possibilitam interpretações quanto à capacidade material e normativa dos agentes, e quanto à capacidade dos mesmos em influenciar a ação de outros agentes (Barnett e Duvall 2005, 41-45). Barnett e Duvall defendem que a generalidade dos pensadores construtivistas não cuida da operacionalidade e concetualização do conceito de poder. A aproximação e “colagem” à corrente realista na utilização do conceito de poder expõe os construtivistas a uma autolimitação que dificulta o real desenvolvimento teórico. Essa limitação está ligada à identificação da identidade e interesses dos agentes (Estados) nas estruturas normativas, sem nunca se analisarem as ditas estruturas normativas como elementos de poder (Barnett e Duvall 2005, 41). Com isto, cai-se assim na relação de causalidade, defendida pelos realistas, entre o poder e a capacidade desse poder para assegurar resultados ou efeitos (Barnett e Duvall 2005, 42).

A proposta de Barnett e Duvall para o desenvolvimento teórico construtivista do conceito de poder é desenhada segundo uma díade analítica entre géneros dicotomicamente separados. Estes géneros consistem, por um lado, na génese do poder na construção social, génese que marca as opções do agente, e, por outro, na construção de poder pelos participantes sociais. Estes participantes apresentam características específicas e “difusas” que detêm a capacidade de projetar a sua influência na estrutura do agente (Barnett e Duvall 2005, 42-47).

A construção do conceito de poder, para Wendt, é estabelecida na opção dicotómica entre a corrente realista e a corrente idealista/utópica. O autor coloca a construção do poder realista no âmbito da “força material”, e a construção de poder para idealistas e utópicos no âmbito dos aspetos normativos e ideacionais (Wendt 2003, 97).

Com a devida diferenciação, não deixa de ser interessante notar que a definição do conceito de poder não passa ao largo do contributo de Dahl. Dahl defende a relação entre agentes onde a distância, ou tempo, representa um elemento na perceção do poder. Este é formulado sob a máxima: “(...) A has power over B to the extent that he can get B to do something that B would not otherwise do” (Dahl 1957).

Para Guzzini, a visão construtivista do poder está ligada ao enquadramento social, histórico e teórico que baliza o desenvolvimento desse mesmo conceito. A relação do poder com os poderes, para Guzzini, não deixa de representar também a relação direta entre a legitimidade procurada pelo poder e o “papel performativo” do conceito de poder (Guzzini 2007).

O poder, afinal, pode ser apenas “a arte do possível” (Guzzini 2000, 156).

A “genealogia” (Williams 2003) de pensamento construtivista que foi desenvolvido ao longo deste capítulo procura situar e justificar o racional teórico adotado na presente investigação. As perspetivas diferenciadas de alguns dos autores citados desenharam o quadro múltiplo em que a análise em Relações Internacionais se pode estabelecer. O desenvolvimento deste capítulo permite estabelecer a importância do retorno ao básico, à necessidade de confrontar e validar conceitos e teorias tidos como estabelecidos. Esta

postura reconhece o contributo de Der Derian, quando defende que propostas diferenciadas devem ser ousadas o suficiente para conseguirem oferecer novas vias e teses no campo das Relações Internacionais (Der Derian 1989, 4).

A investigação desenvolvida nesta tese está necessariamente colocada num contexto histórico definido. Defende-se aqui, porém, que tal não constitui uma limitação para a produção teórica da disciplina de Relações Internacionais. Ao contrário, a opção de analisar um período delimitado do passado de Portugal pode promover o conhecimento científico de “realidades” (Williams 2003, 19) que, sendo históricas, foram, também, bases para a construção das relações internacionais contemporâneas.

O capítulo que se segue revê a literatura académica relevante para o objeto das Relações Internacionais portuguesas do período considerado, procurando estabelecer as correntes principais de pensamento e os conceitos balizados pela ciência social.

Uma questão de fundo que se levanta na análise da literatura sobre Relações Internacionais portuguesas passa por saber se existe o que Coker designa de “Surfingthe Zeitgeist”, ou seja, se existe uma construção científica direcionada para o estabelecimento de um “zeitgeist”, ou se, ao contrário, se aceita que Portugal é composto por múltiplos e variados “zeitgeist” (Coker 2003), em linha com uma realidade difusa e complexa (Lebow 2008, 111). O próximo capítulo tenta dar conta desta questão.

CAPÍTULO III - Portugal no pós II Guerra: enquadramento histórico

Portugal existe?

O texto que se segue procura estabelecer como e de que forma Portugal é apresentado no discurso das ciências sociais portuguesas. A diversidade da obra científica é, assim, utilizada de forma a permitir uma leitura ampla da “realidade”. Por sua vez, a perspetiva construtivista do investigador admite a miríade de prismas que, em conjunto, retornam uma imagem plural da “realidade”, no caso a(s) realidade(s) portuguesa(s) para o período 1945-1960. As páginas subsequentes reveem a obra científica que se debruça sobre as temáticas da construção identitária, nação, poder e estratégia internacional de Portugal.

3.1 Portugal: a construção da esfera interna

3.1.1 A construção identitária

A construção identitária de Portugal de si para si e perante os outros parece constituir um processo que decorre há muitos séculos. Mas a especificidade portuguesa é devedora da “identidade portuguesa” ou é criadora da mesma?

Para António Barrento, a construção identitária portuguesa tem como elementos centrais os vetores político-religioso-territorial. O processo de reconquista terrestre na Península Ibérica cristã sobre os Mouros e a defesa marítima contra a agressão normanda permitiu desenvolver um sentido identitário de cariz estratégico na comunidade do então Condado Portucalense (Barrento 1988).

A defesa identitária de Portugal como “(...) unidade rara e permanente na história” leva António Barreto a identificar Portugal como uma unidade diferenciável das demais unidades pelo “(...) alto grau de homogeneidade etno-cultural” que se fundamenta na integridade de “(...) um território, um povo, uma nação, uma língua, uma fronteira, uma religião” (Barreto 1995, 842). A construção identitária portuguesa, nos moldes apresentados por António Barreto, aceita facilmente a proposta de Luís da Cunha quanto à existência de uma “alma” nacional que cruza “(...) elementos distintos que lhe dão uma corporização que se pretende consistente e imutável” (Cunha 1994, 94).

Eduardo Lourenço define Portugal e os portugueses como “(...) gente inscrita num certo espaço físico e cultural” (Lourenço 1994, 10), que é uma “(...) comunidade nacional como uma tribo” (Lourenço 1994, 14). Para o autor, estas características possibilitam mais que uma identidade. Possibilitam a existência de uma “hiperidentidade” que se estratifica e relaciona numa base comparativa permanente com a Europa, sua matriz referencial, mas que provoca em Portugal uma “(...) quase mórbida fixação na contemplação e no gozo da diferença que nos caracteriza ou nós imaginamos tal no contexto dos outros povos, nações e culturas” (Lourenço 1994, 10). A ligação da identidade portuguesa com a influência religiosa e territorial é afirmada por Dom Manuel Clemente. Para lá disso, a originalidade do autor reside na relação que o elemento religioso e territorial estabelece com a especificidade do Homem que aí existe (Clemente 2008, 9-12).

A construção identitária com raiz territorial é proposta de uma forma diferenciada por Heriberto Cairo. Para o autor, a utilização da narrativa visual construída em mapas foi um elemento essencial da construção da identidade nacional no decorrer do Estado Novo. Este processo serviu um propósito de regime, que dessa forma tentou enquadrar o imaginário popular (Cairo 2006, 367,390). A tese de Cairo levanta mais questões que respostas. A tomar como universalmente válida a proposta de que a criação de uma narrativa visual é uma forma de condicionamento da percepção da “realidade”, tal implicaria que a narrativa atual, que vai desde a formação de Portugal ao papel das descobertas, seja um condicionamento propositado da “realidade” com que se pretende criar uma narrativa identitária.

A reflexão sobre a questão identitária portuguesa no decorrer do séc. XX revela quanto a temática é diversificada e ampla. A construção identitária de Portugal como “caso especial” permite a Cláudia Castelo identificar Adriano Moreira como o autor seminal do conceito (Castelo 1998, 13). A especificidade de Portugal é a disfuncionalidade portuguesa. Para Adriano Moreira, a inerente incapacidade portuguesa significa a subtração de Portugal à pertença plena ao sistema internacional pós-1945, tornando Portugal um elemento disfuncional operativo (Moreira 1984b, 27). A defesa do papel disfuncional de Portugal na cena internacional, por Moreira, é partilhada, por António Telo e Virgílio de Carvalho (Telo 1995, 967, 971, Carvalho 1986).

Para Telo, a disfuncionalidade de Portugal reside nos “meios de disfunção” historicamente estabelecidos e que estão relacionados com a conjugação de fatores geográficos-políticos-sociais-culturais. Para o autor, a fragilidade de Portugal na sua exposição a forças externas significa a exposição a condicionantes económicas-políticas-militares-ideológicas. Por alinhamento ou dissociação do poder externo, Portugal tem de ajustar as suas opções funcionais. A ingerência externa em Portugal é de tal ordem eficaz que Telo estabelece, no ciclo longo de Kondratiev, a regularidade de alteração política imposta do exterior. O autor propõe que a estagnação social da sociedade portuguesa é desregulada apenas por esses momentos de pressão externa, as quais se materializam no setor tecnologicamente mais sensível em Portugal, que são as Forças Armadas. A importância da tecnologia na alteração da posição das Forças Armadas não é entendida no sentido da relevância tecnológica “tout court”. A mudança tecnológica é relevante pela obrigatoriedade do ajuste humano à tecnologia, ou seja, a necessidade de formação e domínio técnico e científico exige que as Forças Armadas necessitem de homens com competências técnicas diferenciadas, o que destabiliza o equilíbrio interno das Forças Armadas, e por arrasto, destabiliza a médio prazo o “status quo” da posição desses homens na sociedade. A tecnologia, as Forças Armadas e o papel das últimas na sociedade portuguesa são pensados, pelo autor, dentro do efeito dominó. A alteração de processos nas Forças Armadas é o precursor da alteração na estagnada sociedade portuguesa (Telo 1997, 2005, 116-130).

A tese de Telo ilustra a fragilidade de Portugal na construção da sua identidade. Parece possível defender que essa razão leva Adriano Moreira a alertar para a existência de “(...) demónios interiores do espaço ocidental” (Moreira 2009, 92), que podem representar focos de instabilidade para Portugal. A tese de Telo quanto à quebra da cristalização social de Portugal pela ação das Forças Armadas portuguesas expostas à inovação técnica externa, associada à tese de Adriano Moreira que remete para o enquadramento ideológico e civilizacional do Ocidente, coloca Portugal perante a escolha possível. Por um lado Portugal é poroso às influências externas, por outro lado essas mesmas influências podem ser contraditórias, diferenciadas e não desejadas. A identidade de Portugal passa, assim, pela incapacidade de ignorar as pressões internacionais, sejam elas de ordem civilizacional ou ideológica, e passa simultaneamente pela necessidade de Portugal ser exposto a pressões externas para alterar o marasmo e estagnação interna de Portugal. Parece interessante anotar como os autores mencionados defendem a homogeneidade de Portugal como condutor da sua especificidade, o que vai ao encontro da definição de nação, de Anthony Smith, como uma comunidade que ocupa um território geográfico, leis, costumes, cultura e história que cimentam o reconhecimento de si e para si (Smith 1991, 40).

A construção de Portugal como uma nação homogénea parece, no entanto, ser ela própria uma elaboração científica e socialmente construída. Para José Augusto Seabra, a criação do conceito de carácter nacional pode ser uma construção facilitadora para definir uma comunidade, mas não consegue abarcar a realidade total de uma comunidade. A comunidade como entidade heterogénea, defende o autor, é capaz de manter a integridade dentro da heterogeneidade, sendo que o autor aceita que a proposta de uma comunidade heterogénea não se enquadra no modelo clássico de comunidade que é de cariz homogéneo (Seabra 1982, 97,106). No mesmo sentido, António Teixeira Fernandes defende que “as sociedades não são realidades em total homogeneidade” (Fernandes 1996, 275).

A construção da identidade de uma comunidade em nação pode passar por aquilo que José Almeida define como a “perspetiva situacional” de vários atores que agem dentro de uma comunidade (Almeida 2004, 151-154). Esta linha de pensamento parece ser partilhada por Sérgio Gomes. Para Gomes, a construção da identidade de uma

comunidade é estabelecida pela “(...) configuração de ligações onde a Identidade individual encontra uma possibilidade de realização” (Gomes 2011b, 256).

A construção identitária da comunidade em nação parece existir, em si mesma e por si mesma. Mas como se constrói o Eu da comunidade sem o Outro?

Para Luís da Cunha e Moisés Martins, a “euforia mítica” de Portugal ilustra como uma pequena comunidade pode encontrar uma fórmula explicativa da necessidade da sua existência e especificidade pela ligação, no caso, a Deus. A relação direta com uma deidade que reforça a especificidade da comunidade parece, assim, funcionar como elemento agregador de uma comunidade (Cunha e Martins 1998, 139). Por outro lado, segundo Susana Chalante, no plano pragmático, a construção do Eu perante o Outro pode ser condicionada ativamente pelo Estado. No período 1933-1939, a construção, feita pelo Estado Novo, de um Eu perante o Outro é estabelecida na limitação da entrada de cidadãos estrangeiros em Portugal. Esta limitação ocorre sob a capa da defesa do mercado e da proteção da comunidade, face a conceitos e ideologias contrárias ao ideário Salazarista, mas representa uma construção ativa do Outro por oposição ao Eu (Chalante 2011).

Na mesma linha pragmática da defesa do Eu perante o Outro, Maria Isabel João assinala o momento em que o Estado Novo, na revisão constitucional de 1951, modifica a nomenclatura dos territórios portugueses não europeus de Colónias para Províncias Ultramarinas. O Estado Novo fá-lo, mesmo que condicionado pela pressão internacional que defende a autonomia de territórios coloniais, não executando a “(...) simples operação de cosmética política, mas a consequência lógica de se considerar as colónias como algo intrínseco da identidade nacional” (João 1999, 823).

A mudança de registo do Estado Novo para com os territórios portugueses extra europeus, nomeadamente os territórios africanos, tem para Rosa Cabecinhas e Luís Cunha uma base administrativa, mas os autores também reconhecem uma base rática. Parece ser possível relacionar a tese de Maria Isabel João com a tese de Rosa Cabecinha e Luís Cunha através do conceito de comunidade não homogénea. A reação perante o “negro” leva a encará-lo entre “(...) a atração do exótico (...) e a repulsa” (Cabecinhas e Cunha 2003, Cabecinhas

2002, 80). Quando assimilado pela entidade benevolente e orientadora, para o “Homem Branco” é tolerado como elemento braçal e útil, mas quando elemento “selvagem” é perigoso e inconstante (Cabecinhas e Cunha 2003, Cabecinhas 2002, 80). A análise de Cabecinhas e Cunha demonstra como a ideia de nação não incorpora a necessária homogeneidade. Para além de questões políticas e estratégicas, a construção da identidade de uma comunidade, ao aceitar que seja constituída pela diferença, aceita que a diferença seja realizada para além da cor da pele.

É comumente aceite que a construção da identidade de uma comunidade não pode ignorar condicionantes como o tipo de regime político. A essa perspetiva, acresce o contributo de Rosa Cabecinhas, no reconhecimento de que as teorias rácicas clássicas de cariz biológico foram abandonadas para se reformularem sob o conceito de raça de cariz social (Cabecinhas 2002, 62). Assim, a criação da identidade da nação, Portugal, não reside na homogeneidade mas sim na produção hierarquizada de um grupo de atores internos que condicionam a formulação da ideia da própria comunidade. A construção da identidade parece ser necessariamente “experimentada e consciente” (Pires 1976, 89).

3.1.2 A construção do conceito de nação

Para Lamas, o conceito de nação é impossível de atingir. O autor defende que as Nações “(...) são singularidades que se narram e o menos que se pode dizer de tais narrativas é que não obedecem a qualquer modelo racional de compreensão” (Lamas 1990, 82). Todavia, a argumentação de Lamas parece exagerada. É aceite que a construção do conceito de nação é o reflexo da dinâmica da comunidade que forma Portugal. Os conceitos de comunidade e de nação, quando aplicados a Portugal, parecem confundir-se e representarem apenas uma realidade.

Para Manuel Costa, a coincidência entre Estado e nação em Portugal é reflexo do processo histórico específico de Portugal. Isto vai ao encontro da tese de António Barreto, quando define Portugal como “(...) um sistema orgânico como o corpo e o espírito” (Costa 1992, 135) na relação entre Estado e nação (cf. Freitas 2012).

Mas em que medida os atores da comunidade se reveem no conceito de nação? A comunidade que forma a nação é aqui entendida como constituída por seres humanos e não apenas dentro do conceito de “cidadão”. Para Rui Ramos, a origem do conceito do cidadão português corresponde à ideia de elemento pertencente a uma nação, conforme a aprovação da Constituição do Reino de Portugal de 1822: o cidadão liberal português é um cidadão com direitos que deve garantir uma “capacidade censitária”, ou seja, ser portador de educação e independência financeira que lhe permita ser livre na sua escolha (Ramos 2004, 549-557). Com a instauração da República, o cariz liberal do cidadão foi alterado. O cidadão republicano é marcado pela execução dos “(...) deveres patrióticos mais do que pelo usufruto de direitos civis ou sociais”, e a coexistência no mesmo espaço geográfico com não cidadãos permitia estabelecer a diferenciação entre população residente e população cidadã, entre população e “nação soberana” (Ramos 2004, 560-561).

O autor defende, também, que a mudança política instalada com a ditadura militar de 1926 e com a instituição constitucional do Estado Novo em 1933 não representou uma real e nova perceção do papel do indivíduo, como cidadão e elemento da nação. Mas a representatividade local dos municípios e a representatividade nacional da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa são encaradas como um tipo de representação minorizado e condicionante da representatividade e do papel do cidadão como elemento relevante (Ramos 2004, 562-563). O cidadão, o condicionamento da comunidade e a definição inerente do cidadão parecem indicar a estratificação da comunidade que forma a nação.

A construção da ideia de nação deve ter em conta a constituição dessa nação, ou seja, a nação é a comunidade humana que a forma. A comunidade humana, em Portugal, tem, nas décadas de 40 e 50, uma estrutura social que é um reflexo das escolhas e possibilidades das décadas anteriores. Portugal é uma nação analfabeta: a taxa é de 50% de analfabetos na década de quarenta, 40% na década de cinquenta e de 30% na década de 60 (INE 2009, Neves 1994, 1031). Embora Maria Filomena Mónica elabore sobre a diferença funcional entre educação e instrução (Mónica 1977), na realidade da maioria da população portuguesa não tinha nem educação nem instrução.

O condicionamento do acesso à educação, mesmo à instrução, como forma de controlo do sentido crítico de uma comunidade pode ser apontado, no contexto do Estado Novo, como elemento identificador de um regime fascista ou de uma ditadura. Parece difícil aceitar que a existência de um regime político que não seja fascista ou ditatorial condicione o desenvolvimento do sentido crítico da comunidade que o forma. Esta perspetiva deve ter em conta o argumento de Manuel Ferreira Patrício que coloca a educação, no plano securitário, como um elemento estratégico não menos relevante que outras estratégias de segurança (Patrício 1996). A limitação e condicionamento do acesso ao conhecimento parece marcar a opção de ação do regime. Se o conhecimento académico era vedado à população em geral, a informação também o era. Parece ser defensável que o cuidado no condicionamento do acesso à informação, como foi o caso da ingerência do regime no serviço português da BBC na década de quarenta (Ribeiro 2010), procura impedir a formação de uma opinião de massas ou o desenvolvimento de uma atitude crítica.

A comunidade, melhor, as comunidades portuguesas, não são um elemento estático. A construção do conceito de nação é mutável porque a construção social do conceito é alvo da dinâmica da comunidade.

Um vetor de mudança é a alteração da constituição da própria comunidade. Nos anos 50 do século XX, a alteração do modelo demográfico leva a mudanças na estrutura social que passam pela diferenciação entre a vertente urbana e industrializada com um núcleo familiar reduzido, e a vertente rural e agrícola com um núcleo familiar alargado. A alteração do registo reprodutivo é significativa, mas se a essa alteração se associar o aumento da esperança média de vida, parece ser possível defender que a reformulação de valores e normas da comunidade é inevitável (Santos 1970).

Para Isabel Oliveira e Maria Mendes o período decorrente entre as décadas de 40-50 e 50-60, Portugal registou um aumento de esperança média de vida na ordem de 6,7 anos para os homens e de 7,4 para as mulheres, passando assim a esperança de vida de 49,1 anos para 55, 8 para o homem, e de 53,6 anos para 61,0 nas mulheres. O aumento da diferença da esperança média de vida entre homens e mulheres (na ordem dos 4,5 anos em 1940-50 e dos 5,2 nos anos 1950-1960), com a mulher a ganhar vantagem, reflete-se

no aumento percentual da importância dos indivíduos acima dos 60 anos e na diminuição da importância percentual dos patamares entre os 0-14 e 15-59 anos (Oliveira e Mendes 2010).

Os parágrafos anteriores estabelecem o quadro geral da comunidade que forma a nação que é Portugal. No entanto, o quadro geral da comunidade deve ter em conta a especificidade das dinâmicas internas dessa comunidade. Nesse sentido, é explorada neste subponto a relevância e impacto das elites portuguesas na comunidade. A atenção que a seguir é dada às elites portuguesas pretende demonstrar que essas elites estabelecem uma luta pelo poder e controlo do Estado, o que significa que o equilíbrio social do poder do Estado Novo não é algo estático, mas sim dinâmico.

Parece possível aceitar que a mudança da estrutura humana da comunidade que forma a nação é uma realidade em Portugal para o período entre 1945-1960. No entanto, como anteriormente foi defendido, não existe uma homogeneidade perfeita da comunidade. A comunidade, para Loff, é estratificada em grupos, como republicanos-conservadores, monárquicos orgânicos, extrema-direita moderna e católicos. Estes grupos elitistas, de cariz conservador, procuram o poder pela influência no regime e tornam-se elementos que impedem o pluralismo, a democracia, e condicionam a existência de massas na política (Loff 2009, 154-155).

A constituição de grupos de influência permite a criação de uma elite governativa que envelhece ao lado do regime. Paul Lewis defende que o envelhecimento da elite governativa portuguesa é uma constante, com a exceção do período de 1950-1958 que, devido à aposta na opção industrial e ajuste político de forma a contrariar a oposição ao regime, permite algum tipo de renovação (Lewis 1978). Num estudo comparativo da origem ministerial entre os regimes instalados em Portugal no séc. XX, Monarquia Constitucional (1851-1910), Primeira República (1910-26), Ditadura Militar (1926-33), Estado Novo (1933-74) e Democracia (1974-99), António Costa Pinto e Pedro Almeida apresentam um panorama da elite portuguesa (Almeida e Pinto 2002).

Os autores chegam à conclusão de que a média de idades ao longo dos regimes oscila entre os 46 e 49 anos, verificando o Estado Novo uma média de idades de 46 anos, e sendo que a faixa etária entre os 40 e 60 anos representa mais de 60% dos indivíduos. A origem geográfica dos ministros do Estado Novo corresponde maioritariamente a nascidos fora de Lisboa. A formação académica não militar dos ministros no Estado Novo apenas é superada pela democracia em percentagem. A elite governativa do Estado Novo regista a menor percentagem de elementos formados militarmente. O Estado Novo regista a maior percentagem de doutorados a deterem o cargo de ministros em todos os regimes. A origem académica do corpo ministerial com formação em Direito atinge a máxima representatividade no período do Estado Novo, numa comparação com todos os regimes. Curiosamente, a formação académica com origem em Coimbra representa sensivelmente 35 % do total, sendo Lisboa a assegurar cerca de 66% e Porto 6%. O vínculo laboral dos ministros do Estado Novo representa, entre todos os regimes portugueses, o número mais elevado de elementos provindos do regime público (86%) e, por conseguinte, o menor número originário do regime privado. Para isso contribui a alta taxa de professores universitários (33%) que tornam estes números aparentemente desequilibrados (Almeida e Pinto 2002). O estudo de Pedro Almeida e António Costa Pinto parece indicar que o impacto da corrente ideológica neofascista na Academia Coimbrã e, por arrasto, no regime, é relativamente baixo (Marchi 2008, 2009).

O contributo de Pedro Oliveira para o estudo da origem social do corpo diplomático português no período 1926-1974 demonstra a preponderância urbana e formação superior, com predomínio do curso de direito. O trabalho do autor parece confirmar que a procura de influência da elite portuguesa leva a última a aceitar ser conotada e controlada pela direção político-ideológica do regime (Oliveira 2006).

A relação das elites portuguesas com o regime está marcada por uma pressão e condicionamento das primeiras que impede a sua independência e, mesmo, a sobrevivência. Numa comunidade pequena, onde a elite é proporcionalmente pequena, coloca-se uma pressão extrema na procura de influência pelos grupos elitistas. A tendência oligárquica anula a possibilidade da existência da meritocracia, coloca a elite portuguesa na dependência direta do poder que se estrutura em organizações políticas e estatais instituídos pela nação (Telo 1997, Mota 1978).

A construção do conceito de nação que uma comunidade partilha pode ser apreendida a partir da própria estrutura da comunidade. Nas linhas anteriores, foi inspecionada a estrutura da comunidade quanto à população em geral e quanto à elite civil. Para estabelecer um quadro aprofundado, é necessário reconhecer o papel do grupo militar enquanto grupo de elite. A elite militar portuguesa é, para Maria Carrilho, o resultado da procura de ascensão e promoção social de atores com origem social na pequena burguesia ou funcionalismo público tendencialmente urbano. Esta procura de ascensão “(...) assegura a continuidade da ligação, em termos sociais, entre o Estado e a direção das Forças Armadas” e subsequente base de apoio política e não equaciona a criação de uma “casta militar” (Carrilho 1982).

O condicionamento da elite militar no Estado Novo pode estar relacionado com a necessidade forçada de entendimento entre os militares e o regime que foi estabelecido com a fundação do Estado Novo. Se o Estado Novo pôde existir pela ação militar, os militares são devedores da solução político-financeira que o Estado Novo possibilitou (Telo 1994, 788, Wiarda e Mott 2001, 41). A mútua constituição entre o regime e os militares parece afastar a relevância da tese de Luís Alves de Fraga quanto ao falhanço de “domesticação” militar pelo regime (Fraga 2010, 3). A ação do regime parece passar mais pelo condicionamento que pela domesticação, e a criação da Legião Portuguesa pode ser sintomática dessa opção (Rodrigues 1997). A perspetiva de criação da Legião Portuguesa como condicionamento da ação e opções da elite militar em Portugal promove uma leitura complementar da génese da Legião Portuguesa, em 1936, apenas como corpo paramilitar anticomunista e potencialmente repressor de algumas tensões internas, ou como potencial arma num eventual conflito com a Espanha em guerra civil (Sánchez 2005, 116)

O cuidado no condicionamento das elites militares por parte do Estado Novo parece confirmar a tese de António José Telo, já acima mencionada, que coloca o ónus da mudança política e social na ação militar, no Portugal do séc. XX. Por necessidade estratégica, a ação militar expõe-se a tendências inovadoras a que a comunidade não acede. Pela ação conservadora das elites, há um limitado acesso ao conhecimento e informação (Telo 2005, 116-130). A possibilidade de oposição ao Estado Novo pelo condicionamento da comunidade depende da ação de grupos elitistas para existir. A

candidatura presidencial de Humberto Delgado em 1958, elitista de origem, indicia esta realidade. A ação de Humberto Delgado, para Raby, é a primeira a conseguir desenvolver uma argumentação de massas que supera o incipiente apoio da oposição democrática ao movimento republicano “tímido” e o constrangimento das forças mais radicais como o PCP que, desde 1956, aceitavam uma resolução não violenta do regime português (Raby 1982). A oposição portuguesa é um mosaico de interesses.

Parece relevante anotar que a comunidade que forma a nação partilha elementos comuns que garantem o reconhecimento da comunidade em si mesma. A partilha comum de valores e normas consegue ultrapassar parcialmente os interesses ideológicos. A defesa da argumentação anterior pode ser apontada no estudo de José Neves quanto à posição do partido comunista português para com os territórios africanos portugueses. Segundo o autor, é apenas em meados da década de 50 que o partido comunista português assume uma posição anticolonial portuguesa. No decorrer das décadas de 30 e 40, Portugal é tido, pelo autor, como entidade dupla, ou seja, é colonizador e colonizado, sendo que, pela especificidade histórica, assume a unidade territorial como objetivamente conseguida. Apenas sob a alteração das dinâmicas ideológico-estratégicas inerentes à realização da conferência de Bandung parece o partido comunista português afastar-se totalmente da defesa de um Portugal possuidor de territórios extra europeus, o que, para José Neves, se traduz na posição do partido comunista português na questão Indiana. Lamentavelmente, o autor não explora a relação dessa opção do partido comunista com a ligação ideológica à influência comunista na Índia nesse período (Neves 2009).

A construção identitária portuguesa do séc. XX parece ser marcada também pela influência da Igreja portuguesa enquanto formadora do “nacionalismo católico” (Ferreira 1994, 41-45) e como grupo elitista na sociedade portuguesa. Para António Ferreira, o processo de associação da Igreja à construção identitária de Portugal é estabelecido estrategicamente no decorrer do ano de 1890. O desgaste da disputa entre o Reino Unido e Portugal pelo domínio de territórios africanos, que desembocou no célebre “Ultimatum” e no recuo de Portugal nas suas pretensões, provoca um mal-estar social que minoriza a legitimação da entidade política. A Igreja surge, neste contexto, como promotora da coesão e construtora da identidade da comunidade (Ferreira 1994, 41-45).

A capacidade de criação de uma identidade baseada em elementos normativos da Igreja permite a Manuel Braga da Cruz sugerir a interpretação de que o Estado Novo e Salazar se comportam como uma espécie de “democrata-cristão”. É partilhada pelo Estado Novo a defesa de conceitos da Igreja, como a reação contra o liberalismo e socialismo e, ao mesmo tempo, o Estado Novo procura estabelecer codificações normativas moralizantes da sociedade (Cruz 1978a, 267, 1978b). O autor defende que o regime do Estado Novo “(...) entrosou um nacional-catolicismo ideológico” (Cruz 1982, 794, Cruz 1997, 845).

A defesa de conceitos normativos beneficia da mística expansionista e civilizadora de Portugal e da capacidade agregadora de Fátima como centro católico internacional capaz de projetar o conceito agregador de nação (Cunha e Martins 1998). A utilização da Igreja como instrumento de poder do Estado Novo parece contrariar a perspetiva de que a Igreja poderia apresentar-se como definidora da nação “per se”. O estudo de Bruno Reis sobre as negociações da Concordata de 1940 entre Portugal e o Vaticano parece indicar a força da Igreja perante o regime como uma força relativa que procura obter espaços e influências, mas que não belisca o poder do regime nem a construção do conceito de nação (Reis 2000, 2001).

O papel da Igreja como instrumento do regime afigura-se tanto mais real quanto é visível a capacidade do regime em utilizá-la, no período pós 1945, como elemento de apoio e controlo da pressão dos setores de direita dentro do regime, bem como um elemento de “pluralismo limitado” que permitia uma relativa paz social (Pinto e Rezola 2007). Apenas em 1958, perante a crise entre Portugal e a Santa Sé, em torno da figura do Bispo do Porto, a Igreja portuguesa apresenta um canal de transformação da dinâmica interna portuguesa. A relação entre Igreja e Estado Novo acaba por demarcar as esferas de influência. O último reage de forma a garantir a manutenção do poder às custas da primeira. A situação de “(...) episcopado fragilizado” condiciona a capacidade de influencia da Igreja e a capacidade da mesma em promover qualquer ação contrária ao interesse do Estado Novo (Matos 1999).

3.1.3 A construção do conceito de poder

A construção do conceito de poder em Portugal parece ser constituído por múltiplos vetores. A relação e interação desses vetores capacita a realização do poder, mas a realização do poder parece ser condicionada pela capacidade efetiva dessa mesma relação e interação. A construção da ideia de poder para o período 1945-1960 passa por demonstrar que “(...) o poder é igual ao produto da Vontade pela Capacidade” (Sacchetti 1982, 73). O poder efetivo, a capacidade de ação, realizada pela relação entre o “poder anímico” e “poder material”, sugere que o conceito de poder necessita de ser analisado minuciosamente (Carvalho 1981a, 109). Para os autores mencionados anteriormente, a operacionalidade do conceito de poder parece ser edificada sobre a premissa de que existe estabilidade entre a componente material e a componente imaterial. Os autores em causa assumem que essas componentes se encontram num estado de implementação perfeito, não existindo qualquer desafio à mudança de equilíbrio dentro de cada componente.

Quão estáveis eram as componentes?

A estabilidade do regime do Estado Novo carece de uma real fundamentação. No período de 1945-1960, ocorreram levantamentos militares capazes de fazer questionar a afirmação categórica da hegemonia do regime e, logo, o poder real do regime. É necessário lembrar que, em 1946 e 1947, existiram os levantamentos militares contra o regime (Antunes 1994, 49-54). Em 1951, a morte de Óscar Carmona espoleta a tentativa de pressão, por parte do grupo monárquico, da restauração da monarquia em Portugal. Salazar, segundo José Freire Antunes, desenvolve uma estratégia que condiciona a corrente monárquica pelo não apoio militar a tal opção, leia-se, o peso militar no poder é relevante e capaz de delimitar as opções políticas (Antunes 1994, 62). Em 1959 será a sociedade civil a tomar a iniciativa, no que é conhecido como o “golpe da Sé”. A ação da vertente civil é clara, mesmo que enquadrada e organizada pelos militares, razão pela qual o incidente é também reconhecido como “Movimento Militar Independente” (Pimentel 2010).

Parece ser possível situar a génese da multitude de interesses e vontades dentro do regime na sua própria instabilidade. António Costa Pinto afirma que

“(…) convém não esquecer que Salazar formou o regime a partir de uma ditadura militar implantada em 1926, «Estado de excepção» com uma base de apoio heterogénea, um funcionamento extremamente instável e atravessada por múltiplas clientelas políticas” (Pinto 1992b, 105).

Segundo José Manuel Sobral, a única base unificadora de todas as correntes do Estado Novo fora institucionalizada no séc. XIX pela corrente liberal, com a introdução do conceito nacionalista em Portugal (Sobral 2003, 1106).

3.1.4 A construção do poder e da ideologia

A construção do conceito de poder parece radicar fortemente na identificação deste conceito com o poder do Estado. O Estado, por sua vez, é assumido como imagem do regime do Estado Novo, logo da ideologia subjacente.

Para Torgal, o Estado Novo é um “fascismo à portuguesa” onde as condicionantes rurais, conservadora, católica, económicas e imperiais colocam o regime português dentro da esfera fascista. Este quadro permite, com as reservas necessárias, a transformação do regime numa via média, situada entre o fascismo puro italiano e o liberalismo ocidental (Torgal 2009, 364). Essas características fascistas amenizadas permitem a Cervelló a concordância com Torgal na identificação do Estado Novo como um fascismo afastado do fascismo genérico, mas ainda assim contendo elementos que se relacionam com ele (Sánchez 2005).

Aquilo que Torgal identifica como condicionante e ação suficientemente diversa para que o regime não seja colocado sob a nomenclatura de fascismo é apontado por António Telo como a capacidade de Portugal criar para si mesmo um paradigma político. Para Telo, a mudança política portuguesa em 1822 e 1910 supera os demais estados europeus quanto à inovação política, o que torna o período temporal até 1974 um tempo anómalo (Telo 2007, 249).

A relação entre a construção do conceito de poder e o Estado ou regime português é complexa. A complexidade parece ser maior quando a construção do poder tem de ter em conta a possível personificação do regime e do poder na figura de Salazar.

A dificuldade em estabelecer uma distinção clara entre o papel do regime, do Estado e de Salazar é reconhecida. Lucena defende que “(...) o salazarismo é um fascismo sem movimento fascista” (Lucena 1976, 23). Já António Costa Pinto, num trabalho seminal de 1990, classifica o regime do Estado Novo como ditatorial ou autoritário e não como fascista (Pinto 1990). Também, para Loff, a nomenclatura de “Salazarismo” reflete melhor o sistema político português do que a nomenclatura de Estado Novo (Loff 2009). Esta ideia parece ser corroborada pela evolução da nomenclatura do regime português. O autor qualifica o regime como “autoritário” e não como regime fascista (Loff 2009, 2008).

No entanto, a defesa da nomenclatura de “Salazarismo” parece tomar todo o regime e Estado como reflexo da obra de um homem, relativizando e minimizando o contributo da comunidade portuguesa e da influência internacional no percurso do Estado português (Pinto 2012, 3). Aceitar que um homem condiciona o regime é discutível, aceitar que um homem controla uma comunidade, um regime e um Estado, parece ser difícil de demonstrar.

A construção do poder em Portugal parece não residir na figura humana de Salazar. Para Cervelló, a construção do regime demonstra como a União Nacional funcionou como fonte de equilíbrio entre as variadas forças que sustentavam o poder do regime mas não aceitavam o Totalitarismo do regime (Sánchez 2005, 135). Parece ser possível relacionar o argumento de Sánchez com a argumentação de António Costa Pinto, que entende a União Nacional como um “antipartido” que permite absorver forças desviantes, como foi o caso do nacional-sindicalismo da década de 30 (Pinto 1992a, 613). A capacidade de enquadramento e estabilização de correntes divergentes que contrariam a construção de poder tem como contrapartida a exposição do regime a essas correntes. O poder do Estado Novo parece ser uma orquestração de forças diferenciadas (Pinto 2006, 213, 1994, Pinto e Rezola 2007, 355-357).

O condicionamento das correntes ideológicas é uma realidade dentro do regime do Estado Novo. A necessidade de assegurar o controlo do poder possibilita a alocação de poderes controláveis que não coloquem em causa o poder. O papel da Assembleia Nacional no processo de controlo de poder parece indicar que a aceitação de poderes dentro do regime é alvo de gestão cuidada. Para Rita Carvalho, após a revisão constitucional de 1945, existe um processo de condicionamento da possibilidade de ação dessa Câmara, para além da fiscalização política instituída na Constituição de 1933 (Carvalho 2002, 78). A irrelevância legislativa da Assembleia Nacional condiciona a possibilidade de os poderes minarem o desenho do poder do regime e anula a possibilidade de ganho de influência de uma corrente em detrimento de outra (Carvalho 2002). A própria constituição humana da Assembleia Nacional parece representar mais uma plataforma de equilíbrio entre correntes como os Católicos, Monárquicos, Republicanos e Integralistas, que uma representação de uma opção estratégica pura (Castilho 2007).

A procura de equilíbrios e compromissos de poderes como forma de garantir o poder do Estado Novo parece estar instituída na própria Constituição de 1933. O equilíbrio e a cedência entre correntes que procuram assegurar a própria predominância no regime sugere que a criação de organizações estatais como a Assembleia Nacional, o partido da União Nacional e a Câmara Corporativa funcionam como válvulas de escape. A compartimentalização do regime menoriza os possíveis efeitos da ação dessas correntes que o regime comporta (Lucena 1976, 116-127, Ferreira 2009, 557-578).

Eduardo Lourenço define o Estado Novo de Salazar como não fascismo, onde a “(...) grande e única habilidade de Salazar foi a de articular o seu projeto político com a mais orgânica e tradicional das nossas vivências culturais: a do catolicismo” (Lourenço 1982, 1431). O esforço de Eduardo Lourenço não é isolado. A contribuição de Jorge Pais de Sousa procura, sob o conceito de “fascismo de cátedra”, estabelecido por Miguel de Unamuno, aludir à conjugação de uma elite académica que procura estabelecer uma ideologia nacionalista conservadora de cariz corporativo herdado do fascismo italiano. Com esta ideia, o autor agrega num único conceito os pontos possíveis de contacto entre as correntes de pensamento sobre a qualificação do regime entre 1933-1974 (Sousa 2009).

3.1.5 A construção do poder e a economia

A construção do poder em Portugal passa, também, pela questão económico-financeira. O controlo orçamental de Salazar conseguiu superar a crise financeira portuguesa que se arrastava desde a década de 20 do séc. XX (Araquistain 1928), ainda que sem inovação teórica (Sollohub 1938, 54, Madureira 1998, 780-781). O aproveitamento das condicionantes externas, no caso a Grande Depressão de 1929, possibilitara a criação de um “momentum” perfeito para Salazar fundar o seu prestígio político (Cardoso 2012a).

As condições económico-financeiras são uma das áreas mais estudadas pela literatura das ciências sociais centrada no regime do Estado Novo. No entanto, e de acordo com Amaral, os estudos económicos que se debruçam sobre o período do Estado Novo devem ser acolhidos com reserva quanto aos valores e estatísticas. As limitações inerentes às fontes oficiais dos dados portugueses possibilitam a criação de realidades díspares e irreais. No caso dos dados económicos fornecidos pelo INE (Instituto Nacional de Estatística), os dados contêm um intervalo de erro de 20% e, no caso internacional, apresentam-se, segundo o autor, hipóteses sem “material estatístico rigoroso” (Amaral 2009, 768-770).

Para João César das Neves, a recuperação económica de Portugal no período 1945-1960 continua um processo que tem origem no séc. XIX. A recuperação ocorre pela acumulação de riqueza que permite superar o “equilíbrio de pobreza”, ou seja, permite ultrapassar as limitações e condicionamentos de uma economia em atingir um nível de crescimento económico sustentado (Neves 1991). A recuperação económica beneficia também do ciclo de crescimento europeu no período 1945-1960, e ocorre pelo desenvolvimento industrial português que relativiza a posição do poder rural em detrimento do poder urbano (Badia-Miró, Guilera, e Lains 2012). O processo de industrialização provoca a alteração do equilíbrio de rendimentos, que tendem a ser maiores nas urbes costeiras (Badia-Miró, Guilera, e Lains 2012, cf. Amaral 1998). A mudança de equilíbrio das forças produtivas e a alteração dos níveis de rendimento evidenciam a destruturação do modelo tradicional. Esta perspetiva potencia focos de confronto entre grupos de influência que procuram manter ou adquirir vantagens dentro da comunidade e, por arrasto, promovem a alteração dos poderes que constituem o poder.

A argumentação anterior propõe uma análise diferenciada da opção ruralista do regime. Para Luciano Amaral, a pressão económica e política exercida por grupos de pressão agrários conotados com “(...) os grandes do Alentejo, do Ribatejo e do Norte e alguns pequenos do Norte” promove, desde a primeira década do séc. XX e até à década de 50, a manutenção da produção agrícola sob condicionamento e proteção estatal (Amaral 1994, 890-891). A finalidade seria a de possibilitar a manutenção da influência dos grupos agrários e o retardamento da corrente industrialista, que minaria o seu poder na esfera interna do Estado português. Esta perspetiva permite questionar se a opção rural do Estado Novo foi, ou não, uma estratégia de amplo quadro que procura o controlo das tensões e a manutenção de poder, ao controlar os poderes conflituantes desses grupos.

A construção do poder na vertente económico-financeira passa pela planificação e intervenção estatais que condicionam as tensões internas na comunidade (Lains 1994, 1998). Se se tiver em conta que o controlo das atividades económico-financeiras e do investimento estrangeiro, direto e indireto, pode ser considerado como uma opção estratégica de defesa política, social, económica e securitária (Moreira 1997, Santos 1979), parece possível defender que a vertente económico-financeira é apenas mais uma ferramenta de implementação do poder.

A ideia de defesa estratégica do poder na vertente económico-financeira pode ser encontrada também na obra de Maria Baganha, sobre a política emigratória portuguesa para o período pós II Guerra Mundial. A autora identifica o decreto-lei 36558 (Portugal 1947), onde se estabelece a “Junta da Emigração”, como a ferramenta de controlo de tensões sociais internas e de controlo de receitas financeiras (Baganha 2003, 2).

Maria Baganha defende que o período entre 1933 a 1946 é estabelecido num quadro autárquico e ideologicamente promotor da renovação nacional, o qual não permite a utilização da emigração como arma estratégica. Mas, a partir de 1947 e até finais da década de 50, a política migratória é planificada e modificada em função da industrialização que possibilita dispensar mão-de-obra não qualificada. Esta mão-de-obra, quando não ocupada, significa potencial fonte de conflito interno. A modificação da política migratória promove a opção de mobilização colonial africana e emigração como válvula de escape para a demografia excedente. No decorrer da década de 60 até à

revolução democrática de 1974, a emigração é tida como a continuação das políticas iniciadas em 1947, mas devem ser tidas também em conta as condicionantes da guerra colonial portuguesa que representou um impulso para a emigração ilegal (Baganha 2003, 1994).

Para Bastien e Cardoso, a economia portuguesa é um exercício doutrinário do corporativismo. Isto significa que a planificação económico-financeira para o período após 1945 refletiu o abandono teórico do pensamento económico corporativista de cariz principalmente italiano, para dar espaço à influência de correntes teóricas económicas de origem anglo-saxónica, “filtradas” pelas influências francesa e do catolicismo social (Bastien e Cardoso 2004, 203-204). Já para Nuno Madureira, o corporativismo português “(...) é a solução dos pobres”, para problemas económicos e produtivos de economias que lutam com outras economias mais desenvolvidas (Madureira 1998, 811).

A materialização do pensamento e discurso de Salazar em 1930 quanto à orientação corporativista declarada no manifesto e no discurso proferido na União Nacional (Pinto 2012, 12) parece ser codificada depois na Constituição de 1933. Sandra Duarte (2008, 195-196, 213) estabelece o corporativismo português no artigo número 5 da referida Constituição (Portugal 1933a) e associado aos decretos-leis: Estatuto do trabalho nacional (nº 23048) (Portugal 1933b); Grémios (nº 23049) (Portugal 1933c); Sindicatos Nacionais sob leis especiais de funcionamento como: âmbito nacional; dependência do Ministério das Corporações e Previdência Social (nº 23050) (Portugal 1933d); Casas do Povo (nº 23051) (Portugal 1933e); Casas Económicas (nº 23052) (Portugal 1933f) e Instituto Nacional de Trabalho e Previdência (nº 23053) (Portugal 1933g). A criação legislativa portuguesa aparenta incidir na via do meio (económica), proposta pela encíclica *Rerum Novarum* de 1891, que funciona como elemento negociador entre capitalismo liberal e o socialismo (Kaiser 2004, 225, Cardoso 2012b, 105, Wiarda e Mott 2001, 44). Esta perspetiva contrariava a mentalidade protestante e supera o pensamento enclausurado da Igreja face ao mundo secular, sem perder o sentido hierárquico e hierarquizante da sociedade (Morck e Yeung 2010, 4, 11, 29).

A implementação do corporativismo português nos anos de 1946-47 parece garantir apenas a defesa do interesse do patronato e a menorização do operário pela ação “paternalista” (Patriarca 1987). O corporativismo, entendido como essencial na “(...) regulação e controlo da vida económica e social da nação, entendida como um conjunto coeso e organizado” não atinge o sucesso (Cardoso 2012b, 102). A “(...) fórmula orgânica” que “(...) representa uma nova atitude moral e mental perante os problemas económicos e sociais” parece ser também limitada no seu sucesso (Caetano e Zorro 1969, 45).

A procura de poder por parte dos atores da comunidade, sendo enquadrada e protegida pela estrutura política, parece ao mesmo tempo significar o condicionamento da capacidade de atingir qualquer tipo de poder efetivo. A estrutura política condicionada parece reservar para si o controlo do poder, ao permitir pequenas e controláveis tensões entre atores, desde que estes não a coloquem em xeque, nem à coordenação de poderes que mantêm o poder.

3.2 Portugal: a construção da esfera externa

As relações internacionais dos Estados não deixam de ser sensíveis à perspetiva da criação do “mundo” a partir da construção da identidade nacional, mas esta não pode ser encarada como o único elemento de construção da relação da comunidade com as demais comunidades nacionais constituídas em Estados. A relação e interação entre comunidades implica a constante influência mútua, cuja complexidade é quase impossível de seguir e analisar.

A integração do Estado Novo na sociedade internacional não revela qualquer ajuste especial por parte do regime. Para David Laranjo, a ação do Estado Novo é entendida pela sociedade internacional como a continuidade natural do regime militar de 1926 que a mesma sociedade já tinha avalizado (Laranjo 2008, 27-31).

Para César Oliveira, o período entre 1945-1961 é entendido como um período de ajuste e reajuste da política externa portuguesa, a qual procura estabelecer pontos de apoio nas novas dinâmicas internacionais, leia-se, a reorganização do equilíbrio de poder a nível

internacional entre EUA e URSS. O comunismo, o receio de maior alteração da estrutura internacional e o condicionamento estratégico português pelo seu tipo de regime, impelem a fundamentação da política externa portuguesa (Oliveira 1989).

É pertinente lembrar que a implementação da política externa portuguesa, tal como estabelecido no número 7 do artigo 81º da Constituição Portuguesa de 1933, é colocada sob a alçada do Presidente da República (Portugal 1933a). Para Jorge Miranda, a atribuição da política externa portuguesa ao Presidente da República sugere uma separação de poderes (Miranda 1980, 35). No entanto, o poder efetivo no desenho da política externa do Estado Novo foi controlado pelo Presidente do Conselho. Para Lucena, todo o sistema presidencialista do Estado Novo foi subvertido por Salazar que, ao controlar o sistema de proposta do candidato presidencial pela aprovação da União Nacional, e estando a União Nacional sob controlo de Salazar, introduzia o condicionamento de todos os Presidentes da República (Lucena 1976, 147-157).

3.2.1 Posicionamento das relações internacionais de Portugal

A construção das relações internacionais portuguesa para o período 1945-1960 patenteia a construção internacional clássica. Este quadro condiciona as opções portuguesas quanto à aproximação a potências europeias de cariz continental ou marítimo (Macedo 1981) e quanto à periferia de Portugal na Europa continental (Martins 2002). A necessidade de relação de Portugal com os demais Estados é, para Adriano Moreira, estabelecida na posição “(...) tributária da condição exógena do país, a qual secularmente o fez dependente de um sistema cujos elementos excediam a sua gestão soberana” (Moreira 2000, 315). O inverso parece ser verdadeiro durante o Estado Novo, ou seja, no decorrer do regime do Estado Novo a posição política internacional portuguesa estaria estabelecida num quadro onde a “gestão soberana” era garantida e garante de si mesma.

A opção estratégica histórica entre a vocação europeia e atlântica é interpretada por Rita Ribeiro como a superação possível da falta de “(...) dimensão para jogar em dois tabuleiros” (Ribeiro 2009, 1). Para a autora, Portugal, ao não deter poder no quadro das relações europeias, abandona esse foco para se centrar nas relações não europeias, onde podia “(...) reclamar alguma superioridade” (Ribeiro 2009, 1). Mesmo quando Rita

Ribeiro coloca em análise a identidade portuguesa, define-a como “(...) auto-referencial, auto-centrada”, por afastamento propositado da Europa, mas mantendo como entidade de referência essa mesma Europa, o que possibilita uma atitude “(...) inflexível e ambivalente” das políticas externas portuguesas (Ribeiro 2009, 2-3, Teixeira 2010). A argumentação de Rita Ribeiro indicia como a construção do poder baseado na força define as relações internacionais portuguesas.

3.2.1.i O papel da força na construção das relações internacionais portuguesas

Os autores mencionados anteriormente estabelecem uma relação, direta ou indireta, entre a ação portuguesa na cena internacional e a capacidade de poder ou força de cariz “duro”. No entanto, a ação de Portugal pode ser entendida para além do contexto da soberania do Estado (Vitorino 1996, 36). Embora o pensamento de António Vitorino não seja estabelecido no quadro temporal do Estado Novo, não deixa de indiciar que o reconhecimento da capacidade de Portugal em granjear prestígio e reconhecimento internacional, e por arrasto o alinhamento da sociedade internacional nos seus objetivos é, assim, possível e vai além da capacidade de Portugal em deter poder ou força funcional a nível internacional.

Um trabalho relevante na análise da estratégia e ação externa de Portugal, para as décadas de 50 a 70, e com utilização de recursos normativos, é oferecido por Mário Machaqueiro (2013), que investiga a capacidade de relação estratégica de Portugal com Estados não católicos, mas que representam alianças estratégicas. O autor demonstra como a relação de Portugal com o Egito não se estabelece sobre uma relação clássica de poder e força, mas não deixa, por tal, de ser conseguida. Estrategicamente, a posição de Portugal para com o Egito é encarada como a tentativa de manietar a capacidade e influência da Índia no continente Africano e na questão portuguesa da Índia, enquanto se assegura algum controlo das possíveis posições islâmicas sobre os territórios portugueses em África. A estratégia portuguesa, no que toca os Estados árabes, é assim tida como uma tentativa de contenção da influência destes em África. A manutenção das relações com esses Estados é também condicionada pela necessidade de controlo da influência de Israel no continente africano. Israel procurava apoios que contrariassem o estrangulamento árabe do seu território e, por essa razão, ter-se-ia afastado de Portugal de forma a granjear influência

em África (Machaqueiro 2013). A reflexão sobre a importância da questão do Islamismo na construção das relações internacionais é tanto mais interessante quanto a posição do regime é favorável ao catolicismo.

O enquadramento do poder e força como elemento relativo pode ser reconhecido num outro âmbito. No ano de 1890 o conflito de interesses entre Portugal e o Reino Unido pode ser analisado quanto ao papel na relação dinâmica entre a religião e a política. A capacidade de Portugal recorrer ao apoio do Vaticano no decorrer do conflito de 1890, que opunha Portugal e o Reino Unido quanto a territórios africanos, mostra como o estabelecer da projeção da estratégia portuguesa, pela associação da partilha católica que agrega o apoio de demais Estados católicos vizinhos nos territórios africanos, em oposição a um Estado protestante como é o caso do Reino Unido, não recorre apenas ao poder duro e à força na perseguição de interesses. (Ferreira 1994, 32-40).

Para além da componente normativa como elemento estratégico, a componente ideada é, também uma potencial arma estratégica. É sob o conceito ideacional do Lusotropicalismo que Portugal fundamenta uma proposta externa de atração às suas necessidades. Para Rafael Leme, a apropriação da tese do Lusotropicalismo de Gilberto Freyre permitiu a Portugal estabelecer um quadro político e diplomático onde, apoiado no exemplo vivo do Brasil, se fazia notar a posição civilizacional elevada de Portugal e dos territórios extra europeus a ele associados como sociedade plurirracial e pluricontinental portuguesa (Leme 2011).

A indigestão acentuada da questão colonial portuguesa no Brasil parece indicar a razão pela qual Leme defende que “o Brasil funcionava como o manto da inocência a encobrir os absurdos do mundo que o português criou” (Leme 2011, 11). A opção estratégica de Portugal, na utilização do conceito de Lusotropicalismo de Freyre, parece mais o aproveitamento do autor e do conceito do que a génese da política externa portuguesa (Leme 2011, 12, 148, Castelo 1998, 96). Já para Loff, a teoria lusotropicalista “repensada” na década de 50 e 60 aponta para a “convivência multirracial”, “paternalismo brando” e “colonialismo antieconómico” como uma significativa vantagem estratégica para o Estado Novo (Loff 2007, 157).

A capacidade de defender interesses estratégicos sem recurso à força direta sobre outro Estado coloca Portugal dentro do conceito de “poder funcional” de Adriano Moreira. Para Adriano Moreira, o poder funcional é a capacidade de um agente, com um reduzido nível de recursos económicos e populacionais, tirar benefício da sua posição estratégica, com isto assegurando uma posição internacional relevante e ultrapassando a sua condição de pequena potência (Moreira 1979). Esta definição aparenta reconhecer o contributo de Knorr quanto à diferenciação entre “(...) putative and actualized power” (Knorr 1975: apud Baldwin 1979).

3.2.1.ii Opções estratégicas externas portuguesas

As opções estratégicas externas portuguesas abrangem, também, as condicionantes materiais e físicas de Portugal. Comportando os territórios europeus e não europeus, a geografia portuguesa do período 1945-1960 permite assegurar uma posição estratégica relevante na posição internacional portuguesa, mesmo que condicionado pela posição geográfica no continente europeu (Correia 2002, Andrade 2000, 617, Carvalho 1981a, 107).

Na Ásia, a atuação de Portugal no decorrer do período 1945-1960 parece ser enquadrada e definida pela necessidade de manutenção do equilíbrio necessário para assegurar a defesa dos territórios portugueses. Nesse sentido, a política portuguesa parece flutuar entre a necessidade da ação para com a China comunista, passando pela relação de amizade com a Austrália, de matriz europeia, e o conflito aberto com a Índia.

Para Marco António Martins, a atuação de Portugal face ao fim da República da China (1912-1949) e a implementação da República Popular Chinesa a partir de 1949 demonstra como Portugal percecionou, a nível interno, a relevância da modificação registada com o domínio comunista da China. A necessidade de contrariar a capacidade de influência da URSS sobre Portugal, aliada à necessidade de assegurar a sobrevivência de Macau, evidencia o pragmatismo da ação portuguesa, que se associa aos EUA e não ao Reino Unido, na resposta coordenada à nova realidade política chinesa. Embora fora do quadro temporal 1945-1960, a proposta de Adriano Moreira, em 1961, de concessão de uma base militar chinesa na Índia portuguesa, sugere que a defesa dos interesses estratégicos

portugueses ultrapassa a questão ideológica do Estado Novo como fonte de toda a sua atuação (Martins 2010).

A estratégia portuguesa para com a Austrália no período 1945-1960 segue a mesma linha, ou seja, a relação de interesse na defesa dos territórios portugueses, no caso, Timor. A relação com a Austrália apresenta-se condicionada pelos interesses dos Estados e pela pertença dos mesmos a organizações de segurança “aliados”. O enquadramento das zonas de influência entre EUA e URSS colocam Portugal e Austrália como “amigos”, acorrentados pelas opções securitárias que ambos fazem, no âmbito da NATO e ANZUS/SEATO (Figueiredo 2009). A relação estratégica entre Portugal e Austrália é condicionada pelo interesse direto na ação securitária. A inexistência de outros elementos relacionais acaba por instituir uma relação efetiva.

O outro foco de atenção portuguesa na Ásia corresponde, novamente, à estratégia necessária para assegurar a manutenção dos territórios portugueses, no subcontinente Indiano. A independência dos territórios da União Indiana em 1947, promovida pela Inglaterra, assim como a criação de novas entidades estatais patrocinadas nesse processo, como o Ceilão e Burma e mesmo que de forma indireta, o Paquistão, alteram o equilíbrio de forças existente nos territórios Indianos de Portugal. A atitude Britânica origina a busca, pela União Indiana, da consolidação do território do subcontinente Indiano, ou seja, a União Indiana pretende anexar os territórios portugueses no subcontinente Indiano ao Estado da Índia. Desde 1946 que um “dossier” de defesa múltiplo sobre a questão Indiana era preparado pelo Ministério das Colónias (Antunes 1994, 194-199). Nesse sentido, a Grã-Bretanha procura, em 1950, iniciar negociações com Portugal para a transferência da soberania de tais territórios.

A estratégia desenvolvida por Portugal demonstra a capacidade de superação das limitações de poder efetivo de Portugal. A estratégia evidencia o recurso a argumentos normativos para condicionar a ação da União Indiana, ou seja, a exigência da manutenção da via “pacifista” e moral do Estado Indiano quanto à posição portuguesa era desenhada de forma a minorizar e condicionar a ação da União Indiana (Salazar 1956). É aceitável defender que esta estratégia procura atrair o julgamento da sociedade internacional sobre a União Indiana e defender a causa portuguesa. A procura de atração

do Estado da Índia para a esfera de influência, quer da URSS quer dos EUA, coloca a mesma numa situação de vantagem estratégica perante Portugal.

Todavia, a anexação dos enclaves de Dadrá e Nagar Aveli em 1954 pela Índia, bem como a proibição da “(...) passagem pelo seu território de quaisquer autoridades portuguesas, bem como de forças militares, armas e munições com destino aos referidos enclaves” (Rodrigues 2002, 26) significam o fim da estratégia portuguesa implementada.

Fora do âmbito da estratégia normativa, existe o registo da estratégia “dura”, na tentativa de Portugal em seduzir a China para o estabelecimento de uma base militar, no ano de 1961, em Goa. Esta tentativa portuguesa não teve sucesso. No entanto, não deixa de ser interessante que tal cenário teve como intenção manipular o equilíbrio de forças e granjear um aliado regional na questão Indiana (Martins 2010, 249-250).

A interação das necessidades e estratégias de Portugal na cena internacional permite a coexistência de ações diferenciadas. A análise da estratégia para a zona asiática aponta para a negociação ou atração de influência para a causa portuguesa, mas a ação de Portugal em outros cenários demonstra que, perante a existência de poder efetivo, a estratégia é alterada.

A relação com os EUA é demonstrativa da afirmação anterior. Perante a recusa de apoio dos EUA a Portugal na questão Indiana de 1954, Portugal utiliza as relações bilaterais com os EUA e a negociação do acordo da utilização da base das Lages no ano de 1955 (Rodrigues 2002, 27-28) como fonte de poder. Isto denota o recurso aos métodos necessários para atingir os fins portugueses. Aliás, no período 1945-1960, as relações entre EUA e Portugal parecem ser encaradas apenas dentro da estratégia militar e securitária. A pertença mútua no quadro da NATO e a relação bilateral, baseada na utilização da base das Lajes pelos EUA, permitiam a Portugal garantir mais-valias materiais e tecnológicas (Andrade 2002, 363, Telo 1995, 952, Pereira 2006, 245)

O apoio dado a Portugal por Dean Acheson, Subsecretario e posteriormente Secretario de Estado dos EUA (1945-1953), defensor da posição colonial portuguesa em África, aparentemente demonstra como a capacidade de Portugal de usar meios ideológicos,

como o anticomunismo, acabou por garantir capacidade de influência quando todos os outros meios falharam (Gallagher 1986, 45). No entanto, o relacionamento de Portugal com os EUA sugere uma necessária mas não desejada alteração do “modus vivendi” securitário português. E o “modus vivendi” remonta ao acordo de 1373 com o Reino Unido, o qual estabelecia uma relação de dependência de Portugal face ao Reino Unido, mas que assegurava a manutenção dos territórios portugueses (Caldwell 1942, 149-150).

No caso da relação externa de Portugal com o Brasil, a procura do estabelecimento de laços normativos, ideacionais e mesmo ideológicos falham (Marques dos Santos 2010, 8-20, Paulo 1997, 5-6). Falham também os elementos geoestratégicos que pretendem estabelecer uma cooperação entre Portugal e Brasil de forma a criar um triângulo securitário no Atlântico Sul e, simultaneamente, a construção de uma posição de poder pelo controlo dessa área marítima (Marques dos Santos 2010, 8, Martins 2002, 133). O receio da ingerência ou tentativa de controlo dos territórios portugueses africanos, por parte do Brasil, demonstra como a estratégia portuguesa para com o Brasil falhou (Patricio 2006, Andresen 2007, 200).

Um outro caso de análise interessante quanto à capacidade da ação material de Portugal na relação externa é o caso de Espanha. A relação com Espanha parece ser vincada pelo receio da ameaça à nação e à estrutura política implementada. Prevalece o princípio de que o “Pacto Ibérico” permite instituir o reconhecimento e a paz entre os Estados. Juan Carlos Jimenes Redondo faz notar que o “Tratado de Amizade e Não Agressão” de 1939 significa, para Espanha, o afastamento da ingerência da Inglaterra na Península Ibérica e, para Portugal, o afastamento da eminente agressão e anexação espanhola (Redondo 1996, 40-41). A integração de Portugal na NATO altera esse equilíbrio (Teixeira 1993, 70-71). A opção de Portugal pela adesão à NATO, significa, para Juan Carlos Jimenes, que Portugal não quer ser “salpicado” pela reação da sociedade internacional, no final da II Guerra Mundial, para com Espanha.

A estratégia para com Espanha é múltipla. Prova dessa atitude reside na aceitação e permissão de estadia do grupo monárquico espanhol em Portugal, desde os finais da década de 30 até perto do fim da década de 40, como fonte de contra-poder e foco de instabilidade a ser utilizado se necessário (Redondo 1996, 108-125).

A alteração do panorama internacional permite a Portugal promover a integração da Espanha, mas sem real interesse, já que a ausência da Espanha nas organizações internacionais até à década de 50 colocava Portugal como o interlocutor preferencial na península e para a península (Redondo 1996, 167). Nesse sentido, o estabelecimento de um acordo militar entre Espanha e EUA em 1953 significa, para a posição portuguesa na Península Ibérica, a alteração de poder relativo de Portugal (Barroso 2012, 69). No entanto, as boas relações entre os vizinhos Ibéricos apenas em 1956 denotam alguma fadiga. O episódio da abertura da Embaixada Indiana em Espanha terá sido encarado por Salazar como uma “traição”, já que receava a movimentação Indiana de sedução a Espanha, de forma a enfraquecer os apoios portugueses na questão dos territórios Indianos (Nogueira 2000).

A necessidade, o condicionamento da realidade portuguesa, obriga Portugal a um relacionamento diferenciado no que toca a Estados como a França, Alemanha, África do Sul, Rodésia e Niassalândia. O elo comum a todos estes Estados e a relação deles com Portugal reside na necessidade de Portugal garantir o controlo dos seus territórios africanos (Nogueira 2000).

A França, por relações de interesse mútuo como a questão dos territórios europeus em África, torna-se, no decorrer da década de 50, um apoio significativo para Portugal, como apoio da política portuguesa na ONU e mesmo como apoio militar, que a abertura da guerra argelina possibilitou. Na mesma linha, a relação com a Alemanha, no decorrer da década de 50, desenvolve-se dentro do pensamento português da defesa da integração alemã no aparelho securitário europeu, pela necessidade de acesso a linhas de crédito alemãs e de apoio da última às políticas portuguesas para África (Marcos 2007).

A relação com os Estados africanos África do Sul, Rodésia e Niassalândia correspondem à relação possível, envolvendo a relação com Estados de matriz europeia. Para Pedro Teles, a realização de conferências entre Portugal e os Estados africanos da África do Sul, Rodésia e Niassalândia, na década de 50, representa uma estratégia política. Esta estratégia visa garantir a manutenção e controlo desses territórios portugueses em África por Portugal (Teles 2000, 77), sem necessidade de alteração de linhas estratégicas ou de referência.

3.2.2 Estratégia multilateral de Portugal

Como indicam os pontos anteriores, a estratégia portuguesa internacional afigura-se preferencialmente realizada pela relação bilateral, mas a integração formal de Portugal nas esferas internacionais reconhece a importância da vertente multilateral.

No pós II Guerra Mundial, o desenvolvimento da estratégia multilateral portuguesa de âmbito económico é implementado no decorrer do Plano Marshall, que representa “(...) uma das mais significativas alterações da política externa portuguesa conduzida pelos governos de Oliveira Salazar” (Rollo 1994, 841). Mas a entrada é a reação e não a ação, ou seja, a integração de Portugal no Plano é conduzida pela necessidade de Portugal de assegurar recursos, e não pela integração económica ocidental subjacente à proposta (Rodrigues 2002, 15-22, Pereira 2006, Rollo 1994, Rollo 1997, 64),

A integração de Portugal na estrutura europeia vai-se realizando, desde a adesão em 1948 à OECE, passando pela participação na União Europeia de Pagamentos em 1950, dentro do conceito de cooperação económica a nível europeu. Tal é, para Pedro Cantinho Pereira, sinónimo da crescente relação e ligação de Portugal com as economias europeias (Pereira 2006). O limite dessa participação parece ser encontrado na barreira supranacional das organizações a integrar, sendo exemplo disso a não participação, em 1951, no tratado de Paris, pelo qual se instituía a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) (Couto 1992).

A participação e integração de estruturas cooperativas é privilegiada. Exemplo dessa atitude é a criação e implementação da Zona de Comércio Livre (ZCL), organização gizada pelo Reino Unido como contraponto à criação da Comunidade Económica Europeia (CEE) que colocava em risco os Estados da OCDE que não integravam a CEE, nomeadamente, Reino Unido, Islândia, Irlanda, Grécia, Turquia e Portugal (Portugal 2015). A integração de Portugal nesta organização intergovernamental, de cariz cooperativo, é encarada como um desenvolvimento “(...) económico autárquico ou nacionalista” mas mantém a preocupação de Portugal com a questão da produtividade e segurança económica (Andresen-Leitão 2004, 286-303). A falha da criação da ZCL significa para Portugal a procura estratégica, no quadro da EFTA, da integração numa

organização internacional não supranacional que aceita as pretensões de Portugal quanto à proteção da sua economia (Andresen-Leitão 2004, 304-310).

Ana Bela Nunes faz notar que, até a década de 60, Portugal não integrou o FMI, BIRD e GATT, nem participou na conferência de Havana para criação da OIC. A ação portuguesa parece indicar uma receção de instâncias internacionais de cariz económico-financeiro com reservas, mantendo-se expectante quanto ao papel preponderante das novas potências mundiais nesse quadro (Nunes 2002).

A perspetiva de uma atitude portuguesa inabalavelmente autárcica é difícil de defender neste quadro. O exemplo da inexistência real da autarcia portuguesa pode ser encontrado na posição integrativa de Portugal na “Northwest Atlantic Fisheries Convention” (International Commission for the Northwest Atlantic Fisheries (ICNAF)), com origem em 1949, sob patrocínio dos EUA e ratificada por Portugal em 1952 (Garrido 2005). A participação pragmática em organizações internacionais de cariz consultivo e científico permite não invalidar as políticas do Estado Novo na sua vertente ideológica, enquanto garante a integração de pólos de discussão e de poder internacional que, de outra forma, minorizariam a capacidade operativa de Portugal.

O presente sub-capítulo desenvolveu, até este momento, uma argumentação quanto ao papel estratégico das relações multilaterais de Portugal para assegurar vantagens, ou, pelo menos, assegurar a sua sobrevivência. No entanto, Portugal desenvolve uma ação definida para com a sua defesa e sobrevivência, também, no quadro da segurança física e material do seu território. Nesse sentido, parece necessário verificar em que medida a pertença de Portugal a comunidades securitárias é determinante para a manutenção do “status quo” português.

A participação e integração de Portugal em organizações securitárias no período 1945-1960 está relacionada de forma indelével com a posição portuguesa no período da II Guerra Mundial, e com a opção normativa e ideológica que o período pós II Guerra Mundial dicotomicamente propôs e implementou no mundo.

O rearranjo internacional no pós-guerra já não comporta a opção anterior de Portugal em firmar uma posição oficial neutral como decorreu da II Guerra Mundial. A questão da neutralidade de Portugal, datada do séc. XVIII, articula-se, no séc. XX, numa opção estratégica que procura “(...) fazer a guerra às potências dominantes, de maneira não declarada e muito mais subtil” (Túma 2010, 393). A neutralidade parece ser, em Portugal, a estratégia possível.

A posição portuguesa neutral da II Guerra Mundial é uma construção artificial, quando confrontada com o estatuto de Estado neutral definido na “Convenção de Haia” de 1907, nos artigos 5º e 13º, os quais claramente contrariam a possibilidade legal da posição portuguesa (Andrade 2011, 27). A construção em torno da neutralidade colaborante como caso único (Andrade 1995, 331) assenta na ação de Portugal, perante as potências beligerantes, na defesa do seu território e independência, mas assenta também na ideologia do regime português (Caldwell 1942, 155). No entanto, é o reconhecimento de Portugal como entidade unificada que permite a posição estratégica privilegiada de Portugal para com organizações como a NATO, que necessitam de assegurar elementos geoestratégicos como os Açores ou Cabo Verde para garantir a supremacia militar (Gomes 2011a).

A questão da necessidade e a capacidade de um Estado, face às suas condicionantes, é elegantemente definida por Pedro Pezarat Correia, quando afirma que “(...) para um Estado pequeno, a principal ameaça à sua segurança reside num forte inimigo potencial, mas a maior ameaça à sua soberania situa-se num forte aliado hegemónico” (Correia 2002, 89). E Portugal é, para Virgílio de Carvalho, um Estado pequeno, uma “Pequena Potência” pelo seu

“(...) território de reduzidas dimensões, população pouco numerosa e acentuada dependência externa para a aquisição de produtos importantes (energéticos, alimentares, minerais, tecnológicos, armas e equipamento militar, etc.) e para a sua defesa militar, com consequente limitação de liberdade de acção” (Carvalho 1986, 26).

A pequenez territorial é compensada, aparentemente, pela posição geoestratégica. O convite à participação portuguesa na NATO, uma organização constituída por democracias com exceção de Portugal, foi possível pela posição geoestratégica dos

Açores (Andrade 2011, 25-30, 2002, 363, Ferreira 1980). O “Triângulo Estratégico Português”, na conjugação de Portugal continental com a Madeira e Açores (Pereira 1986, 73), assegura o controlo estratégico do Atlântico (Santos 2009, 123). Estes fatores não preenchem, no entanto, a definição de Adriano Moreira, que defende que a capacidade securitária reside na capacidade interventiva do instrumento militar (Moreira 1984a, 48).

Para Vaz Pereira, a pertença de Portugal à NATO não representa uma modificação de fundo da aposta securitária. Para o autor, Portugal executa apenas “(...) necessárias adaptações” que em nada beliscariam as referidas linhas orientadoras de política externa que mantinha a Inglaterra no centro da sua referência securitária e incluíam os EUA no seu horizonte securitário (Pereira 1986, 62).

A integração de Portugal na NATO representou pois uma opção política e militar. Simultaneamente, a integração de Portugal na NATO significa a legitimação internacional do regime e a menorização do papel da Espanha, na cena internacional, face a Portugal, bem como o combate ao comunismo (Teixeira 1999, 1993, Pimenta 2010, Telo 1995, 1999, Carvalho 1984a, b).

Por outro lado, no decorrer das décadas de 40 e 50, a questão militar merece menor relevância que a questão política para Portugal. Isto deve-se ao afastamento da NATO da defesa de Portugal continental, pois o país não se encontrava dentro da esfera dos comandos SACLANT (Supremo Comando Aliado do Atlântico) e CINCHAN (Comando-Chefe Aliado do Canal) (Bispo 1999, 128). A integração da NATO, por Portugal, não parece reconhecer o processo de criação da NATO em 1949 como uma organização anticomunista que evoluiu desde a criação do tratado de Dunquerque de 1947 e pelo tratado de Bruxelas de 1948. Tampouco é reconhecido o processo de inclusão dos EUA na defesa da Europa, o qual deriva da resolução Vandenberg (Gaspar 2011, 9, Sacchetti 1995, Ramalho 1999, 103-105).

O cariz organizativo e ideológico da NATO parece ser a razão da adesão plena de Portugal, que a pertença dos EUA fortalece. Como contraste, existe o desinteresse para com a criação da organização de cooperação militar europeia em 1952 (CED) e a União

da Europa Ocidental (UEO) em 1954, como elementos paralelos mas integradores da NATO (Couto 1992, Gaspar 2011).

A estratégia securitária de Portugal explica a sua proposta de assegurar a participação de Espanha e da Alemanha Ocidental como um esforço da defesa da Europa. É neste sentido, que a negação de campos de ação à URSS é, para a estratégia securitária portuguesa, uma necessidade. O enquadramento da Guerra Fria, a limitação da URSS, podem ser verificados pelo empenho e necessidade de condicionar o sucesso da URSS na campanha militar da Guerra da Coreia, que exemplifica a ação direta dos participantes da NATO e exigência operacional da organização na cena internacional (Ramalho 1999, 105, Marcos 2010, 66-77, Gaspar 2011, 10).

É necessário referir que a questão securitária europeia é, no início da década de 50, desenhada em função do “cordão sanitário” Ocidental que balizava a URSS. A nível planetário, a segurança europeia era devedora dos acordos securitários dos EUA com

“(...) as Filipinas e o Japão, em 1951, com a Coreia do Sul, em 1953, com a Formosa e o Paquistão, em 1954, e pelos pactos ANZUS, de 1951, SEATO, de 1954, e CENTO, derivado do Pacto de Bagdade, em 1955, todos eles semelhantes, nos seus objectivos gerais, ao Pacto do Atlântico” (Santos 1986, 186).

A organização securitária das décadas de 40 e 50 parece validar o pensamento de Virgílio de Carvalho, quando defende que “a defesa constitui, além de tudo, um importante instrumento da política no complexo jogo das influências internacionais” (Carvalho 1982, 120).

Na segunda metade da década de 50, a NATO sofre um primeiro e sério abalo. A divisão da defesa dos interesses europeus no Egito, sobre o canal do Suez, faz lembrar a não coincidência da defesa europeia com o interesse e projeção dos EUA (Gaspar 2011). O afastamento dos EUA da opção Europeia para a zona do Médio Oriente está relacionado com a criação da “Liga do Norte”, na qual a Turquia, Irão, Paquistão, Inglaterra e EUA formaram uma aliança, na qual se procuraria estabelecer uma base de apoio e simpatia no “(...) mundo árabe e muçulmano”, contrabalançando a influência da URSS e mesmo

construindo uma testa de ferro perto do território da URSS, no ano de 1954 (Leite 2007, 10).

A opção securitária portuguesa é estabelecida dentro do conceito de “Détente”, entre os EUA e URSS, no decorrer da Guerra Fria. Esta torna-se num

“(…) novo «Tordesilhas» multifacetado, mais ou menos «decalcado» dos conceitos pan-regionais dos geopolíticos da antiga e desacreditada escola alemã, onde as múltiplos diálogos Norte-Sul actuais decorrentes das complementaridades realmente existentes, pudessem ter uma expressão mais em sintonia com a polarização de poderes mundiais que se encontra em desenvolvimento” (Carvalho 1981b, 161).

A constituição da estratégia securitária de Portugal é estabelecida dentro do âmbito de outra organização internacional, a ONU. Embora a ONU não seja apenas uma organização securitária, esta função teve um peso significativo no período de 1945-1960.

A relação de Portugal com a organização internacional “Nações Unidas” foi um processo condicionado por equilíbrios de forças entre as potências mundiais, EUA e URSS. Estas, ao controlarem o acesso à ONU como um elemento de equilíbrio na lógica da Guerra Fria, permitem a adesão de Portugal, em 1955, dentro de um lote de Estados que perfaziam um grupo de equilíbrio, mas apenas depois de a URSS ter reprovado a entrada em 1946 (Silva 1995).

O processo de adesão de Portugal a esta organização indica que a argumentação de Manuel Fernandes Pereira, que coloca a NATO dentro do espírito da Carta das Nações Unidas, em especial nos artigos 1º, 5º, 7º e 12º, é pouco defensável. O raciocínio do autor implica a menorização da ONU, a constituição da NATO como braço armado da ONU e a associação da NATO e ONU ao poder dos Estados ocidentais (Pereira 2009).

A entrada de Portugal na ONU dá-se em 1955. No ano de 1956 a “prática corrente” do questionamento sob o artigo 73º da Resolução n.º 1467, que pede a declaração de cada Estado sobre a existência de territórios coloniais, é instituída. Com a resposta negativa portuguesa, segue a argumentação da unidade, historicidade e especificidade da nação portuguesa. Será apenas no decorrer do ano de 1960 que, sob o “relatório dos seis”, se

define como obrigatória a resposta ao artigo 73º da Carta (Silva 1995, 8). Todavia, a alteração da designação do estatuto dos territórios portugueses não europeus de “colónia” para “províncias ultramarinas”, que para Luís Barroso não passa de uma alteração estratégica da revisão constitucional de 1951, não conseguiu minorizar o impacto da questão na ONU (Barroso 2012, 17).

As resoluções nº 1514 (XV), 1541 (XV) e 1542 (XV) da Assembleia Geral das Nações Unidas, elaboradas em 1960, tornam os territórios portugueses africanas entidades distintas de Portugal (Martins 1997, 190). A dinâmica interna da ONU e de Portugal acaba por estabelecer a defesa dos interesses estratégicos portugueses, baseada nas relações de interesse e influência de Portugal com Espanha, França, Bélgica, Brasil, África do Sul, EUA e Inglaterra (Silva 1995, 8-12).

3.3 Conclusão

O presente capítulo foi desenvolvido em torno da produção científica das ciências sociais portuguesas. O contributo científico de variados autores permite afirmar que a “realidade” portuguesa é múltipla e mais instável do que uma análise setorial porventura poderia indicar. A utilização dos trabalhos abordados tenta estabelecer o enquadramento da “realidade” portuguesa para o período 1945-1960.

O enquadramento é focado nas questões da construção identitária, nação, poder e relações internacionais de Portugal. O enfoque das questões da construção identitária, nação, poder e relações internacionais de Portugal é pensado de forma a permitir uma análise de dados baseada nestas categorias, sendo esta apresentada no capítulo V.

Resulta desta revisão a ideia de que ação de Portugal na esfera externa indicia uma ação estratégica, o que contraria a “(...) política simbiótica e parasitária”, sem real pertença, com que Rita Ribeiro qualifica a ação internacional de Portugal (Ribeiro 2009, 4).

O capítulo III, o presente, procura demonstrar em que medida as questões da construção identitária, nação, poder e relações internacionais de Portugal, entre outras, são abordadas em estudos diversos e dispersos, com o intuito de estabelecer a base de interpretação do capítulo V.

O capítulo IV, que se segue, culmina o enquadramento da presente investigação, feito ao longo dos capítulos II, III e IV. O capítulo IV apresenta as bases teóricas do percurso metodológico que norteia o investigador, assim como as opções inerentes ao desenho metodológico implementado na presente tese.

CAPÍTULO IV - Metodologia do estudo

4.1 Introdução

Os percursos feitos ao longo deste trabalho edificam-se em perspetivas epistemológicas de cariz construtivista (Charmaz 2006, 163, Morton 1989). O ideado e o seu papel no desenvolvimento de uma teoria das relações internacionais portuguesas parece ser um campo pouco explorado. A possibilidade de uma ideografia enquanto reflexo da realidade coletiva traduz a perspetiva construtivista da presente investigação no plano da escolha do objeto.

O capítulo I apresentou a definição de ideografia que rege a presente tese, assim como o contributo de múltiplos autores, oriundos de diversificadas áreas, para o estabelecimento da definição. O capítulo II desta tese deu conta da influência do paradigma realista na origem de conceitos da disciplina das Relações Internacionais, tendo sido abordada também a proposta do paradigma construtivista quanto ao desenvolvimento teórico da disciplina. Isto não significa que os contributos de perspetivas não construtivistas sejam negados, já que uma marca da posição construtivista passa precisamente por incorporar a criação teórica embebida nas correntes de conhecimento existentes, sem deixar de estar alerta para novas vias de interpretação do objeto (Creswell 2009, 18).

Este capítulo apresentará agora o percurso metodológico realizado na presente tese. São aqui clarificadas as escolhas do investigador, e explicados quais os passos realizados entre a definição do objeto e a seleção, recolha e tratamento das fontes e dados. Diferencia-se aqui um pensamento metodológico daquilo que é uma escolha de métodos. Ao primeiro, está associada a matriz genérica do pensamento que constrói a investigação, no caso, um pensamento construtivista. Quanto aos métodos, estes constituem ferramentas específicas para a consecução de fins, tendo, portanto, um papel instrumental.

Prolongando a linha construtivista que atravessa esta tese, foi definida uma proposta de abordagem qualitativa no âmbito da recolha, análise e tratamento de dados. O vínculo entre uma visão construtivista e uma abordagem qualitativa está, neste caso, associado ao reconhecimento de que o próprio investigador, enquanto membro participante da construção social da realidade, é um agente interpretativo. Assim, coloca-se a ontologia da construção da realidade na construção social e histórica, construção da qual o próprio investigador faz parte (Creswell 2007, 16, Stake 2010, 104-114, Chenail 1995).

Este capítulo acrescenta assim aos capítulos que o antecedem a reflexão metodológica e completa o quadro de pressupostos da investigação empírica. No plano da aplicação de métodos, o enquadramento epistemológico deste trabalho prolonga o enquadramento feito quanto à escolha do objeto.

Nos parágrafos que se seguem, será apresentada a forma como os métodos de pesquisa utilizados foram pensados e implementados de forma a obedecer ao contexto da matriz de pensamento adotada e a responder de forma eficaz às questões iniciais de investigação.

4.2 Enquadramento da análise

A parte empírica da tese é constituída por dois estudos diferenciados. O estudo central utiliza o método “grounded theory” (cf. Charmaz 2006) e tem por “corpus” documental 60 documentos produzidos entre 1945 e 1960 por António de Oliveira Salazar e editados na obra “Discursos. O estudo satélite utiliza o método histórico e tem por “corpus” documental centenas de documentos oficiais de organizações e entidades estatais, assim como documentos de carácter privado, concentrados no Arquivo Histórico – Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Arquivo PIDE – Torre do Tombo.

O confronto do investigador com um “corpus” de dados a analisar coloca duas questões fundamentais, que estão de alguma forma interligadas. A primeira diz respeito à relação do próprio investigador com a temporalidade dos dados, e a segunda interroga, de forma genérica, a possibilidade de distanciamento face à realidade social, ou a possibilidade de uma ciência social objetiva.

A investigação em ciências sociais tem na questão temporal uma peculiar Némesis, sendo este princípio válido no que respeita ao presente estudo. O período temporal selecionado, 1945-1960, dirige a investigação para um momento relativamente afastado. É aceite que a distância temporal propõe desafios e vantagens. O desafio consiste em vencer a possível contaminação do investigador pelos efeitos “nocivos” (enviesantes, quando não conscientes) da memória partilhada da comunidade. A vantagem reside nos benefícios que a preservação dessa memória partilhada traz. No caso da presente investigação, é viável defender que existe um distanciamento suficiente do período temporal em causa para que não exista uma contaminação direta do investigador pela realidade que viveu, ao mesmo tempo que persiste ainda uma “ligação” do investigador à memória da comunidade que lhe permite “reconhecer” essa mesma realidade. Neste sentido, a presente investigação parece encontrar-se em posição privilegiada.

As questões inerentes à relação do investigador com um determinado período temporal são parte da problemática geral sobre a possibilidade de uma ciência objetiva. Na presente tese, a defesa de uma ciência “pura”, quanto à objetividade, é colocada em causa, assumindo-se que apenas a demonstração das opções filosóficas e metodológicas tomadas podem acautelar o enviesamento arbitrário do investigador e assegurar a validade científica do estudo.

Em primeiro lugar, a realidade não é assumida como “pura”, no sentido de ser atingível na plenitude. A realidade é, antes, entendida como uma construção social e histórica. Estas assunções estão em linha com uma perspetiva construtivista, que visa por estes meios desenvolver uma proposta teórica diferenciada e rica (Creswell 2009, 6). Neste sentido, aceita-se o pressuposto de que existem “realidades” a analisar e não apenas uma “realidade”. Esta pluralidade é construída por multiplicidades de enfoques e coloca o investigador numa posição que é necessariamente uma posição de leitura seletiva da realidade, ou de interpretação.

Para que a análise das “realidades” permita construir uma interpretação da “realidade” de forma válida, é essencial que exista uma demonstração clara do posicionamento do investigador. É assumido que o investigador qualitativo importa sempre um conjunto de posições filosóficas, paradigmas e perspetivas sociais para o projeto de investigação,

mesmo que o faça de forma inconsciente (Creswell 2007, 15). Apenas com uma demonstração clara do posicionamento do investigador pode a investigação não ser ferida da crítica de enviesamento arbitrário, por ser inconsciente, existindo em alternativa um enviesamento consciente.

4.3 Análise qualitativa

A proposta de uma análise qualitativa surge aqui como negação da ideia de que esta pode ser uma análise “elusiva e etérea”, quando comparada com uma análise quantitativa. Ao contrário, assume-se que a opção por uma via qualitativa é uma opção relevante, já que a especificidade da presente investigação requer a medição de valor e significado (qualidade) e não a quantificação (Dey 2005, 11).

A análise qualitativa ultrapassa a relação empírica básica, sem deixar de fundamentar a construção teórica na substância dos dados. Numa análise qualitativa, o investigador obriga-se a assumir uma posição clara quanto à definição e aplicação da análise, posição essa que equilibra a disposição interpretativa. A definição dos termos da análise assenta no estabelecimento de uma tríade descrição-conexão-classificação, sendo essa tríade contextualizada e condicionada pelos interesses e enviesamentos produzidos pela lente observacional do investigador, que é também um intérprete da realidade (Dey 2005, 31-48, Cooper e White 2011, 15).

É relevante, neste ponto, fazer a diferenciação entre análise qualitativa de dados e análise de dados qualitativos. Um determinado conjunto de dados é qualitativo quando não se apresenta em formato imediatamente suscetível de quantificação, como acontece num conjunto de textos. Uma análise de dados é qualitativa quando se centra no significado e valor dos conteúdos, em detrimento da quantificação de tipos de conteúdos. A investigação qualitativa pode assentar em apenas um, ou nos dois elementos de análise qualitativa. Na investigação desenvolvida, é implementada a análise qualitativa de dados (atenção ao significado e não à frequência das ocorrências) e a análise de dados qualitativos (textos). A dupla dimensão qualitativa na análise procura o refinamento e sensibilidade que a utilização da alternativa não aparenta comportar (Ryan 2010).

A existência de um desenho de pesquisa, ou um plano de ação investigativa, incorpora o pensamento metodológico essencial do investigador, conforme se especifica abaixo.

4.4 Desenho de pesquisa

O desenho de pesquisa consiste na descrição das opções tomadas no âmbito de uma investigação de base empírica (Gibson e Brown 2009, 48). A questão central da investigação consiste no estudo do papel da construção ideográfica nas relações internacionais portuguesas e é desenvolvida à luz de um desenho de pesquisa que assume Portugal como unidade de estudo. O papel da construção ideográfica nas relações internacionais portuguesas não sugere a lógica clássica de causa-efeito, sugere antes que a construção ideográfica é um vetor, uma condicionante, da possibilidade de ação, no desenvolvimento das relações internacionais portuguesas.

Ao nível do objeto, esta investigação identifica a representação de poderes instituídos, ou a luta para resistir ou obter esses poderes (Chilton e Schäffner 2002, 5). Em alternativa, a construção ideográfica que é objeto desta tese pressupõe a centralização da ideia de construção social da realidade. A realidade, construída à luz de ideias partilhadas pela comunidade que forma a nação, permeia toda a ação e opções dessa comunidade e de todos os seus constituintes. Logo, toda a ação da comunidade, mesmo a ação política e estratégica, é condicionada por essas ideias. A construção da realidade toma em conta a interação entre a manutenção, a procura e a resistência aos poderes que existem dentro de uma comunidade e numa estrutura política. A investigação sobre os poderes e não sobre o poder procura refletir a medida em que a construção do conceito de poder pode ser desvirtuada pela aceitação tácita da operacionalidade do conceito, sem que se investiguem e analisem os poderes que formam o poder.

O objeto de investigação deve ser entendido no âmbito relacional pois a interação e interdependência dos elementos que formam o objeto são múltiplos e dinâmicos. Neste âmbito, as políticas refletem a construção social da comunidade e, de forma direta ou indireta, respondem perante a comunidade, nas opções realizadas (Hansen 2006, 6).

O desenho de pesquisa da presente tese procura fundar o processo da investigação em “corpora” documentais primários diferenciados. Embora os “corpora” sejam diferenciados na origem, é defendido que representam o mesmo nível de produção, ou seja, quer os documentos editados da obra “Discursos” quer os documentos arquivísticos são produzidos dentro da ação do Estado e dos seus representantes. Portanto, o desenho de pesquisa da presente tese teve em conta a harmonização do corpo documental e a exploração máxima dos dados existentes nesses corpos documentais (Gerring 2011, 633).

A pesquisa empírica é, conforme foi dito, estabelecida sobre um estudo central e sobre um estudo secundário. A existência do estudo principal e do estudo secundário é pensada como fórmula de controlo e validação do primeiro e principal estudo (cf. Yin 2003). A investigação principal incide em documentos oficiais coletados na obra “Discursos”, de António de Oliveira Salazar. A investigação secundária parte da análise de documentos arquivísticos relativos à temática do apoio a cidadãos alemães em Portugal, no período pós II Guerra Mundial.

A seleção dos documentos coletados na obra “Discursos”, de António de Oliveira Salazar, assume que esses documentos representam a voz oficial do pensamento subjacente ao regime português. O desenho de investigação do estudo principal assenta na utilização do método “grounded theory” (*vide infra*) para análise de conteúdo, utilizando-se os discursos de Salazar para desconstruir a estrutura dos mesmos em conceitos. Os conceitos permitem analisar como a construção ideográfica é significativa, pela forma implícita, explícita ou mesmo pela ausência, revelando opções e decisões que marcam as relações internacionais de Portugal para o período em estudo. A perspetiva da utilização dos documentos primários contidos na obra “Discursos” assume que “(...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (Foucault 1999, 10), ou seja, o discurso é uma plataforma em que se expõe a ação.

A utilização dos documentos contidos na obra “Discursos” no estudo principal aceita que os documentos são representativos de uma realidade temporalmente específica. É aceite, também, que a realidade que a investigação persegue, nos documentos investigados, abrange ideias e conceitos mutáveis. As ideias e conceitos são, assim, aceites como

elementos operacionais herdados e partilhados por toda a comunidade que sustenta a nação, sendo que os mesmos são recriados por essa mesma comunidade na sua *praxis* diária (Dall e Boas 1887, 589).

O desenho de pesquisa faz incidir o estudo histórico na investigação da permanência e defesa de cidadãos alemães no pós II Guerra Mundial em Portugal. A razão da seleção do caso reside em três componentes distintas mas complementares. Em primeiro lugar, o caso é investigado através de fontes arquivísticas de acesso condicionado, que abarcam documentos com origem em organizações estatais diversos. A utilização destes documentos procura manter o nível de análise em linha com a utilização da obra “Discursos”. Ou seja, é aceite que os documentos oficiais estatais contêm um nível de representatividade que é similar ao da produção oficial da comunicação do líder do regime.

Em segundo lugar, o estudo secundário é um estudo histórico de cariz demonstrativo e narrativo, baseado em documentos institucionais e relativo à questão dos cidadãos alemães em Portugal no pós II Guerra Mundial. Este segundo estudo representa em si mesmo um “caso” de dimensão única. O estudo histórico procura encetar o reconhecimento do elemento funcional do Estado português implementado na prática. O cariz residual ou marginal do caso não é encarado como limitação, é sim encarado como a possibilidade de investigação de ação única, numa temática única. O caso é assim visto como capaz de apresentar as falhas e “nuances” mais íntimas da ação do Estado, que não prevê a resposta a circunstâncias extremas como as que são objeto de análise.

Em terceiro lugar, o desenho de pesquisa utiliza o caso alemão como elemento de triangulação da investigação principal. A construção teórica que resulta da utilização do método de análise de conteúdo proposto pela “grounded theory” no estudo principal é confrontada com a ação prática da estrutura política e estatal e esse confronto permite testar a validade da análise do estudo principal. O desenho de pesquisa engloba, assim, dois estudos estabelecidos num estudo de caso.

4.5 Estudo de Caso

O estudo de caso levado a cabo nesta investigação é um estudo de caso único, centrado em Portugal. O estudo de caso é um estudo aprofundado que tem por âmbito uma unidade singular e que é capaz de informar e fornecer uma proposta teórica e funcional generalizadora ao nível das múltiplas dimensões que o caso comporta (Gerring 2004, 342, George e Bennett 2005, 48, Gillham 2000, 1-2). A estratégia inerente a um estudo de caso sublinha assim a relação dinâmica e interdependente do desenho e implementação da análise com a seleção do próprio caso a investigar (Seawright e Gerring 2008, 294).

Para efeitos de clareza terminológica, é importante desde já distinguir o *estudo de caso*, que corresponde a uma estratégia de investigação, da referência a um *caso de estudo*. Um caso de estudo é a realidade pontual sobre a qual recai a análise, um conjunto restrito de factos que serve mas não constitui, que integra mas não exaure a estratégia do estudo de caso. A utilização do estudo de caso como estratégia de investigação nesta tese prende-se com a orientação para obter respostas relativas ao “como” e “porquê” que as questões de pesquisa propõem (Yin 2003, 1).

Um estudo de caso pode ser *múltiplo* ou *único*. No primeiro caso, existe uma dimensão comparativa, decorrente do confronto de duas realidades, por exemplo duas comunidades. O estudo de caso único importa uma abordagem holística a uma só unidade. A opção por este tipo de abordagem exige que o teste de validade interna, validade externa, “validade de constructo” e fiabilidade sejam claros e transparentes para assegurar o reconhecimento da interpretação dos resultados (Yin 2003, 21).

O estudo de caso aplica uma limitação temporal e teórica definida, mas é reconhecido que esta limitação surge por condicionantes epistemológicas e teóricas que estabelecem uma barreira acrescida. Quanto à limitação temporal, é necessário reconhecer que a possível ambiguidade de um estudo de caso de unidade simples com uma dimensão temporal longitudinal exige uma investigação que reconheça alterações de processos ou conceitos no decorrer do tempo. Nesta dimensão, o enviesamento de Creswell, referente aos perigos do enviesamento que o investigador qualitativo pode importar para a sua investigação, pela influência de paradigmas, posições filosóficas ou perspetivas pessoais, corresponde

às unidades informais de Gerring, ou seja, a forma como outras unidades “(...) are brought into the analysis in a peripheral way” sendo que “(...) these informal units are studied only through secondary literature” (Gerring 2004, 344-345, Creswell 2007, 15).

Uma opção nuclear do desenho de pesquisa, e ligada à necessidade de validação, é a proposta de um estudo de caso estabelecido em dois momentos. Como foi já sublinhado, o estudo principal e central utiliza os métodos de análise de conteúdo da “grounded theory” para investigar a construção ideográfica nas relações internacionais portuguesas. A construção ideográfica é investigada por meio da análise de documentos oficiais do Estado Novo no período 1945-1960, produzidos por António de Oliveira Salazar e coletados na obra “Discursos”. O estudo secundário consiste na investigação histórica de um caso único que é a permanência e defesa de cidadãos alemães em Portugal no período pós II Guerra Mundial. Os procedimentos utilizados na investigação das fontes são assim pensados e ajustados de forma a obedecerem aos princípios do método em causa, mas reservam a latitude necessária para explorar profundamente os documentos (Ryan 2010, 4)

No caso da presente tese, a combinação de uma análise de conteúdo sobre um conjunto homogêneo de fontes com a análise histórica de outro conjunto visa obter o máximo equilíbrio possível entre a densidade explicativa (análise de conteúdo centrada e extensiva) e a validade interna do caso que a confrontação de métodos e abordagens permite (método “grounded theory” e método histórico). O equilíbrio pretende oferecer a generalização necessária à teorização, mas manter ao mesmo tempo a riqueza explicativa (George e Bennett 2005, 59).

A combinação do estudo principal com o estudo secundário histórico de cariz único é concebida para permitir a triangulação da investigação, métodos e resultados (cf. Stake 2005), ou seja, a utilização de dois métodos distintos permite a confrontação e confirmação dos resultados da investigação, num processo afim do objetivo de validação (Rothbauer 2008). A triangulação permite também aferir quanto o investigador é capaz de superar a aceitação do objeto como existente em si mesmo e assim perscrutar as realidades construídas (Connerton 1989, 14).

Concomitantemente, os vetores apresentados propõem a possibilidade de alguma generalização quanto à análise de dados pela continuidade temporal e operacional dos conceitos. Desta forma, parece ser possível não só ultrapassar a limitação profunda e concreta de um caso, como também ser capaz de fornecer uma teoria com alguma inovação. O confronto da abordagem aqui proposta, com teorias e estudos existentes, permite também inspirar a reanálise desses estudos e teorias (cf. Flyvbjerg 2006).

4.5.1 Representatividade do estudo de caso

O caso selecionado é de generalização difícil, mas a profundidade da investigação e da análise compensa essa dificuldade de generalização com o conhecimento rico do período. A representatividade do estudo decorre da utilização do conjunto de fontes e métodos, ou seja, da articulação entre os documentos da obra “Discursos” e os documentos arquivísticos, que procura apresentar um quadro alargado e seguro do reconhecimento da “realidade”.

O período temporal sobre o qual incide o estudo de caso, 1945-1960, é selecionado pelas características específicas que apresenta. O período temporal selecionado é o único momento em que Portugal não está diretamente envolvido, ou severamente ameaçado, pela ingerência externa nas opções do regime, conforme expresso no capítulo I.

É entendido, nesta tese, que para além do período 1945-1960, o Estado Novo pode ser estruturado em mais quatro momentos. O primeiro momento decorre entre 1933 e 1936. O Estado Novo é instituído em 1933 com a aprovação da Constituição no mesmo ano. A instalação e desenvolvimento do novo enquadramento político necessita de tempo para atingir um patamar de maturidade que permita desenvolver políticas específicas e distintas, o que torna este período especialmente sensível a pressões externas. O segundo momento decorre entre 1936 e 1939. A guerra civil espanhola é aqui limitadora da evolução normal do regime do Estado Novo. Isto decorre da proximidade bélica e da luta ideológica inerente, tratando-se de uma luta cujo resultado poderia afetar a relação com Portugal, e por arrasto, a própria segurança do país. O terceiro momento decorre entre 1939 e 1945. O conflito da II Guerra Mundial é também entendido como um momento cuja intensidade e especificidade limita e condiciona as opções e ações do regime. O

quarto momento corresponde ao período entre 1961 e 1974. O período temporal corresponde a um período de guerra interno, mas de natureza colonial, e que novamente expõe o Estado Novo a pressões externas na sua ação.

Neste âmbito, o período entre 1945 e 1960 é entendido, nesta tese, como o período que representa a maioridade política do Estado Novo. Nesta janela temporal, o Estado Novo detém a capacidade de ação e estratégia para implementar políticas desejadas, sem condicionantes de maior, leia-se, sem uma ameaça externa direta à sobrevivência de Portugal.

4.5.2 Fontes

As fontes usadas nos dois casos de estudo são diferenciadas quanto à sua origem. As fontes documentais da obra “Discursos” consistem num total de 60 documentos que são distribuídos ao longo do período 1945-1960 (Quadro 1).

Quadro 1- Documentos analisados no estudo principal

Ano da produção do Documento	Título do Documento
1945	-“Votar é um grande dever” -“Timor (Nota oficiosa) ” -“Exposição sobre a política interna e externa” -“Relações luso-brasileiras – A unidade intercontinental da língua portuguesa” -“Na despedida do embaixador de Inglaterra, Sir Ronald Campbell” -“Palavras de agradecimento” -“Portugal, a guerra e a paz” -“No fim da guerra”
1946	-“Relevância do factor político e a solução portuguesa” -“Portugal e as Nações Unidas (ONU) (Nota oficiosa) ” -“Em honra da Inglaterra e dos Estados Unidos” -“Produzir e poupar — Mensagem aos portugueses” -“Ideias falsas e palavras vãs (Reflexões sobre o último acto eleitoral)

Ano da produção do Documento	Título do Documento
1947	-“Miséria e medo, características do momento actual” -“A Nação Portuguesa irmandade de povos” -“Governo e política”
1948	-“No encerramento da Exposição de Obras Públicas” -“O Ocidente em face da Rússia” -“À Universidade de Coimbra” -“Às mulheres de Portugal”
1949	-“Questões de política interna” -“Portugal no Pacto do Atlântico” -“ «A regar! A regar!» ” -“No fim da campanha” -“O meu depoimento”
1950	-“Governar, dirigindo a consciência nacional” -“Breves considerações sobre a política interna e internacional a propósito da inauguração do Estádio de Braga”
1951	-“Na inauguração da Ponte Marechal Carmona” -“Independência da política nacional suas condições” -“O candidato da paz e o candidato da pacificação” -“O problema da sucessão presidencial” -“Crise dos negócios mundiais — pode evitar-se um conflito generalizado?”
1952	-“Armadura económica e moral” -“À memória de Duarte Pacheco”
1953	-“Portugal como elemento de estabilidade na civilização ocidental” -“Os problemas políticos e o próximo acto eleitoral” -“O Plano de Fomento”
1954	-“Sobre o Tratado Luso-Brasileiro de Amizade e Consulta” -“O caso de Goa” -“Goa e a União Indiana” -“Resposta à saudação dos indianos residentes em Lisboa” -“Goa e a União Indiana” -“Na posse da Junta de Energia Nuclear”
1955	-A questão de Goa

Ano da produção do Documento	Título do Documento
1956	-“Mensagem à Legião Portuguesa” -“Apontamento sobre a situação internacional” -“Portugal, Goa e a União Indiana” -“Governo e política”
1957	-“A atmosfera mundial e os problemas nacionais” -“Actualidade da União Nacional”
1958	-“Panorâmica da política mundial” -“Na posse da Comissão Executiva da União Nacional” -“Caminho do futuro” -“Não tenhamos receio” -“A obra do regime na campanha eleitoral” -“Resposta à saudação dos portugueses do Brasil e das Províncias Ultramarinas”
1959	-“A posição portuguesa em face da Europa, da América e da África” -“Agradecimento às mulheres portuguesas”
1960	-“Portugal e a campanha anticolonialista” -“No almoço oferecido aos participantes na reunião ministerial da E.F.T.A”

As fontes documentais do caso da defesa e acolhimento dos cidadãos alemães em Portugal no pós II Guerra Mundial são constituídas por algumas centenas de documentos arquivísticos com origem primordial em organizações estatais. Esses documentos podem ser categorizados dentro de categorias como: ofícios, pareceres, notas, comunicações oficiais entre representantes de Estados e comunicações privadas (Quadro 2).

Quadro 2 - Documentos analisados no estudo secundário

Ano	Arquivo	Origem do Documento	Número de Documentos
1945	Arquivo Histórico-Diplomático	Gabinete do Presidente do Conselho	2
		Legação de Portugal em França	3
		Embaixada dos EUA em Lisboa	7
		Embaixada do Reino Unido em Lisboa	9
		Embaixada de Portugal no Vaticano	1

Ano	Arquivo	Origem do Documento	Número de Documentos
		Embaixada de Portugal no Reino Unido	2
		Embaixada de Portugal nos EUA	2
		Legação de França em Lisboa	1
		Ministério da Finanças, Inspeção do Comércio Bancário	1
		Portugal-Documentos de identificação ou certidões	3
		PIDE	2
		Ministério dos Negócios Estrangeiros	26
		Ministério das Colónias	1
		Ministério da Justiça	1
		The Allied Control Council (ACC)	1
		Comunicações Privadas	31
		Origem desconhecida	5
1946	Arquivo Histórico-Diplomático	Gabinete do Presidente do Conselho	2
		Legação de Portugal em França	1
		Embaixada dos EUA em Lisboa	6
		Embaixada do Reino Unido em Lisboa	32
		Embaixada do Brasil em Lisboa	2
		Consulado do Brasil em Lisboa	2
		Legação de França em Lisboa	1
		Embaixada de Portugal no Reino Unido	23
		Embaixada de Portugal nos EUA	2
		Legação de França em Lisboa	1
		Consulado de Portugal no Japão	1
		Ministério da Finanças, Inspeção do Comércio Bancário	1
		Portugal-Documentos de identificação ou certidões	8
		PIDE	141
		Ministério dos Negócios Estrangeiros	46
		Ministério da Justiça	1
		Comunicações Privadas	126
		Origem desconhecida	1
1947	Arquivo Histórico-Diplomático	Embaixada do Reino Unido em Lisboa	2
		Legação de Portugal na Bélgica	2
		Consulado de Portugal no Japão	3
		Embaixada do Brasil em Lisboa	1
		US Repatriation Center	1
		Portugal-Documentos de identificação ou certidões	2
		PIDE	2
		Ministério dos Negócios Estrangeiros	21
		Cruz Vermelha Portuguesa	1

Ano	Arquivo	Origem do Documento	Número de Documentos
		Comunicações Privadas	10
		Origem desconhecida	
1948	Arquivo Histórico-Diplomático	Embaixada dos EUA em Lisboa	1
		Embaixada do Reino Unido em Lisboa	1
		Legação de Portugal em Itália	1
		PIDE	6
		Ministério dos Negócios Estrangeiros	13
		Ministério das Colónias	1
		Comunicações Privadas	2
1950	Arquivo Histórico-Diplomático	Ministério dos Negócios Estrangeiros	3
		Ministério da Justiça	2
1951	Arquivo Histórico-Diplomático	Ministério dos Negócios Estrangeiros	2
		PIDE	1
1960	Arquivo Histórico-Diplomático	Ministério dos Negócios Estrangeiros	1
1961	Arquivo Histórico-Diplomático	Embaixada de Portugal em França	2
		Ministério dos Negócios Estrangeiros	4
		Ministério das Finanças	1
1962	Arquivo Histórico-Diplomático	Ministério dos Negócios Estrangeiros	1
1965	Arquivo Nacional Torre do Tombo – Arquivo PIDE	Privado	1
Total de documentos			583

A utilização dos documentos compilados na obra “Discursos” aceita que a criação dos documentos tem um cariz oficial. A produção dos documentos tem origem no líder do regime do Estado Novo, o que representa a validação dos mesmos como documentos avalizados e representativos do pensamento oficial do regime. É aceite também que esses mesmos documentos são o resultado de uma construção social da qual o autor é representante, dada a sua pertença à comunidade que faz tal construção (Connerton 1989, 1-2,72). A conjugação desses elementos permite atribuir um elevado nível de credibilidade às fontes (cf. Horváth 2009, Pu 2007).

O estudo secundário de cariz histórico utiliza fontes arquivísticas de acesso reservado. Os documentos têm a sua origem em variados departamentos e organizações estatais que lidaram com o tema da permanência e defesa de cidadãos alemães em Portugal no pós II

Guerra Mundial. A quase totalidade dos documentos está localizada no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e o remanescente documental no Arquivo da PIDE concentrado na Torre do Tombo. Os documentos oficiais que os fundos arquivísticos comportam são interpretados como resultado da ação do Estado português, mas são encarados também como portadores do cunho que a estrutura política e institucional lhes confere.

A seleção de fontes é, pois, vista como um exercício ontológico. Os documentos são encarados como “(...) construções analíticas e não objetos empíricos” que possibilitam o reconhecimento múltiplo da realidade e da construção da mesma (Hansen 2006, 46). Na presente investigação, a aplicação dos métodos desconstrói a estrutura dos documentos para possibilitar a identificação de conceitos fundadores que informam a construção teórica. Nesse sentido, os documentos selecionados como fontes não estão sujeitos a processos de atomização e descaracterização, mas sim a processos de leitura para além de uma superfície visível.

4.6 Estudo Principal (análise de conteúdo)

O estudo principal analisa os documentos coletados na obra “Discursos”, sendo feito recurso ao método de análise de conteúdo textual associado à “grounded theory” (cf. Charmaz 2005, 2006). O quadro teórico da “grounded theory” propõe a maximização da componente indutiva da análise, ou seja, a atribuição de prioridade aos dados em detrimento de conceitos pré-existentes. Propõe também uma componente abductiva, que remete para o valor da conjugação de mais que um elemento empírico na construção de conceitos. A ideia de uma “teoria radicada nos dados” traduz uma direção para a elaboração concetual (teoria) partindo da realidade observada. A realidade é inicialmente vista com o máximo despojo de pré-conceitos, procurando-se assim uma postura claramente demarcada. Esta postura afasta-se, por exemplo, da posição de Robert Stake (2005) quando defende a necessidade de delimitação concetual do caso de forma a pré - estabelecer temáticas.

A teorização radicada em dados que é inicialmente feita à luz da “grounded theory” alimenta-se, em momento posterior, de nova consulta empírica, que, por sua vez e por abdução, permite um refazer da teorização. O processo desenrola-se, assim, como uma construção teórica em espiral, alternando entre patamares de desenvolvimento concetual e de análise de dados. Num processo desta natureza, a complexificação e o refinamento são constantes, permitindo contrastar o estado corrente da construção com fases e patamares anteriores (Charmaz 2005, 507).

A construção concetual desta tese, incluindo a identificação do núcleo concetual da ideografia, é enquadrada pela corrente construtivista, como anteriormente exposto. Ao recorrer à “grounded theory”, a investigação procura ser sensível ao material investigado, de forma a potenciar a primazia dos dados e não limitar os dados ao enquadramento teórico preexistente (Gillham 2000, 12,22). A valorização de uma componente indutiva permite que o investigador não seja limitado pelos paradigmas teóricos. Permite-se assim que a análise das teorias não seja estabelecida em pré-conceitos que condicionem a riqueza das fontes (Dey 2005, 65). O processo de afastamento dos pré-conceitos significa o abandono do conforto que as teorias oferecem. O desconforto da falta de enquadramento é compensado pelo ganho na amplitude de investigação e no reconhecimento que a realidade resiste a comportar-se de acordo com as construções teóricas (Gillham 2000, 10).

O investimento indutivo da “grounded theory” não é isento de riscos. A abertura que o método comporta ao nível do desenvolvimento concetual torna o mesmo excecionalmente sensível à influência do enviesamento inconsciente do investigador (Charmaz 2006, 10), sendo este um risco que afeta a presente investigação. Por esta razão, o cuidado em estabelecer claramente o posicionamento teórico do investigador foi acautelado no capítulo II, a par da influência das obras e perspectivas que a epistemologia propõe para o período em causa. As lentes que ajustam a visão do investigador foram assim expostas, para minimizar os enviesamentos não tornados conscientes. Da mesma forma, a análise indutiva e abdutiva dos dados é entendida como deficitária na capacidade generalista, quando comparada com análise dedutiva, mas em compensação propõe um enfoque metódico que permite confrontar, confirmar ou estabelecer paradigmas ou teorias (Cooper e White 2011, 6-7).

Parte do esforço realizado na investigação, e que não é possível apresentar neste texto, reside na permanente introspeção e avaliação de conceitos que a distância temporal pode induzir o investigador a assumir. O esforço do investigador exerce-se assim no sentido da procura da “realidade”, e não a acomodação do objeto à realidade do investigador, que dele se apropria (Charmaz 2006, 15).

A utilização do método “grounded theory” não nega as direções, ou conceitos, dados pela literatura (Waltz 1979, Mearsheimer 2001, Wendt 2003, Bull 2002, Nye 1990, Anderson 2006, Reus-Smit 2004, Morgenthau 1948, Carr 2001, Angell 2002). Contudo, o pressuposto central é o de que a codificação desenvolvida na investigação é por si mesma uma criação do investigador. Neste sentido, a apresentação dos dados é entendida como necessariamente extensiva, de forma a garantir o reconhecimento da investigação realizada (Suddaby 2006). O condicionamento consciente e inconsciente, teórico ou empírico, marcou todo o processo de pesquisa (Charmaz 2006, 16-17).

4.6.1 Codificação do estudo principal (“codebook”)

O procedimento nuclear de análise de conteúdo corresponde a um processo de codificação de excertos de texto. Entende-se por codificação o ato de atribuição de um código, o qual designa o universo semântico representado pelo excerto de texto em causa. A escolha desse código constitui uma proposta do investigador, que exerce uma atribuição de significados mediante a matéria do texto, e não apenas mediante o enquadramento numa categoria pré-estabelecida (Saldaña 2009).

O código tem, assim, origem em dois processos. Um processo leva a que o código seja implementado no decorrer da leitura do documento e utiliza o método “in vivo”. Ou seja, o investigador reconhece como relevante a codificação a realizar perante a informação que o documento apresenta. A atenção para determinados temas e áreas centrais da literatura das Relações Internacionais propõe, “a priori”, a atenção para com alguns códigos, de forma a permitir a análise de elementos centrais na dita literatura. A codificação realizada dentro deste âmbito pretende escapar ao relativismo do empírico puro, ou seja, a incapacidade do investigador ser uma *tabua rasa* no desenvolvimento dos

códigos e da codificação, que a ser perseguida, tenderia à abstração sem conteúdo (Dey 2005, 102-105, Gibson e Brown 2009, 17).

É aceite que o código é um ato interpretativo que pretende descodificar a ideia, a essência, presente no documento de uma forma evidente ou latente. Isto significa que a codificação categoriza os dados existentes de forma a permitir uma primeira estrutura de análise (Saldaña 2009, 3-8). É neste sentido que a utilização do método “grounded theory” permite desconstruir e estabelecer a abstração que a limitação contextual do documento impõe (Charmaz 2006, 46).

A codificação realizada no estudo principal sob o método “grounded theory” foi executada em “software” CAQDAS (“Computer-assisted qualitative data analysis software”). A utilização de “software”, nesta tese, exige que a investigação seja solidamente desenhada, caso contrário a demonstração de resultados não ultrapassa a ambiguidade da contabilidade de palavras e conceitos num dado documento. A codificação dos documentos coletados nos “Discursos” foi guiada pela necessidade de encontrar nos dados a importância da construção ideográfica na construção da estratégia e da ação nas relações internacionais portuguesas, para o período temporal selecionado.

A introdução de uma análise diacrónica, ou de evolução temporal, acompanhou o processo de codificação. A codificação foi sendo desenhada de forma a comportar uma análise que reconheça como relevante quer a existência, quer a inexistência de evolução ao longo do tempo, para um dado tema ou conceito. Esta opção de análise diacrónica tenta permitir que a longitude temporal da análise retorne elementos diferenciadores que podem indicar alterações significativas dos componentes da ação e estratégia portuguesa, pela modificação das características dessas componentes.

Num processo de codificação, a unidade básica é o código. O “codebook”, ou livro de códigos (*vide 4.6.1.i infra*), corresponde ao conjunto de termos que classificam os excertos do texto em análise. Na presente investigação, o livro de códigos foi criado tendo em conta a especificidade do corpo documental, mas também o enquadramento teórico e metodológico da investigação (Saldaña 2009, 2,30).

Tendo em conta a necessidade de enquadramento teórico da presente investigação, o desenvolvimento da estrutura do livro de códigos foi pensado de forma a comportar uma análise dupla. A construção ideográfica nas relações internacionais portuguesas é explorada, nesta investigação, no âmbito interno e no âmbito externo. Ou seja, a investigação propõe que a análise seja capaz de distinguir a forma como a construção múltipla da ideografia se estabelece na realização de uma dada comunidade (Saldaña 2009, 62-65). Assim, a perceção da realidade interna e externa é proposta como elemento constituinte da mesma realidade unificada. Nesse sentido, a codificação é unificada quanto aos temas, categorias e subcategorias, mas é implementada e analisada duplamente.

Em obediência aos princípios intrínsecos do método, o livro de código foi desenvolvido em múltiplas fases. A primeira fase foi instituída com a codificação inicial (“initial coding”) em que a presença de conceitos e reflexões inesperados é codificado utilizando a técnica “in vivo”. A segunda fase institui a codificação orientada (“focused coding”). Esta segunda fase elabora os códigos que a codificação inicial identifica e integra-os numa *categoria*. A categoria é povoada por códigos que estabelecem a propriedade da categoria da forma mais exaustiva e refinada possível. O refinamento da categoria é alcançado pela comparação permanente com outras categorias criadas e com os códigos que as definem. A categoria atinge a saturação quando permite assegurar confiança ao investigador quanto à sua capacidade de representar um conceito e quanto à possibilidade de ser operacionalizada nos documentos em análise (Dey 2005, 100-113). Isto significa que o processo de codificação é longo e cíclico, até atingir a maturidade e o refinamento mais perfeito possível (Dey 2005, 115-118, Charmaz 2006, 42-46). Posteriormente, existe uma agregação de categorias em temas.

Graficamente o processo que inicia na aplicação dos códigos e finaliza na construção teórica pode ser representado como na figura 1.

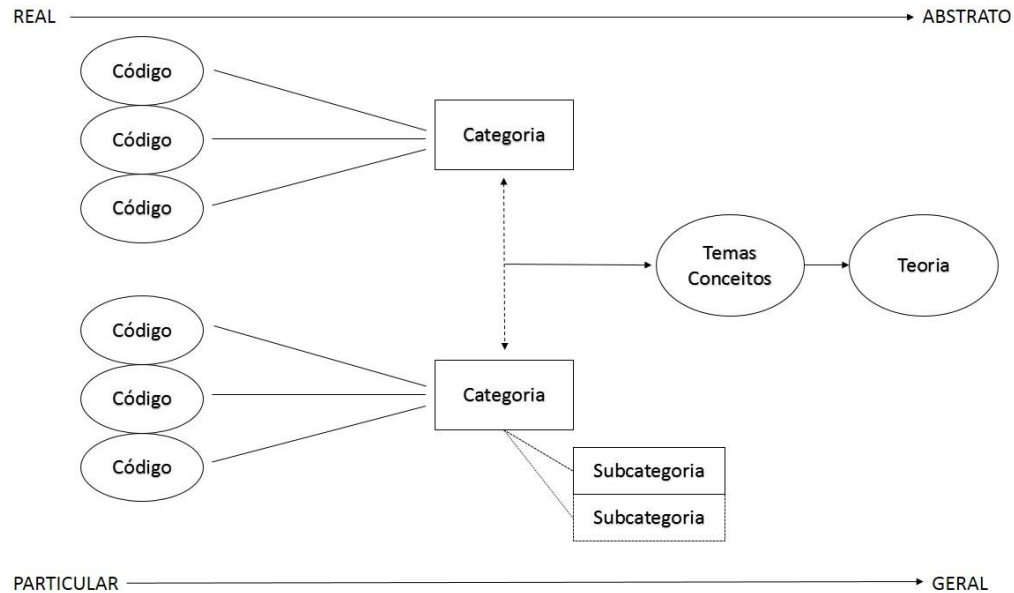


Figura 1- Modelo de análise aplicado (Saldaña 2009, 12)

Em suma, a codificação é realizada em temas que, de forma objetiva ou subjetiva, são informados por categorias. Por forma subjetiva é entendida a interpretação dos documentos pelo investigador. Neste caso, a atuação subjetiva humana revela ser altamente eficaz e ultrapassa as limitações inerentes à utilização de “software”.

A criação de códigos, categorias e temas corporiza o desenvolvimento concetual capaz de permitir a interpretação. A abstração inerente aos elementos mencionados é fundamental para a eficácia da análise e comparação dos documentos. Permite, dessa forma, que a análise desenhada pelo investigador possa vir a responder às questões de pesquisa e, no limite, à vontade de construção de uma teoria radicada nos dados.

A codificação foi realizada apenas por um investigador, a definição de categorias e códigos não foi alvo da necessidade de um acordo ao nível de uma equipa de investigadores. Neste caso, o processo de criação e definição de categorias e códigos pode ser explicável pelo único investigador envolvido com recurso às anotações (*memos*) que

o próprio cria no desenvolvimento do processo de codificação de forma a atribuir parâmetros universais ao estudo em causa (Lynn 1990).

Para permitir uma visão mais detalhada do complexo processo de codificação que foi implementado, são descritos, em seguida, os termos específicos de cada uma das fases constituintes.

4.6.1.i Fases de codificação

A codificação realizada foi estabelecida em variados momentos distintos. A pré codificação foi realizada com alguns documentos situados temporalmente entre 1945 e 1950. A codificação foi aqui exploratória, de forma a “sentir” os documentos. Esta pré fase aceita alguma simplificação de códigos de forma a explorar o corpo documental (Clarke 2005, 15). Após a pré codificação exploratória, a codificação foi alargada aos documentos temporalmente localizados entre 1945 e 1960, de forma a testar os códigos desenvolvidos na codificação exploratória anterior. Finda a codificação preliminar do universo documental selecionado, foi executada a reanálise da operacionalidade dos códigos desenvolvidos. O resultado da reanálise estabeleceu um livro de códigos. Este foi desenvolvido a partir do modelo exploratório.

Parece relevante elucidar, quanto ao desenvolvimento de um livro de códigos que emerge dos documentos selecionados, que a codificação é estabelecida também pelas proposições teóricas e temáticas que a disciplina das Relações Internacionais propõe. Essa aceitação decorre do reconhecimento do trabalho científico realizado pela comunidade académica e que apoia todo o trabalho do investigador. O reconhecimento não é o resultado de falsa modéstia académica, é o real reconhecimento de que o trabalho de gerações anteriores permitiu o alargamento de horizontes. Largos são os ombros que sustentam o investigador ou, como elegantemente Bernardo de Chartres afirmou, somos “anões aos ombros de gigantes” (McGarry e Salisbury 1955, 167). É neste espírito que a proposição teórica interage com a codificação e com o método “grounded theory”, o investigador não é uma *tabula rasa* (Gibson e Brown 2009, 34).

Nesta fase preliminar, a utilização de CAQDAS (“Computer-assisted qualitative data analysis software”) permitiu a anotação de ideias ou conceitos nos documentos (por anotação ou coloração) que informaram e potenciaram o desenvolvimento dos códigos implementados no livro (Saldaña 2009, 16). É de notar que a codificação, embora tendo sido executada em “software”, não utilizou os procedimentos automáticos que tal “software” permite. A opção de codificação automática não foi considerada na presente investigação pela incapacidade de refinamento.

Primeira fase: A codificação de primeiro ciclo foi aplicada à totalidade do corpo documental. Esta primeira fase é devedora do desenvolvimento da pré codificação. Na codificação de primeiro ciclo, o desenvolvimento do processo qualitativo assenta na constante comparação entre códigos, categorias e documento (Saldaña 2009, 45). A utilidade da pré codificação pode ser exemplificada pela “queda” de códigos provisórios que procuravam estabelecer níveis de intensidade e magnitude. A estratégia de codificação implementada foi estabelecida ao nível da frase ou parágrafo, constituindo estes as unidades de análise. A codificação a nível da palavra foi preterida pela redução e atomização do código, a qual impede um retorno significativo de informação. Assim, a escolha de codificação em base mínima de frase ou parágrafo é entendida como unidade representativa do sentido e espírito do código-categoria (Charmaz 2006, 55).

A codificação de primeira fase foi estabelecida através das modalidades de codificação simultânea (“overlap coding”), codificação estrutural (“structural coding”), codificação in vivo (“in vivo coding”), codificação emotiva (“affective methods, values coding”) e codificação provisória (“provisional coding”) (Saldaña 2009). A codificação simultânea foi implementada de forma a reter a capacidade que a sobreposição retorna, quando a leitura dos documentos sugere uma riqueza incapaz de ser traduzida apenas num código. A codificação estrutural foi implementada no desenvolvimento de alguns códigos de forma exploratória, ou como forma de testar teorias sobre Portugal e o regime do Estado Novo e sendo assim enquadradas pelas questões de pesquisa. A codificação in vivo foi implementada no desenvolvimento de códigos e categorias pela sensibilidade aos documentos que esta ferramenta é capaz de proporcionar. Na codificação de primeira fase, a codificação in vivo permite registar elementos não reconhecidos na teoria existente (Saldaña 2009, 74-77). A codificação in vivo permite a criação de uma codificação do

“inesperado”, que implícita ou explicitamente o documento comporta (Charmaz 2006, 55). A codificação emotiva foi implementada de forma a estabelecer o quadro emocional que comporta elementos como emoções e valores. No entanto, este tipo de codificação foi descontinuada devido aos limitados dados retornados. A codificação provisória foi implementada e estabelecida pelo enquadramento concetual, assim como pelas perguntas de pesquisa e pela literatura. Este tipo de códigos foi pensado de forma a testar as teorias dominantes na revisão de literatura realizada.

O desenvolvimento da codificação permitiu a estabilização e saturação do desenvolvimento dos códigos. Com a saturação do desenvolvimento dos códigos, foi possível migrar para o segundo ciclo de codificação de forma a refinar os códigos e estabelecer o desenho de categorias.

Segunda fase: O desenvolvimento da segunda fase, ou segundo ciclo, de codificação decorreu na procura de uma codificação mais orientada para a elevação dos códigos num esquema concetual que possibilitasse a análise e elaboração de uma teoria. O desenvolvimento concetual do código permite construir categorias. As categorias são definidas pelas propriedades que cada código informa a categoria.

A codificação focada (“focused coding”) da segunda fase do processo foi implementada de forma a que os códigos que informam as categorias possam ser comparados e que possa ser estabelecida a exclusividade e densidade de cada categoria. Este desenho de codificação pretende, dentro do possível, evitar a contaminação ou conflitualidade entre os atributos de cada categoria. Quando se afirma que a exclusividade é desenhada dentro do possível, isto refere-se à possível sobreposição de elementos comuns a várias categorias. Tal possibilidade decorre da natureza complexa da própria linguagem, não sendo sempre possível eliminar totalmente eventuais sobreposições (Charmaz 2006, 58). A codificação focada partilha parcialmente o esquema codificador com a codificação teórica (“theoretical coding”). O desenho final do livro de códigos revela que existe uma codificação teórica. Um aspeto sintomático dessa opção é a apresentação da estrutura de categorias que sendo preenchidas por códigos, representam a ou as categorias desenhadas com vista à resposta das questões de pesquisa. A estrutura do livro de códigos demonstra como a utilização da codificação teórica representa as possíveis relações entre as

categorias que decorreram da codificação focada. Estas permitiram constituir grupos de categorias (“coding families”), que por seu turno possibilitam aumentar consideravelmente o desenvolvimento da análise (Charmaz 2006, 63-66). É necessária uma nota final quanto ao desenvolvimento da segunda fase de codificação. Embora a codificação de segunda fase tenha sido estabelecida nos moldes demonstrados anteriormente, é necessário sublinhar que a codificação axial (“axial coding”) não foi implementada nesta investigação pelas limitações que esse tipo de codificação imporia à possibilidade de conjugação de categorias e à exploração da plenitude do corpo documental (Saldaña 2009, 159, Strauss e Corbin 1998, 123-124). O desenho axial das categorias é entendido pelo investigador como limitador da investigação realizada (Charmaz 2006, 60).

Terceira fase: A terceira fase de codificação é um processo interativo que se estabelece no final da codificação da segunda fase. A terceira fase comporta a reanálise da codificação realizada e procura aprimorar o âmbito da construção das categorias estabelecidas e saturadas na segunda fase de codificação (Charmaz 2006, 113).

A terceira fase aplica a amostra teórica (“theoretical sampling”), de forma a estabelecer a definição mais clara e precisa das categorias. A construção das categorias é emergente da redefinição e refinamento das categorias estabelecidas na segunda fase (Charmaz 2006, 104). A redefinição e refinamento das categorias passa pela estabilização dos seus atributos e características. As categorias tornam-se assim tão mutuamente exclusivas quanto possível, enquanto simultaneamente permitem propor uma análise da evolução e alteração longitudinal da sua definição.

A elevação das categorias a um maior nível de abstração tem sempre por base a relação íntima com os códigos que a sustentam, dependendo estes da relação direta com o documento analisado. A capacidade de abstração das categorias permite estabelecer relações entre elas sob o âmbito de temas, e estes permitem estabelecer um diálogo com a criação teórica (Charmaz 2006, 140). A dialética apresentada sugere que a construção codificadora implementada é desenhada de forma a dinamizar a criação teórica (Charmaz 2006, 105-106).

Anotações (“memos”) e “log book”: O livro de código final é o resultado das variadas fases de codificação mencionadas anteriormente. No decorrer da criação de códigos e categorias, foi implementado um sistema de anotações que comporta o registo de anotações e o “log book”. O registo de anotações é relativo ao processo de desenvolvimento de códigos ou categorias, correspondendo as anotações ao âmbito das propriedades dos códigos ou categorias. O registo em “log book” possibilita o rastreamento da alteração de pensamentos do investigador ao longo do processo de codificação (Charmaz 2006, 84).

Os códigos do livro de códigos: Tal como foi atrás exposto, o processo de codificação não é um processo linear, mas sim um movimento, em espiral, de permanente reavaliação. A implementação da codificação é uma operação complexa, dinâmica e interativa na relação do investigador com os documentos. O livro de código obtido no termo da análise não é uma listagem, ou indexação, é o reflexo do processo relacional entre investigador-documento (data) (Saldaña 2009, 10-33). Neste sentido, este livro de código é já um resultado da presente investigação.

O livro de código final foi desenvolvido de forma a possibilitar uma análise dupla (esfera interna vs. externa) capaz de preencher as respostas às questões de pesquisa. De seguida, no quadro 3 e 4, são expostas as categorias e subcategorias que o método “grounded theory” permitiu desenvolver ao longo do processo de codificação dos documentos selecionados, e que são mutuamente exclusivas. A referência ao método de implementação do livro de códigos merece uma chamada de atenção especial neste ponto pela necessidade de transparência quanto à origem dos quadros que se seguem. O método “grounded theory” permitiu desenvolver categorias e subcategorias radicadas nos documentos. Embora seja apresentado neste momento o quadro final do livro de códigos, o mesmo não deve ser entendido como um desenho pré estabelecido, prévio à análise dos documentos.

O quadro 3 e 4, que se seguem, são constituídos pelas mesmas categorias e subcategorias. A codificação é instituída em duplo sentido. Existe uma codificação das categorias e subcategorias para a “esfera interna”, ou seja, são codificadas as categorias e subcategorias desenvolvidas no âmbito da proposta de ação e proposição sobre

“Portugal”. Por outro lado, a codificação da “esfera externa” é realizada no âmbito da percepção da ação, e proposição sobre o “Externo” (do “Outro”) feita em “Portugal”. A codificação aplicada nesta relação dual é devedora da definição apresentada no capítulo I quanto à percepção, e relação, das esferas interna e externa.

Quadro 3 - Esfera interna

Categorias	Subcategorias
Estado	- Poder judiciário - Poder executivo - Poder legislativo
Ideologia	- Estado Novo - Democracia - Nacional-socialismo - Fascismo - Comunismo/Socialismo
Sociedade	- Partidos políticos - Grupos de pressão - Oposição - Eleições - Etnia
Grupos	- Juventude - Classes sociais - Massas - Intelectuais - Elite - Trabalhadores
Economia	
Território	- Colónia - Territórios
Cultura	- Referência africana - Referência americana - Referência asiática - Referência europeia
Igreja	- Vaticano - Moral - Ética
Tempo	- Tempo <30 anos

Categorias	Subcategorias
Tempo	- Tempo > 30 < 100 anos - Tempo > 100 anos
Instituições internacionais	- ONU - NATO - Instituições e Organizações Europeus
Tipo de influência	- Influência - Hegemonia - Grande Poder - Poder regional - Pequeno Poder - Relação em eixo (acordos bilaterais)
Relação entre Estados	- Geopolítica - Confederação - Comunidade - Federação - Acordo regional - Aliança - Colaboração - Amizade - Rivalidade - Geoestratégia - Competição - Cooperação - Solidariedade - Diplomacia/negociação - Supranacional - Autarcia - Cordialidade
Militar	

Quadro 4 – Esfera externa

Categorias	Subcategorias
Estado	- Poder judiciário - Poder executivo - Poder legislativo
Ideologia	- Estado Novo - Democracia

Categorias	Subcategorias
Ideologia	- Nacional-socialismo - Fascismo - Comunismo/Socialismo
Sociedade	- Partidos políticos - Grupos de pressão - Oposição - Eleições - Etnia
Grupos	- Juventude - Classes sociais - Massas - Intelectuais - Elite - Trabalhadores
Economia	
Território	- Colónia - Territórios
Cultura	- Referência africana - Referência americana - Referência asiática - Referência europeia
Igreja	- Vaticano - Moral - Ética
Tempo	- Tempo <30 anos - Tempo> 30 <100 anos - Tempo> 100 anos
Instituições internacionais	- ONU - NATO - Instituições e Organizações Europeas
Tipo de influência	- Influência - Hegemonia - Grande Poder - Poder regional - Pequeno Poder - Relação em eixo (acordos bilaterais)
Relação entre Estados	- Geopolítica - Confederação - Comunidade

Categorias	Subcategorias
Relação entre Estados	- Federação
	- Acordo regional
	- Aliança
	- Colaboração
	- Amizade
	- Rivalidade
	- Geoestratégia
	- Competição
	- Cooperação
	- Solidariedade
	- Diplomacia/negociação
	- Supranacional
	- Autarcia
	- Cordialidade
Militar	

4.7 Estudo Secundário (investigação histórica)

O estudo secundário da investigação é feito sobre a investigação histórica do processo de permanência e defesa de cidadãos alemães em Portugal no final da II Guerra Mundial. A investigação histórica analisa os documentos oficiais do processo de permanência e defesa dos cidadãos alemães, de forma a estabelecer as dinâmicas internas das estruturas estatais e sociais, e, por arrasto, elucidar em que medida esse processo é desenvolvido em linha com opções ideacionais ou práticas.

O desenho da investigação histórica recorre à utilização de fontes arquivísticas relevantes para o caso. Nesse sentido, e após aproximações exploratórias, foi estabelecido que a base documental estaria localizada no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e no arquivo da PIDE, concentrado na Torre do Tombo. A exploração dos arquivos mencionados permitiu estabelecer o corpo documental a ser investigado. É de notar que o processo de exploração do corpo documental acabou por alternar entre o Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e o arquivo da PIDE, dadas as limitações de acesso ao arquivo da PIDE ao longo do ano de 2012-2013.

O corpo documental disponível no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros representa um eclético corpo documental que agrupa documentos com origem no MNE, Ministérios diversos, forças policiais, comunicações internas entre o MNE e as embaixadas, e por fim, documentos trocados entre o MNE e os representantes de vários Estados que encetam um diálogo sobre o tema. Esta documentação será explorada no capítulo VI.

De notar que, por razões éticas, todos os nomes dos cidadãos alemães e de algumas instituições mencionados nesse capítulo são transformados em siglas ou reduzidos a um nível suficientemente genérico para não serem passíveis de identificação direta, dada a proximidade ao presente.

Os documentos com origem no arquivo histórico-diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros apresentam desde logo uma limitação inerente à fonte. A “memória” dos arquivos não deixa de ser uma “memória” construída, consciente ou inconscientemente, pelos atores envolvidos e pelo “espírito” da sua época. O estudo arquivístico iniciou-se pela consulta e exploração do catálogo e fichas existentes (sem tratamento informatizado). A consulta exaustiva levou à exploração total da indexação arquivística do arquivo histórico-diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Por outro lado, foi intentada a pesquisa do acervo existente no Arquivo Nacional Torre do Tombo. A exploração do acervo do arquivo histórico-diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros apontava para o núcleo documental pertencente ao arquivo da PIDE existente no ANTT. Mas, ao pesquisar os arquivos da PIDE existentes no ANTT, o primeiro problema encontrado foi a base de dados disponível para a pesquisa. A inexistência de uma base de dados “atualizada”, associada à limitação de campos de pesquisa, tornou impossível uma exploração sistemática do acervo. Na tentativa de explorar sistematicamente toda a possível documentação existente no ANTT, foram explorados os catálogos relativos ao Ministério do Interior e Legião Estrangeira. A pesquisa dos catálogos não apresenta qualquer indício de uma possível via de penetração na temática desejada, nem que por vias indiretas. Nas circunstâncias referidas, a incursão na base de dados disponibilizada, foi orientada pela pesquisa de antropónimos germânicos. A utilização desta técnica foi implementada na consulta do total da base de

dados, com 46090 registos individuais, sem qualquer sucesso. Pela sua natureza, este conjunto de processos não retorna informação útil à pesquisa desejada.

A investigação do estudo de caso é assim devedora, quase exclusivamente, do corpo documental existente no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A investigação de caso foi implementada de forma sistemática e exaustiva sobre todas as fontes documentais identificadas.

4.8 Conclusão

A análise implementada no estudo principal é uma análise qualitativa sobre dados qualitativos. A análise estabelecida recorre à relação direta entre categorias, à relação das categorias entre si, e à análise de coocorrência de categorias dentro dos temas estabelecidos (Saldaña 2009, 26). O termo *coocorrência* refere-se, aqui, à presença de várias categorias num mesmo documento. A análise implementada é alicerçada na capacidade exploratória e interpretativa que o método “grounded theory” oferece (Charmaz 2006, 128).

A perspectiva construtivista que baliza esta investigação valoriza a utilização interpretativa por oposição à vertente objetiva. Muito embora o método “grounded theory” partilhe pressupostos construtivistas, ele integra também uma abordagem positivista que é colocada na vertente objetiva (Charmaz 2006, 130). A construção teórica aqui proposta é predominantemente devedora da utilização interpretativa do método “grounded theory”, o qual permite estabelecer uma relação dinâmica entre a criação teórica “top-down” (dedutiva) e “bottom-up” (indutiva), com predominância da última (Gibson e Brown 2009, 13-15).

A lógica associada à análise do estudo principal é assim estabelecida pela lógica indutiva e abductiva (Charmaz 2006, 132, Creswell 2009, 4). A implementação do método de investigação e a opção pelas lógicas indutiva e abductiva indica que a teoria proposta é explicativa e prescritiva mas não preditiva (Charmaz 2006, 126). A análise proposta não se baseia na relação causal direta. Aceita, sim, a construção múltipla da realidade, onde a

conduta de um ator não pode de ser analisada como condicionador da ação ou da opção de outro ator (Neuendorf 2001, 47, Gerring 2009, 9-22, 2011, 626, 2012, 721-746).

Quanto à análise do estudo de caso, esta comporta a análise histórica clássica. Ou seja, é estabelecida uma narrativa diacrónica que sistematiza todo o corpo documental de forma a permitir o acesso à informação.

O desenho de pesquisa propõe a articulação entre uma investigação principal com recurso ao método “grounded theory” e a investigação secundária de cariz histórico, à luz de uma estratégia de triangulação de fontes. Esta triangulação oferece também uma descrição larga e rica de um processo que permite fazer o confronto entre análises, e assim realçar pontos de convergência ou divergência entre elas (Flick 2009, 448).

O presente capítulo é elemento final de uma trilogia que se iniciou no capítulo II. O capítulo II apresentou o processo teórico que fundamenta a presente tese, o capítulo III apresentou o enquadramento da “realidade” conhecida cientificamente para o período temporal 1945-1960 para Portugal, e o presente capítulo, o IV, apresenta o percurso e opções metodológicas que guiam a implementação da investigação desta tese.

O capítulo V e VI que se seguem apresentam a interpretação dos resultados que o trabalho de investigação forneceu sob o processo metodológico exposto nos parágrafos anteriores.

CAPÍTULO V - A construção ideográfica nas relações internacionais de Portugal

5.1 Introdução

Este capítulo apresenta a análise de dados e interpretação dos resultados obtidos a partir da análise das fontes documentais compiladas nos discursos políticos das alocuções públicas de António de Oliveira Salazar no período 1945-1960, editadas na obra “Discursos”. Conforme foi explanado no capítulo I, o conceito operacional de ideografia que rege esta tese designa a visão do mundo partilhada por uma dada comunidade, sendo esta visão codificada em conceitos. Assim, a ideografia é entendida como uma construção dinâmica, decorrente da transformação partilhada pela, e na, comunidade, sendo que a transformação é o resultado natural da ação e reação perante condicionantes materiais e não materiais. Sob esta premissa, é inspecionada aqui a construção ideada existente nos documentos editados na obra “Discursos” de António de Oliveira Salazar, para o período 1945-1960, enquanto representante máximo de um regime ditatorial, assim como indivíduo de uma comunidade que forma uma nação.

O ideado integra dois elementos diferenciados. Por um lado, existe uma construção interna, associada à construção da ideia de Portugal. Por outro lado, existe a construção da ideia do externo (Outro), aqui designada por esfera externa. É pressuposto, na presente tese, que uma construção ideográfica estabelecida neste quadro dual representa uma abordagem mais complexa, comparativamente a uma eventual aproximação unidimensional. Contudo, a opção dual corresponde a uma via mais adequada à investigação do papel do ideado nas relações internacionais. A esfera interna é relativa ao universo inerentemente português, ou seja, todas as ideias, conceitos, ações e reações, enquanto a esfera externa é relativa aos elementos mencionados anteriormente mas estabelecidos pelo reconhecimento desses elementos em outros Estados e/ou comunidades.

A construção ideográfica estabelecida na narrativa que se segue é, conforme referido, o resultado de um processo de codificação que utilizou o método de análise de conteúdo associado à “grounded theory”. O processo de codificação resultou no estabelecimento de cinco temas centrais, que agregam categorias e subcategorias e que são: Localização geográfica, Identidade, Construção de Poder, Ideologia e Construção do Mundo (quadro 5). Os temas apresentados são uma construção do autor que visam organizar as categorias desenvolvidas na codificação implementada (cf. capítulo IV). Assim, a “organização” temática é pensada de forma a possibilitar a incursão, e relação, entre conceitos ideograficamente relevantes para o desenho das relações internacionais portuguesas do período em causa. De notar que, tal como a construção das categorias e subcategorias, a construção dos temas é emergente, ou seja, a construção dos temas radica numa agregação de categorias e subcategorias, tal como indica o método “grounded theory” (cf. capítulo IV).

Quadro 5 - Temas incluídos no livro de códigos

Temas
Localização geográfica
Identidade
Construção de Poder
Ideologia
Construção do Mundo

O tema Localização geográfica é desenvolvido recorrendo a seis categorias (quadro 6).

Quadro 6 - Categorias do tema Localização geográfica

Categorias
Zona africana

Categorias
Zona europeia
Zona asiática
Zona americana
Zona ocidental¹
Estados²
1 Engloba a zona europeia e América do norte 2 De forma a aprofundar a análise foi estabelecida a categoria Estados que regista a atenção específica a Estados específicos

O tema Identidade é desenvolvido recorrendo a seis categorias e vinte e três subcategorias (quadro 7).

Quadro 7 - Categorias e subcategorias do tema Identidade

Categorias	Subcategorias
Sociedade	- Partidos políticos - Grupos de pressão - Oposição - Eleições - Etnia
Grupos	- Juventude - Classes sociais - Massas - Intelectuais - Elite - Trabalhadores
Território	- Colónia - Territórios
Cultura	- Referência africana - Referência americana - Referência asiática - Referência europeia

Categorias	Subcategorias
Igreja	- Vaticano - Moral - Ética
Tempo	-Tempo <30 anos - Tempo >30 <100 anos - Tempo >100 anos

O tema Construção de Poder é desenvolvido recorrendo a seis categorias e dezanove subcategorias (quadro 8).

Quadro 8 - Categorias e subcategorias do tema Construção de Poder

Categorias	Subcategorias
Estado	- Poder judiciário - Poder executivo - Poder legislativo
Economia	
Sociedade	- Partidos políticos - Grupos de pressão - Oposição - Eleições
Grupos	- Juventude - Classes sociais - Massas - Intelectuais - Elite - Trabalhadores
Território	- Colónia - Territórios
Cultura	- Referência africana - Referência americana - Referência asiática - Referência europeia

O tema Ideologia é desenvolvido recorrendo a uma categorias e cinco subcategorias (quadro 9).

Quadro 9 - Categorias e subcategorias do tema Ideologia

Categorias	Subcategorias
Ideologia	- Estado Novo - Democracia - Nacional-socialismo - Fascismo - Comunismo/Socialismo

O tema Construção do Mundo é desenvolvido recorrendo a quatro categorias e vinte e duas subcategorias (quadro 10).

Quadro 10 - Categorias e subcategorias do tema Construção do Mundo

Categorias	Subcategorias
Instituições internacionais	- ONU - NATO - Instituições e Organizações Europeus
Tipo de influência	- Influência - Hegemonia - Grande Poder - Poder regional - Pequeno Poder - Relação em eixo (acordos bilaterais)
Relação entre Estados	- Geopolítica - Confederação - Comunidade - Federação - Acordo regional - Aliança - Colaboração - Amizade - Rivalidade

Categorias	Subcategorias
Relação entre Estados	- Geoestratégia - Competição - Cooperação - Solidariedade - Diplomacia/negociação - Supranacional - Autarcia - Cordialidade
Militar	

A figura 2, que se apresenta de seguida, expõe o resultado da codificação implementada pelo método “grounded theory”, como identificado no capítulo IV, nos documentos mencionados. A representação gráfica da ocorrência de temas e categorias nos documentos analisados oferece um quadro-síntese dos resultados que sustentam a interpretação desenvolvida ao longo deste capítulo. A figura não pretende substituir a análise que é feita no decurso do texto e tem essencialmente duas funções. Por um lado, permite uma ilustração da lógica de análise implementada, a qual remete para a ocorrência vs. não ocorrência de uma determinada categoria, independentemente da frequência com que a categoria ocorre. De forma a permitir leituras flexíveis do quadro, optou-se por representar temas e categorias. Por outro lado, e tal como será retomado mais à frente, a figura faz o emparelhamento entre categorias e fontes, referenciando as afirmações aqui desenvolvidas e evitando a permanente indicação de fontes ao longo do texto.

É de notar que, tal como foi indicado no capítulo IV, algumas categorias participam em mais que um tema, por exemplo a categoria “Sociedade” participa nos temas “Identidade” e “Construção de Poder”, sendo que as categorias são mutualmente exclusivas, no sentido em que os atributos de uma categoria não se sobrepõem aos atributos de outra. No caso de presença da mesma categoria a dois temas em simultâneo, a exclusividade mútua mantém-se, dado que a especificidade de cada categoria fica definida pelo tema de acolhimento.

A construção ideográfica nas relações internacionais portuguesas

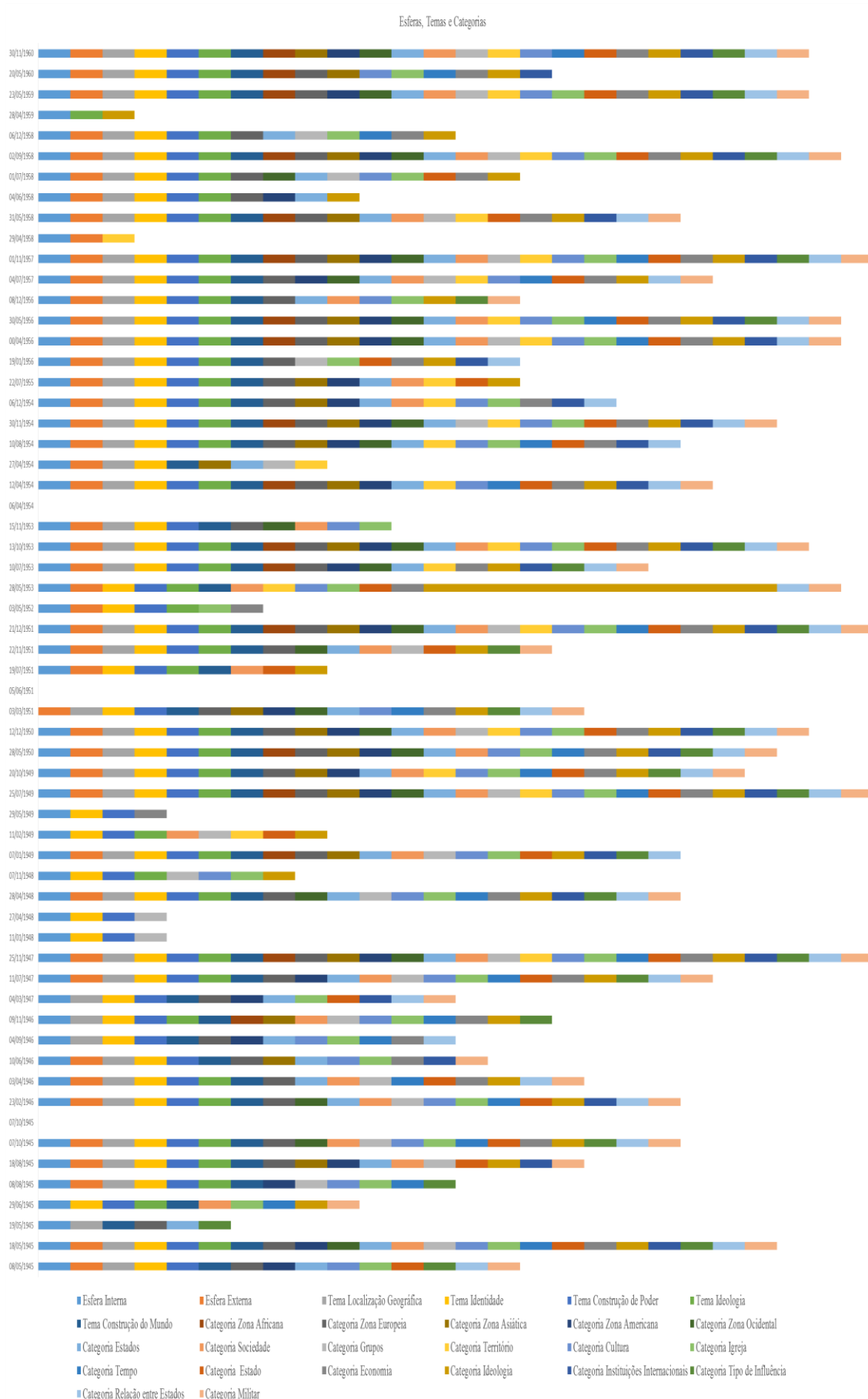


Figura 2 - Ocorrências das esferas “interna” – “externa”; temas e categorias por documento.

É de notar, também, que uma categoria especial é relativa à ideia de “tempo”. Embora esta categoria não seja alvo de abordagem separada ao longo deste capítulo a sua existência deve ser reconhecida, dado o seu valor para o desenvolvimento de outras categorias. Nomeadamente, a categoria tempo permite identificar a forma como a “memória histórica” é um fator condicionante na perceção da realidade. De forma a estabelecer a relevância desta categoria, a ocorrência de subcategorias de “tempo” é graficamente definida na figura 3.

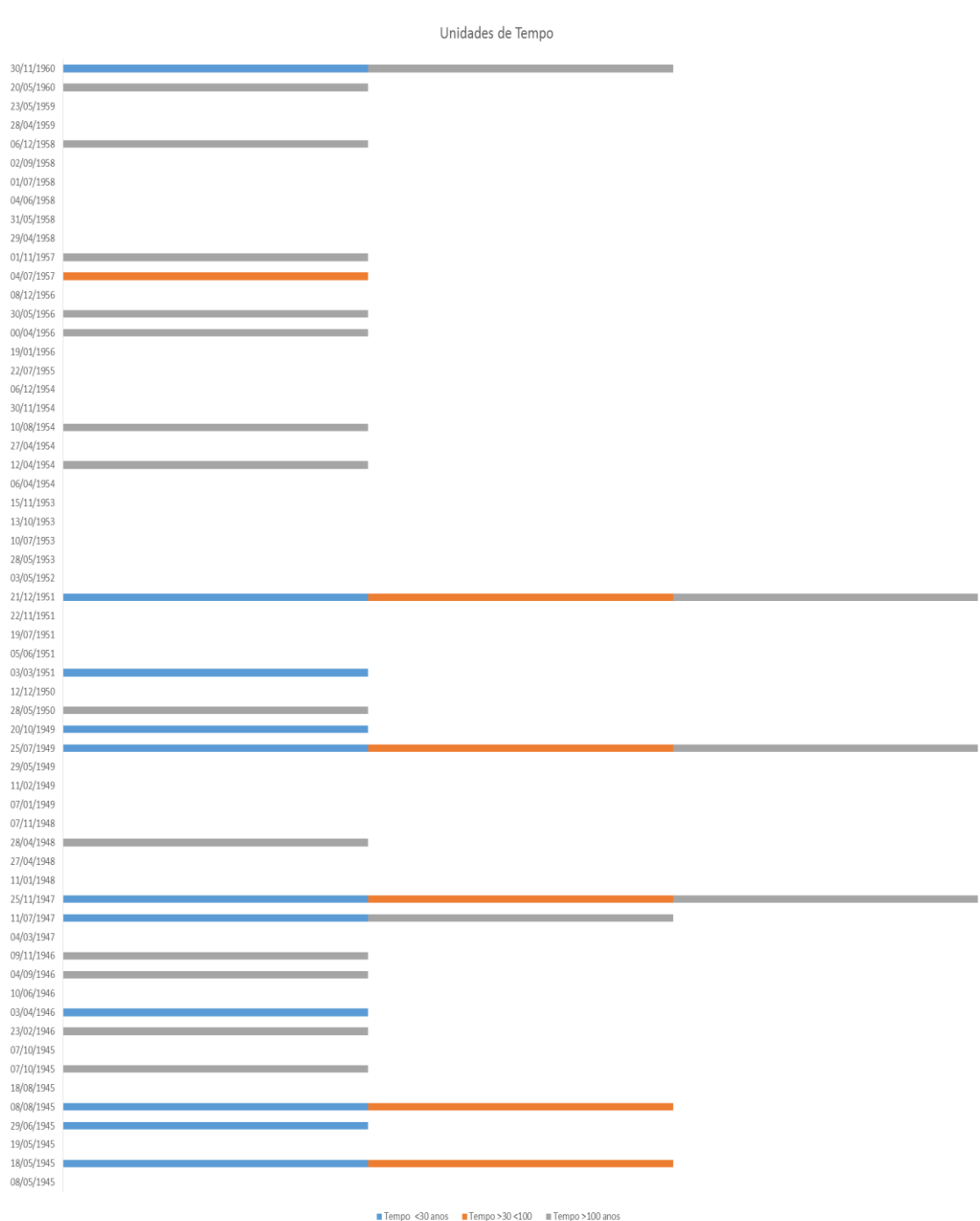


Figura 3 - Unidades de tempo.

A estrutura interna de cada um dos cinco temas descreve parte do processo da construção das realidades interna e externa que Portugal faz durante este período. Em conjunto, esses cinco temas formam a construção ideográfica que marca as relações internacionais portuguesas. Neste capítulo, faz-se uma aproximação ao ideado que é polarizada pelos temas da “Identidade” (subponto 5.2), “Poder” (subponto 5.3) e “Construção do Mundo” (subpontos 5.4 a 5.6), sendo os temas da Localização Geográfica e da Ideologia integrados nos temas anteriores mencionados. O ponto 5.7 olha ainda o tema da Construção do Mundo, mas na perspetiva das relações entre categorias, permitindo salientar padrões que sublinham as relações entre esfera interna e externa.

As citações diretas do texto de António Oliveira Salazar que vão sendo feitas têm um valor ilustrativo e paradigmático, no sentido em que exprimem de forma particularmente eloquente o resultado da codificação e interpretação. Assim, essas citações não esgotam os segmentos de texto codificados na categoria em causa, mas também não têm um estatuto fundamentalmente diferente dos demais segmentos de texto codificados da mesma forma. Por outro lado, os excertos deste capítulo que se encontram livres de citações diretas correspondem a um processo integrativo de interpretação que se baseia num conjunto de fontes. Tal como referimos atrás, essas fontes podem ser encontradas na Figura 2, com base no emparelhamento entre categorias e fontes (e.g., que fontes para a categoria Estado). Por essa razão, dispensámo-nos de as referenciar ao longo do presente capítulo, dada a extensão e repetição que tal comportaria.

5.2 Construção da identidade portuguesa

A comunidade humana que constitui a nação é feita de atores individuais e é o epicentro de toda a construção da realidade em Portugal. Nos documentos analisados, Portugal é entendido como uma comunidade humana estabelecida numa área geográfica, mas a unidade de Portugal como comunidade humana e geográfica comporta a descontinuidade física. Portugal é o todo. O território português não europeu é tido como um conjunto de “(...) pedaços de Portugal disseminados pelo mundo” (Salazar 1967a, 10).

A unidade primeva europeia é expandida no mundo pelas descobertas Portuguesas, mas a relação geográfica formal não integra a relação humana. Ou seja, a ideia de nação não

passa pela inclusão dos atores (indivíduos) na sua definição, e apenas os territórios geográficos fazem parte dessa ideia.

A necessidade de estabelecer que a nação não é uma construção rática indica isso mesmo. A própria utilização do conceito de província, em 1947 e 1949, para designar partes do território português não europeu indica como a construção da ideia de nação não integra os portugueses não europeus. A nação, enquanto ideia de sociedade,   Portugal europeu. A definição da estrutura rática hierarquizada e de estrutura territorial é uma construção social do Portugal europeu, ou seja, a ideia de estrutura territorial e social não parece estar a ser influenciada pelos atores não europeus.

A ideia de Portugal europeu enquanto detentor de capacidade para formar “(...) raças, decadentes ou atrasadas, como se queira, em relação às quais perfilh mos o dever de chamá-las   civilização” (Salazar 1959a, 427),   a tradução de uma forma de distanciamento e exclusão dos habitantes de territórios não europeus. Enquanto a legalidade e a formalidade apontam um dever de aparente inclusão, a estrutura de pensamento denuncia a ideia contrária.

O Homem português é o “cultivador”, ou seja, criador (Salazar 1967a, 12).   o Homem que perpetua a matriz “cristã” europeia na “(...) exploração racional dos recursos naturais, a organização, a cultura, o progresso espiritual” das “tribos primitivas, pobres, rudes” (Salazar 1967a, 19).

A questão rática parece ser, no entanto, alvo de uma evolução. Nos anos de 1957 e 1958, a qualificação negativa de cariz r tico, aplicada aos territórios e populações portuguesas não europeias,   transformada e substituída pela comparação inferiorizante de nível cultural/civilizacional. Ou seja, o novo tipo de “racismo” é apresentado como elemento seletivo da capacidade de integração cultural e/ou civilizacional, em detrimento da cor da pele. Em 1958, é mesmo apresentada uma analogia explicativa: “A cada um segundo o seu grau de evolução. Um iletrado não pode votar, tanto faz em Lisboa como em Lourenço Marques”, não sendo no entanto possível depreender se o letrado de Lourenço Marques devia reconhecer a sua igualdade plena, ou se, o iletrado lisboeta foi despromovido  

categoria dos elementos pertencentes a “tribos primitivas, pobres, rudes” (Salazar 1967a, 11,19).

A capacidade de estabelecer a ligação da ação de Portugal com a matriz europeia e cristã supera o simples reconhecimento do facto. O estabelecer da relação da ação de Portugal com a matriz europeia e cristã pretende assegurar a defesa dos interesses portugueses no mundo. Em simultâneo, a ligação entre Portugal e a matriz europeia parece indicar a fonte de superação do nativo português europeu sobre os demais portugueses. A estratificação hierarquizante pela origem regional e rática é estabelecida pela ligação do português metropolitano ao centro cultural da Humanidade que é a Europa.

A tentativa de superação da distância racial e civilizacional que é feita em 1960 sustenta uma rede de conceitos que ainda não afasta o racismo. Para além da questão rática e da superioridade civilizacional, é apresentada nesse ano de 1960, a reforma da definição de português não europeu. Surge uma sociedade portuguesa “plurirracial” como “possível” se for de “(...) cepa luso-americana como de base luso-asiática, (...) ou luso-africana” (Salazar 1967b, 95-97). Esta construção é interessante já que não cria uma sociedade plurirracial que não contenha a cepa lusitana como pedra basilar. Este quadro torna o conceito de racismo em Portugal assente num duplo elemento: o racismo dérmico e o racismo cultural.

É este o fundamento que permitira, em 1953, estabelecer um novo elemento na relação entre Portugal europeu e os seus territórios não europeus. Sob a capa de uma obra necessária, a “colonização interna” como objeto de “correção demográfica” é intensificada na “(...) colonização prevista em Angola e Moçambique”. Faz-se a aposta económica nos territórios extra europeus de Portugal, mas tal opção não deixa de estar enquadrada pela necessidade da correção da demografia do Portugal europeu. De forma indireta, esta demografia corrigida é descrita como representante da “cepa” superior capaz de assegurar a manutenção de uma relação verdadeira com o Portugal desejado, matriz da essência de portuguesismo (Salazar 1959b, 107).

O suporte da criação da ideia de Portugal radica na construção social da ideia de Portugal como um “império”. A nação é vista como império que é capaz de criar uma

“(...) unidade e um sentimento optimista de grandeza, indispensáveis para estimular energias e arredar-nos da mornidão e ticanhez que ameaçavam continuar a estiolar pensamentos, planos e esforços” (Salazar 1959c, 271).

Mas o ideado não é um elemento estável, nem tampouco o é a realidade. Por essa razão, surge tímido, em 1959, o reconhecimento de Portugal como “(...) pequena potência colonial” (Salazar 1967a, 10).

A construção da ideia de nação reside na independência da comunidade. As “(...) províncias dispersas” e “(...) raças diferentes” que constituem a nação são elementos integrados na construção da ideia de nação (Salazar 1959a, 426).

A liberdade do ator individual é aceite, desde que esteja em linha com o reconhecimento dos valores da comunidade. Isto indica uma limitação real do ator individual e implica que a construção normativa e ideacional da comunidade é representativa dos indivíduos dessa comunidade.

A comunidade constituída pelos atores individuais é organizada em sociedade. A organização dessa sociedade enquanto hierarquia é dada pela “Instrução aos mais capazes, lugar aos mais competentes, trabalho a todos” (Salazar 1951a, 180). Essa mesma comunidade que é uma sociedade hierarquizada é a base da nação.

Dentro desta lógica, a nação enquanto “agregado nacional” tem no cidadão a base elementar dessa nação. Dentro da nação, a cidadania não é “(...) objecto de escolha, mas dever natural de que cada um não pode libertar-se à sua vontade, negando-se à pátria” (Salazar 1959c, 238). A nação é uma substância moral que se funda nas “(...) afinidades de sangue e espírito” que formam a “(...) identidade de origem” sendo devido a essa nação o “serviço” e a “vida” (Salazar 1951b, 354-355).

A relação direta entre nação e o ator individual é entendida como menor. Os níveis que separam a construção da nação do ator individual testemunham que a comunidade é uma

sociedade hierarquizada, e que o reconhecimento de liberdade ao ator individual apenas existe pela validação da comunidade. Esta configuração implica que a nação é uma construção normativa da sociedade.

A sociedade que é a nação institucionaliza e codifica a sua relação no estabelecimento do Estado. Esta dinâmica implica que o ator individual parte da comunidade, e inserido na sociedade hierarquizada que cria a nação, reconhece como natural e efetivo o poder inerente ao Estado, Estado que é o elemento organizador dessa mesma sociedade.

O Estado é assim a nação, é a sociedade, é a comunidade, é o indivíduo. O Estado é a ação ideográfica e normativa manifestada da comunidade, ação essa que reconhece e é reconhecida como garante do equilíbrio e manutenção dos atores individuais no acesso à sobrevivência moral, intelectual e material.

O papel do ator individual como membro da nação que é o Estado é necessariamente limitado. As “(...) liberdades ilimitadas [que] a si próprias se destroem” (Salazar 1959d, 397) são anuladas em prole do indivíduo, em prole da nação que é Estado.

A possibilidade de liberdades, e não da Liberdade, para o ator individual é o garante de não se colocar em causa o bem comum, a comunidade. A Liberdade condiciona o “interesse nacional”, causa a “anarquia” e destrói a nação, o que implica a sujeição do indivíduo ao Estado enquanto tutelar da liberdade (Salazar 1967a, 41).

A limitação de liberdades excessivas que alterem a estrutura da sociedade, logo da nação e do Estado, é necessariamente alvo de controlo. A potencial subversão da nação por correntes ideológicas com capacidade de destabilização social, quer a nível económico, social ou político, exige ação dessa mesma sociedade. Ou seja, o sustentáculo da ação e opção política do Estado nasce da partilha e defesa desse mesmo Estado pela nação que o suporta. A inexistência de uma “(...) política de massas” parece decorrer da construção da política pela nação, e não por secções da nação (Salazar 1951b, 367).

O Estado, criação e reflexo da sociedade, assume como sua a posição de promoção do reconhecimento da sociedade enquanto nação em si mesma. A proposta do Estado na

promoção de uma ideia de nação é aceite. A nação reconhece-se na proposta da ideia de nação, feita pelo Estado, porque o Estado é a nação. A procura do Estado Novo em estabelecer uma ideia de Portugal, da “(...) maneira bem portuguesa” do “reaportuguesamento” resulta, e isto decorre do reconhecimento, por parte da nação, da proposta de uma ideia de nação como algo válido em si mesmo (Salazar 1951c, 344).

A nação é definida como entidade moral ancorada nos conceitos de “(...) Deus, a Pátria, a Autoridade, a Família, o Trabalho”, aos quais o Estado se alia e os quais defende (Salazar 1959e, 86). Neste contexto, os valores/conceitos da ligação confessional distinguem-se bem dos restantes, existindo mesmo uma “(...) separação concordata” entre Portugal e a Igreja, leia-se, entre dois Estados (Salazar 1959c, 260).

5.3 Construção do poder em Portugal

Para Portugal, a construção do conceito de Estado está intimamente ligada com o conceito de nação. A identificação entre o Estado e a nação é estabelecida na Constituição de 1933, sob o âmbito de uma “democracia orgânica” e corporativa capaz de assegurar essa mesma dupla identificação (Salazar 1951a, 181). A estrutura e organização do tipo de Estado existente em Portugal é uma criação própria que serve as necessidades portuguesas.

A base para uma opção de predomínio do Estado sobre a nação está na conceção de um “agregado nacional” que espelha a opção filosófica da relação do homem com o homem. A desordem natural da sociedade, ou seja, a nação, vê as suas necessidades “definidas e satisfeitas” pelo Estado. O Estado deve ser forte e “(...) suficientemente expressivo da consciência da nação, independente e sobranceiro aos interesses particulares, do grupo, classe ou seita” (Salazar 1951d, 268).

O Estado tem a sua própria organização política num governo que é centro da emanção de autoridade. Existe assim a plena identificação do Estado com o governo, e destes com o poder, ou seja, o poder é o Estado e o governo, e vice-versa.

A sacralização do poder do governo radica na relação entre o Estado e a nação. A “(...) Nação é uma herança sagrada”, logo o Estado é sagrado, ergo o governo é sagrado (Salazar 1967b, 112). As únicas barreiras ao poder do Estado são estabelecidas pelas barreiras legais e morais. Ou seja, o poder condicionado do Estado e do governo é estabelecido pela criação normativa da nação e a sacralização do poder e do Estado é estabelecida pela construção normativa da comunidade.

O processo dinâmico da construção da comunidade reflete-se necessariamente na construção da “Nação”. Perante a mutabilidade da nação, a manutenção do poder do Estado é garantida pela manutenção do apoio da nação, ou seja, da comunidade.

A construção do poder do Estado e do governo depende do apoio da nação, significando isto que existem limites ao poder. O poder pode ser limitado pela “(...) consciência dos governantes”, mas a consciência dos governantes é limitada pela proposta normativa que a sociedade comporta (Salazar 1951b, 366). Na mesma medida, também a lei, como codificação das normas e costumes de um povo, estabelece os limites da ação do poder.

A construção ideológica do Estado Novo propõe uma “teia” de interações entre o desejado e o possível a nível político, e isso reflete-se na construção do Estado e do governo. O regime é a “situação”. A expressão “situação” parece assim assumir o estatuto do regime e do Estado. Tudo existe naquela “situação”, não sendo mais que uma “situação” (Salazar 1951e, 196).

A opção subjacente ao sistema político português parece ser uma resposta construída sobre a memória coletiva das lutas partidárias da I República. O sistema político monopartidário instituído pelo Estado Novo parece assentar numa resposta à ideia de que a organização política multipartidária é potencialmente conducente à instabilidade. A autodefinição do Estado Novo como “situação” indica a fragilidade da construção em que assenta o regime (Salazar 1951e, 196). A construção do regime pela sociedade é a raiz da instabilidade do próprio regime. A existência de correntes diversas na sociedade significa a origem da pressão sobre a construção estável do regime. As correntes monárquica e comunista parecem ser as correntes com desafios mais relevantes à estabilidade, podendo essa estabilidade ser alterada por via pacífica ou não pacífica.

A defesa do regime perante a sociedade leva à identificação dos grupos existentes na sociedade como elementos de tensão que podem acarretar instabilidade para a nação. Como foi anteriormente defendido, uma base da construção do regime era a proposta da estabilidade política. A utilização da memória da I República e do impacto que essa memória tem na sociedade é uma arma de defesa para o regime.

É significativo que o regime acuse, no caso do grupo comunista, o potencial perigo da ingerência externa na sociedade portuguesa. Em linha com a argumentação da defesa do regime face ao perigo da tensão social interna, a ameaça externa é utilizada para reforçar o poder do regime. A procura do condicionamento da ação dos atores individuais pela comunidade/sociedade demonstra que a construção do poder é estabelecida pela sociedade e que o poder do regime é uma atribuição da comunidade/sociedade. O ideado partilhado e criado pela comunidade condiciona a construção de poder.

A estratégia de condicionamento das tensões sociais de forma a manter o poder passa pela aceitação e incorporação dos focos de tensão. A apologia da História que o regime sustentava, onde a nação é apresentada como uma entidade baseada na ideia auto-reconhecida de características humanas, geográficas e civilizacionais, estabelece elos de criação da ideia da própria nação, e propõe a criação da ideia da própria nação.

É neste quadro de construção da ideia de nação, na “lusitanidade” de Portugal, que a limitação das tensões internas da sociedade é desenhada (Salazar 1951f, 444). A utilização estratégica da construção da ideia de Portugal assume que o papel da Monarquia foi fulcral para essa própria ideia. Logo, a possibilidade da nação propor a alteração para esse regime é uma realidade. Assim, o controlo da corrente monárquica que existe na sociedade é potenciado pela ideia de construção da nação, e pela própria existência da nação. O reconhecimento do grupo monárquico que a sociedade comporta passa pela necessidade de manter a ligação com a ideia de criação da nação mas, simultaneamente, estabelece o limite da ação desse grupo de forma a não destabilizar a construção de poder que suporta o regime.

A necessidade do regime impedir alterações do “status quo” através do condicionamento das tensões da sociedade leva esse regime a vedar a representação dos grupos geradores de tensão na Assembleia Nacional. A construção do poder não comporta a divisão da Assembleia Nacional em grupos ou correntes como os “(...) monárquicos, socialistas ou católicos”, assegurando-se que apenas em foro individual essas referências deviam e podiam ser consideradas, e não em representatividade, em organizações estatais (Salazar 1959f, 147). A estratégia parece clara. O ator individual existe apenas como membro da comunidade organizada em sociedade, a sociedade valida o ator individual pela partilha normativa e ideográfica. Logo, o regime necessita de manter a construção do poder sobre o indivíduo de forma a garantir a manutenção do poder.

Em linha com a construção anterior, pode ser estabelecida a relação do regime com o grupo católico. Novamente, a partilha da construção da ideia de Portugal passa pela relação da comunidade original que forma Portugal com a religiosidade dessa comunidade. A criação da ideia de Portugal católico é aceite pela construção histórica da ideia de Portugal, mas é condicionada pela relação do regime com a estrutura da Igreja, a nível interno e externo. Ou seja, a regulamentação da relação entre Portugal, que é a sociedade organizada e produtora de poder codificado na estrutura estatal e governativa, com a Igreja, que é uma estrutura dependente do Vaticano, passa necessariamente pela criação da Concordata.

A Concordata parece estabelecer, assim, a limitação da capacidade da influência da Igreja. A necessidade de separação entre a ideia de religião e a estrutura da religião demonstra como a construção de poder do Estado Novo não comporta qualquer foco de reação ao poder do Estado Novo, dada a inerente instabilidade que o regime comporta. O poder, ao ser construído pela nação, torna o regime apenas uma “situação” (Salazar 1951e, 196).

5.3.1 O contrapoder em Portugal: oposição e eleições

A ligação dos grupos de pressão com a ideia de oposição é latente no decorrer da análise realizada. A posição do Estado Novo é estabelecida no reconhecimento de grupos de interesses que a sociedade comporta. A associação da possibilidade de oposição no ato eleitoral como demonstração da alteração de interesses da sociedade é minimizada e

limitada. O reconhecimento do ato eleitoral como uma atividade menor é estabelecido na construção de que “O nosso povo é avesso ao voto, por temperamento, pela má recordação de tempos idos” (Salazar 1951a, 190).

O ato eleitoral é apenas permitido para que a sociedade, depois dos

“(…) tempos de política apaixonada e tumultuária e sentisse, depois dos primeiros alvoroços da novidade, a sensação de enjoo pelo lugar-comum de uma oratória em desuso, pela crítica sem objectividade, pelas torvas ameaças sem justiça e fúrias de destruição sem critério” (Salazar 1951f, 430).

O regime reage e nega a fragilização da sua operacionalidade perante as eleições e perante o reconhecimento da oposição como representante de diferentes correntes da sociedade. A ligação do momento histórico da I República, sempre presente como exemplo da decadência e conflito na sociedade, com a necessidade de condicionar o palco político fora do âmbito eleitoral, indica o receio do regime face à possibilidade de alteração da sociedade. É necessário lembrar que o voto é censitário, ou seja, não existe a universalidade de voto para todos os atores individuais da sociedade. Aliás, a perspectiva elitista da sociedade requer que o ator individual seja validado pela diferenciação.

Se o regime limita e condiciona o efeito eleitoral, isso pode indicar que a relação entre o regime e a sociedade que o sustenta não é estável e, por essa razão, é necessário o condicionamento de todas as hipóteses de modificação da estrutura de poder. A opção do regime em continuar “(…) de braços abertos para a colaboração de todos os que de coração isento desejem apenas trabalhar para o bem comum” é o indicador da validade da análise anterior (Salazar 1951g, 262).

A oposição é, afinal, apenas o “(…) precipitado de descontentamentos, fruto da acção governativa, e pela ânsia de renovação do pessoal ou dos princípios sociais e políticos se resolveu a lutar” (Salazar 1951e, 198). Ou seja, a oposição existe pela ação ineficaz do regime e não pela tensão de interesses da sociedade. A necessidade de estabelecer a harmonia no regime não deriva da procura da paz. A necessidade da harmonia é estabelecida pela procura da manutenção das condições que comportam a construção social do regime.

É no sentido da manutenção das condições do regime que a oposição é acusada de ser fundada em interesses estrangeiros, leia-se, comunismo. Parece que a acusação de subordinação a interesses estrangeiros que é feita aos comunistas portugueses representa uma estratégia que ultrapassa a questão ideológica. A acusação de subordinação dos comunistas à influência externa é estabelecida pela ideia de especificidade da nação portuguesa. Qualquer influência externa na nação implica a destruição da ideia de nação, logo, a capacidade de poder dos comunistas significa a limitação da soberania da nação portuguesa.

A necessidade de controlo das tensões da sociedade e preservação do poder é reajustada apenas em 1953. A minimização da exposição do regime implica que a aceitação de “elementos dispostos a servir a Nação” é possível. Esses “elementos” enquadrados pela União Nacional, mesmo que denotando “(...) formações ideológicas e credos políticos” diversos, funcionam como válvula de segurança para o regime, que diminui assim as tensões dentro da sociedade (Salazar 1959f, 150).

A oposição é necessariamente mais que um adversário político. A oposição representa a mudança. A construção de Portugal como reflexo da ideia que a sociedade partilha é, por isso, colocada em causa. A manutenção do regime significa a manutenção da construção de Portugal sob uma determinada ideia.

5.3.2 Construção do Estado como elemento diferenciador na realidade portuguesa

A organização do Estado, em Portugal, sob o texto constitucional de 1933, é encarada como uma mescla que “(...) não adopta o regime parlamentar e se aproxima mais do regime presidencialista, tirando de um e outro o que mais convinha” (Salazar 1951h, 116). Em 1945, a interpretação da constituição de 1933 é assumida no sentido da citação anterior, e a orgânica estatal quanto ao poder e representatividade da Assembleia Nacional e Câmara Corporativa é significativamente limitada.

O Estado português, enquanto estrutura, está definido pelo texto constitucional de 1933. Essa constituição não deve ser tomada apenas como estrutura do Estado, já que teria também uma condição refletora da “unidade moral” desse Estado (Salazar 1959g, 336).

Como anteriormente foi defendido, a relação entre a moral e o Estado é estabelecida pela criação normativa da sociedade. A aceitação de que o Estado defende a “unidade moral” (Salazar 1951e, 202) significa que o Estado é devedor do aspeto normativo e ideado da sociedade que o suporta. Esta relação é tão mais evidente pela defesa de que “não se pode governar contra a vontade persistente de um povo, este dirá se deve mudar-se de sistema” (Salazar 1951a, 181). Isto parece fazer atentar na definição da constituição como uma constituição “(...) no sentido da democracia orgânica, que a organização corporativa, quando estendida a todas as formas de actividade social, deverá realizar” (Salazar 1951a, 181).

A subversão do poder do Estado pelo governo, no período temporal analisado, ocorre a partir de 1949. A construção do Estado radicada na Constituição exige que exista uma separação de poderes entre governo, Assembleia Nacional e Presidência da República. No entanto, perante a acusação de incapacidade técnica, a partir de 1949, existe uma clara opção pela menorização do papel da Assembleia Nacional. A posição do governo indica a mudança da concentração de poderes que a força do governo consegue deter.

O processo de controlo do Estado pelo governo é marcado também pelo ato legislativo da Assembleia Nacional em 1958. Em 1958, a Assembleia Nacional propõe a criação do artigo 80, que estabelece que o Presidente do Conselho assumia em simultâneo o cargo de Presidente da República em caso de vacatura da presidência. O “(...) golpe de Estado constitucional” da Assembleia Nacional é encarado como subversão do sentido constitucional (Salazar 1959h, 494). De forma discreta, este golpe colocaria o governo sob dependência direta da Assembleia Nacional e não sob a Presidência da República, único órgão de soberania eleito por sufrágio universal censitário.

A luta pelo poder marca o desenvolvimento do Estado Novo. Não existe um equilíbrio de forças estável que simultaneamente permita o desenvolvimento de políticas e não seja manietado pela condição negocial do poder. A reação ao “golpe de Estado constitucional” não é tanto uma reação à proposta em si. Não é a defesa da Presidência da República que é encarada como “(...) árbitro supremo” (Salazar 1951a, 189) e cuja eleição seria a “(...) chave de todo o sistema” instalado pela Constituição portuguesa (Salazar 1951d, 271) que está em jogo. A necessidade de garantir o poder exige a ação do governo, ou seja, a

menorização da Assembleia Nacional é um processo de consolidação do poder do governo.

5.4 As ideias sobre a ordem internacional

A construção ideada, do externo, parece ser um reflexo da própria construção da ideia de Portugal. A possibilidade de a construção internacional ser desenvolvida pelo alinhamento do Estado em função de agrupamentos ideológicos que separam entre democracias e comunistas é entendida como a negação de “(...) princípios superiores provados pela experiência dos séculos” (Salazar 1951a, 176). O alinhamento em função da dicotomia democracia-comunismo varre “(...) do terreno político os meios termos” (Salazar 1951e, 200) e elimina, assim, a possibilidade do Estado Novo subsistir. A rejeição da uniformidade dos regimes políticos é imperiosa para o regime, que quer ser a representação da nação e da ideia da nação.

A construção democrática internacional é percecionada como uma amálgama entre doutrina e construção política, sem que exista uma definição clara de conceitos. A corrente democrática pós II Guerra Mundial, na Europa, é definida pela relação entre “(...) liberdade igual a democracia; democracia igual a parlamentarismo; parlamentarismo igual a oposição” (Salazar 1951e, 204).

A proposição democrática internacional de cariz universalista contraria a construção elitista e gregária defendida pelo Estado Novo, no “(...) nivelamento pela base e na recusa de admitir as desigualdades naturais” (Salazar 1967a, 41). O poder democrático “(...) encontra a sua origem na massa e [que] o Governo deve ser obra da massa e não do escol, então, efectivamente, eu considero a democracia uma ficção” (Salazar 1967a, 41).

Notoriamente, a relação direta entre democracia-parlamentarismo-oposição remete para a construção de poder estabelecida para o Estado Novo. A democracia que os Estados, a nível internacional, adotam é renegada em Portugal, e isto acontece pela construção e operacionalidade da nação que é feita e representada pelo Estado Novo.

A possibilidade de acesso aos centros de decisão de correntes doutrinárias contrárias à própria democracia, como o comunismo, é entendida como uma fragilidade que altera o equilíbrio de forças e significa um retrocesso na independência real do Estado. O processo eleitoral democrático não defende o “interesse público”, leia-se, não defende o Estado e a democracia de interesses ideológicos como o comunismo.

O comunismo, ou “socialismo integral” (Salazar 1951b, 368), é entendido como promotor do fim “moral” da sociedade, bem como da “(...) subserviência das élites e a supremacia do número” (Salazar 1951g, 256-258). A eventual ligação do Estado ao operariado representaria a existência de um Estado incapaz de defender a “multiplicidade de interesses” da sociedade, tornando-se limitado pelo “pensamento de classe” (Salazar 1951g, 256-258). Isto, por sua vez, representaria a inabilidade em permitir que a sociedade se estabeleça fora do desenho do Estado, sendo dele parte. A construção da ideia de Estado fundeado na especificidade da nação estabelece a forma como a relação entre Nações deve funcionar. As relações entre comunidades que formam Nações devem desenrolar-se por mediação da estrutura estatal que representa a nação.

No plano internacional, a relação entre Estados é estabelecida dentro de um esquema organizacional e representativo onde existem “(...) Estados soberanos e iguais” (Salazar 1951h, 107). O relacionamento internacional dos Estados é instituído com base estruturada, onde a ordenação da influência dos Estados está diretamente relacionada com a capacidade de poder sobre os demais. A construção da sociedade internacional parece ser assim apenas um reflexo da construção da ideia de sociedade hierarquizada, defendida para a nação portuguesa.

Pela capacidade de poder, a sociedade internacional hierarquizada possibilita a criação de “(...) hegemonias exclusivas ou coligadas” (Salazar 1951h, 108). Este quadro impossibilita estabelecer a relação internacional com base no reconhecimento da igualdade dos membros (Estados) da sociedade internacional, embora o reconhecimento das relações internacionais dependa da relação igualitária entre os componentes da cena internacional que são Estados. Ou seja, a cena internacional está estruturada numa sociedade em que os Estados devem ser hierarquizados pela sua importância, sendo que não é aceite

que a especificidade de cada Estado seja colocada em causa pela posição do mesmo nessa sociedade internacional.

As relações internacionais estabelecidas no âmbito de organizações e instituições internacionais não são desejadas, pela menorização do papel do Estado como representante direto da nação. O Estado é constituído pela nação. Se o Estado, a nível internacional, abdica da sua soberania, isto significa que abdica da representatividade da nação que é o seu fundamento.

Por outro lado, a exposição do Estado na cena internacional pressupõe que existam elementos mínimos comuns que permitem o relacionamento entre as unidades estatais. A possibilidade de desvirtuamento da originalidade de cada Estado como entidade representativa da nação impele a perceção da relação internacional como negativa.

A atitude de defesa do papel do Estado na cena internacional e de proteção do mesmo pode indicar fragilidade interna no Estado Novo. A defesa do Estado Novo face à “moda” democrática ou comunista parece indicar que a sua fragilidade não reside na detenção do poder interno nem no seu reconhecimento externo, mas sim na necessidade de garantir que a nação não seja sensível a estes argumentos externos e retire o poder ao Estado que é o governo, que é o regime (Salazar 1951a, 178).

Os argumentos de provável destruturação do Estado, a perceção que o Estado estaria limitado na cena internacional pela falta de capacidade de “(...) doutrina, sem força, sem técnica de acção e sem governo”, são tidos como incompatíveis com a representatividade da nação (Salazar 1951g, 255). São, logo, inoperantes na cena internacional. É de notar como a componente interna do Estado é entendida como elemento condicionador da operabilidade da acção externa do Estado.

Os Estados, enquanto centro da cena internacional, são alvo de uma argumentação que raia a desculpabilização da argumentação estabelecida em momento anterior. O enquadramento de um crescendo de preocupação com o “social” e redistribuição da riqueza interna, obrigaria os Estados a um controlo ou direcção das forças económicas em que o “(...) centro de gravidade das forças internas, fenómeno provocado em todo o

Mundo pela ascensão das massas ao bem-estar, à segurança e à actividade política” representava uma alteração tal que a própria orgânica do Estado seria abalada (Salazar 1951g, 250). A importância das “massas”, dado o seu peso na sociedade, é encarada como uma das variáveis que possibilitaram a alteração da “(...) solidez dos quadros existentes” (Salazar 1951g, 256).

A construção das relações internacionais é feita pelo estabelecimento preferencial de relações diretas entre Estados. A relação entre Estados, intermediada por organizações internacionais, é declinada pela necessidade de estabelecer uma partilha normativa, ideológica ou estrutural que minimiza o Estado como representante da especificidade da nação. A construção das relações internacionais tem como elemento central o Estado, e este exige uma fórmula capaz de manter a estabilidade intra e extra Nações.

A política externa portuguesa radica numa filosofia de interação entre entidades soberanas: “(...) as nações serão a perder de vista no tempo a base natural e mais simples de uma organização mundial” (Salazar 1951h, 108). Considera-se que

“nem federações artificialmente decretadas ou impostas, nem super-estados hegemónicos com os seus estados-vassalos, nem organizações de interesses em quadros acima das nações poderiam exceder em simplicidade, eficiência e colaboração pacífica uma organização dos agregados nacionais” (Salazar 1951h, 108).

O internacional para Portugal é fundamentado nas “(...) relações de vizinhança, de alianças e de afinidades étnicas e culturais”, tendo nos “acordos regionais” a ferramenta de eleição (Salazar 1951h, 112).

A orquestração da política externa portuguesa surge como algo de cariz global no que toca à “(...) salvaguarda dos direitos e interesses” (Salazar 1951i, 142). Nesse sentido, a Constituição estaria preparada para aceitar a cooperação no âmbito internacional de forma a promover a “(...) paz entre as nações” (Salazar 1951h, 112).

A ideia do internacional para Portugal é estabelecida na procura do seu interesse. O internacional é tudo o que represente a “(...) garantia da melhor defesa da nossa liberdade e direitos” (Salazar 1951a, 177). Este quadro condiciona e exige um equilíbrio precário com o desenvolvimento do conceito de solidariedade internacional que Portugal defende. A possibilidade de solidariedade era enquadrada e “(...) imposta pela geografia e pela comunidade de interesses morais” (Salazar 1951j, 416).

Para o Estado Novo, a construção internacional – entendida como uma construção de base igualitária de Estados no reconhecimento da liberdade e integridade soberana, incluindo seus recursos – permite a criação da cooperação. Eis o “(...) realismo construtivo” do Estado Novo (Salazar 1951k, 333). Para Portugal, o internacional é a relação entre Estados que se reconhecem mutuamente como agentes internacionais e desenvolvem a sua ação de forma a perseguir os seus interesses dentro de um quadro igualitário.

Neste sentido, o “(...) realismo construtivo” aceita a existência de alianças com outros Estados (Salazar 1951k, 333). A aliança com a Inglaterra é aceite pela relação histórica e partilha da visão do mundo, e a aliança com os EUA é uma necessidade. No entanto, a questão securitária para Portugal é de tal forma premente que a *raison d'être* da aliança histórica entre Portugal e Reino Unido, como forma de assegurar as ligações marítimas e os territórios portugueses no mundo, indica um posicionamento pragmático, não o desejado, e contradiz essencialmente a referência civilizacional, cultural ou moral que o estabelecimento de uma aliança comporta para Portugal. Nesse sentido, a aliança com a França e os “(...) vizinhos coloniais” é encarada como uma estratégia orientada para a manutenção da segurança portuguesa, mas não como referência preferencial (Salazar 1951h, 113).

A aliança de referência, ou seja, a aliança onde se partilham ideias e normas é a desejada; a aliança necessária é suportada. Portugal necessita de alianças. A aliança significa a sobrevivência dos interesses, “(...) sobretudo para as pequenas potências”, desde que seja tolerável “(...) às exigências da civilização” e “moral” (Salazar 1951b, 374).

A projeção de Portugal no internacional não comporta a hipótese de envolvimento em construções de cariz federalista ou supranacional. A construção internacional, nomeadamente a construção internacional proposta pelo modelo europeu federalista e supranacional não é aceite pelo Estado Novo. Apenas o “(...) entendimento e concerto de soberanias nacionais” é aceite (Salazar 1951k, 332).

A construção internacional baseada na subtração de poder ao Estado é recusada, e na mesma linha, é recusada a partilha de soberania que o desenvolvimento de organizações internacionais, de cariz económico exigem. Nesse sentido, a construção económica europeia balizada por instituições que minorizam o papel do Estado é recusada. A construção internacional fora do controlo do Estado significa, para o Estado Novo, que os Estados que aceitam a subtração da sua posição internacional em organizações supranacionais ou federativas estão “(...) fatigados da sua existência como nações independentes” (Salazar 1959i, 318).

A relação internacional portuguesa é fundamentada na criação da ideia de que o Estado representa a nação. Se o Estado aceita a sua minorização internacional, isto significa que nega a essência da nação que o forma, já que a nação deixa de ser uma nação e de ter um espírito diferenciador e específico. O Estado, Portugal, que é a nação portuguesa tem base em

“(...) um forte substrato ideológico de que ela dimana, que explica e sustém, e sustém mesmo em larga medida a própria realidade geográfica que é a Nação portuguesa” (Salazar 1967c, 59).

5.4.1 Relações externas preferenciais e estratégicas

A perceção do Mundo é estabelecida em função do reconhecimento do “outro” que é operacionalizado na figura da ordem internacional. Nas páginas que se seguem, é apresentada a evolução e o reconhecimento da relevância e da necessidade da relação de Portugal com variados Estados, em função das ocorrências observadas nos documentos analisados.

A Espanha é tida, em finais de 1947, como entidade parceira na relação com África e no bloqueio comunista na Europa, significando para Portugal a manutenção de uma estratégia africana, assim como a possibilidade de afastamento da atividade comunista na Península Ibérica. Isto sugere que a génese da defesa da Espanha está dentro da “(...) defesa do Ocidente” realizada em 1948 (Salazar 1951k, 333). O posicionamento geoestratégico e geopolítico é tido em 1949 como operacional na manutenção do “Tratado de Amizade” com Espanha. Nesse mesmo documento, a análise da pertença de Portugal à NATO sem a presença de Espanha nesta organização parece indicar que, para além de Portugal se estabelecer como parceiro estratégico para Espanha, Portugal tenta assegurar o condicionamento de possível incursão comunista em Espanha com vista à utilização desse espaço como base de movimentações subversivas comunistas. O apoio Espanhol é assumido como relevante em 1954 na defesa de posições portuguesas na cena internacional.

A relação com Espanha evolui, em 1959, para uma relação em eixo, em que se pretende estabelecer uma política ibérica de influência na América do Sul e Central de forma a condicionar o poder dos EUA. Um outro objetivo é o de reservar a influência portuguesa nessa zona e, por arrasto, representar uma mais-valia na relação da Europa com esses Estados.

Já o Reino Unido é, em meados de 1945, percecionado como uma potência hegemónica capaz de reestabelecer o seu poder no período pós II Guerra Mundial. No entanto, o Reino Unido, Aliado vencedor da II Guerra Mundial, aliado estratégico de Portugal de séculos, é tido a partir de 1946 como potência menor, quando comparado com a nova hegemonia partilhada pela URSS e EUA. No entanto, em 1947, o Reino Unido é ainda tido como detentor de uma posição estratégica e de força a nível mundial, pela manutenção da comunidade britânica. Isto parece indicar um desajuste entre o real poder inglês e o poder percecionado ou desejado desse Estado na cena internacional.

O Reino Unido é reconhecido em 1949 como parceiro estratégico para Portugal. Ao relacionar a perspetiva de defesa do Atlântico Norte com a Aliança Inglesa, Portugal implicitamente assume o benefício concedido pela Aliança Inglesa à defesa de interesses estratégicos portugueses. A vertente securitária que o Reino Unido representa para

Portugal é de novo abordada em 1954, no reconhecimento da Aliança Luso-Inglesa como operativa na questão da defesa de territórios portugueses, e, em especial, dos territórios portugueses no subcontinente asiático.

Em 1954 é de novo referido o apoio e defesa da posição de Portugal por parte do Reino Unido, mas agora a respeito de uma indireta falta de apoio e a respeito da questão dos territórios portugueses no subcontinente Indiano. Em finais de 1954, é apresentada uma crítica ao processo desenvolvido pelo Reino Unido nesse território, processo esse que estabeleceu as bases para o processo desestabilizador que o Estado Indiano desenvolve neste período contra os interesses portugueses.

A aparente alteração da posição do Reino Unido quanto à defesa dos interesses portugueses leva Portugal, em 1957, a avaliar o posicionamento Inglês na questão dos territórios portugueses no subcontinente Indiano. A avaliação identifica a tentativa inglesa de estabelecer um movimento internacional de pressão para com Portugal nessa questão, sendo essa tentativa apontada como contrária a uma postura de Direito na cena internacional. Mas o posicionamento estratégico do Reino Unido permite, em 1958, continuar a estabelecer como relevante a posição que este, entre outros Estados europeus e incluindo Portugal, representa na manutenção e defesa da influência Europeia em África.

Por outro lado, o Brasil, é tido, em 1945, como interlocutor privilegiado para Portugal, pelas suas “(...) posições geográficas e situações políticas complementares” (Salazar 1951l, 137). Mas o Brasil parece representar também um pilar da zona de influência de Portugal no continente americano, pelo “(...) património histórico de sentimentos, tradições e cultura idênticos” (Salazar 1951l, 137). A relevância estratégica do Brasil para Portugal à luz do conceito do “(...) quadrilátero do Atlântico” é retomada em 1951 (Salazar 1959j, 67).

Em três momentos distintos, no ano de 1954, o Brasil é identificado como um Estado que apoia a política e a defesa de Portugal, sendo reconhecidas ligações emocionais, mas também “(...) vínculos políticos especiais” (Salazar 1959k, 224, 1959l, c).

Esses “vínculos políticos especiais” são alargados apenas a mais dois Estados, Reino Unido e Espanha.

A presença de recursos naturais estratégicos no Brasil, assim como a sua posição geoestratégica, são fatores tidos como determinantes em 1959. Esses fatores constituem o foco da relação entre Portugal e o Brasil. O estabelecimento de ligações especiais com o Brasil poderia colocar Portugal numa posição de destaque, inclusive perante demais Estados europeus, ao contrapor o peso e influência dos EUA no continente Sul Americano.

Ainda relativamente ao continente americano, a pacificidade dos EUA é, em 1946, tida como real, sendo no entanto identificado o seu poder hegemónico. A elevação dos EUA à categoria hegemónica é vista como resultado da intervenção nos conflitos da I e II Guerras Mundiais. Em 1947, essa ascensão é associada à mudança geoestratégica e geopolítica resultante da formação da zona “(...) quando muito euro-americana”, que remete a capacidade europeia para um plano secundário (Salazar 1951m, 291).

Em 1949, a interpretação da ação dos EUA na Europa acaba por formular a possibilidade de que a não existência de tal postura possa representar uma “(...) nova concepção monroísta aplicada de fora para dentro” que a capacidade da URSS faria aplicar (Salazar 1951j, 409). Nesse sentido, o desenvolvimento da NATO como opção estratégica pelos EUA é tido como uma dinâmica interação de interesses e necessidades.

Em 1951 e 1953, a capacidade dos EUA de estabelecer na Europa uma presença e uma vantagem política, económica e militar, é vista como passível de fomentar uma menorização e retrocesso civilizacional europeu. Surge, no entanto, em 1953, a admissão da necessidade dos EUA como “solução” para as limitações europeias (Salazar 1959f, 148).

A definição da relevância dos EUA deve ser encarada dentro do enquadramento ideológico e estratégico. O papel do Estado na sociedade internacional é definido na criação de zonas de influência e controlo ideológico. A coincidência entre a leitura do

Estado URSS e o comunismo é demonstrativa do papel da ideologia na cena internacional.

A proposta do comunismo da URSS é entendida como limitadora e potencialmente destruidora dos Estados sujeitos a essa influência. A proposta comunista de natureza universal, com influência direta e indireta sobre a sociedade de cada Estado, mina a natureza do poder e da ação de cada Estado. A ideologia comunista, que se confunde com a URSS, permite à URSS deter um posicionamento privilegiado no cenário internacional pós II Guerra Mundial. A URSS surge como um Estado que sai da II Guerra Mundial com grande capacidade territorial e demográfica, e é detentora de posições geoestratégicas face à Europa capazes de fazer valer os seus interesses nacionais.

A questão ideológica do regime soviético é encarada com alguma relatividade. A projeção internacional e a capacidade de interferência ideológica no plano interno de demais Estados é vista como algo que está alinhado com as demais influências ideológicas que percorrem a esfera interna dos Estados: “(...) no jogo das forças nacionais, recebe do estrangeiro a sùmula doutrinal do seu programa e a orientação efectiva” (Salazar 1951m, 295). A influência soviética não parece assim, neste contexto, ser assunto de preocupação. Contudo, a capacidade de infiltração do comunismo nos Estados é portadora da possibilidade de um poder hegemónico da URSS.

A produção hegemónica no âmbito europeu é entendida como a procura ativa, pela URSS, de estabelecer nos Estados próximos a si uma zona de influência capaz de associar esses Estados à sua política regional europeia. A vertente estratégica do Estado Russo é no entanto tida como preocupante. É mesmo comparada com o desenho do regime nazi, na sua tentativa de controlo hegemónico dos Estados que parecem constituir uma “(...) comunidade de nações por ela chefiada” (Salazar 1951m, 296). Esta argumentação parece concorrer para a previsão de uma mudança mundial perpetrada pela URSS, num paralelo com a Alemanha nazi: “(...) há de sobra motivos para perguntar se os erros não eram afinal cartas de jogo, e só mudaram de mãos” (Salazar 1951m, 301).

A percepção da hegemonia emergente, ou seja, do condicionamento da cena internacional ao poder de um Estado, parece ser central na defesa contra a URSS, que representa o comunismo. Isto é tão real quanto a percepção de que a estratégia da URSS não passa apenas pela proposta ideológica, mas também pela ação direta da influência material. A projeção internacional da URSS é, assim, um elemento de projeção de força. Esta projeção condiciona o equilíbrio da relação internacional de Estados, o que contraria a defesa da soberania e igualdade preconizada pelo Estado Novo.

Em 1953, a expansão mundial da URSS é tida como relativa. A incapacidade de estabelecer uma “(...) guerra aberta pelo comunismo” permite afirmar que a “(...) coexistência na sociedade internacional é possível” (Salazar 1959b, 115).

Em 1956, o potencial da URSS em alargar a sua zona de influência pela capacidade económica, industrial e ideológica de forma coordenada e capaz de criar um “império”, é tido como relevante e passível de ser contrariada apenas pela capacidade da Europa e América em conjunto. Sugere-se mesmo uma alteração estratégica por parte do Ocidente, como resposta às alterações realizadas com a anulação do “Kominform” (Salazar 1959m, 364,365).

A fragilidade Ocidental e democrática perante o acesso de forças comunistas a centros de decisão de relevo para esses Estados é uma preocupação diametralmente oposta à preocupação da influência da URSS noutras zonas geográficas, que tende a ser mais direta e visível, e não dissimulada como no caso da ação da URSS no Ocidente.

O posicionamento de recusa da URSS face à entrada de Portugal na ONU é justificado pela associação do regime português a um “(...) país fascista e por fim a nação semifascista que ajudou a Espanha no seu movimento libertador” (Salazar 1951b, 377). Ou seja, o veto político Russo era encarado como resposta ao apoio de Portugal no esforço de guerra Espanhol, o qual era contrário à influência da URSS.

O posicionamento da URSS em planos geográficos diferenciados surge como representante da opção estratégica de busca de poder, e não de uma expressão puramente ideológica. A URSS apresenta um “(...) comunismo de exportação auxiliar valioso para

a eficiência das suas armas” (Salazar 1951j, 407). Esse comunismo reveste-se de cariz nacionalista nos movimentos asiáticos, enquanto na Europa assume um cariz ora internacionalista, ora antinacionalista, nos casos em que menoriza a capacidade de defesa dos Estados europeus aos movimentos nacionalistas.

A ação da URSS é vista como uma ação estratégica aos olhos da construção da defesa de Portugal. Se a URSS pretendia uma expansão de poder, atingir o estatuto hegemónico, isto significa necessariamente que outros Estados deveriam perder poder e influência.

Esta construção do mundo sustenta que a ação da URSS na Ásia, face aos movimentos nacionalistas locais, é inserida num quadro alargado de política expansionista. O sucesso desses movimentos nacionalistas asiáticos era entendido como um primeiro momento de desorganização internacional que proporia um levantamento similar em África. Ou seja, seria previsível o apoio da URSS a todos os movimentos nacionalistas que pretendessem sublevar o poder dos Estados africanos. Isso implicaria a criação de instabilidade e potencial conflito nos territórios portugueses.

A reação ao comunismo e à URSS parece indicar que a construção da ideia negativa do comunismo serve também para garantir a unidade da sociedade portuguesa perante um Estado-Ideologia que poderia subverter a existência da nação portuguesa no seu pilar territorial. Esta relação é possível pelo reconhecimento e identificação da nação com o seu espaço territorial.

A proposta da defesa da Europa perante a URSS parece equivaler à proposta de defesa dos interesses de Portugal. A ligação de Portugal à Europa pela relação do país à “(...) civilização cristã do ocidente” sublinha como a construção da ideia de comunidade é estabelecida apenas no sentido de garantir a estratégia de Portugal (Salazar 1951n, 475).

A organização militar dos blocos Ocidental e de Leste é tida como potenciadora da paz. O desenvolvimento do potencial bélico inibiria a possibilidade de ganhos substanciais pelo recurso à guerra, o que afasta tal opção. No entanto, o estabelecimento de zonas de influência toma, neste cenário, um peso considerável. A atenção que deve ser prestada ao posicionamento estratégico da Alemanha e Japão dentro das esferas de influência, já que

é tido como crucial para a defesa do Ocidente que tais regiões não se posicionem na influência de Leste. O peso geoestratégico é preponderante na análise estabelecida. Considera-se a possibilidade da URSS estabelecer um

“(…) domínio económico e político uma fita, se possível ininterrupta, de Estados satélites e conseguir, para além dela, largos espaços de neutralização e desmilitarização que aumentassem a sua zona de segurança ou constituíssem para futuro novos pontos de partida” (Salazar 1959n, 8)

A contenção da URSS está associada à visão de “(…) um Império em fase de crescimento” (Salazar 1959a, 421). Este é limitado pela organização do Ocidente que lhe veda o sucesso a Este, e limita assim a influência da URSS na zona asiática, enquanto o comunismo chinês limita a influência do comunismo da URSS pela proposta diferenciada que comporta. Mediante estas ações, o Ocidente parece garantir a contenção de tal império no final da década de 50 (Salazar 1959a, 421).

Um elemento diferenciado quanto ao posicionamento português na cena internacional surge a propósito da relação de Portugal com a Índia. A relação com a Índia tem a génese no período pós II Guerra Mundial e na queda do Império Inglês. Este último evento possibilitou o surgimento de duas novas entidades no subcontinente Indiano, Índia e Paquistão, gerando uma alteração que importava um foco de preocupação para os territórios portugueses nesse mesmo subcontinente.

A preocupação com o território português na Índia parece ser encarada num âmbito mais alargado. O quadro das interações portuguesas na zona Asiática é composto pela perspetiva da criação de dois Estados, Paquistão e Índia que, embora relacionados com a Comunidade Britânica, se tornam independentes. A criação do Estado Indonésio e a pacificação da China sob um regime comunista representam uma mudança de fundo para os territórios portugueses que, com a emergência desses Estados, passava a deter uma fronteira.

A estratégia portuguesa parece ser estabelecida sob a percepção de que

“A força será insuficiente para as vencer afinal; é um problema saber se a razão poderá evitar as violências e encontrar o caminho do respeito do direito e da conciliação dos interesses” (Salazar 1951f, 446).

Em 1954, acredita-se que a posição da Índia perante a existência de um território português no subcontinente Indiano levará em conta a pertença Indiana à Comunidade Britânica, aliada às relações e pactos de aliança entre Portugal e Reino Unido. Este quadro impediria, na leitura de Salazar, outra opção que não a aceitação plena desses territórios enquanto posse portuguesa. Mesmo perante uma procura de neutralidade perante os blocos Ocidentais e de Leste, o Estado da Índia não desafiaria os interesses vigentes entre si, o Reino Unido e Portugal.

A estratégia dá lugar à insegurança. Em 1954, a ironia é utilizada de forma a minorizar o Estado Indiano. A ferramenta de trabalho é a relação entre a “(...) mocidade de Estado livre” (Índia) com a projeção do seu território e força para com os territórios portugueses no subcontinente Indiano como uma tentativa de “(...) consolidação de uma unidade geográfica, à falta de melhor” (Salazar 1959o, 180). E quando a ironia não serve, a provocação é usada, e a acusação de que o Estado Indiano é resultado de uma opção Inglesa, não tendo estatuto de nação, serve esse intuito.

Entretanto, a questão Indiana é estabelecida num quadro mais alargado e é reconhecida a capacidade Indiana de destabilização em Estados como o Quênia e Paquistão, de forma a limitar os interesses portugueses.

A escalada da defesa da posição portuguesa inclui a exigência da observação do direito internacional, pela pertença da Índia à ONU. A pertença da Índia à ONU é encarada como baliza e registo base da possibilidade de um Estado Indiano na esfera internacional. A operacionalização de uma estratégia de contenção da Índia perante a lei internacional demonstra a incapacidade de projeção de força real por parte de Portugal. Esta análise parece refletir a potencialidade da Índia em atrair o Ocidente no plano estratégico e económico, levando a uma postura favorável desse mesmo Ocidente para com a Índia. Grande parte da sociedade internacional minoriza e condiciona o apoio e

reconhecimento a Portugal. A posição do Reino Unido, Brasil e Espanha no apoio a Portugal dá-se mais pelo reconhecimento e “(...) prestígio do direito do que pelo peso dos interesses materiais em causa” (Salazar 1959k, 224).

Simultaneamente, a defesa da posição portuguesa tem como argumento a pertença da Índia à ONU. A pertença à ONU implica o reconhecimento das regras dessa organização. Quando quebradas, indicam a não conformidade do Estado Indiano com a lei internacional. Esta estratégia procura estabelecer a inoperância e limitação dessa organização, parecendo fazer assim uma ligação direta entre o apelo, por Portugal, a uma organização ao qual não pertence, mas que é utilizado em seu benefício. A estratégia pela via do direito internacional propõe a ostracização da Índia. O exemplo do acordo entre a Índia e China sobre o Tibete é tomado como modelo de relação internacional validada pelo direito internacional. Com isto, sublinha-se a incapacidade do Estado da Índia em subtrair-se às regras do direito internacional, opção que seria considerada uma agressão.

O recurso a fundamentação ou meios de pressão diferenciados e a utilização de ferramentas de defesa passam também pela questão religiosa e pela apresentação do possível condicionamento aos católicos dentro do Estado Indiano. Isto sugere a prossecução de vias de defesa múltiplas e de cariz não convencional por parte do Estado português. Inclui-se aqui a denúncia da defesa da posição Indiana por “(...) países comunistas”, que parece associar a Índia a um bloco ideológico com o intuito de explorar essa associação no âmbito do bloco ocidental (Salazar 1959c, 250-263).

A possibilidade geoestratégica é explorada em 1956, de forma a potenciar a posição de Portugal perante a pressão Indiana. A possibilidade de intervenção parece ser facilitada pela atomização do subcontinente Indiano em diferenciados Estados, como Índia, Paquistão, Ceilão e Birmânia. A análise de Salazar sugere que a destabilização regional seria uma opção para Portugal, caso detivesse o poder para executar tal ação.

Em 1956, a análise geopolítica e geoestratégica de largo espectro aponta para a possível incursão da Índia em África, que de forma independente ou sob incitamento da URSS, implicaria o destabilizar da África e subtração dessa zona à influência Ocidental. Parece possível afirmar que este raciocínio representa, novamente, a utilização estratégica dos

recursos não militares disponíveis a Portugal, de forma a assegurar apoios à causa portuguesa num cenário de coincidência de interesses.

A influência indiana na zona asiática e africana é tida como possível, dada a incapacidade japonesa e dada a seletividade de ação da China na cena internacional. A seletividade chinesa é entendida pela necessidade interna de estabelecer a revolução comunista, mas em momento oportuno esta influência chinesa dirigir-se-ia para o Sul e Sudeste Asiático, representado o Tibete e a Coreia uma exceção nessa política de longo prazo. A pressão indiana para com os territórios portugueses nesse subcontinente e a identificação de uma expansão da influência indiana no continente africano é retomada em 1957. Em 1959, acusa-se a inoperância dos EUA e da Europa Ocidental em contrapor a política da “(...) Rússia e diversos Estados asiáticos”, leia-se Índia, na procura de influência em África, o que seria contrário ao apoio a Portugal na Índia (Salazar 1967c, 67).

Em 1960, a procura de anexação de território português pela Índia à luz da argumentação geográfica é de novo repelida, sendo mesmo apontada a possibilidade de isto ser propedêutico de anexações de demais territórios portugueses asiáticos pelos seus Estados vizinhos.

5.4.2 A economia

A construção internacional pela dimensão económica, como elemento diferenciador e distinto na possibilidade de estratégia e ação para Portugal, está associada a dois componentes: a capacidade interna de Portugal e a observação e ajuste à economia internacional.

O ideado pode ser realizado através da base económica, como indica a imagem da “(...) geração do sacrifício e do resgate” (Salazar 1951o, 398). A construção económica ocorre como planeamento económico de cariz social, onde a distribuição da “riqueza produzida” (Salazar 1951g, 1959p) é a resposta ao “social” (Salazar 1951g, 245), e onde o “social” é a marca internacional do Ocidental quanto ao acesso ao bem-estar e consumo.

A opção social enquadrada pelo corporativismo reconhece como “(...) uma concentração de meios de toda a ordem pode derivar para o corpo social” (Salazar 1951g, 245).

Em Portugal, a ação social de base económica parece ser uma construção dupla. Por um lado, existe uma reação de uma economia social ao desenvolvimento Ocidental e, por outro lado, existe a redistribuição económica pela sociedade em Portugal. A relação direta entre a proposta internacional de bem-estar e a distribuição de riqueza é significativa. A pressão de ações externas na ação interna demonstra uma exposição relevante da dinâmica interna portuguesa. A necessidade de redistribuir a riqueza gerada pelo corpo social demonstra que a criação económica é uma reação à pressão da sociedade nesse sentido. A necessidade de algum equilíbrio de riqueza na sociedade indica que o regime depende da estabilidade social para a produção económica.

A interação entre a pressão externa e a necessidade interna, como anteriormente foi defendido, não é exclusiva da questão social. Na mesma linha de ação, a alteração da política económica reativa e não ativa pode ser enquadrada na redefinição estratégica da industrialização de Portugal, estabelecida na legislação da lei nº 1914 (Portugal 1935) (“Reconstituição Económica”) e pela lei de Meios lei nº 37429 (Portugal 1949) (“lei de meios) (Salazar 1951p, 493).

A opção industrial é estabelecida de forma a

“(...) diminuir dependências, restringir servidões, conquistar autonomias e, por tais processos, aumentar de direito e de facto a independência da Nação, isto é, maior liberdade de o Estado se determinar na satisfação dos interesses da grei” (Salazar 1959j, 65).

A ação económica como uma construção securitária é um outro prisma relevante na construção de economia do Estado Novo.

A manutenção da agricultura como “(...) uma taxa de segurança” é sintomática da perspetiva de sobrevivência (autarcia) e não dependência direta (nacionalismo) de Portugal face ao exterior (Salazar 1959b, 105). É defendido que esta é uma opção de estratégia securitária e não uma opção puramente económica, já que não se defende um

nacionalismo económico “exclusivista” (Salazar 1959q, 428). O âmbito da opção económica radica na necessidade de resistir à influência externa. A industrialização é entendida como implicando o acesso de Portugal a capitais e técnicas externas, o que potenciará “(...) novas formas de colonização estrangeira” (Salazar 1959r, 461).

A “(...) barreira defensiva” que o Estado desenvolve para Portugal, no âmbito económico, funciona como manutenção do equilíbrio interno de Portugal, ou seja, permite que as relações económicas e sociais estabelecidas não se alterem (Salazar 1959j, 59). A existência do Estado Novo pelo suporte da sociedade explica a necessidade de manutenção do equilíbrio da sociedade que formou e validou o regime. A defesa da não ingerência externa pela via do investimento de capitais e técnicas representa mais que a opção securitária para o regime. Representa a necessidade de controlo do equilíbrio económico da sociedade que suporta o regime e da sobrevivência do mesmo.

Por outro lado, a construção económica internacional é encarada como elemento basilar da recuperação da II Guerra Mundial no âmbito social e humano. Porém, é ponderada a possibilidade de se verificar uma alteração dos meios de produção e sua localização sem que isso implique uma redistribuição. Isto traduzir-se-ia numa situação em que seriam “(...) outros [os] beneficiários e diferentes queixosos” (Salazar 1951a, 175).

No âmbito europeu, a questão económica da recuperação da Europa era enquadrada pela assistência dos EUA, que era encarada como benévola, e pela capacidade da URSS em atrair para si um número suficiente de Estados geograficamente próximos que lhe permitiria condicionar as relações e transações económicas europeias. Nesse sentido, é entendido que a Europa tem de utilizar todos os recursos disponíveis para se recuperar, e que um desses recursos é a utilização dos territórios africanos.

O pensamento estratégico económico internacional permite mesmo aceitar que a integração, em 1948, da URSS como parceiro económico a nível internacional, representaria uma real vantagem. Isto ocorreria desde que a relação económica da URSS não fosse desenvolvida dentro da tentativa de projecção da sua ideologia.

A percepção da opção económica como um elemento estratégico permite desenvolver a aproximação aos EUA em oposição à URSS. A implementação do Plano Marshall é entendida como a expansão da zona de influência dos EUA e contenção da zona de influência da URSS. O desenvolvimento de zonas de influência entre EUA e URSS é claramente entendido como a destabilização do poder da Europa em África. Isto significa para Portugal uma clara destabilização da ideia de nação enquanto o somatório de todas as partes da comunidade e território. O enquadramento económico internacional é mais que a definição de zonas de influência e modelos de produção. Para Portugal, o enquadramento económico internacional significa a alteração da construção da própria ideia de Portugal.

A divisão mundial em dois blocos antagónicos, com a necessidade associada de defesa dos recursos a que esses blocos têm acesso, permite uma construção da defesa do espaço português. A ligação da questão africana aos interesses do bloco ocidental, por limitar o acesso do bloco de Leste a esses recursos, coincide com a defesa do interesse estratégico Português na manutenção dos territórios africanos. Logo, é possível compatibilizar a necessidade Ocidental com a capacidade portuguesa em África, fazendo-se a defesa desta pelo Ocidente.

O desenvolvimento da estratégia económica internacional – no sentido de a Europa necessitar de se reorganizar numa estrutura supranacional de forma a garantir alguma independência perante os EUA e URSS – é encarado pela negativa. A organização supranacional é entendida como negativa e não consistente com as diferenças entre Estados e Nações. Por arrasto, isto significaria a exposição de Portugal a uma pressão económica da Europa, para além da mudança de relacionamento com os territórios Africanos.

A questão económica na zona Asiática é enquadrada em 1956 na alteração resultante do final da II Guerra Mundial. Este marco permitiu o surgimento de variados Estados nessa zona, os quais se subtraíram ao poder e controlo europeu de cariz colonial. A perda de influência e controlo dessa região é tida em 1956 como passível de ser instrumentalizada por parte da URSS, sob a forma de influência política e económica que retira espaço ao Ocidente para fazer o mesmo.

Em 1959, a defesa da integridade económica do bloco Ocidental parece revelar uma alteração substancial. A posição da Europa, e em especial dos países Ibéricos, para com a zona da América Central e do Sul, é pensada como relevante na manutenção ou crescimento da influência europeia. Esta possibilidade de influência europeia pode conduzir a uma limitação e condicionamento da capacidade dos EUA nessa zona, mas este processo ocorre com imunidade relativamente ao alinhamento da Europa com os EUA na questão do bloco ideológico. A manutenção da opção Africana como relevante para o Ocidente, e em especial para a Europa, parece indicar que, para além do acesso a recursos e à manutenção da influência da Europa na África, existe uma possível menorização da possível implantação dos EUA em África.

Em suma, o desenho económico internacional em que Portugal se insere, é entendido como uma ferramenta política.

5.5 A projeção de Portugal no exterior

A projeção de Portugal no exterior refere-se à capacidade ou ao desejo de Portugal propor a sua especificidade e, assim, atrair ou garantir a sua posição na cena internacional. No subponto anterior foi proposta a forma segundo a qual se estabelecia, do ponto de vista ideográfico, a relação de Portugal com a cena internacional. O presente subponto propõe a interpretação das condicionantes que marcam a posição de projeção internacional portuguesa. Enquanto associado a uma construção ideográfica, o Estado Novo, de forma consciente ou inconsciente, pretendeu estabelecer um determinado regime em Portugal que está dentro dos limites dessa mesma construção ideográfica. Mas de que forma a ideia propõe uma projeção específica de Portugal?

A ideia de Estado “(...) limitado pela moral e pelo direito” marca o tom da orientação da construção do regime português (Salazar 1951h, 109). O Estado é representante da comunidade, da nação portuguesa. É representante de um agrupamento humano diferenciado e único, e nessa medida tinha por orientação o “(...) prosseguir caminho trilhado em séculos” (Salazar 1951q, 284), que terá “(...) atribuída no plano providencial uma missão específica no conjunto humano” (Salazar 1951b, 354).

O Estado é a nação e a nação é “(...) a identidade de raça, a comunidade de crenças ou de moral, a constituição geográfica e contiguidade territorial, a solidariedade dos interesses económicos” que existe como “(...) uma certa unidade de consciência nacional”, inserindo-se por “afinidade espiritual” e por “interesses” no “sistema ocidental” (Salazar 1959e, 83-85).

A projeção de Portugal, como Estado, como nação, significa uma unidade temporal e humana que permite propor um desenvolvimento de “(...) uma maneira bem portuguesa” que é “(...) impregnada de nacionalismo, de solidariedade humana e de espiritualidade” (Salazar 1951c, 344).

A projeção de Portugal no Estado Novo passaria pela constante memória da História ancestral e do peso relativo do seu agregado geográfico: “(...) doce país que é Portugal pequeno na Europa, grande e dilatado nos outros continentes” (Salazar 1951b, 356). Significava isto, em 1950, um “(...) reaportuguesamento de Portugal” dentro de um “(...) sentido universalista e espiritual da sua história” num “(...) estreitamento dos laços que prendem a família portuguesa aqui e em todas as partes do Mundo” sob a “(...) liberdade de crer em Deus” e capacidade de “(...) poder reivindicar os seus direitos e determinar-se conforme os seus sentimentos e interesses” (Salazar 1951n, 464). Seria, assim, ultrapassada a limitação de Portugal em diluir-se no mundo. Parece que se pretende “(...) evitar sermos unidade perdida em conjunto indiscriminado” (Salazar 1951n, 477).

A projeção de Portugal é a construção dinâmica do estado nacional capaz de “(...) se organizar e depois determinar a sua vida interna”, mantendo uma “razoável independência em relação ao condicionalismo exterior” que a “(...) interdependência das sociedades civilizadas” limita na “(...) autodeterminação dos Estados” (Salazar 1959j, 57). É por isso que a política externa é o “(...) resultante geral de todas as outras políticas, o seu somatório, a sua cúpula” (Salazar 1959j, 65).

O campo internacional é pensado dentro do âmbito da cooperação, uma “cooperação cada vez mais íntima e uma solidariedade cada vez mais firme”, mas sempre enquadrada pelo “(...) nacionalismo, construtivo sem agressividade, colaborante sem exclusivismos, mas enraizado na terra e nas almas” (Salazar 1959i, 320).

5.5.1 Estratégia internacional portuguesa

A posição estratégica portuguesa no campo internacional regista em 1945 a mudança do “centro de gravidade da política internacional” para o Atlântico (Salazar 1951r, 97). Isto impõe o reajuste dos “(...) tradicionais imperativos históricos e geográficos”, leia-se, a reformulação de alianças de forma a manter a segurança do território português em África (Salazar 1951e, 211).

O ajuste da postura portuguesa a nível internacional, em 1949 e a opção de manutenção de uma referência não continental de Portugal na Europa são transparentes. A estratégia internacional é direcionada para o relacionamento de Portugal “(...) face ao mar, costas à terra” (Salazar 1951j, 412). Esta posição estratégica rejeita a exclusividade das relações externas portuguesas dentro da aliança Luso-Inglesa e a admissão à ONU.

Embora limitada pela construção da ideia da relação internacional fundamentada na “(...) consciência da Nação” e na resistência à diminuição de qualquer autonomia/soberania, a construção de uma “(...) comunidade atlântica” é a grande estratégia de Portugal (Salazar 1951n, 477). Naturalmente, esta estratégia é marcada pela relação securitária do território português não europeu.

A comunidade atlântica é projetada em 1951 na criação com os EUA e o Brasil de um “(...) quadrilátero do Atlântico” (Salazar 1959j, 67). A proposta de estratégia atlântica abandona a relação estratégica preferencial com o Reino Unido e Espanha. A limitação do poder do Reino Unido no período 1945-1960 e a relativização da Espanha, que estava ostracizada a nível internacional até meados da década de 50, permite a Portugal projetar uma nova estratégia securitária e de interesses. É nesse sentido que a aproximação ao Brasil no Tratado de 1933, mas especialmente no Tratado de 1953, fazia crer numa zona de influência alargada para Portugal que resultava na influência na América do Sul e defendia os territórios portugueses.

A estratégia internacional portuguesa passa também pela construção da ideia de Portugal como entidade representante da civilização europeia. Esta movimentação estratégica pretende associar Portugal à construção da Europa, pelo seu papel de pertença

civilizacional. Pretende apresentar-se também como representante de uma civilização única, o que lhe permite apresentar-se a Estados não europeus num patamar diferenciado. Simultaneamente, estabelece uma relação de ordem normativa e ideográfica com os Estados europeus que lhe permite associar os mesmos aos interesses de Portugal. A associação dos Estados europeus, e mesmo dos Estados ocidentais de matriz europeia, leia-se, Brasil e EUA, implica que esses Estados devam defender Portugal de todas as ameaças de Estados não europeus.

Isto significa que Portugal procura desenvolver uma estratégia que garanta a continuidade da sua existência pela associação de outros Estados à sua posição, dada a relação normativa e ideográfica comum.

É, no entanto, de notar que esta estratégia não assume a ligação real à Europa nem ao “(...) mercado comum [já que] (...) sabermos bem quais são os nossos interesses não equivale a ter garantidos aqueles que em boa parte dependem da vontade alheia” (Salazar 1959a, 439-440). Para Portugal, “(...) sacrificar a independência política para se chegar a uma plataforma de entendimento económico” não seria a via a percorrer, mas apenas sob a capa “moral” tal faria sentido (Salazar 1967d, 79).

A defesa dos interesses estratégicos não regista variações ao longo do período analisado, exceto em 1958 e 1959. Em 1958, o pragmatismo das relações internacionais do Estado Novo assume que são possíveis relações económicas com países comunistas como a URSS, Polónia; Checoslováquia; Hungria e Alemanha Oriental. A importância da relação entre Portugal e a URSS deixa de ser estabelecida na argumentação ideológica, para que se desenvolva a estratégia económica. Esta postura vai ao encontro do anteriormente afirmado. A análise de Salazar sugere que o confronto com o comunismo da URSS tem um foco estratégico que pode ser confundido com a recusa ideológica. A estratégia económica portuguesa assumida contribui para reforçar essa afirmação.

Em 1959, o pragmatismo da estratégia do Estado Novo realinha a opção securitária do Atlântico com a inclusão de Espanha como membro do vértice. Considerava-se o “(...) planeamento duma larga política ibero-americana”, estabelecendo “triangularmente” a comunidade luso-brasileira com o “(...) bloco peninsular” e a alavancagem que Espanha

teria para com os Estados sul-americanos de língua castelhana (Salazar 1967c, 62). Parece, assim, que se pretende colocar Portugal como interlocutor privilegiado na América do Sul, funcionando como ponte entre os países dessa zona geográfica, como o Brasil, e os países da Europa. Ao mesmo tempo, Portugal assume uma contracorrente para a influência da “supremacia” dos EUA nessa zona (Salazar 1967c, 62).

Esta manobra parece ser de tríplice razão. Colocar Portugal no centro das relações da Península Ibérica, significaria estabelecer-se como parceiro nas relações do Brasil com Espanha e com o resto dos países sul-americanos, limitando a expansão de influência dos EUA. Concomitantemente, esta movimentação mantém a base geoestratégica da inclusão do Brasil na defesa dos territórios portugueses em África. A segurança do Atlântico-Sul era coisa portuguesa. Longe ia a ilusão da relação especial com o Brasil, pensada como uma ligação estreita que ia além das “posições geográficas e situações políticas complementares” de 1945, e da instalação de uma política externa portuguesa (Salazar 1951l, 137). Em 1954, edifica-se, no Tratado Luso-Brasileiro, a “(...) política internacional da comunidade luso-brasileira”, ou seja, “(...) os dois países um em face do outro, os dois países em relação ao mundo” (Salazar 1959l, 282).

A colocação do foco de Portugal na estratégia externa para a área Asiática aponta para a relação com a China, mencionada brevemente, em 1947, como Estado com quem Portugal interage graças ao território de Macau e à dinâmica geoestratégica renovada que se impunha com a criação do Estado Chinês.

No caso da Índia, o foco da política externa portuguesa é estalecido na defesa dos territórios portugueses nesse subcontinente. O âmbito argumentativo incide sobre o aspeto jurídico e moral como base para a relação internacional dos Estados.

Em 1953, o desenvolvimento da posição portuguesa para com a Índia regista o autocondicionamento de Portugal na delimitação do “(...) privilégio do Padroado” na Índia aos territórios portugueses, para que na “(...) União não tivessem jurisdição autoridades religiosas escolhidas com a intervenção do Estado português” (Salazar 1959f, 137). Esta indicação parece anunciar uma postura de reconhecimento “de facto” e “de jure” do novo Estado e, simultaneamente, implicar o mútuo reconhecimento legal.

A alteração da postura portuguesa para com a Índia, em 1954, estabelece uma estratégia que passa por associar à contenda entre os dois Estados a pertença do primeiro a uma Aliança secular com o Estado Inglês e a pertença do segundo a uma Comunidade Britânica. É esgrimida argumentação conducente à impossibilidade de agressão portuguesa à Índia. A estratégia portuguesa inclui simultaneamente a Aliança Inglesa na defesa dos territórios portugueses e a tentativa de atrair a NATO para a defesa desses territórios, que são possíveis alvos de agressão pela Índia.

A estratégia intimidatória é amenizada em 1954, com o retorno ao plano moral enquanto forma de projeção de Portugal. Defende-se que “(...) o realismo é uma saudável e equilibrada atitude do espírito, mas aplica-se às coisas e aos factos e não ao domínio moral” (Salazar 1959k, 225). Surge também o recurso à estratégia legal, onde se declara que “o direito permanece o direito, mesmo que não haja força bastante para impô-lo ou que razões geográficas impeçam o seu uso em toda a plenitude” (Salazar 1959k, 225).

A estratégia portuguesa regista uma alteração substancial em 1954. Portugal tenta estabelecer uma outra frente de abordagem, e é utilizada a questão religiosa e civilizacional como forma de pressão e de angariação internacional de apoio à causa portuguesa. A questão religiosa em território Indiano, com a “(...) acção do Padroado português”, e com o reconhecimento dessa ação por parte de Roma, indica uma procura ativa de uma base de apoio religiosa internacional que coloque a Índia num campo em que não possa aceder a um mesmo patamar pela sua diferenciação religiosa não católica (Salazar 1959c, 258). A questão civilizacional é desenhada de forma a captar a simpatia do Ocidente para com Portugal, pelo papel civilizador e normativo que a sua presença representa historicamente na Índia.

A falha da estratégia portuguesa é clara. Em 1956, a Europa é acusada de retrocesso civilizacional pela incapacidade de defesa da sua civilização. A alegada incapacidade da Europa em assistir a defesa de Portugal representava a menorização da Europa.

É apenas em 1960 que a ação estratégica portuguesa – de utilização de influência e projeção de força baseadas em opções normativas – tem um retorno parcial. No ano de 1960, a decisão do Tribunal Internacional de Justiça a favor de Portugal, no acesso do

trânsito entre Dadrá, Nagar e Aveli, representa a vitória do reconhecimento da situação igualitária de Estados na cena internacional. Essa vitória validava a estratégia de Portugal que, sem capacidade de poder sobre outro Estado, vê reconhecido o seu direito de sobrevivência.

Quanto a África, a estratégia portuguesa é desenhada e enquadrada num esforço conjunto de potências europeias como o Reino Unido (onde se insere a África do Sul), França, Bélgica, Itália e Espanha, de forma a representar “uma política concertada de defesa e de valorização económica” para o Ocidente (Salazar 1951m, 294).

5.6 A sociedade internacional e o pragmatismo português

Em 1945, a construção internacional apresenta o equilíbrio possível entre a paz e a segurança no mundo, que está a “(...) falar de amizade com a mão no punho da espada” (Salazar 1951h, 110).

O mundo é a reconstrução, a Europa a recuperar, a URSS a expandir a zona de influência. A cena internacional é o palco da divisão ideológica entre o pensamento comunista e liberal, que apenas a colaboração entre Estados pode superar. A necessidade de colaboração e relação entre Estados divididos pela posição ideológica não é uma opção desejada. É necessária, dada a inclusão da URSS e dos EUA numa interação que torna o conflito provável e contraria os interesses internacionais. Os interesses são antes de mais económicos e securitários.

A capacidade europeia para a defesa do seu território e para deter influência e projeção de força é limitada. A recuperação da Itália, Alemanha e Espanha na estrutura europeia é crucial para fortalecer a Europa. A construção do mundo sob um “(...) realismo construtivo” asseguraria a existência, cultura e civilização do continente (Salazar 1951k, 333).

A expansão da zona de influência da URSS é o epicentro da realidade. O comunismo da URSS, de cariz nacionalista na Ásia e internacional da Europa significa a menorização do poder da Europa e do Ocidente na Ásia, bem como a instabilidade da estrutura

ocidental do Estado. A hegemonia da URSS é apenas a substituição da proposta hegemónica nazi, e o fim da independência efetiva dos Estados Europeus.

O polimorfismo da proposta da URSS é visto como um risco e como potencial foco de destabilização em África, risco que a Europa e Portugal ainda controlam. O movimento Europeu de formação de um projeto securitário e económico, apoiado pelos EUA, é encarado como essencial e como a única forma de contrabalançar o poder da URSS.

Em finais de 1949, a alteração ocorrida na Ásia com a formação dos novos Estados da Índia, Paquistão, Indonésia, assim como a criação do Estado Chinês de cariz comunista, introduz um significativo reequilíbrio de forças nessa zona geográfica. Estes novos Estados representam uma modificação geoestratégica que importa a Portugal, dados os territórios implantados nesta zona geográfica.

A capacidade crescente da ação da URSS Comunista em zonas da Europa e Ásia destabiliza o mundo. A Europa é entendida como detentora de “(...) uma posição moral” que se confunde com a “(...) civilização cristã do Ocidente”, e torna-se vulnerável pela exposição da democracia dos Estados à influência da URSS (Salazar 1951n, 474-475, 1951p)

A questão securitária advinda do confronto entre os blocos Ocidentais e de Leste passa para o patamar económico em finais de 1950. A alteração industrial e económica que o rearmamento induz é encarada como alteradora e potencialmente desestabilizadora a nível mundial. Isto é consequência da capacidade da URSS e da política desenvolvida por este Estado, que é encarada como “(...) continuando a guerra na paz” (Salazar 1951p, 504). A URSS procura assim realizar um potencial hegemónico.

O equilíbrio entre blocos, a paz, é possível apenas pelo equilíbrio militar. O equilíbrio entre blocos não implica o confronto direto com a URSS, implicando sim um “(...) reforço defensivo” do Ocidente (Salazar 1959n, 5).

A capacidade da URSS de exprimir-se na cena internacional, e em especial na zona Leste da Europa, é apontada na “(...) concessão rooseveltiana” (Salazar 1959n, 6). Esta

concessão permitiu a integração e direção desses Estados por parte da Rússia, e é encarada como génese da política expansiva de cariz indireto na Europa e no Ocidente sob a capa de partidos comunistas.

A possibilidade de utilização estratégica desses Estados satélite pela URSS possibilita um freio para a guerra, pela criação de uma “(...) zona de segurança”, mas não deixa de representar uma testa-de-ponte numa ação futura (Salazar 1959n, 8). Esta construção estratégica exige a integração da Alemanha e do Japão como peças importantes no xadrez internacional, de forma a garantir um equilíbrio entre potências. O controlo dos Estados de Leste por parte da URSS é considerado como necessário para destabilizar o equilíbrio de forças.

Em 1951, a construção internacional, tem por quadro a menorização da Europa, o engrandecimento dos EUA, a destabilização da África e a emancipação e afastamento do “(...) primado civilizador do Ocidente” (Salazar 1959j, 51).

O mundo exige uma política em que “(...) uma nação não é conduzida, por assim dizer, em espaço livre, mas no condicionalismo determinado pela coexistência com outras nações” (Salazar 1959j, 63). Nesse sentido, a defesa dos Estados é entendida como parte de equilíbrio dos “grandes sistemas” (Salazar 1959e, 83). É encarada como necessária a predominância política e económica dos EUA, que arrasta a Europa para o segundo plano e diminui o seu poder no mundo, mas assegura a sua segurança.

No que toca à capacidade estratégica da Ásia, esta é encarada pela real capacidade do “(...) perigo amarelo” ser eficaz num período curto de tempo (Salazar 1959f, 131). Existem potenciais “Estado[s]-guia”, como o Japão, Índia e China (Salazar 1959f, 131). Contudo, dada a relativa ingerência e condicionamento da URSS, estes não representam um perigo real.

Em 1954, a situação internacional é enquadrada pela utilização da Igreja na tendência nacionalista de África e Ásia. A análise parece fazer unir a necessidade de a Igreja, ou o Vaticano, não perder a sua influência nestas áreas. Por arrasto, isto significaria a aproximação da Igreja aos objetivos das potências Ocidentais, incluindo Portugal, na

defesa mútua de interesses. Parece assim ser possível defender a tentativa de arrasto da religião para o campo estratégico, apenas como mais um elemento na balança de forças.

A interação internacional, em 1957, é definida num quadro de Estados que são

“(…) países [e que] valem segundo a sua população, riqueza natural e potência económica. Podem também valer pelas suas posições estratégicas, e em qualquer caso segundo o que representara como factores de uma política” (Salazar 1959d, 410).

A opção securitária do Ocidente é encarada como um dos vetores do alastramento do jogo de influências dos blocos ideológicos a outras zonas, nomeadamente do Médio Oriente, África e Ásia. No entanto, a procura de manutenção de influência (manutenção e não expansão) na zona Africana e Asiática pelo Ocidente é vista como diferenciada dentro do bloco dos países constituintes. É registada a diferença existente entre a procura, pelo Reino Unido, em manter laços próximos pela manutenção de uma Comunidade Britânica constituída por variados Estados, e a França, que parece propor uma via federativa entre o território europeu e os demais territórios extra europeus. Nesta lógica, a construção internacional assume o Estado como entidade representativa e o “(…) nacionalismo construtivo” como capaz de atestar a segurança e desenvolvimento (Salazar 1959a, 428, 1959i, 320).

Em 1958, a divisão mundial alinhada por blocos ideológicos coloca a tónica da defesa na manutenção e ampliação desses blocos pela necessidade geopolítica, sendo assim encarada a necessidade de “(…) alicerçar-se a independência nacional nas interdependências políticas” (Salazar 1959r, 457).

A posição dos pequenos Estados dentro de um sistema bipolar mundial é vista como frágil e limitada, sendo que “(…) podem, quando muito, evitar, «boycotar» a política alheia; mas não podem impor uma” (Salazar 1967a, 8). A influência limitada dos Estados é espelhada em organizações internacionais como a ONU, nomeadamente no processo de criação do Conselho de Segurança. A Assembleia Geral da ONU é também alvo de análise, focando-se a relativização dos pequenos Estados que, por alinhamentos ideológicos, se dispersam e anulam no cômputo geral.

A África surge assim como elemento crucial na defesa da Europa e da América, representando o controlo do Atlântico “(...) a chave do Ocidente” (Salazar 1967a, 23). Nessa lógica, é tida como relevante a manutenção de Estados Africanos como Marrocos dentro da esfera de influência Ocidental. Esta manutenção será importante na manutenção da posição dominante do Atlântico e do Mediterrâneo.

A possível perda de África representa uma menorização e condicionamento para a Europa, no contexto da crescente projeção da URSS. Para além da ligação geopolítica, há também uma questão geoestratégica, pois a perda da África é tida como um avanço da URSS num “(...) abraço mortal” à Europa e à Península Ibérica (Salazar 1967c, 59). A este processo, associam-se também os Estados Asiáticos, que participam já no assalto a África. A África descontinuada da Europa é incapaz. Os novos Estados Africanos representam uma construção inviável. A “unidade de África é afirmação gratuita que a geografia e a sociologia desmentem” (Salazar 1967b, 94). A substituição colonial europeia por um “(...) colonialismo internacional” de cariz financeiro é irrelevante (Salazar 1967b, 107). Os “(...) interesses não têm a mesma cor dos homens” (Salazar 1967b, 94). A independência de África não é uma evolução, mas é uma alteração do tipo de controlo.

5.6.1 Organizações internacionais

A participação dos Estados em organizações internacionais é encarada como garantia da manutenção e reconhecimento da sua existência. No entanto, esses mesmos Estados acabam por colocar-se sob pressão e condicionamento das organizações internacionais na sua esfera interna de ação, o que contraria uma ideia de nacionalismo.

Em 1951, a visão sobre a pertença a organizações internacionais e sobre o tipo de interação internacional segue o pensamento do Estado como entidade fulcral na cena internacional e encara como potencialmente vantajoso ser o Estado a definir a “(...) interdependência, quando em domínios vitais, [que] impõe [um]a colaboração” capaz de assegurar as suas necessidades (Salazar 1959j, 63). A possibilidade de um “(...) afrouxamento do princípio nacionalista no mundo” retornaria a primazia dos interesses privados na ação internacional sobre o Estado, “(...) unidade integradora dos seus

próprios interesses” na “colaboração” que a “interdependência” internacional implicava (Salazar 1959j, 63-64).

O desenvolvimento da cena internacional no âmbito de organizações internacionais surge, em inícios de 1956, como possibilitador de “(...) uniformidade” civilizacional (Salazar 1959i) num processo em que os Estados “(...) partilham e a adesão a estatutos comuns” (Salazar 1959i, 319). Isto contraria a especificidade do Estado.

A pertença a organizações internacionais menoriza o Estado e deve ser evitada:

“(...) na sociedade internacional não só estamos muito mais longe dos sentimentos de coesão fraterna, como não existe a organização que disponha de autoridade para impor a todos a sua contribuição” (Salazar 1967b, 91).

Em 1945, a estratégia para com a ONU de Portugal consiste na aparente falta de interesse, ou, pela dificuldade de adesão. A entidade, cuja génese está na questão securitária e não na lei ou defesa da paz e solidariedade, é apontada como menor e relativa para a posição internacional de Portugal. A defesa de uma essência moral do Estado português surge projetada para a cena internacional. Assim, é tentada a via normativa por parte de Portugal, ao procurar estabelecer que a “(...) sociedade internacional deve igualmente considerar-se limitada pelos imperativos de uma justiça superior” (Salazar 1951h, 109).

A argumentação relativa à estratégia portuguesa para com a ONU é alterada em 1946. O jogo de forças existente na adesão de Estados à ONU é apontado como forma de “equilíbrio interno das Nações Unidas”, referência que estabelece o jogo desenvolvido pelos EUA e URSS nessa instituição à data (Salazar 1951e, 210). É de notar que existe em simultâneo um raciocínio de “(...) fundamento jurídico” para o pedido português de adesão a organizações internacionais, já que esta estava prevista na Constituição Portuguesa (Salazar 1951s, 239). A “(...) arbitragem como meio de dirimir os litígios internacionais” é também um meio de “(...) cooperar com outros Estados na preparação e adopção de soluções que interessem à paz entre os povos e ao progresso da Humanidade” (Salazar 1951s, 239). A adesão à ONU é encarada como cooperação e não como pertença a uma organização com qualquer pretensão supranacional. Esta argumentação é, aliás, iniciada nesses mesmo ano, mas em documento anterior.

Em 1946, a ONU é encarada como possível, se “(...) aspirar a verdadeira representação mundial, sem exclusivamente injustificados” incluir todos os Estados, vitoriosos ou não da II Guerra Mundial (Salazar 1951e, 210). A via escapatória para Portugal usar, no caso de não-aceitação na ONU, é o argumento de que “(...) o direito de entrada das nações pacíficas não é claramente reconhecido” (Salazar 1951s, 240). Assim, a diferenciação entre nações pacíficas e não pacíficas surge como elemento que limita a própria existência da ONU. A incapacidade de Portugal se estabelecer no seio dessa organização decorreria da organização não assumir uma postura normativa pacífica.

Em 1949, existe uma renovada aproximação à temática da ONU. A “essência política” da ONU é encarada como indesejada e apontada como improdutora por centralizar toda a política internacional sem “(...) universalidade e meios práticos de acção”, ou seja, sem força (Salazar 1951b, 375-376). A manutenção da proposta de adesão à ONU por Portugal é defendida como fórmula para colocar a URSS na posição de “violar” a Carta da ONU (Salazar 1951b, 375). Assim, a estratégia portuguesa para com a ONU não parece ser verdadeiramente uma estratégia, antes um ato de sobrevivência.

A universalidade da ONU é tida em 1954 como ainda não atingida e de difícil obtenção. Isto deve-se à perseverança na hierarquização dos Estados pela sua capacidade de influência. A operacionalidade é possível caso se instituem “suborganizações” de interesses relevantes para “(...) grandes zonas”, ou seja, a implementação de organizações especializadas no âmbito geográfico e temático que sirvam propósitos específicos, ou o “universalismo” da ONU de 1954 (Salazar 1959l, 285). Salazar identifica como exemplo ilustrativo a capacidade do continente Americano de estar envolvido na ONU e, em simultâneo, manter uma organização específica e dedicada aos problemas continentais.

A ONU e sua relevância internacional é condicionada pelos “(...) grandes clãs da Assembleia [Geral]” e pelo controlo dos EUA e da URSS, em especial (Salazar 1967b, 102). Isto representaria um condicionamento internacional pela manipulação das possíveis interações dos Estados fora do âmbito da ONU.

A projeção da ONU é mesmo tida como representativa da ingerência de uma entidade de cariz internacional em funções que deveriam estar alocadas a Estado. Por meio do desenvolvimento de políticas, nomeadamente a nível económico, a ONU deturparia positivamente as relações internacionais em formas que iriam ao encontro das necessidades ou desejos das potências ideológicas que cercavam a organização.

Assim, a posição sobre “(...) o carácter parlamentarista excessivamente intervencionista e internacionalizante” da ONU acaba por passar à visão de um foco de instabilidade e faz afirmar que “(...) não nos dispomos a aceitar a intervenção abusiva de terceiros na nossa vida interna” (Salazar 1967b, 103).

A relação de Portugal com a ONU é, em 1958, vista como estando enquadrada pela sua relativamente pequena influência nessa organização. Denota a manutenção do “status quo ante bellum” que representava o domínio das grandes potências do Conselho de Segurança na divisão sectária da Assembleia das Nações Unidas. Parecendo pouco, a adesão de Portugal em 1955 traduzia uma estratégia externa que se aplicava pela primeira vez em Portugal, pois, em 1958, a adesão a essa organização de “(...) idoneidade tão insuspeitamente reconhecida” representava um reconhecimento de Portugal como parceiro igualitário (Salazar 1959r, 456). Esta é uma momentânea posição, já que em 1960 Portugal evolui para o repensar da sua adesão à organização internacional, ao registar a ingerência deste na questão dos territórios portugueses africanos.

Um outro caso, a pertença portuguesa ao Pacto do Atlântico, é encarada como potencialmente beneficiária do artigo quarto deste pacto, no que toca a defesa territorial dos seus Estados membros. Isto é válido mesmo que se assuma a não vinculação geográfica do tratado com os territórios ultramarinos portugueses, podendo ser depreendida a aceitação da divisão da nação portuguesa entre Portugal europeu e os restantes territórios. A separação entre metrópole e territórios extra europeus representa uma anomalia, quando comparada com os demais documentos em análise, os quais definem o Estado/nação português como uma entidade única e unificada. A defesa do Estado em toda a sua extensão geográfica ainda é tida como válida em 1954.

Um outro vetor relevante para a política externa portuguesa enquadrada por organizações internacionais é ainda estabelecido através da participação na NATO. Em 1949, a adesão de Portugal à NATO é balizada na configuração da aliança Luso-Inglesa dentro dessa organização.

A integração na esfera dos EUA é aceite para partilha de interesses securitários. A intervenção da NATO no caso de conflito direto perante um “(...) ataque de leste” é o cerne da defesa da participação portuguesa. Um ataque a um dos constituintes da NATO era um ataque “(...) contra todos e contra os princípios da cultura e da civilização” do Ocidente (Salazar 1951j, 413). Para além disto, a possibilidade de, sob o “(...) artigo 4^a do Pacto”, Portugal assegurar assistência na manutenção dos seus territórios extra europeus era encarada como uma possibilidade muito interessante (Salazar 1951j, 415).

Parece ser assim feita uma dedução quanto à participação da comunidade Ocidental na limitação e controlo do Bloco de Leste. No entanto, a participação portuguesa nessa organização é vista como imune a “(...) afirmações doutrinárias tendentes à uniformização de regimes políticos” (Salazar 1951j, 411). Leia-se, a composição democrática da NATO não iria alterar a opção política interna de Portugal. Não é esquecida a “(...) relativamente modesta” participação de Portugal na elaboração do tratado da NATO (Salazar 1951j, 421).

Em 1950, a NATO, é vista como revestida de um “(...) pacifismo estrutural” de cariz defensivo (Salazar 1951n, 474). Já em 1953, a NATO é tida como uma entidade que absorve e reclama uma larga parta da economia dos países membros, representando uma alocação de recursos avultada e limitadora da recuperação da Europa.

Um outro prisma da ação portuguesa na sociedade internacional é estabelecido no âmbito de relação de Portugal com a Europa e da ideia de construção política da Europa. Em 1953, a construção de uma Europa de cariz supranacional que define a ação e opção dos Estados é encarada como limitadora. A criação de um tipo de federalismo europeu parece ser analisada também, em articulação com demais organizações internacionais. O federalismo europeu é tomado como potenciador da criação de “(...) cartéis internacionais superiores aos governos dos respectivos países e às suas concepções

políticas”, e estabelece-se a preferência por organizações como a Organização Europeia de Cooperação Económica, dada a sua vertente colaborativa (Salazar 1959b, 121).

A não adesão ou rejeição de uma Europa edificada sob uma “(...) federação ou confederação” é continuada em 1956 (Salazar 1959i, 319). Para a manutenção dessa opção, concorre a perceção de uma Europa diferenciada a nível político, social e civilizacional, argumento que será reiterado em 1958.

Perante os argumentos anteriormente expostos, é sem surpresa que em finais de 1957, o funcionamento do “(...) mercado comum das seis potências além-Pirenéus” contradiz o equilíbrio de forças vigente a nível económico dentro da Europa e fora da Organização Europeia de Cooperação Económica (Salazar 1959a, 439).

A construção europeia é encarada como dependente da relação direta entre a revitalização da Alemanha, que representa a “(...) fronteira da europa em face do eslavo invasor” e a URSS, alavancada geoestrategicamente nos “(...) acordos com estados vizinhos ou afins” para além do controlo da Polónia e Finlândia e dos “estados bálticos” (Salazar 1951m, 290). Este quadro traduz-se na criação de “(...) dois sistemas europeus” (Salazar 1951m, 290). Estrategicamente, a URSS estaria assim interessada no adiamento ou suspensão da revitalização da Alemanha e, assim, em potenciar a sua projeção na Europa continental.

A este desenho estratégico é contraposta a alteração do equilíbrio das forças resultantes da II Guerra Mundial, e que tornaram os EUA na força predominante a nível internacional, capaz de garantir a paz no continente europeu. A criação deste raciocínio fica estabelecida na constatação de que o “(...) centro de gravidade da política mundial, que não é nem pode já ser europeu, mas quando muito euro-americano” (Salazar 1951m, 291). É graças “(...) aos seus interesses e seus princípios”, dos EUA e da Comunidade Britânica, que seria possível a não divisão do mundo entre essas duas potências, podendo isto no entanto implicar o confronto entre os EUA e URSS na Europa (Salazar 1951m, 291).

A possibilidade hegemónica dos EUA sobre a Europa é encarada como uma contingência. A presença preponderante dos EUA na economia e na política europeia é vista como um subproduto e não como uma estratégia procurada. A Europa deve retomar a sua posição privilegiada no mundo com base nas “(...) reservas de força moral e material que ainda possua para continuar a afirmar-se no Mundo” (Salazar 1951m, 293).

Em finais de 1950, a criação da NATO é reconhecida como relevante para a capacidade de resistência europeia. A NATO é a fórmula capaz de retirar a primazia na ação à URSS. Em finais de 1951, a fragilidade europeia representa a incapacidade de “(...) viver ideias políticas ou sociais suas”, o que implicaria uma “(...) colonização mental” da URSS ou EUA (Salazar 1959j, 57,58).

A fragilidade europeia é analisada no âmbito económico em 1953. A opção supranacional europeia é orientada pelos “(...) grandes sectores da produção” e sugere uma superação das “(...) organizações mundiais de coordenação” que representariam a possibilidade de “(...) cartéis internacionais superiores aos Governos dos respectivos países e às suas concepções ou política económica” dominarem e condicionarem a vida interna e externa dos Estados (Salazar 1959b, 120,121).

Em 1956, a Europa enquanto referência cultural, económica e política no continente Asiático é tida como elemento unificador face à reação do movimento nacionalista nesta zona. Esta parece ser uma referência estratégica da lógica portuguesa que assim se associa a um movimento mais lato e integrado de uma política alargada. Simultaneamente, a referência parece pretender associar a Europa a Portugal na defesa dessa mesma política, *ergo* possibilita a Portugal requerer assistência para com a sua política Asiática, pois Portugal é representante dessa “Europa”.

Contribui para a relação estabelecida anteriormente a argumentação de defesa potencialmente necessária face aos Estados asiáticos de cariz europeu, como a Austrália, Nova Zelândia ou Filipinas. Estados que por serem detentores de uma matriz europeia podem representar um vetor de apoio a Portugal quanto à situação dos territórios portugueses no subcontinente Indiano.

A relação deste desenho relacional é aplicada à Ásia mas também à África. Embora se olhem os territórios europeus em África como incapazes de assegurar a sua independência como Estados, é encarada como necessária a atenção à movimentação da URSS na África. A URSS, ao promover movimentos independentistas, estabelece a menorização da influência Europeia, e por arrasto portuguesa, nesse continente. Em acréscimo, possibilita a expansão da sua influência nessa zona. Uma análise alargada em relação à Índia, sob o prisma da diminuição da influência emigratória da Índia em África, nomeadamente Madagáscar e África do Sul, vê como possível a eliminação da ingerência Indiana na zona africana.

Esse raciocínio espelha-se de novo em 1956 em toda a sua linha. A capacidade dos países da América do Norte emerge da sua estabilidade e capacidade de cooperação. Nessa qualidade, representam um risco de inferiorização da influência da Europa. Este risco está ainda associado ao potencial da China, que está sem a oposição do Japão, ou à capacidade da Índia estabelecer uma posição estratégica utilizando uma política de “neutralismo” (Salazar 1959m, 362). Todo o quadro representa um retrocesso na capacidade de influência Europeias nessa zona.

Na análise de Salazar atrás sumariada, é perspectivada uma relativização e menorização da Europa. A prolongar-se a incapacidade de manutenção da sua zona de influência, em especial em África, e não conseguindo contrariar o anticolonialismo da ONU, que é tido como “remédio universal”, a Europa deverá estrategicamente conseguir manter a colaboração dos países “norte-africanos”, de forma a estabelecer uma eficácia real de influência em África envolvendo os territórios por si controlados (Salazar 1959m, 364,371).

Essa estratégia é aplicável pela coordenação entre a Grécia, Itália, França, Espanha e Portugal. Ou seja parece ser desenhado um bloco mediterrânico de controlo dessas novas nacionalidades norte-africanas, estabelecendo-se simultaneamente uma zona de influência que parece garantir a manutenção dos territórios europeus em África e afasta as ingerências de outras potências. Renovada atenção é prestada à manutenção da Europa dividida e sem uma Alemanha unificada. Somado o não controlo de África, resulta uma fragilidade que a URSS aproveitaria para estabelecer um cerco geográfico. Este cerco

funcionaria como uma tenaz para a Europa, sendo que a possibilidade de a África se colocar estrategicamente dentro da esfera Asiática é tida como meio possível para alcançar a manutenção da influência e poder da Europa.

Assim, em finais 1957, a possibilidade de criação de uma “(...) pequena europa económica” num “(...) mercado comum das seis potências além-Pirenéus” é encarada como uma alteração profunda na relação entre Estados que estejam, ou não, integrados na Organização Europeia de Cooperação Económica (O. E. C. E.) (Salazar 1959a, 439). Isto representa o abandono das relações plurilaterais dos Estados, afetando o controlo monetário e comércio na zona europeia.

5.7 As relações de construção da realidade

A ideia de Portugal e a ideia de Portugal no mundo é uma construção complexa e dinâmica. A complexidade dessa construção torna-se mais visível quando se atende, não só aos conteúdos das ideias, mas também à interdependência das mesmas num dado contexto. Para chegar a uma visão dessa interdependência de ideias, apresenta-se, neste subponto, uma análise das coocorrências de temas, categorias e subcategorias com especial capacidade de explanação das mesmas.

5.7.1 Interação entre o “interno” e o “externo”

A relação, quase permanente, entre a construção interna e externa (figura 4) revela a incapacidade de estabelecer uma construção interna livre da ingerência ou condicionamento externo. A imagem da coocorrência, ou presença simultânea, das esferas interna e externa aponta para a relação permanente entre ambas. Parece ser significativo que, embora permanente, a relação entre as esferas é progressivamente intensa: se a segunda metade da década de 40 regista o período de menor coocorrência, a década de 50 regista uma relação quase permanente entre as esferas. Isto parece indicar a importância progressiva da esfera internacional na esfera interna.

A construção ideográfica nas relações internacionais portuguesas

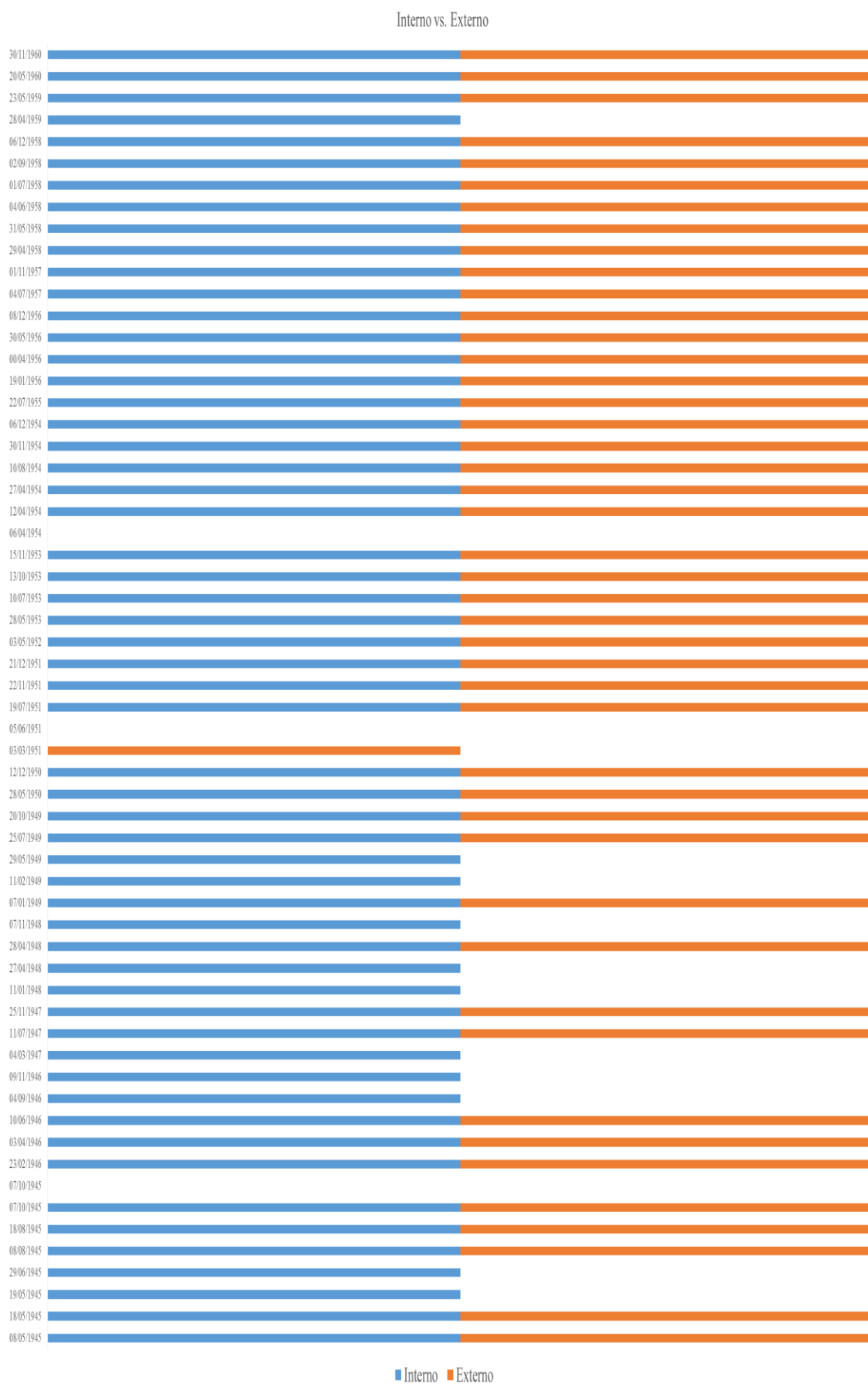


Figura 4 - Coocorrência das esferas interna e externa

5.7.2 A construção internacional na perspetiva portuguesa

A construção internacional regista uma ligação única com a defesa da estratégia do Estado Novo na ação internacional. Entende-se aqui por construção internacional o conjunto de todas as ações dirigidas racionalmente para a prossecução ou implementação de estratégias que propiciem a construção de uma comunidade, ou sociedade, internacional.

Se a defesa da construção internacional surge dissociada da projeção do pensamento ideológico português, não deixa de ser tentada uma defesa de um tipo de construção internacional que coincide com o ideado formado pela comunidade, que é a nação, e o Estado português. Sendo que tal incluiu aspetos ideológicos desenvolvidos pelo Estado Novo.

A variabilidade da análise da influência ideológica indica uma dissociação entre construção internacional desejada e construção internacional reconhecida. Os momentos de reconhecimento dos processos de construção internacional fora da argumentação ideológica ou estratégica de Portugal, na cena internacional, são geralmente alvo de crítica e menorização, o que não se verifica na análise apresentada para os processos enquadrados dentro da argumentação ideológica e estratégica portuguesa. Aparentemente, o poder português depende da construção social, da sua sociedade, para definir o posicionamento estratégico. No entanto, esta leitura altera-se substancialmente quando se conjugam coocorrências aparentemente dispersas e avulsas, mas que induzem a um outro patamar de interpretação desta aparente demonstração de interesse do Estado Novo (Figura 5). A esfera internacional é, para o Estado Novo, a explicação de opções internas portuguesas. É potencialmente, também, o campo onde se projeta a origem das tensões que se podem vivenciar na esfera interna portuguesa.

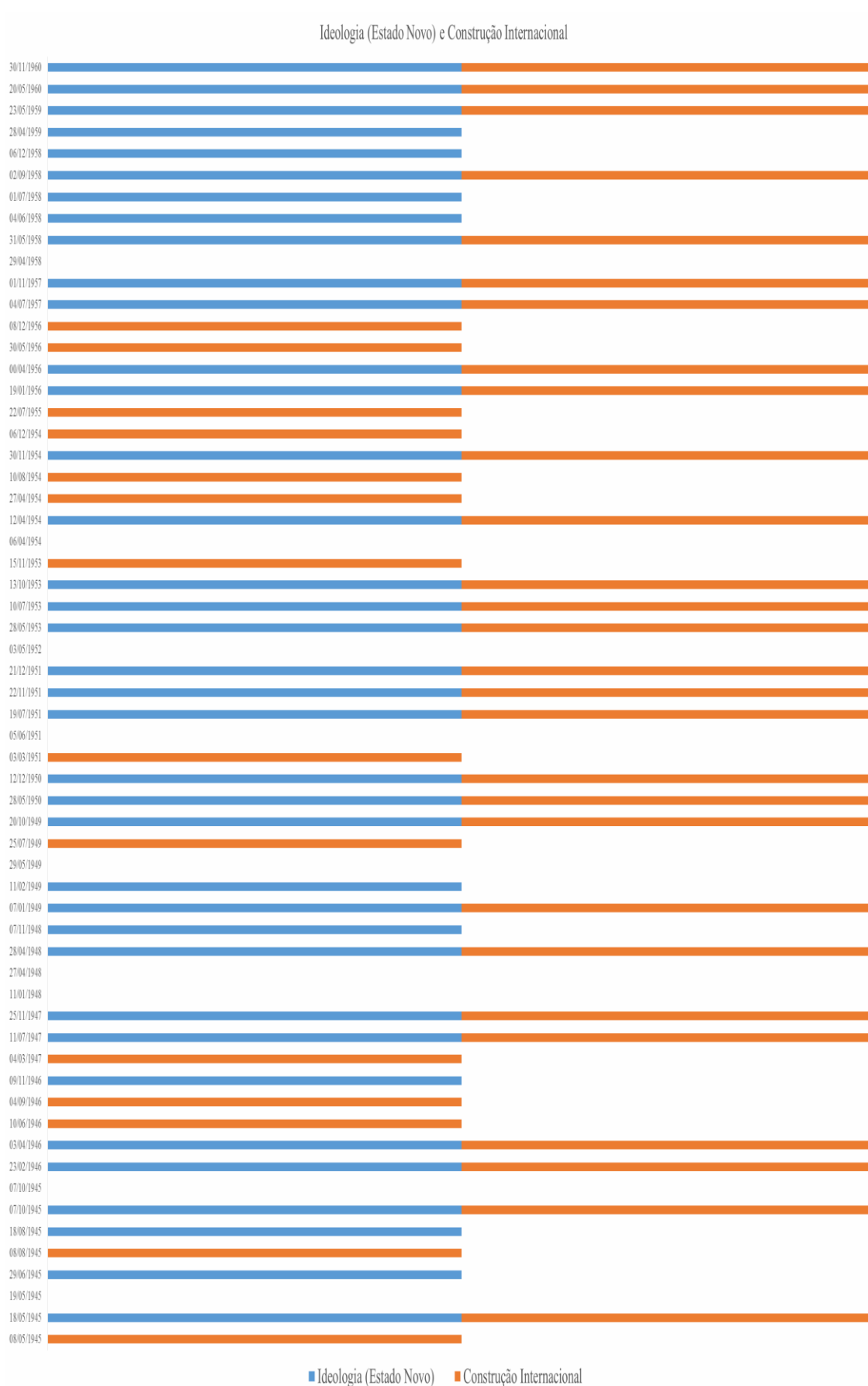


Figura 5 - Coocorrências da categoria Estado Novo (ideologia) e do tema Construção Internacional.

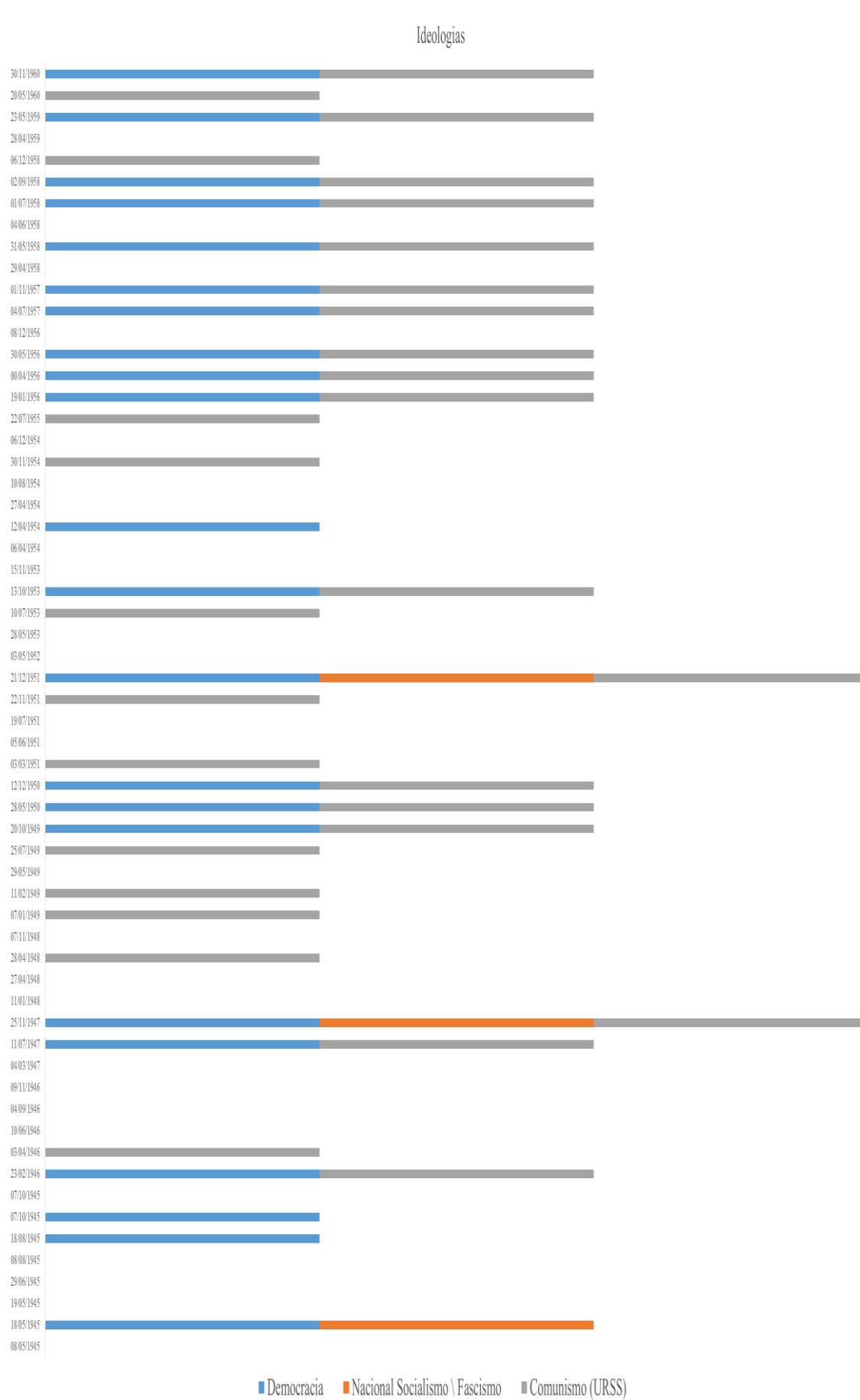


Figura 6 - Coocorrência de categorias do tema Ideologia (exceto Estado Novo)

5.7.3 A construção estratégica balizada pela construção ideológica

Para o Estado Novo, a construção internacional parece estar delimitada por dois fatores essenciais, a relação ideológica e a defesa do território português (cf. figura 5 e 6).

A defesa de interesses estratégicos portugueses relativamente aos seus territórios extra europeus está intimamente relacionada com a integração de Estados ocidentais na defesa desses territórios portugueses. A presença da URSS no centro do pensamento estratégico português, por outro lado, representa um foco de potencial perigo para a defesa de Portugal na sua totalidade, ou seja, no território europeu e não europeu. A URSS é uma presença que parece funcionar como catalisador da relação de Portugal com os demais Estados ocidentais no sentido de induzir a urgência de garantir a defesa de uma estratégia portuguesa de forma a assegurar a sobrevivência de Portugal, na vertente territorial. Assim, a estratégia portuguesa desenvolve-se em resposta quer à ameaça estratégica que a ideologia que fundamenta a URSS representa para o Estado Novo, quer à possível ingerência da URSS no território português. É de notar que a presença da URSS é sempre tida como elemento ideológico diferenciado e a combater. A oposição ideológica do Estado Novo ao comunismo da URSS é notória e plena.

A associação entre as potências ocidentais de referência para Portugal denota uma interessante relação. O Reino Unido é tido como referência específica e única em 1945 e 1946, mas surge como referência associada à questão dos territórios extra europeus até 1954.

Os EUA, por outro lado, são alvo de interesse quando associados *em tandem* com o Reino Unido em 1945 e 1946, mas em especial quando associados com o Reino Unido e a URSS de 1945 a 1951. A associação dos EUA à defesa dos territórios extra europeus portugueses surge de 1947 a 1959.

A URSS representa, no cômputo geral, o centro da atenção no que toca ao confronto ideológico e estratégico. A atenção dedicada e exclusiva para com o comunismo da URSS, sem relação com os Estados Ocidentais, ocorre ao longo de todo o período temporal. Já o comunismo da URSS é abordado no âmbito da relação com Estados

Ocidentais em 1945, 1946, 1949 e 1951. É relevante notar que atenção para com o comunismo da URSS e a relação com os territórios extra europeus de Portugal ocorre, profusamente, de 1947 a 1960 (Figura 6).

É de notar que a democracia é alvo de atenção, de forma isolada, em 1945, 1951 e 1954. A democracia surge em coocorrência com o comunismo de forma mais frequente, essa coocorrência é notória como se pode registar de 1945 a 1960. A democracia surge como termo comparativo direto com o nacional-socialismo em 1945 (Salazar 1951o), e com o comunismo em 1947 (Salazar 1951t) e 1951 (Salazar 1959k).

5.7.4 Tipologias de relacionamento internacional

A base da construção da estratégia e das preocupações portuguesas na construção internacional parece refletir uma preocupação com a opção estratégica de poder. A perspectiva de poder desejado parece basear-se numa fórmula de equilíbrio do mesmo, sendo que é dada atenção especial ao conceito geoestratégico internacional. Pode mesmo afirmar-se que a comparação entre o tipo de relação entre Estados – com as correntes ideológicas neles existentes – e a preocupação geoestratégica, sublinha a predominância do último na visão estratégica portuguesa. O tipo de relação entre Estados parece variar ao longo do tempo (figura 7).

A construção ideográfica nas relações internacionais portuguesas

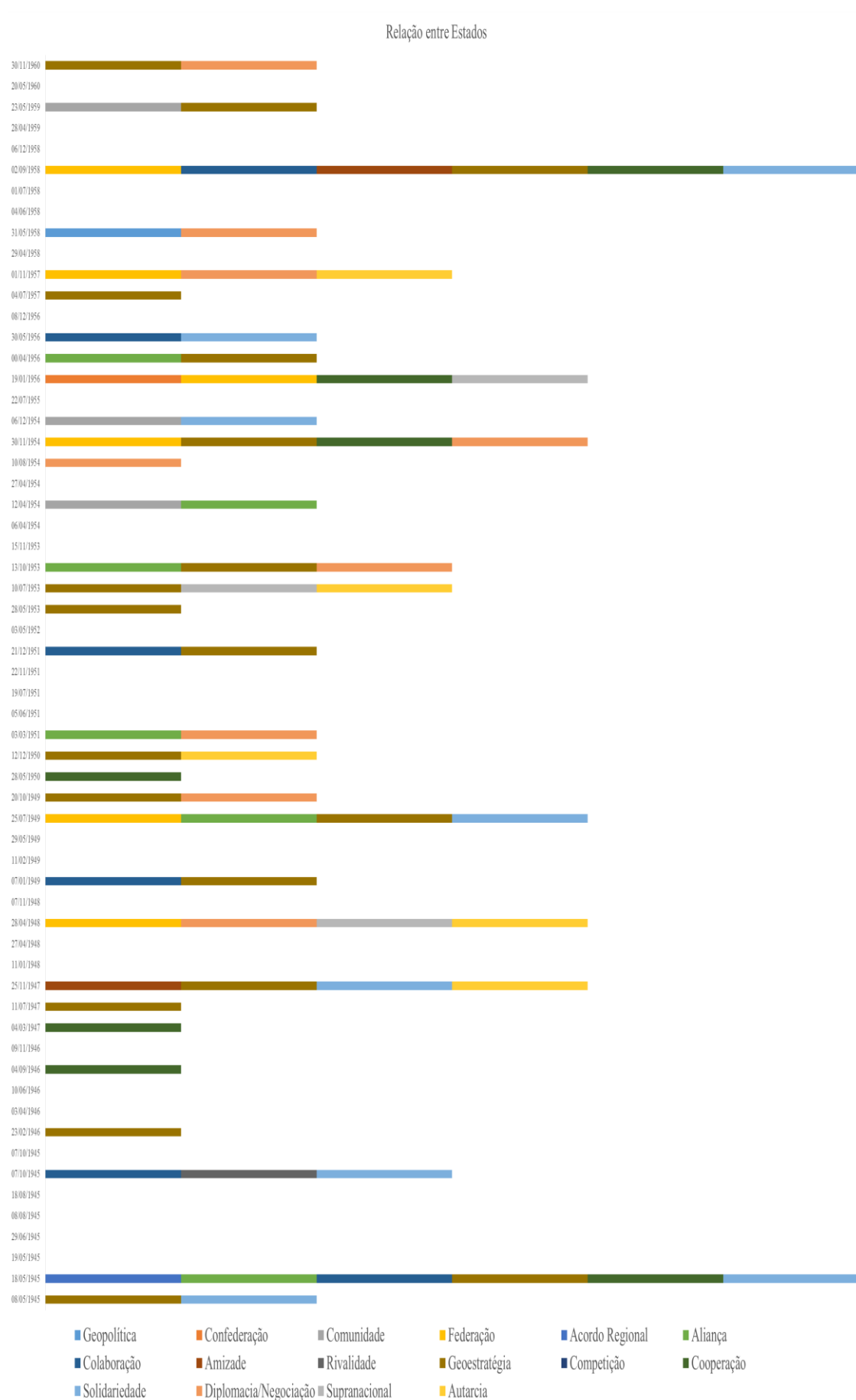


Figura 7- Coocorrências das subcategorias da categoria Relação entre Estados

Assim, no início de 1945 a análise aponta para uma perspetiva geopolítica e de solidariedade, evoluindo para a atenção aos acordos regionais enquanto acordos e alianças no âmbito de cooperação e solidariedade, mas sem esquecer a opção geoestratégica. O ano de 1945 reflete a transformação e os condicionamentos que permitem considerar como válidos os elementos de colaboração e solidariedade, mas introduz também o elemento de rivalidade.

Já o ano de 1946, regista-se uma flutuação da atenção para com a importância da geoestratégia. O foco é deslocado para a cooperação, mas acaba por retornar ao elemento da geoestratégia.

Em 1947, a atenção para com os elementos de amizade e solidariedade é enquadrada na importância da geoestratégia e no papel da autarcia dos Estados. O ano de 1948 regista uma mudança de perspetiva. Surge, neste ano, a atenção para com a importância da diplomacia, associada à possibilidade de uma tendência supranacional ou federativa que é contrariada pela autarcia dos Estados.

Em 1949, a atenção sobre o plano geoestratégico e colaborativo inicial passa para a atenção à solidariedade aos elementos federativos e às alianças, sem no entanto se esquecer o papel da geoestratégia. O ano acaba por colocar o foco na geoestratégia e diplomacia. Em 1950, surge a atenção para com a cooperação, mas esta desemboca na perspetiva geoestratégica e da autarcia. O foco das relações entre Estados, em 1951, incide sobre as alianças e a diplomacia, mas passa no mesmo ano para o elemento geoestratégico associado ao elemento de colaboração entre Estados. Em 1952 o elemento geoestratégico é o centro da atenção.

Em 1953, a atenção para com o elemento geoestratégico é equilibrada dentro dos elementos supranacionais e de autarcia (Salazar 1959m), sendo que a evolução do elemento geoestratégico está relacionada com a possibilidade de alianças e diplomacia.

No início de 1954, a atenção é fixada nos vetores de comunidade e alianças, evoluindo para o elemento diplomático (Salazar 1959d). Mas o ano de 1954 regista nova alteração

do foco. Para além do elemento diplomático, os elementos geoestratégicos são colocados no âmbito da cooperação e federação. Termina o ano de 1954 com o foco nos elementos de comunidade e solidariedade.

No início de 1956, os elementos federativos, confederativos, supranacionais e cooperativos são o cerne da análise da relação entre Estados. Esta atenção altera-se para focar os elementos de geoestratégia e alianças, acabando por ter nos elementos de solidariedade e colaboração o registo final do ano de 1956. O ano de 1957 começa com a atenção para com o elemento geoestratégico, evoluindo a atenção para com os elementos diplomáticos, federativos e autárquicos.

Já em 1958, a atenção inicial dos elementos diplomáticos e geopolíticos evolui para os elementos de solidariedade, cooperação, colaboração e amizade assim como para a atenção aos elementos geoestratégicos e federativos. E em 1959, a atenção foca-se sobre os elementos geoestratégico e de comunidade.

No ano de 1960, os elementos que são tidos como relevantes na relação entre Estados passam pela diplomacia e geoestratégia.

O percurso temporal parece indiciar a procura de relações bilaterais, onde a diplomacia representa o fulcro da vida internacional. Por outro lado, a questão das opções estratégicas que influenciam e condicionam a vida internacional, parece “empurrar” Portugal para a política do possível. A sobrevivência, quer da noção de “Ocidente” reconhecido e reconhecível, quer das estruturas estatais como representantes de uma dada comunidade, balizam e condicionam a perceção e a opção possível.

5.7.5 Construção internacional no âmbito de organizações internacionais

A construção internacional é analisada dentro do âmbito das organizações internacionais como NATO, ONU e organizações europeias (CECA, CED, OCDE, UEO, ZLC, CEE). A componente multilateral procura reconhecer os mecanismos que guiam e marcam a possibilidade de construção internacional para Portugal.

A atenção para com organizações e instituições internacionais regista uma tendência específica (Figura 8). Existe um triângulo estratégico (NATO, ONU e Organizações europeias) de instituições e organizações na representação da interação internacional.

A construção internacional tida por eficaz no corpo documental analisado encara a relação entre Estados no âmbito bilateral, o que sugere que a participação de Portugal na NATO, ONU e organizações europeias se revela na linha da necessidade de validação externa do interno. Esta dinâmica constrói um sinuoso caminho onde a projeção dos ideais portugueses se mistura e dilui na análise feita a essas organizações.

A coocorrência do tríplice elemento, NATO, ONU e organizações europeias, indica como a discussão e análise destas organizações está intimamente ligada à necessidade de pertença de Portugal a uma estrutura cuja construção ideográfica da relação externa partilhe uma posição antissocialista. Embora a questão securitária seja crucial para Portugal – e seja tanto mais importante quanto a necessidade de defesa da sobrevivência do seu território – não deixa de ser significativo que a ação seja pensada sempre como necessidade e como reação, e não como ação.

A construção ideográfica nas relações internacionais portuguesas

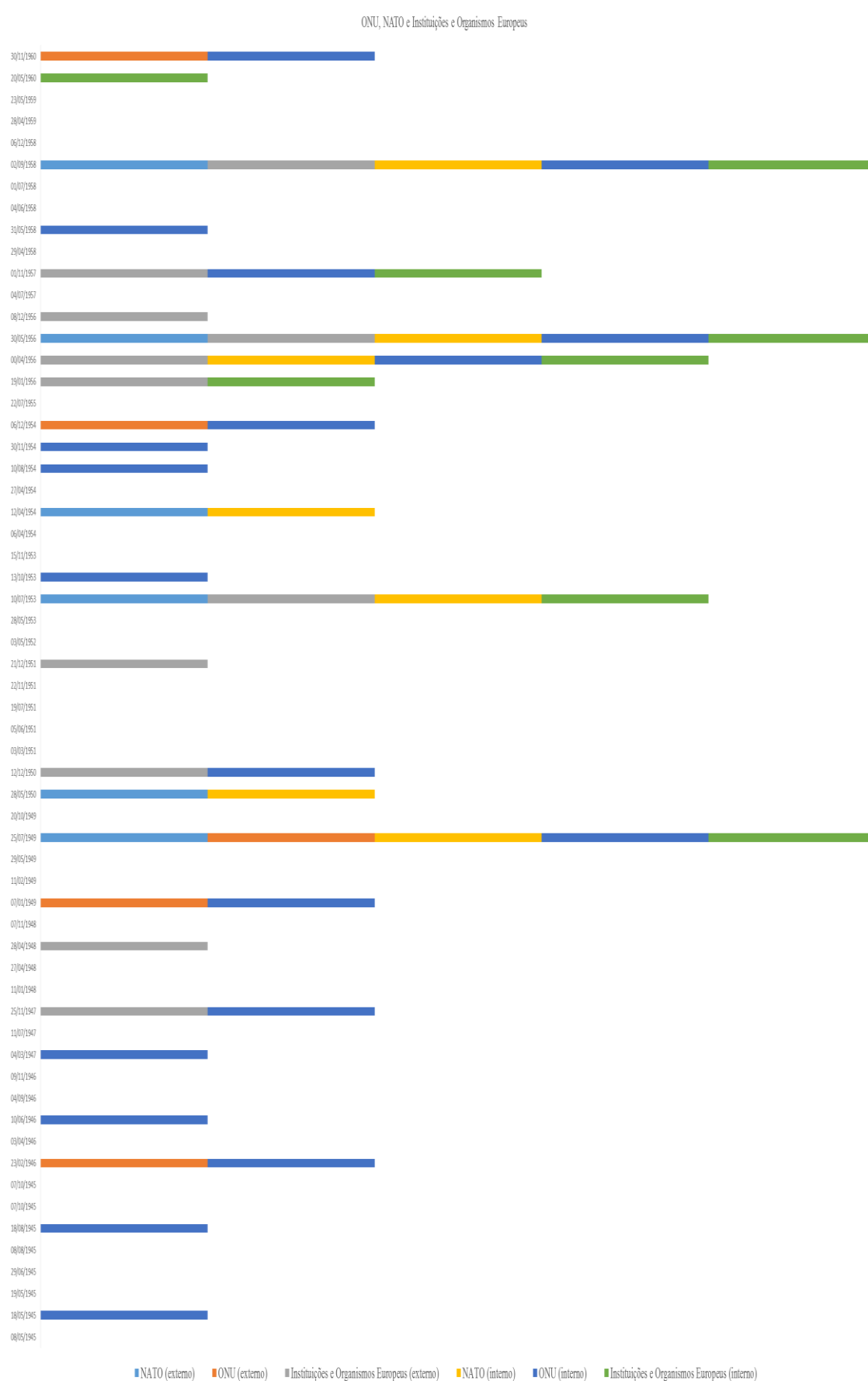


Figura 8- Coocorrência das subcategorias ONU, NATO e Instituições e Organizações Europeias

5.7.6 Relações privilegiadas e integração cultural

A relevância da construção civilizacional e cultural como elemento de projeção internacional e de integração cultural pode ser analisada na perspectiva portuguesa perante o mundo. A par desta, está a perspectiva da influência civilizacional e cultural do mundo em Portugal (Figuras 9-11).

A influência internacional na esfera interna portuguesa é apontada em especial para o tipo de civilização e cultura ocidental de cariz europeu (Figuras 10-11). Em associação a esta influência civilizacional e cultural europeia na esfera interna portuguesa, existe uma conotação rática e étnica vinculada.

Por outro lado, a capacidade de Portugal exportar a sua civilização parece estar num âmbito limitado. A análise realizada aponta mesmo para a não exportação civilizacional e cultural portuguesa no mundo. Parece ser na defesa dos valores culturais e civilizacionais europeus que Portugal fundamenta a sua ação internacional, o que pode indicar um reconhecimento da fragilidade desses vetores no âmbito português, ou a opção estratégica de identificação com “Europa” numa tentativa de potenciação da posição portuguesa no mundo. A ideia de Portugal como exportador da civilização e cultura europeia no mundo pode ser constatada na Figura 11.

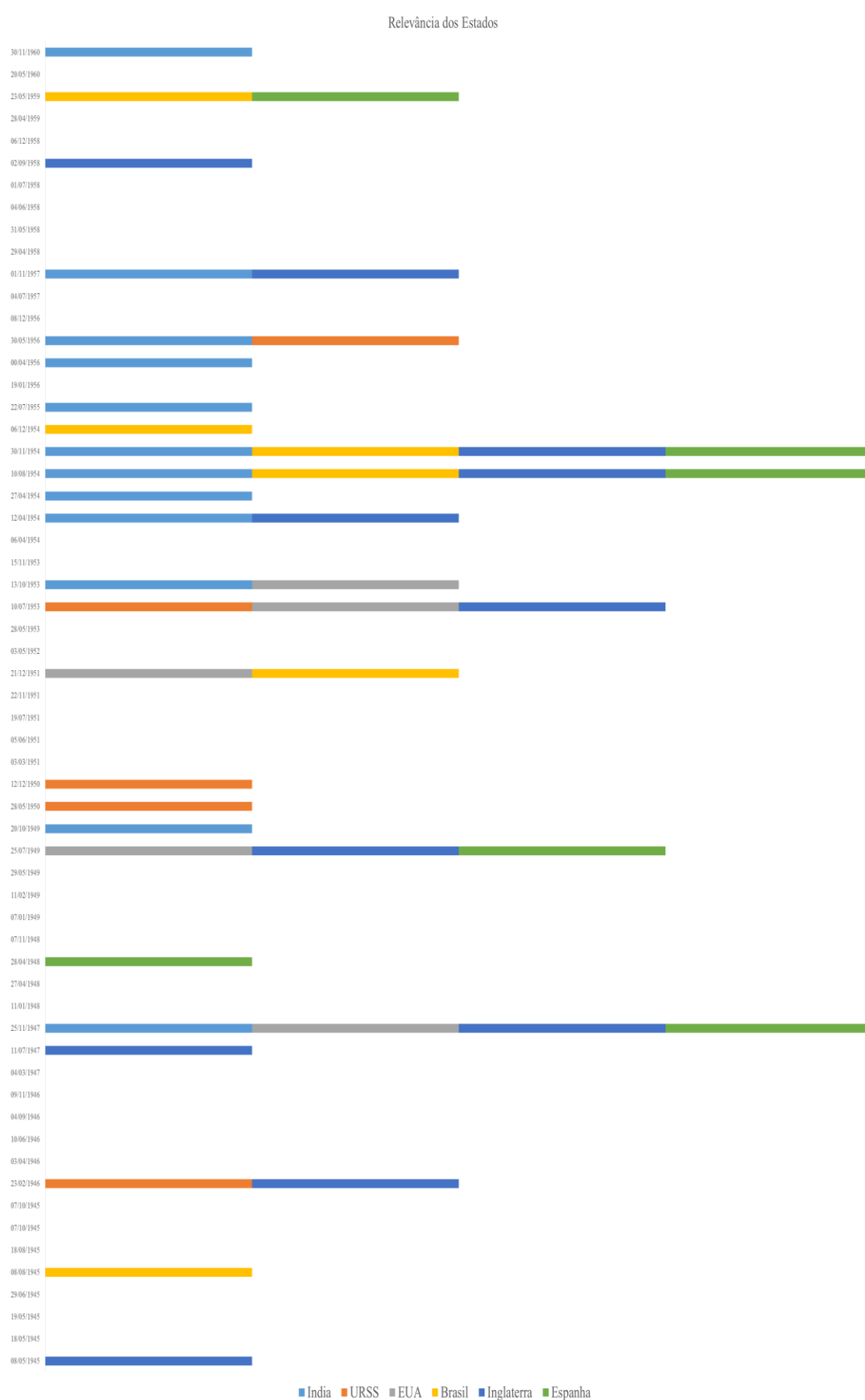


Figura 9- Coocorrência de subcategorias da categoria Estados

A construção ideográfica nas relações internacionais portuguesas

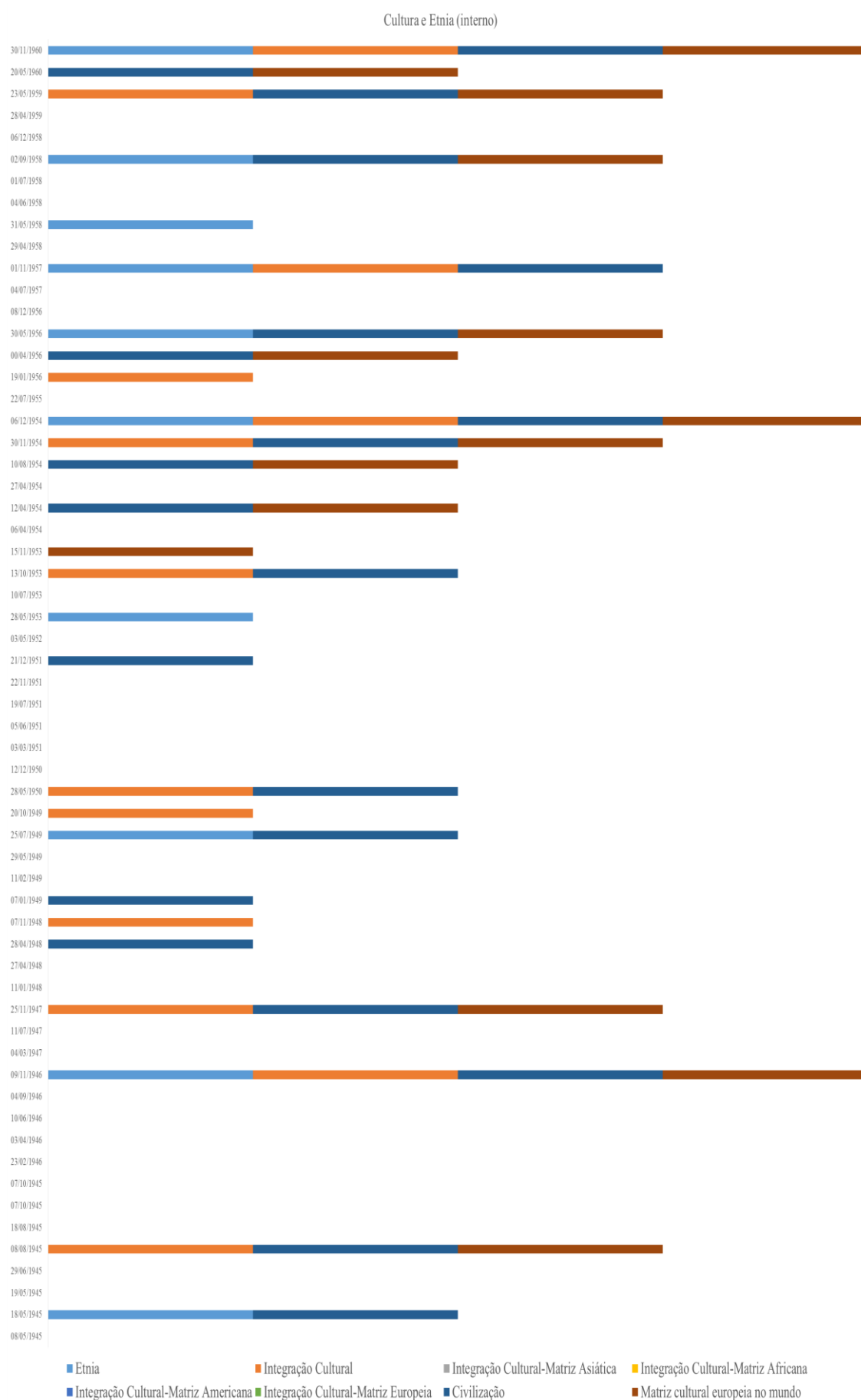


Figura 10- Coocorrência de subcategorias da categoria Cultura e subcategoria Etnia (esfera interna)

A construção ideográfica nas relações internacionais portuguesas

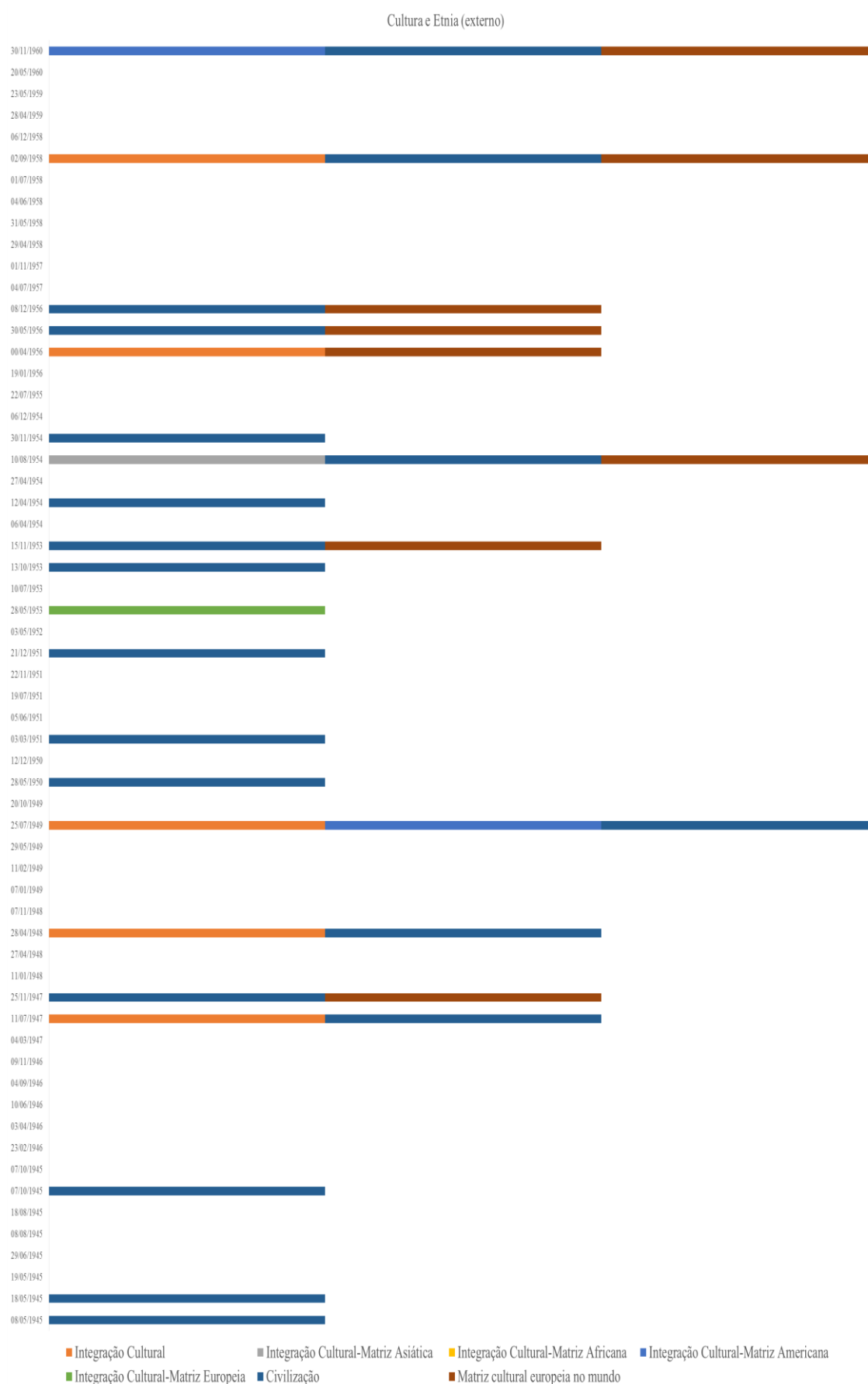


Figura 11- Coocorrência de subcategorias da categoria Cultura e subcategoria Etnia (esfera externa)

5.8 Conclusão

A interpretação dos resultados da codificação realizada sobre os documentos editados na obra “Discursos” para o período 1945-1960 e plasmada no presente capítulo, foi estruturada pela matriz dupla, das perceções da esfera interna e da esfera externa. Em cada um destes dois vetores, a definição dos temas Localização geográfica, Identidade, Construção de poder, Ideologia e Construção do Mundo orientou o percurso interpretativo. O desenvolvimento de uma construção dual permitiu analisar a construção do ideado no plano interno português, a par da construção da componente externa, do “outro”, percecionado a partir do universo interno português.

A relação entre a matriz interna e externa, que a relação e interação entre os temas Localização geográfica, Identidade, Construção de Poder, Ideologia, Construção do Mundo, permite é estabelecida sobre categorias e subcategorias, sendo que as categorias e subcategorias são sustentadas pelos atributos únicos das mesmas.

Uma integração preliminar das leituras avançadas neste capítulo (cf. capítulo VIII para a integração final) indica que a construção ideográfica subjacente às relações internacionais portuguesas parece estabelecer-se, no período em estudo, à luz de uma estrutura polimórfica de interesses, poder e possibilidades.

A ideografia portuguesa que pôde ser desvelada nos documentos em análise parece não conter uma predisposição para a exposição e intervenção direta nos cenários internacionais. Parece, sim, indicar que a afirmação do regime na sociedade internacional, leia-se, no sistema internacional no qual o regime se identificava e enquadrava, é reativa e não ativa.

Por outro lado, a perceção do “externo” em Portugal, e a ingerência do mesmo na ação interna, parece ser relevante. O cruzamento com o externo é de tal forma constante e eficaz, que o Estado Novo é deixado na condição de refém de uma política internacional ativa.

É nessa condição de “refém”, favorecida pela falta de poder e força efetiva no campo económico/militar/social/cultural, que o Estado Novo desenha a sua ideografia, reagindo em vez de agir.

CAPÍTULO VI - Os refugiados alemães e o Estado português

6.1 Introdução

O estudo que este capítulo apresenta pretende abordar a questão do acolhimento e defesa de cidadãos alemães por Portugal no pós II Guerra Mundial. O processo de defesa foi desencadeado por um pedido Aliado de repatriamento dos cidadãos em causa, ao abrigo de medidas de salvaguarda da paz mundial, e foi marcado por uma resposta ambivalente por parte do Estado português, comportando alguma anuência, mas não imediata nem total. Este estudo executa-se pela investigação histórica arquivística e é entendido como um estudo de caso único, tal como definido no capítulo IV. O caso tem um foco temporal relativamente curto. As fontes arquivísticas de origem oficial utilizadas apresentam uma distribuição temporal que encontra no ano de 1945-1946 o maior número de documentos. No entanto, a repercussão da permanência desses cidadãos em território português é notada ainda no decorrer da década de 50. Neste sentido, este estudo replica, de forma possível, o âmbito temporal considerado para o estudo principal (1945-1960). O desenho da investigação histórica recorre à utilização de fontes arquivísticas. A base documental é centrada no Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e, subsidiariamente, no arquivo da PIDE, centralizado na Torre do Tombo.

Este capítulo é constituído por três componentes. A primeira componente aborda a questão dos refugiados e do seu enquadramento legal (6.2). A segunda componente estabelece o enquadramento histórico da existência de refugiados alemães (6.3). A terceira componente (restantes pontos) apresenta os resultados do estudo de caso.

6.2 O conceito de refugiado

O conceito de refugiado foi redefinido no decorrer do séc. XX. O antigo conceito, aplicado desde a “paz de Vestefália” até ao séc. XX, segundo o qual o refugiado era reconhecido pela fuga à guerra ou a fuga à perseguição ideológica e religiosa, sofreu uma mudança de paradigma (Betts e Loescher 2011, 2). Mas, para efeito do presente estudo, é necessário identificar e operacionalizar o conceito de refugiado existente no período da II Guerra Mundial e no imediato pós II Guerra Mundial.

O séc. XX foi o século onde a transposição do conceito de refugiado para o patamar legal foi evidente e conseguida. Se o conceito de refugiado no séc. XX é diferenciado do existente em séculos anteriores, isto deve-se às convulsões sociais, políticas e militares, assim como ao sistema internacional. A ação dos Estados, como agentes, no sistema internacional, modula a definição de refugiado. No entanto, a existência do refugiado modula também a ação dos agentes. A relação dos agentes do sistema internacional com os refugiados parece, portanto, ser mutuamente estabelecida (Betts e Loescher 2011, 2-3,15).

Os “custos” políticos, financeiros e estratégicos do refugiado para o Estado e para o sistema internacional implicam a reflexão sobre a ação possível dos agentes internacionais (Betts e Loescher 2011, 12, cf. Stedman e Tanner 2003). No entanto, deve ter-se em conta que o nível de ação dos intervenientes na questão dos refugiados não é similar para todos. Também não deve ser assumido que a capacidade funcional do refugiado, individual ou em grupo, é necessariamente inferior à capacidade funcional inerente à ação de um Estado, ou à ação dos demais agentes do sistema internacional (Snyder 2011, 37).

Patricia Owens sustenta uma afirmação rica que pode conter em si mesma a génese da questão dos refugiados. A autora afirma que “there should be little doubt that one of the political problems of our time is the collapsing of bios into zoe” (2011, 146). Esta afirmação parece ter base em Aristóteles e na divisão da vida humana entre os conceitos de “zoe” e “bios”, ou seja, entre o homem enquanto entidade animal e entidade social (cf. Aristotle, Bartlett, e Collins 2011). A questão dos refugiados é relevante pela

demonstração do nível “civilizacional” em que o Homem se estabelece. A degradação do refugiado ou o apoio ao refugiado significa, em potencial, o reconhecimento do Homem na esfera básica animal, ou, inversamente, do Homem civilizado e social.

A perspetiva da lei internacional parece pressupor a questão dos refugiados como devedora das leis e costumes de cada Estado. A delimitação do estatuto de refugiado é implementada no quadro da ação soberana de cada Estado, no entanto, na codificação de 1945 referente ao estatuto de refugiado do Tribunal Internacional de Justiça, registada a cedência, parcial, do papel do Estado como único definidor do estatuto de refugiado (Hathaway 2005, 15). O estabelecimento do estatuto anteriormente mencionado indica que o reconhecimento do Homem refugiado radica no reconhecimento do refugiado como “súbdito” de um Estado. O estatuto sugere, também, que a postura legislativa de 1945 não reconhece qualquer refreamento da ação do Estado sobre o indivíduo. O direito humano do refugiado é reconhecido apenas no âmbito estatal. Fora dele, o indivíduo não é reconhecido como detentor de direitos, e todo o direito do indivíduo é emanado do Estado, seu “suserano” (Hathaway 2005, 16-18). Assim, parece ser possível aceitar que a construção do conceito de refugiado, depende do reconhecimento do indivíduo como cidadão de um Estado, o que potencialmente cria um foco de instabilidade, gerada pela possibilidade de rutura do Estado a que o cidadão pertence.

Curiosamente, a solução para este paradigma foi desenvolvida, por Fridtjof Nansen, na década de vinte do século passado, com a criação do documento conhecido como “passaporte Nansen”. O “passaporte Nansen”, instituído pela Liga das Nações, permitia que todos os seres humanos identificados como apátridas (stateless), detivessem os “privilégios” dos restantes cidadãos de um dado Estado (Norway 2011).

Foi apenas na Convenção do Estatuto dos Refugiados (ACNUR 2014) de 1951, apontada como normativa por Hathaway (2005, 75), que se estabeleceu claramente a definição de refugiado, no seu capítulo primeiro, artigo número dois. O refugiado é todo o indivíduo que

“(...) temendo ser perseguida por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, se encontra fora do país de sua nacionalidade e que não pode ou, em virtude desse temor, não quer valer-se da proteção

desse país, ou que, se não tem nacionalidade e se encontra fora do país no qual tinha sua residência habitual em consequência de tais acontecimentos, não pode ou, devido ao referido temor, não quer voltar a ele” (ACNUR 2014).

Tendo em conta o âmbito temporal da investigação realizada, o desenvolvimento subsequente do conceito de refugiado existente nos textos internacionais, nomeadamente, “Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais” (ONU 1966b) e “Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos” (ONU 1966a) de 1966 e ratificados em 1976, não pode ser tomado em conta.

O papel central que o Estado representava, na definição e operacionalidade do conceito de refugiado, está pois identificado. Nesse sentido, os parágrafos que se seguem e que compõe este capítulo denotam, em especial, a atenção a opções, políticas e ações do Estado que resultam na alteração das condições existenciais do Homem, quando na condição de refugiado.

6.3 Contexto histórico da questão dos refugiados alemães

A questão dos refugiados alemães acolhidos e defendidos por Portugal, no período pós II Guerra Mundial, carece de um enquadramento alargado, quer quanto ao processo de formação dessa massa de refugiados, quer quanto à evolução desse movimento em outros Estados.

Com o final da II Guerra Mundial a ser encarado como inevitável, o Estado e o partido nazi terão encetado um processo de ajuste e planeamento de longo prazo, tendo em vista a sobrevivência possível da ideologia e do Estado Alemão. Sob diretriz de Bormann, provavelmente o membro mais influente do regime nazi no final da II Guerra Mundial, a Alemanha nazi estabeleceu um processo de descentralização de recursos financeiros e humanos de forma a garantir a sobrevivência do partido e da ideologia. Esse processo ficou conhecido como “Operation Eagle’s Flight” ou “Aktion Adlerflug” (Manning 1981, 25, 114-118,135).

O arranque dessa campanha de sobrevivência e manutenção de poder nazi aparentemente iniciou-se em agosto de 1944, numa reunião em Estrasburgo que estabeleceu a alteração do registo de patentes por parte de empresas alemãs em países neutros. Neste contexto, terão sido criadas 750 novas empresas sob o programa patrocinado por Bormann nesta fuga de capital (Manning 1981, 131-138,159). A ideia de uma operação estratégica de fuga de capitais por parte do regime nazi não é consensual. Para Lorenz-Mayer, a suposta reunião, o desenho da operação e a implementação da mesma foram uma criação de Morghenthau para reforçar a ação dos EUA sobre a Alemanha no pós II Guerra Mundial (Lorenz-Meyer 2007, 64-65).

Para Christopher Kobrak e Jana Wüstenhagen, o encobrimento das atividades económicas (“tarnung”) por parte de empresas alemãs foi desenvolvido como técnica eficaz para ultrapassar a limitação comercial imposta pelo Estado nazi e pela fuga a impostos. Os autores concluem que os nazis não tinham um programa delineado no sentido de organizar o encobrimento de recursos em territórios fora da Alemanha. A postura ideológica nazi intransigente, associada à luta interna do aparelho do partido nazi, teria mesmo incapacitado a possibilidade de uma organização a longo prazo do encobrimento (cf. Kobrak e Wüstenhagen 2006).

Entretanto, o desenrolar do fim da II Guerra Mundial e a pressão sobre os nazis parece ter precipitado a ação. O processo de subtração às responsabilidades por parte de indivíduos nazis e a fuga de bens e pessoas foi uma realidade.

A forma como decorreu esse processo é alvo de estudo por parte de Collado-Seidel para a realidade espanhola. Aparentemente, a ligação próxima da Espanha com os Estados do Eixo permitiu que Espanha aceitasse, desde 1944, a passagem ou permanência, legal ou ilegal, de alemães em fuga (Collado-Seidel 2005, 25-27, Manning 1981, 37). A argumentação quanto à proximidade entre o Estado espanhol e os Estados do Eixo é acompanhada da defesa do papel que as relações pessoais tiveram no processo de assistência aos fugitivos (Collado-Seidel 2005, 103-109, 141-218). A compra de diversos e variados tipos de propriedades (indústrias mineira, química e alimentar) fazia supor um plano organizado, pelo menos, pelas relações pessoais estabelecidas entre alemães e espanhóis, senão mesmo pelas relações entre os Estados (Collado-Seidel 2005, 30-31,

Manning 1981, 84-85,136-139). Collado-Seidel afirma que, em 1945, o número de alemães identificados pelos serviços do Reino Unido e dos EUA em Espanha seria de 3057, e todos eles eram alvo da intenção de repatriamento por parte do Reino Unido e EUA para a Alemanha (2005, 56-57).

A atuação Aliada para com a Alemanha, em especial para com o condicionamento económico e o controlo do acesso a pessoas de interesse para os Aliados, parece indicar a origem da fórmula de ação estabelecida. O desenvolvimento dos projetos “Safehaven” e “Paperclip”, por parte dos EUA, que procuravam o controlo económico e o controlo de cientistas e pessoal qualificado, respetivamente, parecem demonstrar que o intuito Aliado não passava pela vitória militar simples, mas sim pela projeção de poder e domínio sobre a Alemanha (Hunt 1991, Jacobsen 2014, Lorenz-Meyer 2007). A procura de vantagem perante o adversário, e mesmo sobre o Aliado, leia-se URSS, acaba por contrariar a orientação do artigo 46 da Convenção de Haia de 1907 sobre a “Lei e costume da guerra em terra”, o qual condena a limitação e controlo económico do Estado derrotado (Convention 1907, Lorenz-Meyer 2007, 164-177).

Mas, o cenário de aceitação, ou pelo menos de permissão, de que alemães se subtraíssem à responsabilidade no final da Guerra não foi generalizado. A situação dos alemães na Europa de Leste representa essa realidade. Segundo Steffen Prauser e Arfon Rees (cf. 2004), no período entre 1944 e 1948, os alemães, por nascimento ou por ligação étnica ou linguística, foram deslocados da Europa de Leste para a Alemanha em número de 12 milhões.

Na Checoslováquia, em abril de 1945, iniciou-se a expulsão de alemães. Utilizaram-se técnicas já testadas, como por exemplo a obrigatoriedade do uso de uma banda no braço (Pykel 2004). A Checoslováquia, Polónia e Jugoslávia apresentaram os casos mais “severos” de repressão da comunidade alemã, sendo que a Roménia e Hungria possibilitaram uma versão mais “suave” de represálias, mas mesmo assim ainda de forma mais severa que os países bálticos Estónia, Letónia e Lituânia, que devido a condicionantes próprias não desenvolveram perseguições (Kamusella 2004, Apor 2004, Sretenovic e Prauser 2004, Wien 2004, Tegeler 2004).

A questão alemã nos países de Leste acaba por se enquadrar dentro do espírito do fim da II Guerra Mundial. O espírito é o de reorganização dos Estados-nação, acompanhado por uma necessidade de “justiça” face às atrocidades nazis que decorreram no período da Guerra, não esquecendo que toda esta movimentação ocorreu dentro da esfera de influência da URSS e dos seus planos para o mundo pós Guerra (cf. Prauser e Rees 2004).

Parece necessário notar que existe um processo oculto paralelo, a decorrer em simultâneo ao formal. É possível que ao nível da fuga de nazis, no final da II Guerra Mundial, a “Organization der ehemaligen SS-Angehörigen” (organização de ex-membros das SS conhecida como ODESSA), tenha desenvolvido a assistência aos membros das SS que, por razões de segurança, teriam de se evadir da Alemanha para se furtarem à perseguição da lei Aliada, ou que, por razões variadas, desejavam viajar para fora da Alemanha. Organizações como “ODESSA” ou “Deutsche Hilfsverein” (organização de apoio alemão) encetavam assim a utilização de todas as vias possíveis de fuga da Europa pelos nazis e focavam especial interesse no estabelecimento desses indivíduos na América do Sul, estimando-se a deslocação de 60000 nazis (Manning 1981, 193-198, 200). Depois de se ter instalado na América do Sul, a organização ODESSA terá centralizado a sua operação na Argentina, levando o FBI a indicar que, desde esse país, os nazis controlavam a sua influência na Colômbia, Cuba, Chile, Equador, EUA, México, Paraguai, Venezuela, Aruba e Trinidad (Manning 1981, 216).

No decorrer da II Guerra Mundial, Portugal, como país neutral, representava a possibilidade de fuga a uma Europa em guerra (Weber 2011, 5, 32). No decorrer da Guerra terão passado por Lisboa entre 100 000 e 200 000 refugiados (Weber 2011, 13). Isto indica uma sobrecarga da estrutura precária do país, e em especial de Lisboa, uma cidade que no decorrer da II Guerra Mundial ainda era uma cidade onde

“(...) fisherwomen still walk barefoot with their baskets on their heads past the traffic lights that are so new and wonderful that crowds still stand and watch them change from red to green” (Weber 2011, 14).

A fuga judaica era de tal magnitude que, em 1940, Salazar terá permitido a constituição do “Joint European Headquarters”, que organizava a ajuda a Judeus em fuga da Europa nazi e da perseguição (Weber 2011, 183). A fuga, conhecida como a “Great Migration to

the South” de refugiados da Europa em guerra, estabelecia uma rota com origem em França, passando por Espanha, até Portugal ou Marrocos, que funcionavam como plataformas de fuga, em especial, para a América (Weber 2011, 38-42).

A fuga desta massa de refugiados não deve ser encarada apenas dentro da perspetiva humanitária. Existe uma outra perspetiva, a perspetiva estratégica da utilização do refugiado como recurso de guerra. É nesse sentido que aponta Weber, quando referencia a venda, pela Gestapo, do acesso a viagens de comboio até Portugal pelo valor de 485 dólares da época. Isto parece significar que o refugiado era uma fonte de riqueza assim como um peão, estratégico, na guerra, já que o acolhimento de refugiados significava a alocação de recursos, nomeadamente alimentares, que teriam sido empregues de outra forma em circunstâncias diferentes (Weber 2011, 20).

No entanto, à ação nazi existe a contrarresposta igualmente relevante. Weber defende que do lado das forças Aliadas, por questões políticas, estratégicas ou monetárias, os refugiados europeus foram enquadrados por organizações como o “Emergency Rescue Committee” (ERC) ou “Centre Américain de Secours” (CAS) para extraírem pessoas de interesse para o desenvolvimento das atividades militares, ou apenas por interesses pragmáticos (Weber 2011, 53-61, 95).

Quanto à relação de Portugal com os refugiados alemães, deve ser tido em conta que Portugal estava enquadrado pela relação com os Aliados, relação essa estabelecida dentro de um quadro legal definido pelas próprias forças Aliadas. Neste contexto a Conferência de Moscovo de 1943 instituiu a organização “European Advisory Commission” (EAC) que visava estudar o período pós-guerra na Europa e fornecer aos governos as suas recomendações, sendo que, por um breve período de tempo, chegou a controlar a Alemanha (EUA 1945a). Dentro do âmbito das suas competências, a “European Advisory Commission” recomendava em 1944, no memorandum do “Working Security Committee” o seguinte:

“(…) [it] is recognized that, in view of the chaotic conditions to be anticipated in Germany, whether a capitulation occurs before invasion or after invasion and consequent establishment of military government, an initial period of military government in Germany is inevitable and should be provided for” (EUA 1944a).

Esta organização foi o predecessor do “Allied Control Council” (ACC) (EUA 1945b), que seria uma organização de cooperação entre as forças inglesa, norte-americana e soviética.

Com o desaparecimento de Hitler em abril de 1945, a Alemanha entrou no período final da Segunda Guerra Mundial, que culminou na assinatura do armistício (Avalon 1945c), em maio desse ano (EUA 1944b, 1945b). No entanto, o instrumento de rendição não pareceu combater o receio do não reconhecimento civil do armistício e o possível ressurgimento posterior do nazismo. Assim, os Aliados exararam em julho de 1945 um Tratado que ficou conhecido como a Declaração de Berlim (Avalon 1945d). Neste documento, estabelecia-se o controlo absoluto da Alemanha pelos Aliados, uma posição que foi reafirmada e elaborada com o Acordo de Potsdam de agosto de 1945 (Avalon 1945e) e que efetivou o poder do ACC (EUA 1945b) a 5 junho de 1945.

Esta posição das forças Aliadas parece ser a resposta ao desenvolvimento do esforço de guerra nazi que, ao defender a guerra total, incluiu e integrou toda a população alemã como um fator de combate (Hitler 2000, 362). A imposição Aliada parece ser a resposta ao desejo Alemão de criar uma hegemonia continental europeia que percorreria toda a Europa, incluindo a Rússia, podendo assim garantir a autarcia Europeia perante o Mundo (Hitler 2000, 32-34, 93).

6.4 Ação político-diplomática de Portugal relativa aos refugiados alemães

A necessidade de uma ação político-diplomática de Portugal relativa aos refugiados alemães nasce de uma pressão explícita, por parte dos Aliados, que tem como justificação a necessidade de contenção da influência nazi, face a possíveis ressurgimentos da mesma. A sequência de eventos que é aqui relatada envolve um diálogo desenvolvido entre Portugal e os Aliados, no qual a permanente pressão Aliada para o repatriamento encontra, em Portugal, uma resposta pouco clara, e que vai merecendo a reprovação da sociedade internacional. Do lado português, os argumentos para a resistência desenvolvem-se em torno da defesa de uma ordem legal e moral contrária, mas supostamente superior, à vontade Aliada. A resistência não é, contudo, total e efetiva, e a resposta positiva aos pedidos chega a existir. É deste plano de ação ambivalente, face aos

Aliados, mas ainda assim articulado no que toca a interação entre organizações internas como a PIDE e o MNE que se dá conta nesta secção.

A ação portuguesa na cena internacional inicia-se em julho de 1945. Segundo os dados arquivísticos, a questão do destino a dar aos cidadãos alemães no final da Segunda Guerra Mundial tem como momento primeiro um telegrama com origem na embaixada portuguesa no Vaticano em julho de 1945 (AHD 09/07/1945). Nesse telegrama, o Embaixador Português pede orientação ao MNE quanto à questão do acolhimento e defesa de cidadãos alemães que foi colocada por Monsenhor Montini. O sentido da abordagem do Monsenhor Montini é relativo à receção, pelo Vaticano, de um pedido dos Aliados no sentido da entrega de diplomatas e refugiados alemães. Monsenhor Montini nota que, tendo os Aliados o poder e controlo da Alemanha, estes pretendem garantir a “disciplina e obediência” de todos os alemães, mesmo daqueles que se encontrem em países neutros. Nesse mesmo documento, Monsenhor Montini propõe que a atitude a tomar possa ser uma de três possibilidades: a indiferença perante tal pedido; a recusa formal; a anuência.

Perante a inquirição de Monsenhor Montini quanto à possível posição do governo de Lisboa, o embaixador português no Vaticano revela não ter conhecimento de receção de tal pedido pelo lado português, mas exclui desde logo a anuência total, a qual estaria “à margem da lei ou costume internacional”. Informa que tentou sondar o pensamento do Vaticano na pessoa de Monsenhor Montini, recolhendo que, perante a impossibilidade de uma atitude de indiferença para com o pedido Aliado de forma “ad aeternum”, e sendo a recusa de tal pedido difícil de assegurar, seria de considerar a figura da “anuência condicionada. O pedido que Monsenhor Montini faz ao Embaixador de Portugal, para ser mantido atualizado quanto às opções do governo de Portugal em tal matéria, aliado à vontade de conhecer as posições de todos os envolvidos nesse processo, parece indicar um interesse em concertar posições, perante um pedido Aliado.

A resposta ao telegrama com origem no Vaticano ocorre logo em 11 julho (AHD 11/07/1945). O Ministro dos Negócios Estrangeiros refere que o governo português não recebeu qualquer pedido oficial. Revela que o assunto fora abordado de forma informal pelo Secretário da Embaixada Inglesa Curle com o Chefe de Repartição Política do MNE,

de forma a sondar a posição portuguesa perante o assunto do repatriamento de diplomatas e outros funcionários do governo Alemão em Portugal. Segundo o mesmo telegrama, é transmitido que o Chefe de Repartição desde logo fizera notar, embora a nível pessoal, que existiam princípios a ser respeitados pelo governo português. Segundo o mesmo documento, o governo podia encontrar-se em face de pedidos Aliados referentes a: a) criminosos comuns; b) criminosos de guerra; c) indesejáveis para Portugal por motivo de ordem pública; d) indivíduos cuja liberdade fosse do interesse das Nações Unidas limitar; e) quaisquer outros indivíduos.

No que diz respeito ao primeiro ponto, o Ministro dos Negócios Estrangeiros defendeu que a alínea “a” estava abrangida pelo instituto de extradição, sendo a alínea “b” ligada ao compromisso oportunamente tomado quanto a não permitir, através do direito de asilo, que criminosos de guerra se subtraíam a um julgamento em tribunal competente, não havendo dificuldades jurídico-políticas ou de ordem prática quanto a estes dois casos. No caso da alínea “c”, que, se algum alemão se tornasse indesejável pelas suas atividades no território, seria expulso como em casos semelhantes. Quanto à alínea “d”, diz que se se não verificasse nenhuma das hipóteses anteriores, nenhum cidadão alemão deveria ser deixado em plena liberdade, com receio de atividades que prejudicassem as “Nações Unidas”, e que foi nesse sentido que Portugal estabeleceu a fixação de residência dos cidadãos alemães, impossibilitando que estes se ausentassem sem licença. Quanto à alínea “e”, todos deveriam ter assegurada a liberdade e residência, como se estava a praticar no caso dos membros da antiga legação consulado e de outras missões no estrangeiro que tinham ficado em Portugal (AHD 11/07/1945).

Esta orientação do governo continua em harmonia com o intuito de facilitar a partida voluntária, mas não podia forçar a entrega daqueles que se quisessem considerar refugiados políticos (desde que não abrangidos pela alínea “a” e “b”) e invocassem asilo em Portugal. Na missiva, o Ministro faz notar que é com desgosto que registava que as Nações Unidas eram conduzidas por métodos e princípios que justamente reprovavam na Alemanha, quando os aplicavam aos judeus. Isto aparenta ser uma crítica velada à atuação das forças Aliadas quanto aos refugiados alemães.

Não deixa de ser notório que esta resposta funciona como documento orientador e explicativo das opções do governo Português, de tal forma que, em telegrama do dia 16 de julho, endereçado à Embaixada portuguesa em Londres, é usado o mesmo corpo de texto. Este apenas se destaca do telegrama anterior por fazer notar ao embaixador português em Londres que este último estava a ser informado para estar preparado no caso de ser abordado pelo “Foreign Office” sobre o tema, mas que nunca deveria ser ele a procurar ou fazer “espontaneamente qualquer referência ao caso”. Será curioso retornar a este telegrama em momento posterior, para confrontar estas linhas orientadoras com a ação do governo (AHD 16/07/1945).

A 17 de julho 1945, a Direção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna estabelece contacto com o Chefe de Gabinete do Ministro das Colónias a questioná-lo sobre a retenção do Cônsul Geral da Alemanha, Sr. Trompke, em Lourenço Marques, Moçambique, e sobre a não permissão para este se deslocar a Lisboa. Faz notar a Direção Geral que esta questão foi levantada pelo Encarregado de Negócios Inglês no MNE, que assertivamente declarara que não existia qualquer reserva por parte do Reino Unido a essa viagem (AHD 17/07/1945).

Em 26 julho de 1945, o Ministério das Colónias faz uma exposição em resposta a este ofício, sob informação prestada pelo governo-geral de Moçambique, em que se assume que não existe qualquer impedimento à viagem para Lisboa do Cônsul Alemão. Não deixa de ser referido que as viagens de cidadãos alemães e Italianos são condicionadas pela atribuição da aprovação do Reino Unido, através da emissão do documento “navycert”, e que tal não ocorrera para o caso dos italianos retidos em Lourenço Marques (AHD 26/07/1945).

Este pedido de informação, bem como a aparente contradição dos Britânicos no que se refere ao conhecimento da situação e sua atuação em Moçambique, torna ainda mais interessante o documento enviado pela Embaixada dos EUA em Lisboa, assinado por Haileck L. Rose e dirigida ao Chefe da Divisão Política do Ministério dos Negócios Estrangeiros a 31 de julho (AHD 17/07/1945). O tema de 31 de julho remete para uma conversa mantida na semana precedente, na qual fora recebida uma lista com registo de nomes de alemães cuja remoção para Lisboa era desejada, pelo Chefe da Divisão Política

de Portugal do Cônsul Geral dos EUA em Lourenço Marques. A razão apresentada para tal remoção estaria relacionada com a ligação destes indivíduos ao governo Alemão ou ao partido nacional-socialista Alemão (NSDAP).

A coordenação Aliada neste assunto apresenta-se como pouco eficaz, a fazer-se justiça aos documentos anteriormente mencionados. Sugere mesmo uma perseguição de objetivos individuais e não concertados, embora a documentação não o possa confirmar categoricamente.

Um momento central na questão dos refugiados alemães em Portugal ocorreu em 24 de agosto de 1945. A Embaixada Inglesa em Portugal, em coordenação com os Aliados Franceses e os Estados Unidos da América, entregara um documento em que afirma enviar em anexo uma lista com quase 600 nomes de alemães a serem repatriados (AHD24/08/1945a). Nesse mesmo documento, é sugerida a criação da figura do agente de ligação, designado pelo governo Português para coordenar com os Aliados o processo de repatriamento desses refugiados. A pressão Aliada para sugerir a ação do governo português estava presente no documento e era fundamentada na necessidade de controlar e condicionar o possível ressurgimento da Alemanha, defendendo que tal era uma ação securitária relevante para Portugal.

Uma nova movimentação quanto ao repatriamento de alemães de Portugal ocorreu em setembro de 1945. A 11 de setembro, o embaixador português nos EUA, Bianchi, envia telegrama ao MNE. O Embaixador referia a abordagem do assunto do repatriamento Alemão com o embaixador Baruch no Departamento de Estado (U.S Department of State) sobre a ordem do “Allied Control Council” (ACC) em Berlim para retorno à Alemanha de todos os alemães localizados em países neutros. O embaixador português faz notar que a posição dos EUA é mantida quanto ao repatriamento, mas que, por razões diversas, esse processo estaria adiado (AHD11/09/1945). No mesmo documento, o Embaixador português adverte que a resposta não satisfatória às notas coletivas dos Aliados, redigidas a 25 agosto de 1945, foi recebida com desagrado e que estaria em curso uma campanha contra Portugal na comunicação social americana, baseada em perguntas da imprensa ao Secretário de Estado dos EUA, de forma a condicionar a ação de Portugal.

Porém, logo no dia 14 de setembro de 1945, é dirigido um documento aos três Aliados (EUA, Inglaterra e França) representantes do ACC, onde o Ministério dos Negócios Estrangeiros Português garante ter dado toda a atenção ao assunto dos nacionais alemães residentes em Portugal (AHD 17/09/1945a, b, c). Garante o Ministério que procurou conciliar as “condições morais necessárias à reconstrução pacífica da Europa com certos princípios fundamentais que têm inspirado e regulado as relações internacionais” e que, dentro deste quadro, o governo Português disponibiliza um funcionário como agente de ligação com os Aliados de forma a conseguir-se o repatriamento exigido pelos “actuais detentores da soberania alemã” (AHD 14/09/1945a).

É relevante registar o parágrafo onde Portugal colocava de imediato um entrave a uma participação absoluta no quadro do ACC. O governo Português afirmava que não se comprometeria com uma “execução compulsória às deliberações emanadas de uma soberania estrangeira nesta matéria”, exceto se tais casos estivessem estabelecidos em tratados anteriormente assinados e deixando possível uma interpretação múltipla quanto a esta atitude. Por um lado, o governo Português apresentava esta opção como garante de uma legalidade e respeito pelas instituições, mas por outro lado a argumentação poderia ser facilmente interpretada como fórmula de bloqueio a uma obrigação mais abrangente de cooperação. Nem mesmo uma alusão a uma possível atividade política nacional-socialista em Portugal, por parte dos Aliados, lograra mais que um pedido de informação, e a subsequente partilha com Portugal de tais informações.

Este documento teve impacto imediato. A sua importância transpira no telegrama datado do mesmo dia (14), com origem na Embaixada Portuguesa em Londres. O Embaixador Palmella faz aí notar que, em vários jornais, entre eles o “Daily Telegraph”, se noticia a decisão de Portugal repatriar algumas categorias de alemães, referindo mesmo a organização de transporte aéreo para Londres de membros da antiga Legação Alemã em Lisboa (AHD 14/09/1945b).

O telegrama enviado pelo Embaixador Português em Londres, o Duque de Palmella, e datado do dia seguinte (15 setembro de 1945), demonstra que a situação não é estável. O Embaixador fazia notar como a utilização da comunicação social no Reino Unido reflete uma estratégia de formação da opinião pública contra a posição de Portugal. A estratégia

passaria pela ligação de Portugal com os negócios com a Alemanha e o recebimento de ouro nazi (AHD 15/09/1945a).

Parece notório que tal reação “jornalística” não podia deixar de estar ligada à resposta portuguesa aos Aliados acima mencionada. A “educação” do público para o papel de Portugal, de forma a criar um ambiente de pressão, parece ter sido tentada com notícias deste teor, sendo mesmo isto encarado pelo Embaixador Palmella como o “(...) começo [de uma] campanha [que] se desenvolverá contra nós caso sobretudo [no] problema [da] repatriação alemães residentes Portugal a que me refiro noutro telegrama não evolucionar favoravelmente” (AHD 17/09/1945d).

No dia 18 de setembro de 1945, foi enviado um telegrama pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros com destino às Embaixadas Portuguesas em Washington e Londres e à Legação em Paris. O texto apresentava a posição Portuguesa assumida na resposta ao Aliados, datada de 14 de setembro (AHD 18/09/1945a, b, c). A constituição desse telegrama era em muito semelhante à explicação oferecida ao Vaticano e mencionada anteriormente. De forma resumida, essa explicação diz que, em conversa no MNE, o Secretário Curle da embaixada Inglesa defendeu a intenção das Nações Unidas de solicitar aos países neutros o repatriamento de cidadãos alemães.

A posição portuguesa assumia que não era sensível a uma “repatriação compulsória”, já que esta correspondia à expulsão e que deseja “conciliar princípios de soberania com propósitos de cooperação para o restabelecimento de condições morais necessárias à reconstrução da Europa. A posição portuguesa defende antes que a solução passaria pela:

- a) entrega de criminosos de guerra nas condições anteriormente acordadas com Inglaterra;
- b) entrega de criminosos de direito comum em conformidade com o estatuto de extradição;
- c) expulsão dos que se tornassem indesejáveis por motivos da nossa ordem pública;
- d) fixação de residência por interesse político das Nações Unidas (Aliados).

O documento informava também sobre a comunicação que o Embaixador Sueco em Lisboa estabeleceu com o MNE, de forma a conhecer a posição de Portugal perante o pedido dos Aliados, que indica como a questão do repatriamento Alemão era um assunto sensível na Europa.

No dia 20 de setembro de 1945, a resposta oficial dos três Aliados foi estabelecida num “aide-mémoire” que se referia à nota portuguesa de 14 de setembro como resposta à nota Aliada de 23/24 agosto (AHD20/09/1945). Neste “aide-mémoire”, as nações Aliadas sugeriam a nomeação de um elemento de ligação para as atividades a desenvolver (AHD 24/09/1945).

No mesmo documento, as forças Aliadas colocaram um texto oficial de 10 de setembro de 1945, com a resolução do ACC para a Alemanha e dividido em quatro pontos. No primeiro e segundo pontos, o ACC formalmente reclamava o retorno de todos os alemães e suas famílias que serviam o governo Alemão na data do armistício ou anterior, e que se encontrem nos seguintes países: Afeganistão, Irlanda, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Tânger e cidade do Vaticano. No terceiro ponto, o ACC fazia o alerta aos países neutros mencionados para o perigo da manutenção destes alemães nos seus países, podendo ser elementos importantes num futuro movimento de ressurgimento nazi Alemão. Rematando o quarto ponto, o ACC esperava que toda a atividade de repatriamento fosse assegurada e organizada com assistência entre os países neutros e as Legações Aliadas nesses países.

A este documento seguiu-se de imediato no dia seguinte, 21 de setembro de 1945, uma comunicação realizada pelo diretor geral do MNE, que informava os Embaixadores de Portugal em Londres e Paris sobre a posição e resposta do governo Português (AHD 21/09/1945a, b).

A documentação retoma a continuidade a 18 de novembro (AHD 15/11/1945). Esse documento, não oficial, consiste numa lista de 14 nomes onde, segundo a nota manuscrita, constam nomes de indivíduos alemães convidados por Portugal a sair do país. A nota refere que tal lista foi entregue a Curle em 15 de novembro, em mão, o que parece constituir a primeira ação do governo Português, quanto a alemães em Portugal.

Um documento de 24/11/1945, com origem na Embaixada Inglesa, reconhecia a dificuldade no repatriamento de cidadãos alemães localizados em Portugal. O Embaixador Inglês pedia para que o MNE assegurasse, em princípio, que o governo Português acedesse ao repatriamento de alemães, os quais foram identificados em quatro

categorias diferentes. Na primeira categoria deveriam ser colocados os alemães que serviram as Forças Armadas Alemãs desde 1 de setembro de 1939 e que se encontravam sob os termos da rendição Alemã e sob dependência do ACC. São enviados para Berlim, o que os compele ao retorno à Alemanha. Na segunda categoria estavam colocados os funcionários alemães que fizeram parte da troca Argentina-Alemanha, e que por razões de saúde ou de ausência, não embarcaram no navio “Drottningholm”, logo, sem direito ou razão para continuar em Portugal, onde estavam apenas por razões de trânsito a caminho da Alemanha. Na categoria terceira estavam colocados os alemães que entraram em Portugal ilegalmente e que, por essa razão, eram indivíduos sujeitos a repatriamento para o seu país de origem. A quarta categoria era reservada a T.v.W que foi expulso de Moçambique por espionagem (AHD 24/11/1945).

A 27 de dezembro de 1945, o Embaixador Português Bianchi (Embaixada de Washington) enviou um telegrama onde referia que, em conversa no Departamento de Estado (State Department) dos EUA, o assunto do repatriamento de alemães por Portugal fora novamente abordado. Segundo Bianchi, os EUA consideram que, em Portugal, os alemães tinham acesso a uma situação que não é verificada em mais nenhum país. O Embaixador indicava que na Suécia ou Suíça se conseguira resolver esse problema e que mesmo a Espanha teria “tido menos contemplação para com eles”. A expulsão de apenas cinco elementos, enquanto outros permaneciam livres, era notada pelos EUA. Os EUA não pretendiam discutir os aspetos legais internos de Portugal, já que outros países conseguiram ultrapassar esse tipo de questão e, nesse âmbito Portugal, deveria ser capaz de o fazer também. No telegrama de Bianchi fica o aviso de que o ACC pode, sem prévio aviso, tomar uma postura que coloque Portugal numa situação difícil, devido à questão do repatriamento, e que tal iria constituir fonte de dificuldades para solução de outros problemas e interesses Portugueses com os países Aliados. Tal análise e receio transmite a ideia de que, perante o adiamento ou pouca cooperação no repatriamento, o ACC e/ou os Aliados iriam recorrer a sanções diversas como forma de pressão sobre o governo Português (AHD 27/12/1945).

De Lisboa partiu um telegrama para o Embaixador Bianchi no dia 29. O Ministro dos Negócios Estrangeiros fazia notar que, da lista entregue pelos Aliados, foram repatriados dezassete indivíduos (entre os quais o Embaixador Alemão em Lisboa e o Conselheiro da

Legação), que foram individualmente notificados pela polícia. Fazia também notar que, o pedido dos EUA e Reino Unido do dia 7 de novembro foi aceite pelo governo Português, tendo sido expulsos 23 alemães que durante a guerra estavam ligados a atividades de espionagem (AHD 29/12/1945).

A reação por parte dos Aliados data de 24 novembro de 1945, pela mão do Embaixador Inglês, com o recurso a uma nota verbal onde pedia a expulsão de alemães divididos nas quatro categorias anteriormente referidas. A nota verbal continha assim referência a 61 alemães de categoria 1 (prestação de serviço militar no exército Alemão depois de 1 setembro de 1939), 9 diplomatas de categoria 2 (vindos da Argentina que não seguiram para a Alemanha por motivos de saúde ou fim da guerra), 3 alemães de categoria 3 (entrada ilegal em Portugal), e 1 alemão de categoria 4 (Cônsul Geral da Alemanha em Lourenço Marques que já se encontrava em Lisboa).

Bianchi retornava à questão levantada em dezembro de 1945, com um telegrama enviado em 12 de janeiro, onde relata as declarações do Secretário de Estado Interino. Em conferência de imprensa publicada no “New York Times”, este terá afirmado que Portugal tinha uma execução de repatriamento inferior ao de Espanha e que apenas 27 alemães foram repatriados, “ou seja menos de 10% do total pedido pelos Estados Unidos”. Nessa conferência de imprensa foi defendido que, no esforço de repatriamento, a Irlanda e a Argentina foram os países que “procederam da forma menos satisfatória de todos os neutros”, e que foi o Afeganistão que cumpriu em pleno o pedido dos EUA. Refere também que, a respeito dos 3000 a 4000 alemães a serem repatriados da Espanha, se constata o acordo do governo Espanhol e apenas se esperava por transporte para prosseguir. Quanto à Suécia, informava que quase todos os alemães com posição oficial foram repatriados e que se vai iniciar o processo para os civis. O Vaticano, por sua vez, tendo em seu território um número pequeno de alemães, pretendia repatriá-los em semanas. Por fim, a Suíça constituía um caso diferente, pois, segundo o Secretário de Estado Interino, fez ela mesmo um repatriamento de 1000 alemães e negociara com a França a deportação para a zona francesa de mais 150 alemães com estatuto oficial ainda em seu território (AHD12/01/1946).

A atitude de pressão dos EUA parece estar desfasada da ação no campo. Em documento datado de fevereiro de 1946, um “aide-mémoire” dos três poderes aliados (EUA, Inglaterra e França) reconheciam as dificuldades em organizar transporte para o repatriamento dos alemães em Portugal, mesmo que esse repatriamento fosse realizado sem o consentimento desses indivíduos (AHD 28/01/1946).

No sentido de solucionar essa questão, o “aide-mémoire” informa que o navio “Highland Monarch” que estava envolvido no repatriamento de alemães com origem na América do Sul podia fazer escala em Lisboa, caso o número disponível para embarque justifique tal escala, número definido em 152 alemães pela Embaixada Inglesa (AHD 02/02/1946). Ao analisar as categorias propostas para embarque, verifica-se agora a referência a 6 categorias, contrariamente às 4 anteriormente mencionadas. As categorias estavam definidas da seguinte forma: categoria 1 (Attachés do Serviço Alemão - assim como pessoal desse serviço com patente militar); categoria 2 (funcionários alemães da troca Argentina-Alemanha do “Drottingholm” que ficaram em Portugal); categoria 3 (alemães que entraram ilegalmente em Portugal desde o fim das hostilidades); categoria 4 (T.V.W, que foi expulso de Moçambique); categoria 5 (alemães que trabalhavam para organizações de espionagem e sabotagem como a “Abwehr” e “Sicherheitsdienst”); categoria 6 (alemães que tendo recebido a ordem de retorno à Alemanha se mostraram prontos para o retorno mas que não o puderam fazer em novembro).

Segundo o “aide-mémoire”, o Chefe do Departamento Político no Ministério dos Negócios Estrangeiros deu a entender que o governo Português estava pronto a considerar a expulsão dos indivíduos contidos nas categorias 1 a 4. No que toca à categoria 5, a Embaixada Inglesa acreditava que o governo Português concordava que esses indivíduos não poderiam manter-se em Portugal. Esta é uma curiosa afirmação que parece deixar antever a vontade, e a confusão, que provocou a não-aceitação imediata da expulsão destes indivíduos pelo governo de Portugal.

A 15 de fevereiro, a Embaixada do Reino Unido dirigiu ao MNE um documento onde se pedia para ter como referência o “aide-mémoire” de 28 de janeiro sobre o repatriamento de funcionários alemães. Nesse âmbito, enviava-se, em anexo, uma lista de nomes dentro da categoria 5. A lista fornece informação recolhida na Alemanha em investigação que

permitiu conhecer as atividades desses alemães. Esta parecia ser uma atitude por parte da Embaixada Inglesa no sentido de potenciar a facilitação da decisão sobre o repatriamento alemão (AHD 15/02/1946).

A 16 de fevereiro de 1946, foi enviado um telegrama pela Direção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna ao Diretor da PIDE. O telegrama relata a conversa entre o Diretor Geral e o Diretor da PIDE, em que o último tinha informado pessoalmente o primeiro de que o ACC faria chegar a 2 de março a Lisboa o navio “Highland Monarch”, com destino a Hamburgo. Este navio servira para o repatriamento de alemães que desejavam retornar, assim como de alemães que Portugal considerasse útil repatriar. Refere a entrega de uma lista, no dia 13 fevereiro, ao Diretor da PIDE, em que considerava que os indivíduos constantes nas categorias 1, 2, 3, 4, 6 deviam ser convidados a sair de Portugal acompanhados de suas famílias; quanto à categoria 5, o Ministério aguarda informações da PIDE para decidir individualmente sobre cada caso. Reserva que esta “posição de princípio não impede que, em circunstâncias especiais, possam vir a ser autorizados a não embarcar alguns indivíduos constantes daquelas listas”, e que em relação ao grupo de categoria 2, apenas era considerada a saída de alemães detentores de funções oficiais, com a exceção de idosos, razões de saúde ou pais de crianças nascidas em Portugal (AHD 16/02/1946).

A PIDE enceta diligências requeridas pelo MNE e, logo em 19 de fevereiro de 1946, enviava um documento a informar o dito Ministério de que notificaram os indivíduos contidos nas categorias 1, 2, 3, 4 e 6 como indicado, em conformidade com a lista anexa ao documento mencionado e entregue pelo Ministério (AHD 19/02/1946a). Nota-se, portanto, que a categoria 5 nem sequer foi mencionada para intimar, na lista fornecida pelo Ministério à PIDE. Segundo o mesmo documento da PIDE, nenhum dos notificados se apresentou até ao dia 19, mas isso poderia relacionar-se com a não atempada receção dos “contra-fés” e, nesse sentido, no decorrer do dia 19 ainda se poderiam apresentar; caso tal não ocorresse, a PIDE requeria indicação da “atitude a adoptar” para com os faltosos alemães.

No dia 20 de fevereiro, foi emitido um documento com origem na PIDE e tendo como destinatário o MNE. Neste documento, a PIDE afirma-se incapaz de apresentar elementos que permitam determinar que indivíduos realmente pertenciam à categoria 2 e pede por isso assistência (AHD 20/02/1946a). Curiosa formulação foi utilizada no documento quando se refere a “trocas” associadas a indivíduos da categoria 2, o que leva a suspeitar que, ou existe um engano da PIDE, ou existiam negociações secretas entre Portugal e o ACC abrangendo os elementos a deportar estabelecido. No mesmo dia, a PIDE enviou também uma lista onde menciona os nomes de cidadãos alemães que não foram alvo de notificação e a decisão de passar mandados de captura aos que não se apresentaram (AHD 20/02/1946b).

No dia 27 fevereiro, a Embaixada do Reino Unido informa o governo Português de que o navio “Highland Monarch” faria escala em Lisboa no dia 5 de maio (AHD 27/02/1946a). O navio vinha de Buenos Aires e era escoltado pelo cruzador britânico “Ajax” (AHD 27/02/1946a).

Entra-se no mês de março e a Legação Francesa enviava, no dia 7, um documento (AHD 07/03/1946) dirigido ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Oliveira Salazar. O documento informa que se realizara a 35ª reunião do ACC para a Alemanha e que fora elaborada uma Nota pelo Diretório Político relativa ao repatriamento de alemães indesejáveis, tendo sido a França encarregada de a transmitir (que enviou anexo) por deter a presidência do diretório político. Nessa nota, dirigida pelo ACC aos governos das Nações Neutras, sobre a expulsão dos funcionários e agentes alemães, o ACC começou por lembrar que, em 10 de setembro de 1943, o Conselho de Controle Aliado adotara uma resolução em que chamava ao retorno de todos os funcionários e agentes alemães e suas famílias. Fora comunicada aos países neutros a assistência na implementação desse pedido, com vista a eliminar o perigo nazi e o seu ressurgimento possível no futuro. O ACC chamava a atenção dos países neutros para o facto de que, depois da derrota alemã, um largo número de alemães, em especial alemães indesejáveis, obtiveram a nacionalidade de outros países com pleno consentimento de organizações nazis e que, mesmo à data da redação do documento, se verifica a procura, em numerosos países, da obtenção de nacionalidades que lhes permitam escusar-se ao repatriamento e mesmo continuar no estrangeiro futuras atividades nazis. Assim, o ACC pedia cuidado e

exame minucioso dos pedidos dirigidos por alemães para obter nacionalidade local, de forma a negar a nacionalidade a tais elementos indesejáveis. No caso de terem conseguido tal nacionalidade, o Conselho pedia que se estudem os meios para esta lhes ser retirada, bem como as vantagens que tal facto lhes permite ter. O ACC exprimia o desejo de que as missões diplomáticas nas Nações Unidas, que ao conhecerem casos destes, procurem chamar a atenção dos governos visados, sendo que a questão foi alvo de exposição nas Nações Unidas (AHD 07/03/1946).

No dia 2 de abril, um documento com origem na Repartição dos Negócios Políticos e endereçado à Repartição dos Serviços Administrativos desse mesmo Ministério menciona um ofício recebido da PIDE. Nesse ofício, a PIDE requeria a liquidação de duas somas num total de 65.829\$20. Estas correspondem ao pagamento da dívida ao Hotel C. e Hotel N. de Sintra, onde estavam hospedados os alemães internados e que embarcaram no “Highland Monarch” para retornar à Alemanha. A Repartição dos Negócios Políticos defendia que devia creditar o pagamento ao MNE e por isso pede autorização superior para o fazer (AHD 02/04/1946).

Não deixa de ser curioso que, enquanto no MNE discute o pagamento do alojamento dos alemães repatriados, surge um documento da Embaixada do Reino Unido em Lisboa que seria de supor ter sido anteriormente tratado. Em alternativa, poderá ter existido necessidade de reformular o dito documento, pois caso contrário tal significaria falha na documentação disponível ou realizada (AHD 17/04/1946).

No dia 17 de abril, a dita Embaixada informava o MNE do envio de uma carta circular que as Missões Aliadas pretendiam usar, após tradução para Alemão, convocando os alemães ainda residentes em Portugal para retornar à Alemanha sob ordem do ACC. No entanto, tal carta circular não terá sido aceite na formulação inicial, já que em 11 de maio existe novo documento (AHD 11/05/1946) da Embaixada Inglesa referido a este mesmo assunto, e que em anexo envia um rascunho revisto da carta circular proposta, contendo as emendas discutidas (AHD 17/04/1946). A documentação mencionada parece confirmar que os Aliados ou o ACC encontraram em Portugal um parceiro que não se coíbia em opinar, mesmo em questões como uma carta circular.

A documentação do mês de junho oferece uma nova perspetiva na abordagem à questão do repatriamento para a Alemanha. Em documento de 24 junho de 1946, a Embaixada dos EUA em Lisboa envia ao MNE uma lista anexa com centenas de nomes de alemães (468) originalmente localizados no continente Americano, estando 51 desses indivíduos presentes em outros Estados da América (AHD 24/06/1946). Este documento indicava a vontade de libertar o hemisfério ocidental de indivíduos perigosos para a sua segurança sob a capa do ACC, e nesse sentido o envio da lista referida pretende informar o governo Português, para que este tome as medidas que não permitam a entrada e refugio destes elementos no seu território. Parece, no entanto, que tal documento sugere uma política ambígua do governo dos EUA. Basta lembrar a existência do projeto “Paperclip”, que contraria toda esta aura de preocupação com a segurança e retorno à Alemanha de todos os nazis enquanto simultaneamente procurava ativamente assegurar o controlo de indivíduos de interesse técnico e científico.

A reação portuguesa ao documento anterior foi estabelecida em julho. A 16 de julho, a Direção Geral dos Negócios Políticos e de Administração Interna envia ao Diretor da PIDE documento assinado pelo Diretor Geral Vasco Garin. A Direção Geral dos Negócios Políticos e de Administração Interna faz referência à receção do documento e envia as listas anexas para que a PIDE possa estar informada desses nomes, pois era “de máxima conveniência política evitar a entrada em território nacional de qualquer dos quatrocentos e sessenta e oito alemães referidos nas listas anexas” (AHD 16/07/1946). A resposta da PIDE não se fez demorar, em 19 julho informa o MNE que “foram tomadas as medidas necessárias” para ir ao encontro do pedido do MNE. Afirmar ainda que estão praticamente suspensas as autorizações de vistos a favor de alemães com vista à entrada em Portugal (AHD 19/07/1946).

Em julho, no dia 26, Portugal recebe da Embaixada do Reino Unido documentos que adensam a problemática do repatriamento Alemão. Num “aide-mémoire”, a Embaixada do Reino Unido faz alusão à questão de falsas declarações de rendimentos, declarações que deviam ser entregues pelos alemães em Portugal, sob o decreto de lei nº 34600 à Inspeção do Comercio Bancário. A Embaixada do Reino Unido anexa uma lista com nomes de alemães que mentiram nessas declarações, e que, por tal, se sujeitam a repatriamento. O “aide-mémoire” propõe que o governo Português concorde com o

repatriamento para a Alemanha desses indivíduos a bordo do navio norte-americano “Marine Marlin”, que chega a Lisboa a 30 de agosto de 1946 (AHD 26/07/1946a).

Nesse mesmo dia (26 julho), a Embaixada do Reino Unido envia outro “aide-mémoire” que aborda as exceções para os repatriamentos e os “abusos” registados. A Embaixada refere que, em fevereiro de 1946, o governo Português concordara com a expulsão, de Portugal, dos alemães contidos em 6 diferentes categorias no “aide-mémoire” de 28 de janeiro, com exceção em 5 casos:

- caso estejam demasiados doentes para viajar;
- nascidos em Portugal;
- os que tenham casado com mulheres Portuguesas;
- casos tenham filhos nascidos em Portugal;
- casos tenham viajado para Portugal depois do fim da guerra.

Entretanto o “aide-mémoire” chamava a atenção do governo Português para o Artigo nº 18 do Código Civil (sob emenda do decreto nº 19126 de 16 dezembro de 1930) e cita artigo que diz: “art.º 18º são cidadãos portugueses: 2º os que nascem em território português de pai estrangeiro, contanto que este não esteja ao serviço da sua nação, salvo se declararem, por si, sendo maiores ou emancipados, ou pelos seus legítimos representantes, sendo menores, que não querem ser portugueses“. Segundo o “aide-mémoire”, todos os alemães listados em todas as categorias foram reconhecidos como estando sob serviço à sua nação e, por essa razão, nenhum dos seus filhos deveria ficar protegido por este Artigo. Em ponto posterior neste texto, a propósito do tratamento de documentação relativa a pedidos de proteção, e a propósito das fichas criadas pela PIDE, será interessante verificar que este artigo realmente foi abundantemente utilizado para justificar a presença de alemães em Portugal.

Em anexo ao documento anterior envia-se uma lista de alemães, todos pertencentes à categoria 5 do “aide-mémoire” de 28 janeiro da embaixada inglesa, nomeadamente alemães ligados a organizações de espionagem e sabotagem como a “Abwehr” e “Sicherheitsdienst”. Acaba o “aide-mémoire” por fazer menção à chegada do navio norte-americano “Marine Marlin” a Lisboa, a 30 agosto, para repatriar alemães, seguindo para Espanha para fins similares. Os Aliados pedem informação urgente do governo

Português, perguntando se concorda com o repatriamento dos alemães listados na lista em anexo (AHD 1946a) ao “aide-mémoire”, para além do embarque das três categorias de alemães cujas listas (AHD 26/07/1946a) foram anexadas ao “aide-mémoire” da embaixada em 28 junho, mas que curiosamente aparece na documentação como data de 26 de junho.

Em 31 de julho, em novo documento (AHD 31/07/1946) da Embaixada do Reino Unido, faz-se alusão ao “aide-mémoire” de 26 de julho e à questão das crianças nascidas em Portugal de funcionários do governo Alemão, e reconhecidas como tal pelo governo Português que lhes atribuiu cartões de identidade, que são colocados em lista anexa (AHD 31/07/1946).

A 4 de outubro de 1946, um memorandum enviado por Seymour J. Rubin (Chefe da Delegação dos EUA) a Edward S. Crocker (Embaixada dos EUA) refere uma reunião com o governo Português em 27 setembro sobre a repatriação de alemães. A reunião foi encabeçada pelo Dr. Mathias (Diretor Geral da Direção Geral dos Negócios Políticos e da Administração Interna do MNE). Nesta reunião, o chefe da delegação dos EUA foi informado de que o repatriamento era visto como uma questão política pelo governo Português, que não via fundamento na ligação económica do caso. O autor do documento sublinha que a segurança económica é parte essencial do programa de controlo do ressurgimento do partido nazi e poder Alemão (AHD 04/10/1946). O memorandum referido é enviado ao Dr. Mathias pela Embaixada dos EUA, em nome dos Aliados. De novo, é notória a apreensão e reserva dos Aliados perante a questão do repatriamento dos alemães em Portugal.

6.5 O processo de repatriamento alemão, na perspectiva dos indivíduos interessados

A perspectiva dos indivíduos interessados, os próprios cidadãos alemães, oferece o quadro dos pedidos de proteção feitos ao Estado português. Tal como os parágrafos seguintes documentam, existiram dois aspetos marcantes neste processo: o recurso a uma argumentação relativamente homogénea por parte dos cidadãos alemães, indiciando uma possível abordagem a uma sensibilidade portuguesa; e a efetiva defesa por parte do Estado português, materializada na dispensa de embarque a um número significativo de cidadãos

alemães, havendo, inclusivamente, defesa de cidadãos que não tinham sido incluídos nas listas dos Aliados. Um terceiro aspeto, de presença mais subtil mas ainda assim notória, diz respeito à condescendência que os próprios Aliados pontualmente manifestaram para com os indivíduos a repatriar. Dá-se a seguir conta dos factos que sustentam estas aparentes tendências.

A situação do repatriamento imposto pelas forças Aliadas aos cidadãos alemães em Portugal desencadeia nesses cidadãos atitudes e diligências que demonstram a procura ativa da escusa ou retardamento em acatar tal imposição. De facto, o núcleo documental em causa regista uma serie de documentos em que os cidadãos alemães expõe, pelas mais variadas fórmulas, as razões que acham válidas e de atenção para a assegurar a sua permanência em Portugal.

O envio da primeira lista Aliada onde o ACC (Allied Control Council) coloca quase 600 nomes de cidadãos alemães a serem repatriados para a Alemanha, provoca reações na comunidade Alemã em Portugal (AHD 24/08/1945b).

O Embaixador da Alemanha, Gustav Adolf von Halem, torna-se no porta-voz de tais angústias, tendo oficialmente endereçado a W. J. Dorrington, em novembro de 1945, uma carta onde questiona a decisão Aliada para obrigar a um repatriamento imediato (AHD 08/11/1945). A argumentação do Embaixador Halem recai sobretudo sobre a questão humanitária vivida no Inverno de 1945. O retorno de Dorrington ao Embaixador Halem em 9 de novembro assegura que foi tomada em conta a situação na Alemanha e que todas as condições de ordem e bem-estar foram providenciadas para o acolhimento dos repatriados em Estugarda (AHD 09/11/1945).

Halem tornava a abordar Dorrington a 10 de novembro para lhe fazer notar que, para além das condições de alojamento, alimentação e serviços médicos em Estugarda para os repatriados, preocupa-o a falta de perspetiva para a utilização útil do esforço destes alemães e de suas famílias abandonadas. A carta não teve o efeito pretendido, já que, no dia 12, Dorrington, numa resposta curta e seca, informa Halem que não serão feitas quaisquer alterações às ordens dadas. Acrescenta que a falha na comparência para o repatriamento é considerada como recusa em obedecer às ordens do ACC (AHD

12/11/1945). A tentativa do Embaixador Halem revelou-se infrutífera, mas tal não implica, necessariamente, o fim de opções para os alemães em Portugal, como as próximas páginas demonstram.

A comunidade Alemã não podia imaginar que, em fins de 1946, a sua situação seria tão precária e cruel como já se podia presumir em 1945. Na carta de B.A, este indicava saber que homens repatriados como Von Harlem (último embaixador em Portugal da Alemanha em 45), bem como outros funcionários da Legação Alemã, estão, ainda em 1946, em campo de concentração dos EUA. Foram colocados em liberdade e retornaram ao campo de concentração para sobreviverem, enquanto outros vagabundeiam pela Alemanha. O relato menciona também que o embarque de Portugal, realizado a de 5 março de 1946, resultou na colocação dos repatriados em campos de concentração britânicos na floresta de Hamburgo, onde o frio, as barracas e a fome deixaram marcas profundas nos concentrados (AHD 14/11/1946).

O interesse objetivo dos cidadãos alemães na sua defesa pelo governo português é explorado de seguida em dois momentos diferenciados. No primeiro momento é dada atenção às ações de cidadãos alemães na procura de proteção do governo português, mesmo sem que os mesmos pertencessem a qualquer lista de repatriamento. Num segundo momento é dada a atenção às ações de cidadãos alemães incluídos nas listas de repatriamento, que procuram proteção do governo português.

Assim, para o primeiro grupo, é interessante anotar os casos de alemães que pedem proteção ao governo português sem estarem identificados em listas do ACC: sendo em pequeno número e sem qualquer relação qualificativa entre eles, não deixaram de antecipar o possível repatriamento e encetaram contacto com o governo português, no sentido de garantirem a sua proteção (AHD 19/03/1946, 12/03/1946, 15/09/1945b, 06/04/1946, 02/03/1946, 27/02/1946b, 22/02/1946a, 19/02/1946b, 27/11/1945, 19/02/1946c, 28/02/1946a, 24/10/1945, 30/06/1945). Exemplo dessa situação pode ser encontrado na ação de E.D. (AHD 15/09/1945b), A. I. M. (AHD 06/04/1946) e K. T. (AHD 27/02/1946b), que têm em comum terem sido funcionárias da Legação Alemã em Portugal, mas tal não foi fator para serem anexadas às listas do ACC para repatriamento. E. D. e A. I. M. apresentaram pedido relacionado com a sua saúde, e K. T. baseia a sua

carta de pedido de proteção no facto de a sua terra então estar sob controlo da URSS. Porém, no caso de A. I. M. existe um parecer (AHD 24/04/1946) do MNE que afirma ser “impolítico confirmar uma autorização de residência que seria dada a título precário”, e por essa mesma razão propõe o não andamento do seu caso.

Por outro lado, M.A.M. (AHD 03/10/1945) torna-se um caso especial pois, sendo uma religiosa, a sua situação foi solucionada positivamente. Quanto a R. S. (AHD 22/03/1946), a sua situação foi objeto de pedido de proteção por parte de um advogado português de Évora.

A especificidade dos casos pode ser analisada na carta coletiva (AHD 27/11/1945), assinada por vinte e dois alemães e endereçada ao Presidente do Conselho, a qual oferece uma nova perspetiva sobre o problema que pode implicar um repatriamento forçado. Todos estes homens se encontram, segundo eles, unidos pela perseguição relacionada com ascendência judaica, laços matrimoniais ou proteção a judeus. Afirmam que

“considerados pelos alemães, judeus, sem o serem de facto foi-lhes retirada a nacionalidade alemã e confiscados os seus bens e agora por ironia, do destino, a decisão do Conselho de Ministros, que considera como alemães e austríacos para o efeito de lhes serem aplicadas, como nacionais dêsses países, as disposições do decreto-lei nº 34.600 de 14 maio último, os indivíduos que tivessem perdido essas nacionalidades posteriormente a 1 de setembro de 1939, vem colocá-los na dolorosa situação de verem aplicar-lhes as leis excepcionais de congelamento de bens alemães feitas para obter meios de compensar os enormes prejuízos causados por aqueles com as suas arbitrárias medidas das quais os requerentes foram tão grandemente vítimas”.

A carta coletiva defendia que a ação dos Aliados ia contra o espírito da Declaração de Bretton Woods, já que os mesmos tinham abandonado a Alemanha em data anterior a 1 setembro de 1939. Notando também que devido às leis de Nuremberga de 1935 perderam a nacionalidade Alemã e foram empurrados para a emigração que “automaticamente e praticamente, significava a perda dos bens a favor do Estado Alemão” (AHD 27/11/1945).

No âmbito dos pedidos de proteção por cidadãos alemães ao governo português, sem que os mesmos tivessem sido incluídos em listas do ACC, existem pedidos relacionados com problemas de saúde ou burocráticas. Um cidadão alemão que optou por envio de carta, em nome individual, a apelar à continuação da sua estada em Portugal foi G. H.. Graças à ausência do seu nome das listas Aliadas e a uma condição física especial, G. H. não volta a emergir na documentação, o que permite considerar que eventualmente se conseguiu manter em Portugal (AHD 19/02/1946b). Os indivíduos austríacos, J. M. e M. K, em carta dirigida ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, expõem a sua situação de Austríacos que por vicissitudes da guerra se tornaram alemães, e por essa razão pedem proteção de “quaesquer eventualidades”, (AHD 20/02/1946c). Note-se que J. M. já em maio de 1945 tinha enviado uma carta ao Ministro dos Negócios Estrangeiros NE com o mesmo pedido (AHD 10/05/1945).

Quanto ao segundo grupo, ou seja, os pedidos de proteção de cidadãos alemães que foram intimados para se submeterem ao repatriamento, os pedidos seguem uma argumentação próxima da existente nos pedidos dos cidadãos alemães que não tinham sido colocados na referida lista.

Existem no Arquivo do MNE pedidos de alemães que, tendo sido individualmente intimados pelo ACC, enviam cartas a pedir proteção relativamente a essa intimação. As cartas são enviadas ao Presidente do Conselho ou ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, sendo que um documento originário no Gabinete da Presidência do Conselho, que endereça ao Diretor Geral dos Negócios Políticos vários dos pedidos tratados, faz crer que o assunto do repatriamento dos alemães em Portugal estava sob alçada do MNE (AHD 17/11/1945).

Existiam, no entanto, casos diferenciáveis dentro do grupo de cidadãos alemães a serem repatriados, existindo três casos de notificação individual que não contam das listas do ACC. São os casos referentes a H. E. (AHD 23/10/1945), T. C. J. (AHD 16/10/1945) e E. A. S. (AHD 07/11/1945). O caso destes alemães não permite estabelecer um padrão para este tipo de pedido, já que, enquanto H. E. e T. C. J. partilham o facto de terem ligação à Legação Alemã, tal não se pode afirmar a respeito de E. A. S.. Se todos refletem nos seus pedidos a questão da sobrevivência na Alemanha em tempos tão difíceis, T. C.

J. pede apenas um adiamento da sua partida, ainda que, tal como E. A. S., afirme que a doença percorre a sua família. Não deixa de ser curiosa a constatação de que a única família que não faz menção à sua saúde, H. E., é a que declara ter filhos nascidos em Portugal. Uma última referência deve ser feita a H. W. (AHD 19/02/1946c), esposa de G. W. (ex-conselheiro da Legação Alemã em Buenos Aires), que não consta em listas Aliadas. Sob a capa da sua saúde, pede para permanecer no país. É de notar que refere que o marido já está na Alemanha e que a sua presença em Portugal é assegurada por amigos portugueses que providenciam o seu bem-estar e o dos seus 3 filhos.

Um outro grupo de alemães com características especiais requereram proteção ao governo Português. Alguns alemães encontravam-se em Portugal em virtude da troca entre a Argentina e a Alemanha, sendo que o transporte para a Alemanha não ocorreu devido ao fim da Guerra. Em telegrama (AHD 22/02/1946b), H. K., J. S., C. H. e H. L. dão nota da sua chegada a Portugal no “Drottingholm”. Procuram proteção e permanência em Portugal. No entanto, em documento de março de 1946, estes nomes são dados como embarcados no navio “Highland Monarch”, que partiu de Lisboa a 5 desse mês. É de notar que H. L. não consta das listas, nem em nenhum documento surge este nome, a não ser neste telegrama. Não deve ainda ser esquecida a carta manuscrita de M. M. (AHD 05/06/1946), que apela à sua manutenção em Portugal baseada em questão de saúde.

A título individual, são mencionados sensivelmente sete dezenas de pedidos de alemães para se colocarem sob proteção e asilo em Portugal, indivíduos esses que estavam referenciados em listas do ACC. Estes pedidos decorrem de outubro de 1945 a julho de 1946. Não é fácil estabelecer um denominador mínimo comum entre todos estes elementos, sendo possível, no máximo, agrupá-los em grupos situacionais. Assim, numa análise dos documentos disponíveis, os pedidos alemães abrigam-se em seis principais justificações sendo eles: filhos nascidos em Portugal; razões de saúde própria ou familiar; casamento com nacional português; estado da Alemanha no ano de 1945 e 1946 que impossibilitava a sobrevivência destes alemães; zona de residência sob controlo de forças da URSS e pedidos de adiamento temporário do seu repatriamento.

De notar que o número de pedidos de proteção dos cidadãos alemães ao governo português representou pouco mais de 10% do numero referido na primeira lista de 1945 enviada pelo ACC. Particular atenção deve ser prestada aos elementos F. G. (AHD 30/05/1946), W. S. (AHD 28/02/1946b), H. R., E.O.V.R. (AHD 27/02/1946c) e E. (AHD 23/09/1945). A presença de F.G. e W.S. é colocada aqui sob nota, pois a informação relevante para esta tabela não é retirada de um pedido formal, existindo apenas uma nota com os dados apresentados. No caso de H.R. e E.O.V.R. as informações são retiradas de uma carta enviada a interceder por estes homens, já que eles mesmos não apresentaram tal pedido. E. apresentou o seu pedido de proteção a um Marechal de Campo Inglês, de onde se retirou a informação analisada.

Parece ser clara a preponderância dos argumentos utilizados para apoiar a continuação em Portugal destes alemães. O nascimento de filhos em Portugal e a sua naturalidade portuguesa destaca-se. É de lembrar que, em páginas anteriores, foi abordada a questão do nascimento destas crianças em Portugal, da questão jurídica passível de se levantar, e mesmo da notificação dos Aliados a Portugal. Nesta notificação, os Aliados faziam notar que o reconhecimento destes nascimentos estava a ser instrumentalizado pelos alemães, ou pelos portugueses, caso assentissem conscientemente esse tipo de pedido falacioso. No segundo lugar da lista de pedidos para a permanência em Portugal estão colocadas as questões de saúde, apresentando-se numerosos atestados médicos e doenças diversas não associadas a um padrão. Por fim, é de notar que as razões apresentadas entre 1945 e 1946 não diferem substancialmente, o que permite deduzir que não houve alteração ou reajuste dos pedidos em função do historial de aceitações prévias. Este quadro não deixa de indicar um conhecimento inicial das razões a indicar para obter sucesso nos pedidos formulados.

Existem casos com características especiais que devem ser analisados separadamente. Este é o caso de cidadãos alemães que baseiam o seu pedido às autoridades portuguesas na sua nacionalidade. Reclamando a nacionalidade austríaca, encontramos o caso de K. S. (AHD 19/02/1946d, 03/11/1945) e H.V.B (AHD s.d). Outras nacionalidades são também invocadas para invocar o pedido de não repatriamento para a Alemanha, como a nacionalidade brasileira e pedido de permissão de residência nesse país, por H.S. (AHD 19/02/1946e, 17/01/1946) e R.K. (AHD 24/02/1946a, 27/02/1946d, 01/02/1946) e G.H.S.P. (AHD 25/02/1946a).

Em múltiplos documentos, H.V. (AHD 24/02/1946b, 22/12/1946, 26/02/1946a, 10/03/1946) é referenciado por ter enviado várias cartas, sendo que numa delas faz referência à sua origem espanhola. Este argumento cai em outras cartas, o que faz suspeitar de tal afirmação, já que outras razões são mantidas nessas mesmas cartas.

Existem também cartas enviadas em nome de um grupo de alemães, como no caso de J.L., que encabeça um grupo de quatro elementos com origem na Argentina. Nesses documentos (AHD 21/02/1946, 07/10/1945) expõe-se a falta de condições na Alemanha para o seu repatriamento, assim como a ligação à Argentina e a vontade de regressar a esse país. Naturalmente, estes alemães estão ligados ao grupo mencionado anteriormente, que está em Portugal devido ao programa de trocas entre a Alemanha e Argentina.

Os casos de L.G.W. e M.d.C.H.O. são diferenciáveis. Se no caso de L.G.W. (AHD 30/06/1945) se verifica o nascimento em Portugal e mesmo a realização de serviço militar em Portugal, é graças ao nascimento com dupla nacionalidade que este indivíduo vai trabalhar para o governo Alemão. Mesmo tendo casado com senhora portuguesa e tendo filhos portugueses, o seu nome surge nas listas do ACC, e nessa emergência não deixa de apelar ao Ministro do MNE para a sua situação.

M.d.C.H.O. (AHD 28/02/1946a) é um caso especial, pois na documentação pode confirmar-se a primeira intervenção do Presidente do Conselho, Salazar, assim como a recomendação do padre C.L.. Numa carta manuscrita, M.d.C.H.O. refere que seu marido E.O. está colocado numa lista Aliada, ainda que tal não se confirme nas listas encontradas no arquivo. Por essa razão, é vítima de situações infelizes que lhe dificultam a sobrevivência e a das crianças a seu encargo. Não existe, porém, qualquer documento adicional que permita seguir este caso. Num outro sentido, podem registar-se os casos de H.A.Z. (AHD 10/11/1945) e F.W.I. (AHD 28/02/1946c, 01/03/1946), que apresentam a sua nacionalidade Portuguesa e cidadãos ativos deste país.

Um outro documento que merece um tratamento diferenciado é relativo à intervenção de O.F.K. (AHD 27/02/1946c). Este indivíduo não consta de qualquer lista Aliada, e surge apenas na documentação enquanto “fiador” de um número de alemães, que curiosamente, surgem nessas listas. Na carta endereçada ao Ministro da Guerra, em que apela à defesa

de O.E.V.M., B.V.W. e H.R., O.F.K. vai mesmo ao ponto de referir uma conversa com os Aliados onde apelou à proteção destes cidadãos alemães. O.F.K., afirma, em registo confidencial, que os Aliados entendem e aceitam o seu pedido, mas que por razões de prestígio não poderiam retirar os nomes da lista. Continuando a sua missiva, O.F.K. apela ainda à proteção de E.O.V.R., assegurando que todos os nomes referenciados merecem a sua confiança e segurança na conduta. O que ressalta deste documento é o facto de parecer existir, pela primeira vez, a abertura, por parte dos Aliados, a eliminar nomes constantes de uma lista. A ser verdade, e não apenas um embuste do O.F.K., isto parece deitar por terra a visão que os Aliados pareciam deter, enquanto detentores de uma postura sem mácula ou transigência para com os alemães.

A documentação relativa a alguns intelectuais alemães em Portugal tem início num apontamento (AHD 28/06/1945) de junho de 1945, onde se informa que H.M. era professor universitário; W.K. também professor universitário estando também ligado aos serviços de propaganda alemães; F.W.V. relacionado com o Conservatório e pago pela Legação para disseminar propaganda. Em documento timbrado da Embaixada do Reino Unido em Lisboa, T.S. é indicado como antigo líder da juventude Hitleriana e ligado a uma escola em Lisboa (AHD 1946b). Surge em agosto de 1945 (AHD 09/08/1945) a menção a K.J., de quem não se consegue ter informações relevantes. H.K. e A.E.A.B. são ligados à Universidade. Para além de serem indicados como elementos pró nazis, o último tem ligação aos serviços culturais da Legação Alemã.

Enquanto funcionários do governo alemão, W.K. e H.M. receberam ordens do ACC para serem repatriados. W.K. argumentou (AHD 27/10/1945) que, se a Universidade terminasse o seu contrato poderia regressar. Caso contrário, teria de honrar o contrato que terminava em fevereiro de 1946. Quanto a H.M. o argumento seguiu a mesma linha, ou seja, estaria pronto para o regresso mas o seu contrato terminava em agosto de 1946 e fazia depender o seu retorno imediato da eventualidade de a sua Universidade na Alemanha, o convocasse de novo.

Um documento (AHD 00/01/1946) de janeiro de 1946 não está assinado mas indica ter uma origem inglesa. Tem como destinatário o MNE e dá conta da tentativa de obter um professor de literatura inglesa para a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Este

documento é interessante, pois revela como até a disponibilização de um professor se pode tornar um jogo diplomático. A argumentação, que começa por depositar na estrutura do curso a culpa para a dificuldade em encontrar um académico de renome, sendo que por se conhecer que existiam de dois professores da faculdade de origem alemã e propagandistas nazis, insinua-se que, por essa razão, seria apenas possível um académico de 3ª ordem aceitar tais condições de trabalho na Universidade.

O episódio relativo aos intelectuais alemães tem como última entrada documental (AHD 26/07/1946b) a data de julho de 1946. O documento tem origem na Embaixada Inglesa e faz uma breve apresentação da informação recolhida sobre estes professores. Quanto a A.E.A.B., informa-se que este detinha contacto na Universidade e mantinha reuniões regulares com agentes da “Abwehr” no Norte de Portugal. No período da guerra, concretamente em 1944, tornou-se arquivista na Legação Alemã em Lisboa, e no período pós guerra era mencionado como elemento envolvido no movimento revivalista nazi em Portugal. F.I, ligado ao Centro Luso-Alemão no Porto e ao Instituto Cultural Alemão no Porto, seria um nazi com um papel ativo na distribuição de propaganda nazi no distrito do Porto. Era mesmo reconhecido como importante membro de contraespionagem da secção da “Abwehr” no Norte. W.H., que estava ligado à Universidade em Portugal e com ligação à Universidade na Alemanha, era leitor desde 1942 no “Schulungskursus der politischen Leiter” e “Kulturwart” do partido nazi. Era um nazi fervoroso, assim como Diretor de Secção Científica do Instituto Cultural Alemão em Lisboa. H.E.M., professor na Universidade e com ligação à Universidade Alemã, foi membro ativo do partido nazi. J.M.P, professor na Universidade, era em 1939 o chefe do partido nazi, sendo suspeito de possuir um transmissor telegráfico sem fios portátil.

É de notar que apenas existe documentação relativa ao pedido de permanência e proteção do intelectual W.K., e não em relação a todos os outros professores. Em fevereiro de 1946, no dia 25, W.K. dirige-se, em carta, ao Presidente do Conselho onde expõe o seu caso e onde lembra que, ao ser intimado pelo ACC, a Universidade, na pessoa do seu Diretor, confirmara que “nada obstava ao cumprimento do contrato em vigor”. Afirmar na carta que Salazar teria garantido ao Ministro da Educação a atribuição de asilo político ao intelectual W.K. como reconhecimento dos serviços prestados ao Estado português, caso não fosse possível renovar o contrato de trabalho. Não deixa o intelectual de referir

que três filhos nasceram em Portugal, além de não poder voltar à sua Universidade na Alemanha que se encontra em zona controlada pela URSS. No dia seguinte (26 de fevereiro), carta com o mesmo teor (AHD 26/02/1946b) segue para o MNE.

Nesse mesmo dia (26 fevereiro 1946), um professor de direito, escreve de Coimbra ao Dr. Salazar. Essa carta (AHD 26/02/1946c) é seguramente um documento que deixa entrever aspetos interessantes. O professor menciona a visita de Salazar a sua casa em outubro de 1945, na qual o anfitrião terá intercedido em favor dos intelectuais alemães (J.M.P., A.E.A.B., H.M, H.K e W.K.). Afirma que a renovação dos contratos de H.M. e W.K. não ocorrera por “imposição dos senhores anglo-americanos”. Refere que W.K. recebeu ordem da PIDE para se preparar para o repatriamento, o que ia contra a promessa de não expulsão por parte do governo. O professor continua, e afirma que ouviu de Salazar que “(...) a polícia portuguesa, embora colaborando, jamais estaria sob as ordens de qualquer potência ou comissão estrangeira como seu instrumento dócil”, devendo por isso, “(...) para além da política, em nome da ética e do direito natural, (...), e também em nome do decôro nacional” não entregar o intelectual E.K..

Na documentação disponível e analisada é possível encontrar uma listagem onde são dispostos os nomes de alemães a ser repatriados. Por diversos motivos, estes foram dispensados de embarque no navio Highland Monharch para o dito repatriamento, nomeadamente razões de saúde ou idade avançada, por exemplo. A razão para não surgir documentação relativa a anteriores, ou posteriores, embarques é neste momento totalmente desconhecida.

A dispensa de embarque destes 76 alemães recai sobre pessoas que estão colocadas nas categorias 5 e 6 definidas pelos Aliados, sendo que não existe documentação descritiva para todos os indivíduos (AHD 1946c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, v, w, x, y, z, 1946aa, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u). Tendo em vista que não se tem acesso a outras listas, até ao momento, e inferindo que as regras de atuação não permitiam liberdade discriminatória, é possível aceitar que o número e argumentos utilizados em anterior ou ulterior embarque tenham sido replicados. Sob dispensa médica, são dispensados de embarque quase três dezenas de alemães, quase totalmente colocados

dentro da categoria 5 (AHD 1946x, y, z, 1946aa, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u).

A categoria 5 reflete-se novamente nas dispensas atribuídas segundo a enigmática classificação em que se diz: “por razões ou motivos julgados de atender” (AHD1946d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, v, w). Dentro desta categorização, encontram-se 44 alemães que foram libertos da presença e embarque no “Highland Monarch”, sem que existam elementos específicos para os qualificar dentro dessa escolha.

Ao analisar a documentação, mais especificamente, os documentos privados dos alemães mencionados neste ponto, e confrontando os nomes contidos na lista de dispensas do “Highland Monarch”, por dispensa médica ou por “razões ou motivos julgados de atender”, podemos concluir que quase quatro dezenas desses pedidos efetivamente conseguiram alcançar o seu objetivo. Ainda assim, foram deixados “cair” três dezenas de pedidos enviados às autoridades portuguesas. Não deixa de ser relevante que quatro dezenas dos nomes encontrados na lista de dispensa de embarque não tenham apresentado qualquer pedido, pelo menos disponível na documentação analisada ou existente, sendo novamente, quase na totalidade, elementos contidos na categoria 5.

6.6 A questão alemã para além dos anos 1945/1946

Depois de 1945/46, a presença de cidadãos alemães em Portugal parece não implicar a ostracização desses cidadãos alemães, pelo menos nos casos em que representa algum tipo de mais-valia ou contactos relevantes, conforme indica a documentação. Apresenta-se abaixo os casos identificados.

As facilidades encontradas na permissão de viagem para os EUA de um cidadão que se definia como austríaco, mas com uma relação laboral com os EUA, parece ser o suficiente para lhe ser permitida a viagem para esse país, em 1946, sem qualquer barreira por parte desse Estado (AHD 27/08/1946, 17/07/1946, 25/02/1946b, 29/01/1946, 04/05/1945, 15/01/1946, 16/01/1946).

A “humanidade” da máquina burocrática para com o caso de uma criança descendente alemã, não sendo conhecido o paradeiro de seu pai, e tendo sua mãe falecido em Portugal, espoleta um processo de consultas de forma a permitir a viagem dessa criança para a Argentina e para o cuidado de seus avós (AHD 31/10/1946, 23/10/1946, 09/07/1946, 10/08/1946, 09/08/1946, 01/08/1946, 03/07/1946, 14/02/1946).

A permissão e permanência de cidadãos alemães em Portugal parece ser um processo de equilíbrio. No ano de 1948, o processo relativo a um indivíduo alemão a quem é permitida a presença e permanência em Portugal impele o Estado português a um cuidado especial, no que toca ao pedido desse indivíduo para viajar para África. O objetivo era o de não criar qualquer fonte de atrito com o Reino Unido, que não tinha ainda desistido do repatriamento do mesmo para a Alemanha (AHD 05/07/1948, 12/06/1948, 01/04/1948, 25/03/1948, 26/01/1948, 20/11/1947a, 09/07/1947, 20/12/1947, 16/12/1947, 20/11/1947b).

Um caso especial é o relativo ao cidadão alemão S. e à forma como o seu processo se desenvolveu nas organizações estatais portuguesas. S. é um cidadão Alemão listado como pertencente à categoria 5. Depois de ter sido internado com residência fixa, é dispensado de embarque por ter filho nascido em Portugal. S. consegue mesmo a naturalização, contrariando a diretiva do ofício confidencial de 31 maio de 1945 (da Direção Geral do MNE à Direção Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior onde se suspende a naturalização de alemães) mencionado na Informação-Parecer do MNE de julho 1946 (AHD 24/07/1946). Em documento do MNE de agosto de 1946, é examinada a forma como S. conseguiu a nacionalidade portuguesa (AHD 08/08/1946a). Terá sido através da utilização do Artigo 239 do Código do Registo Civil “que permite aos maiores de 14 anos inscreverem-se em qualquer Conservatória apenas apoiados em 4 testemunhas e sem necessidades de qualquer outra prova mais”. S. apresentou em Conservatória de Sintra o argumento de ser filho de pais alemães e nascido no Porto. Curiosamente, as quatro testemunhas do ato eram todas de Sintra e atestaram que S. realmente tinha nascido no Porto. A mesma informação do MNE continua, dizendo que, tendo S. estado a trabalho sob governo estrangeiro, a “penalidade prevista no nº 2 do Artº 22 do C. Civil” impõe a perda da nacionalidade portuguesa e por isso legalmente não deveria ser reconhecido como Português.

A utilização de falhas e debilidades humanas ou institucionais parece ter tido lugar no decorrer do processo dos cidadãos alemães em Portugal. No ano de 1950, ainda se refletia no MNE sobre como foi possível um cidadão alemão ter conseguido utilizar uma falha do registo do Código Civil de forma a assumir a naturalidade portuguesa. Desde 1946, tal individuo é relacionado a atividades de espionagem em Portugal e é indicado a ser repatriado para a Alemanha, tendo estado retido em Vizela sob a condição de “residência fixada” (Arquivo Histórico-Diplomático 29/11/1950, 15/11/1950, 06/11/1950, 00/09/1946, 13/09/1946, 08/08/1946b, 02/08/1946, 24/07/1946)

No decorrer da década de 50, a documentação alusiva ao caso dos cidadãos alemães que foram acolhidos e protegidos parece demonstrar como a forma como o Estado Português tratou o processo foi errática (AHD 05/09/1951, 30/08/1951). Para além de apresentar uma ação pouco clara, o foco de atenção para com o repatriamento de alemães que habitavam em Portugal parece indicar uma “facilitação” propositada. Vai nesse sentido a indicação presente no documento de agosto de 1951, onde a PIDE procura orientações de ação para com um dado cidadão de origem alemã que, estando “a monte” desde 1946, se entrega nesse ano à PIDE. Mas esta parece não executar qualquer ação sem primeiro consultar o MNE (AHD 08/08/1951).

Um documento da segunda metade da década de 50 não deixa de oferecer uma reflexão. Neste documento, um cidadão alemão a quem foi permitida a permanência em Portugal, entra em contacto com organizações estatais portuguesas para notificar os mesmos da intenção de realizar uma viagem de negócios à Europa de Leste (ANTT).

6.7 Conclusão

A sequência de eventos aqui relatada não deixa de criar um quadro mental onde a diacronia documental ajuda a tornar um pouco mais claro como o percurso e opções do governo português e as opções dos Aliados se foram transmutando com o tempo.

Desde o final da Guerra até finais de 1946, a flutuação de vontades foi evidente. Da parte Aliada, as vontades foram de uma intransigência feroz até desembocarem numa atitude quase permissiva. A documentação indica o “esquecimento” progressivo da questão dos

cidadãos alemães em Portugal já que o tema desaparece quase totalmente nas relações entre os Aliados e Portugal. A atitude portuguesa iniciou-se por um assentimento cordial e cooperante, mas rapidamente se revelou numa força de bloqueio para com as vontades Aliadas.

A partir da análise realizada à documentação disponível sobre o caso dos refugiados alemães em Portugal, parece ser possível defender que a política portuguesa neste período seguiu uma opção capaz de observar os interesses imediatos e estratégicos de Portugal. Simultaneamente, é questionável se Portugal desenvolveu uma política onde a defesa do Homem – que nada apresentava como mais-valia para o regime português – parecia ser prática assumida. Em resumo, se por um lado Portugal parece defender os refugiados alemães por questões humanitárias, existem indícios, apenas indícios, de que a proteção dos refugiados alemães pudesse ser um elemento estratégico a usar na relação com os Aliados.

A questão do acolhimento e defesa de cidadãos alemães em Portugal no pós II Guerra Mundial consegue obter algum esclarecimento com a documentação disponível nos arquivos do MNE. Não deixa de ser relevante que a troca interna de informação, ou seja, a circulação de notas e ofícios entre Embaixadas portuguesas e o seu governo, seja regular e profunda sob vários aspetos de atuação.

Por outro lado, os contactos desenvolvidos entre o governo português e as Nações Aliadas demonstram que a questão do acolhimento de alemães em Portugal estava longe de ser uma opção única e independente do governo português. À luz da documentação, pode mesmo equacionar-se a possibilidade de uma ação portuguesa baseada em valores e conceitos pouco aceites pelos Aliados, bem como uma “independência” de ação surpreendente para um país fora da esfera do poder mundial.

Porém, é de relembrar o pedido do Vaticano a meio de 1945 (como mencionado no início deste texto) sobre a posição de Portugal perante o pedido dos Aliados para o repatriamento de cidadãos alemães. Este pedido faz notar que as opções nunca deixaram de ter implicações internas e externas. De facto, as escolhas e decisões de Portugal movimentaram-se em vários patamares, a nível interno e externo. E ainda mais densa se

torna a questão se a carta de O.F.K. for lembrada e tomada como verdadeira: a sua afirmação de que as forças Aliadas eram sensíveis a pedidos de proteção de determinadas pessoas, desde que não perdessem a face da sua autoridade moral, torna a questão ainda mais interessante e relevante. Fica a questão por responder, se a esta condescendência Aliada para com os cidadãos alemães indica a vontade de superação da guerra, ou se está relacionada com a gerência do novo mundo pós II Guerra Mundial e a relação entre os EUA e URSS.

A nível interno, a cooperação entre a PIDE e o MNE deve ser anotada. O filão de informação que a relação entre a PIDE e MNE constrói é usado e explorado. Ocorrem naturais falhas, como se pode observar na troca de ofícios e cartas, mas estão sempre em relativa sintonia. No entanto a ação da PIDE e do MNE não é totalmente conseguida. O exemplo mais relevante é o caso de S., no qual a capacidade ou a vontade de ação do governo português não apresenta um elevado grau de sucesso (G.E.S. ou W.E.S. ou W.S.).

Assim, a documentação analisada indicia que a ação do governo português quanto à questão dos cidadãos alemães refugiados em Portugal no pós II Guerra Mundial é estabelecida, aparentemente, dentro do quadro humanitário, mas sempre enquadrada pelo pragmatismo e oportunidade que a questão representava para o governo português.

Este estudo de caso único, concretizado numa investigação histórica arquivística, foi pensado de forma a funcionar como elemento de triangulação com o estudo principal exposto no capítulo anterior. No capítulo que se segue, capítulo VII, será desenvolvida a conclusão desta tese. Será aí então apresentada a relação e relevância da utilização deste estudo histórico enquadrado pelo estudo principal.

CAPÍTULO VII – Conclusão

7.1 O percurso

Ao longo desta tese, foi investigada a possibilidade e a vantagem de uma leitura das relações internacionais do Estado Novo baseada na construção ideográfica. Este tipo de leitura não tem estado patente na literatura sobre o Estado Novo, a qual parece dominada por leituras, menos teóricas, ora de pendor materialista, ora desvinculadas do plano das relações internacionais (cf. capítulo I, II). A possibilidade de uma leitura baseada no ideado foi averiguada por meio de instrumentos conceituais, como o conceito de ideografia aqui proposto, e por meio de instrumentos metodológicos adequados à abordagem do problema.

A teoria construtivista guiou a escolha do objeto desta investigação, a construção das relações internacionais portuguesas, e o objetivo, que é verificar o papel da ideografia nas relações internacionais portuguesas do período 1945-1960. A perspetiva construtivista considera que a construção histórica e social das ideias marca as possibilidades de ação e de realização, neste caso, no âmbito das relações internacionais. Adotando uma perspetiva pouco explorada, senão inovadora, reconheceu-se aqui como crucial a perceção da realidade, em oposição à capacidade efetiva de poder exibida por Portugal na cena internacional. Atendeu-se às perceções sobre Portugal em duas esferas: a esfera interna, ou relativa a si mesmo, e a esfera externa, relativa à cena internacional entendida a partir de Portugal (cf. capítulo I, IV).

Para lá da contextualização teórica e histórica, a investigação foi desenvolvida por meio de um estudo de caso que adotou Portugal como unidade de análise e que apostou na triangulação de fontes e métodos, combinando um estudo principal e um estudo secundário. O estudo central incidiu sobre documentos públicos coletados e editados na obra “Discursos” e especificamente selecionados pelo autor da obra para serem

divulgados relativamente ao período temporal 1945-1960. Por serem uma criação do homem que controlou e dirigiu o regime do Estado Novo, os documentos editados na obra “Discursos” garantem a representação das perceções relativas às possibilidades de ação do regime, abrindo o acesso a uma ideografia que sustenta essas escolhas. Foi feita uma análise sobre múltiplas dimensões, percorrendo áreas duras como o poder e as estruturas políticas, mas passando também pelo reconhecimento do elemento da influência cultural. Aplicou-se um método de análise de conteúdos textuais associado à “grounded theory”, que valoriza os processos indutivos em detrimento de leituras guiadas por categorias pré-estabelecidas.

O estudo secundário teve como objetivo permitir um confronto com os resultados do estudo principal. Neste âmbito, fez-se uma investigação arquivística sobre documentos oficiais que descrevem a ação concreta do regime, na cena internacional. O caso em estudo – a questão da permanência de cidadãos alemães em território português após o final da II Guerra – implicou uma temática que, sendo específica e irrepetível, garantiu um quadro político difícil de ser tratado segundo experiências prévias. A ação e reação do regime, que pôde assim ser analisada, permite confrontar o desenho ideográfico que o estudo principal propõe, e dessa forma reforçar a validade desse estudo nuclear.

A opção por uma análise qualitativa esteve, em primeiro lugar, associada à perspetiva construtivista que atravessou esta tese. Aceitou-se que, tal como a realidade de uma comunidade resulta da ideação que a leva a interpretar o mundo, também o investigador é um intérprete da realidade documentada. Em segundo lugar, considerou-se que a desocultação da ideografia é incompatível com uma análise quantitativa. Se é verdade que existe uma miríade de desafios a uma investigação qualitativa, é também, na realidade, difícil imaginar que a utilização da análise quantitativa pudesse deter a sensibilidade necessária para penetrar no campo das ideias.

A utilização de um método de análise específico, associado à “grounded theory”, foi outro aspeto inovador e outra escolha consciente desta investigação (ponto 7.2 deste capítulo). Com este método, foi visada a eliminação de pré-conceitos e “verdades” assumidas, as quais quase nunca são contestadas.

Findo o percurso, importa avaliar se foi, de facto, obtida uma visão integrada das relações internacionais portuguesas durante o Estado Novo. Considera-se que a visão terá sido tanto mais integrada quanto tenha sido possível observar uma convergência dos distintos níveis de resultados da presente investigação (ponto 7.2.1 deste capítulo). Assim, e se uma visão integrada foi conseguida, espera-se, em primeiro lugar, encontrar uma coerência interna na análise ideográfica feita aos excertos da obra “Discursos”, e que essa coerência permita qualificar a visão da comunidade portuguesa face às esferas interna e externa. Em segundo lugar, espera-se que os resultados do estudo secundário, realizado pelo método histórico, confirmem o quadro obtido no estudo principal (pontos 7.2.2 e 7.2.3). Finalmente, pode ainda esperar-se que uma visão integrada, por ser nova, permita acrescentar algo à compreensão do Estado Novo. O ponto seguinte descreve a convergência observada nos resultados desta investigação, caracterizando a ideografia portuguesa durante o Estado Novo (1945-1960) e o seu impacto no plano das relações internacionais de Portugal.

7.2 Principais conclusões

Da análise dos dados poder aduzir-se que a construção ideográfica nas relações internacionais portuguesas para o período 1945-1960 não é uma construção articulada, mas sim pontual e reativa. As relações internacionais portuguesas não têm por base uma construção ideográfica unitária quanto ao seu desenho nem quanto à projeção de Portugal no mundo. As relações internacionais portuguesas são estabelecidas em políticas e não numa política. O pragmatismo e a necessidade imperam e a definição estratégica é relativa.

O conjunto de fontes utilizadas mostrou que a projeção das relações internacionais portuguesas não se reveste de uma exposição e intervenção direta nos cenários internacionais. As análises feitas levantam a possibilidade de o Estado Novo não ter uma política externa “per se”, mas sim políticas externas, que desenvolvem ações reativas ou necessárias. A atitude reativa e não ativa é sintomática dessa mesma postura, limitando o desenho do mundo, que parece ser feito segundo as conceções portuguesas. Os pontos 7.2.1 a 7.2.3 articulam e fundamentam esta visão geral.

7.2.1 Portugal: comparação entre a esfera interna e esfera externa

A análise do posicionamento de Portugal perante duas realidades – interna e externa – revelou-se útil. Ao longo da investigação realizada, foi possível verificar uma conjugação e interação dos fatores externos e fatores internos que aponta para uma dinâmica onde cada esfera é suporte do posicionamento perante a outra. Por um lado, a referência à esfera internacional parece ser utilizada como ferramenta para justificar as condicionantes das opções disponíveis para a esfera interna. Por outro lado, a análise da esfera interna apresenta uma ligação de correntes, perspetivas políticas e sociais diferenciadas, que impedem a definição clara de uma linha de ação efetiva no plano internacional e a definição de uma ideografia unitária e articulada.

O reconhecimento, da profunda influência da esfera externa sobre a esfera interna, parece permitir a Portugal a justificação da dificuldade em obter uma estabilidade real para implementar medidas eficazes e desejadas. A presença do “externo” como elemento relevante na construção do “interno” serve, assim, como “escusa” para as opções possíveis e como necessidade de justificação para algumas ações que não seriam acatadas facilmente sem a presença dessas condicionantes. A esfera externa é, enfim, uma tábua de salvação para justificação da esfera interna: relembra-se aqui o capítulo V e a forma como a URSS é “utilizada” para assegurar uma pretensa unidade contra o comunismo e contra os interesses do Estado da URSS em África, leia-se, os interesses da URSS em África que destabilizam ou ameaçam os interesses portugueses, e por arrasto a esfera interna portuguesa.

A defesa de uma sociedade internacional baseada em Estados que representam as comunidades humanas neles contidos implica uma estruturação e limitação das possibilidades de ingerência mútua entre Estados. É notório, ao longo da investigação, que a coincidência entre os conceitos de nação e Estado está implícita. O facto de a ideografia do Estado ser inerente à nação, e o facto de a nação representar todos os elementos da sociedade humana e geográfica que uma dada comunidade reconhece como sua, implica um patamar de funcionamento interno e externo que condiciona o leque de possibilidades para o Estado.

A nível interno, a construção da identidade portuguesa é estabelecida pela relação de valores e ideias que são a origem e a sustentação do regime. Não existe regime sem apoio da comunidade. Porém, a comunidade não é um elemento estático. Os interesses inerentes a atores individuais, ou coletivos, destabilizam o relacionamento da comunidade o necessário para garantir a perseguição dos seus objetivos.

A nível externo, a relação simbiótica que o Estado Novo estabelece entre a fonte do poder e a capacidade de o manter parece afastar o âmbito das relações internacionais portuguesas de uma participação plena, para tender a ser uma participação constrangida pela necessidade.

A ausência de uma proposta efetiva para si, para o mundo e para o desenvolvimento das relações internacionais parece fundamentar a caracterização do Estado Novo, não como uma ideologia, mas sim como um regime capaz de executar políticas e manter a nação. Nesta linha, parece ser adequada a auto nomenclatura proposta por Salazar quando qualifica o regime como “Situação”.

A ideologia não deixa de exercer um papel diferenciador e definidor do regime, no que diz respeito, sobretudo, à perceção do exterior. No entanto, a questão ideológica parece ser relativa. Embora a questão ideológica seja tomada e aceite por vários autores como a premissa da incompatibilidade entre o Estado Novo e a URSS, os dados parecem indicar um escamoteamento do real interesse do Estado Novo para com a URSS. É interessante salientar que a coincidência entre URSS (Estado) e URSS (ideologia comunista) é esmagadora, não sendo reconhecido qualquer outro foco ideológico comunista real para além da URSS.

O antagonismo de Portugal para com a URSS coincide com a perceção da alteração do equilíbrio de forças internacionais, onde a pedra basilar da política securitária portuguesa entra em declínio. No caso, é a Inglaterra, com a qual quase se torna difícil manter uma aliança capaz de assegurar o controlo e acesso aos territórios extra europeus portugueses. A URSS representa também uma entidade a combater pela capacidade de ingerência na esfera interna de Portugal.

A capacidade de ingerência da URSS revela-se na atenção dada por Portugal à oposição e ao resultado de eleições realizadas no período temporal em análise. Quer o cuidado para com as elites, que eram potencialmente sensíveis a correntes de pensamento não coincidentes com a linha do Estado Novo, quer o cuidado com as “massas”, que eram vistas como manipuláveis, releva um fator de defesa interno para com a URSS. A visão da URSS como fator de instabilidade, quer a nível interno, quer a nível político, quer a nível securitário para os territórios portugueses em África, parece indicar que a luta para com o comunismo tem mais a ver com a defesa de interesses estratégicos portugueses que com uma real luta ideológica.

Como contraponto, pode ser apontado o reduzido interesse numa visão da democracia enquanto fator de instabilidade interna em Portugal. A democracia é entendida como uma fórmula ineficaz, dependente das massas incultas e sugestionáveis que impediam um real governo. A comparação da atenção dada à democracia com aquela que é dada à URSS, ao longo do período em análise, parece reforçar a ideia de que não era atribuído à democracia o estatuto de perigo real para o Estado Novo, ao contrário da ameaça encontrada na URSS.

A limitação da possibilidade de ingerência externa na realidade portuguesa é de tal forma desenhada que até mesmo o papel da Igreja parece ser relativizado. A diferenciação entre ética e moral, e entre Igreja e Vaticano, indica uma subordinação do papel da Igreja ao Estado em Portugal. A subordinação da Igreja não deve ser tomada como uma ação de força. Deve antes ser entendida como a utilização estratégica de um recurso que permite ao Estado Novo implementar a sua política. O papel da Igreja, associado à matriz comum Ocidental, é notoriamente uma estratégia de “aproximação” ao mundo Ocidental de Portugal e, logo, da defesa dos interesses de Portugal em locais como a Índia que, na década de 50, representava um foco de instabilidade para o regime.

Perante a questão securitária do Portugal europeu, a URSS representa um elemento de possível agressão, cuja contenção é encarada sempre dentro de organizações internacionais. A defesa da Europa como fonte e referência cultural e civilizacional é assumida como prioritária. Curiosamente, essa defesa coincide com a própria defesa do regime. Ou seja, se Portugal é Europa, logo a Europa é Portugal, o que implica a defesa

da totalidade de Portugal pelos demais Estados europeus ou Ocidentais. A estratégia de sobrevivência parece gerir a ligação europeia de Portugal, mais que a aceitação da Europa como opção desejada.

O estabelecimento de uma quase hierarquia de Estados sob a designação de “amigos” supera a fórmula e ultrapassa a luta pelo poder e influência. A estratégia de Portugal procura associar a si países com o poder necessário para se posicionarem como defensores das causas portuguesas. Não surge como relevante a procura de poder e influência de Portugal “per se”, o que permite inferir que não existe uma real procura da projeção de Portugal no campo internacional. Pelo contrário, a ação internacional portuguesa parece procurar apenas a continuidade de uma “realidade” tida como desejável. Os EUA, Brasil, Espanha, Reino Unido são os Estados que Portugal identifica como necessários para a sua defesa. De uma forma menos intensa e relevante, a associação a Estados de origem africana ou asiática está sempre em linha com a ligação estratégica de interesses e não com a projeção de Portugal como Estado produtor e exportador de uma mensagem.

Esta interpretação pode ser confirmada pela postura de Portugal perante a necessidade de ação internacional quando inserido em organizações internacionais. Neste quadro, é proposto que a leitura da participação de Portugal nessas organizações ultrapasse a questão financeira, ou a ideológica. Parece ser possível defender que a participação portuguesa passa por uma estratégia que pretende utilizar estas organizações como pedra basilar de uma política externa incapaz de se projetar pelo poder ou força do Estado português. Em alternativa, sob a pertença a essas mesmas organizações, Portugal parece “abrigar-se” na capa do Direito Internacional para estabelecer um poder de “influência”.

Por outro lado, a preferência pela relação bilateral entre Portugal e outros Estados parece tentar ser uma estratégia de limitação de ingerência de organizações internacionais na definição de opções de cada Estado. Isto significa que a relação estratificada entre Estados numa relação bilateral potencia a posição de Portugal, já que a noção do peso civilizacional de Portugal coloca o país num patamar onde poucos Estados coabitam.

A aceitação da estratificação dos Estados na cena internacional acaba por coincidir, em grande parte, com a construção da ideia de tempo. O tempo é muito mais que a contabilidade de dias ou horas, o tempo funciona como um referencial de ação, como foi definido no capítulo V. A construção da realidade é devedora do tempo imediato. A construção da ideia de tempo, como é legível na figura 2 do capítulo V, a permanência do passado distante, é óbvia, mesmo quando existe referência ao passado recente e imediato. O lugar da noção de tempo na ideografia pode, por exemplo, ser constatado na forma como Portugal, enquanto nação e comunidade, é entendido como devedor do empenho e engenho das gerações anteriores. Esta relação do tempo com a ideia de continuidade e reconhecimento dessa continuidade marca positivamente a perspectiva temporal.

A construção ideográfica nas relações internacionais portuguesas é condicionada também pela ideia de equilíbrio entre forças, personificadas pelos Estados. A ligação de Portugal ao Ocidente e em especial à Europa parece dominada pela ideia partilhada de uma civilização que assenta na cultura, mas também numa noção de etnicidade que coloca a humanidade dentro de patamares de evolução diferenciados.

A “utilização” de conceitos como cultura, civilização, religião e etnia surge como elemento estratégico de defesa da posição de Portugal na esfera internacional. A tentativa de condicionar os atores internacionais, com recurso aos conceitos mencionados, parece ser uma estratégia e não uma posição real quanto aos mesmos. A vantagem dessa opção recai na associação dos demais Estados à causa portuguesa, o que implica a defesa do regime português por esses Estados. Dentro dessa lógica, a associação de Portugal ao Ocidente é uma opção necessária e não necessariamente desejada.

Por outro lado, a defesa de valores, concepções e elementos da mentalidade Ocidental oculta um fator de crucial interesse, que é o da inexistência de uma ideia de Portugal para o mundo. Não existe uma promoção ou defesa de uma ideia que tome a cultura, sociedade, economia, ideologia portuguesa como elementos relevantes e “exportáveis” para o mundo. A razão para a não proposição da ideia de “Portugal” no mundo não parece residir na humildade ou na discrição dessa ideia. A não exportação acontece por não existir uma real ideia de “Portugal”, ou seja, não existe uma proposta nova que se diferencie da ideia

de “Portugal” instituída. Sendo que simultaneamente a ideia de “Portugal” instituída não parece acolher a força necessária para que seja proposta ao exterior, nem capaz de atrair interesse externo a essa ideia de “Portugal”.

A interação entre o tempo distante e o tempo imediato, quando conjugada com o elemento de ausência de “ideia” articulada e una, parece revelar os contornos de um elemento ideográfico mais lato. A presença tão marcada do tempo longo do passado de Portugal, associada à “ideia” de Portugal vinda do passado, marca a inexistência de uma ideia nova. Ou seja, a “ideia” de Portugal no passado garante uma estabilidade, sendo a “ideia” de Portugal no imediato apenas um reflexo e uma continuidade desse passado. A continuidade da “ideia” de Portugal levanta assim um outro prisma. O passado não é uma virtude. O passado é o único elemento que comporta o presente, presente que não existe associado a uma “ideia”. Esta dinâmica implica a reatividade e não a ação, olhando-se para trás para manter o presente e mantendo-se o futuro por desenhar.

O cruzamento permanente entre a percepção da esfera interna e a percepção da esfera externa desenha uma interação que procura garantir a justificação interna perante a dinâmica da sociedade portuguesa e a influência que atores internacionais podem ter nessa mesma sociedade. A defesa estratégica dos interesses portugueses recai sobre o seu território e sobre a possibilidade de existência como comunidade distinta, no que toca ao tipo de regime político que a domina.

O Estado Novo precisa da sociedade internacional para existir. Uma argumentação existente na comunidade académica portuguesa aponta a combatividade do Estado Novo a toda a ingerência externa na coisa portuguesa como um elemento central e definidor do regime. Em contraste a esta visão, os dados aqui analisados apontam para que o Estado Novo é devedor da sociedade internacional, no que respeita à sua existência e manutenção. Sem a existência e presença de um “Outro” capaz de agregar uma mensagem, seria difícil manter uma construção de um “Eu” por uma comunidade que parece não ser capaz de criar uma ideia de um “Eu” por si só.

O papel da ideografia nas relações internacionais portuguesas é enorme porque essa ideografia é enormemente reativa, não unitária, e porque isto leva a uma ação concreta. A possibilidade de ação e a procura de manutenção de uma “ideia” de Portugal é o único elemento real que agrega as variadas correntes existentes dentro da comunidade. Mas a ideografia do Estado Novo não existe enquanto projeto ou missão. O Estado Novo é um repositório da “ideia” de Portugal que percorre a comunidade portuguesa, comunidade essa que não é homogênea e que, em movimentos variados e por vezes antagónicos, procura desenvolver os seus interesses específicos. O Estado Novo não produz nem propõe uma “ideia” de Portugal para o mundo. Assim, a alternativa é a criação de políticas reativas e pragmáticas, de defesa do interesse de Portugal, no imediato.

7.2.2 O caso da permanência dos cidadãos alemães em Portugal

O estudo arquivístico realizado procurou estabelecer a “realidade” da ação prática de organizações e instituições estatais portuguesas, perante o caso de cidadãos alemães que encontraram refúgio em Portugal, com o final da II Guerra Mundial.

Como o capítulo VI indica, o processo da permanência dos cidadãos alemães é um processo que reflete a ambiguidade da ação do Estado português. Por um lado, o processo parece ter merecido o apoio e a defesa de alguns desses cidadãos, mas, por outro, parece, indicar uma inexistência explícita de apoio e defesa desses cidadãos. A análise aponta, assim, para uma “não-estratégia” do Estado português, ou seja, se os ditos cidadãos não representam uma ameaça para Portugal, não deixam de ser um inconveniente nas relações de Portugal com os Aliados. Num outro nível, a documentação analisada tende para uma coincidência argumentativa que vai ao encontro da sensibilidade do Estado português, tal como ela surge no quadro ideográfico obtido no primeiro estudo. A utilização de argumentos como a ameaça comunista à sobrevivência dessas pessoas na Alemanha, a incapacidade de sobrevivência por limitações financeiras e económicas, recolhe os elementos centrais da argumentação. A urgência da decisão e a procura de uma solução para o caso individual parece ter desencadeado um elencar de razões a atender, nos pedidos. A argumentação desses cidadãos alemães sugere uma tentativa de enfoque em áreas nas quais o Estado Novo seria especialmente sensível.

Parte da ambiguidade e “não-estratégia” de Portugal poderá, na verdade, ter tido um elemento estratégico ao seu serviço. A permanência de cidadãos alemães em Portugal é dificilmente entendível como simpatia ideológica para com o regime nazi. Se assim fosse, não seria necessário que os cidadãos alemães apelassem a sensibilidades especiais de Estado Novo. A permanência de cidadãos alemães não é tampouco explicável pela independência de pensamento e ação do regime. Se assim fosse, o cuidado em gerir a comunicação diplomática seria menos necessário que o que parece ter sido, e a ambivalência da ação teria sido menor. Resta, no entanto, perceber, e face a este quadro, se a permanência de cidadãos alemães poderá estar relacionada com o estatuto de “moeda de troca” que esses homens e mulheres representavam. Por “moeda de troca” refere-se a possibilidade de Portugal utilizar como vantagem estratégica a vontade das forças Aliadas em remeter esses cidadãos alemães para um processo de retorno à Alemanha. Contudo, as fontes não permitem desenvolver uma defesa cabal da possibilidade de esses cidadãos alemães serem um peão estratégico para Portugal. Assim, fica por responder se a atuação de Portugal, neste caso, é pensada de forma a remediar a situação volátil no final da II Guerra Mundial e se é fundada na necessidade de acumular garantias perante os Aliados, de forma a garantir qualquer tipo de vantagem estratégica. A aparente falta de definição clara do desenvolvimento do processo de acolhimento dos cidadãos alemães pode indiciar a hipótese levantada. Finalmente, a ação de Portugal, neste caso, parece ser suficientemente errática para também ser possível aceitar que a mesma é, aparentemente, uma ação humanitária (cf. Capítulo V).

7.2.3 A ideografia e a ação estatal

O estudo principal, que recai na análise da obra “Discursos”, produz uma construção teórica do papel e relevância da ideografia nas relações internacionais portuguesas. O segundo estudo, que incide sobre a permanência de cidadãos alemães em Portugal, sendo tais cidadãos alvo de interesse por parte das forças Aliadas, produz uma construção da prática e ação de organizações do Estado português.

Quando confrontada a ideografia (teoria) e a ação estatal (prática), parece ser possível registar a coincidência quanto à falta de uma estratégia plenamente definida e implementada, sendo notória uma postura reativa à circunstância e à necessidade.

A coincidência entre teoria e prática ocorre na medida em que a ideografia, enquanto elemento transversal da sociedade e das organizações estatais, condiciona a perceção e a ação. Como já anteriormente foi dito, a ideografia existente em Portugal no período temporal 1945-1960 é herdada e não criada. A incapacidade do Estado Novo em criar, desenvolver e promover uma ideografia articulada está a montante e é explicativa da incapacidade do regime em criar uma proposta ideológica substancial. A não ideia, a não criação de uma ideia nova, a incapacidade de corte ou reformulação profunda da ideia existente, apresenta a origem do fim do regime. Um regime incapaz de sugerir uma proposta de ideia e de ação existe apenas por interesse de manutenção e equilíbrio das forças existentes. A mudança, por necessidade ou por imposição, levará ao afastamento do apoio a tal regime.

7.3 Balanço e investigação futura

A par dos contributos à melhor compreensão das relações internacionais portuguesas do passado recente, a investigação pretendeu também ser um contributo ao pensamento epistemológico e metodológico da disciplina de Relações Internacionais em Portugal. Saliente-se como a utilização de “grounded theory” na procura do ideado, bem como da forma como o ideado se transcreve nas relações internacionais portuguesas, permitiu contrapor a construções teóricas existentes uma nova interpretação das relações internacionais do Estado Novo, no período analisado.

A validação de mecanismos de determinação pelo ideado, no caso português, sugere que os mesmos mecanismos, acompanhados dos instrumentos metodológicos aqui propostos, possam explicar outras realidades. A perspetiva de investigação mais imediata remete para a necessidade de investigar um período mais alargado, ou mesmo a totalidade do período do Estado Novo. Com esta análise, poderão ser confrontados períodos diferenciados que o regime comporta e testar a representatividade da janela temporal inerente às fontes aqui recorridas. Parece também relevante desenvolver um estudo comparativo com outros Estados e realidades de forma a entender os mecanismos de construção partilhados.

Finalmente, a investigação sugere que a implementação da mesma para o período democrático português permitiria confrontar regimes diferenciados. Permitiria, também, reconhecer em que medida a herança da ausência, leia-se ausência de projeto, se manifestas-no desenho das relações internacionais portuguesas atuais.

A investigação sobre a mutação da construção ideográfica, e o seu impacto na política externa, numa perspetiva comparativa entre regimes, poderá revelar elementos interessantes e relevantes.

A centralidade da ideografia, os elementos relevantes que a comunidade reconhece como seus, a forma como o mundo é percecionado e entendido, todos sugerem a possibilidade de uma constelação que supera os regimes, e que pode assegurar leituras válidas do desenvolvimento de políticas e práticas de Portugal na esfera das suas relações internacionais, ainda hoje.

BIBLIOGRAFIA

Acharya, Amitav, e Barry Buzan. 2007. "Why is there no non-Western international relations theory? An introduction." *International Relations of the Asia-Pacific* 7 (3):287-312. Doi: 10.1093/irap/lcm012.

ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. 2014. "Convenção Relativa Ao Estatuto Dos Refugiados (1951)." Acedido 15/12/2014. [Http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados](http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados).

Adler, Emanuel 1998. "Seeds of peaceful change: the OSCE's security community-building model." In *Security Communities*, editado por Emanuel Adler e Michael Barnett, 119-160. Cambridge University Press.

Adler, Emanuel, e Michael Barnett. 1998a. "Security communities in theoretical perspective." In *Security Communities*, editado por Emanuel Adler e Michael Barnett, 3-28. Cambridge University Press.

Adler, Emanuel, e Michael Barnett. 1998b. "A framework for the study of security communities." In *Security Communities*, editado por Emanuel Adler e Michael Barnett, 29-66. Cambridge University Press.

Adler, Emanuel. 1997. "Seizing the Middle Ground: Constructivism in World Politics." *European Journal of International Relations* 3 (3):319-363. Doi: 10.1177/1354066197003003003.

Albert, Mathias, e Barry Buzan. 2013. "International Relations Theory and the "Social Whole": Encounters and Gaps between IR and Sociology." *International Political Sociology* 7 (2):117-135. Doi: 10.1111/ips.12013.

Almeida, José Carlos. 2004. "Portugal, o Atlântico e a Europa. A Identidade Nacional, a (re) imaginação da Nação e a Construção Europeia." *Nação e Defesa* (107):147-172.

Almeida, Pedro Tavares de, e António Costa Pinto. 2002. "Portuguese Ministers, 1851-1999: Social Background and Paths to Power." *South European Society and Politics* 7 (2):5-40. Doi: 10.1080/13608740708539625.

Amaral, Luciano. 1994. "Portugal e o passado: política agrária, grupos de pressão e evolução da agricultura portuguesa durante o Estado Novo (1950-1973)." *Análise Social* XXIX (128):889-906.

Amaral, Luciano. 1998. "Convergência e crescimento económico em Portugal no pós-guerra." *Análise Social* XXXIII (148):741-766.

Amaral, Luciano. 2009. "New series of Portuguese population and employment, 1950-2007: implications for GDP per capita and labor productivity." *Análise Social* XLIV (193): 767-791.

Anderson, Benedict. 2006. *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*: Verso.

Andrade, Luís. 1995. "A neutralidade e os pequenos estados: o caso de Portugal (1939-1945)." *Arquipélago - História* 1 (1):319-331.

Andrade, Luís. 2000. "Portugal. A Aliança Atlântica e o Pós-Guerra Fria." *Arquipélago - História* 4 (2):613-624.

Andrade, Luís. 2002. "Uma perspectiva açoriana das relações entre Portugal e os Estados Unidos da América." *Arquipélago - História* 6:361-382.

Andrade, Luís. 2011. "Os Açores, a política externa portuguesa e o Atlântico." *Debater a Europa* (5):23-33.

Andresen, Nicolau. 2007. "The Salazar Regime and European Integration, 1947 – 1972." *European Review of History* 14 (2):195-214. Doi: 10.1080/13507480701433851.

Andresen-Leitão, Nicolau. 2004. "O convidado inesperado: Portugal e a fundação da EFTA, 1956-1960." *Análise Social* XXXIX (171):285-312.

Angell, Norman. 2002. *A Grande Ilusão*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Antunes, José Freire. 1994. *Salazar e Caetano: Cartas secretas, 1932-1968*. Lisboa: Difusão Cultural.

Apor, Balázs 2004. "The expulsion of the German speaking population from Hungary." In *The expulsion of the 'German' communities from Eastern Europe at the end of the Second World War*, editado por Steffen Prauser e Arfon Rees, 33-45. San Domenico: European University Institute.

Araquistain, Luis. 1928. "Dictatorship in Portugal." *Foreign Affairs* 7 (1):41-53.

Aristotle, Robert C. Bartlett, e Susan D. Collins. 2011. *Aristotle's Nicomachean ethics*. Chicago; London: University of Chicago Press.

Badia-Miró, Marc, Jordi Guilera, e Pedro Lains. 2012. "Regional Incomes in Portugal: Industrialisation, Integration and Inequality, 1890-1980." *Revista de Historia Económica* 30 (02): 225-244. Doi:10.1017/S0212610912000080.

Baganha, Maria Ioannis. 1994. "As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional." *Análise Social* XXIX (128):959-980.

Baganha, Maria Ioannis. 2003. "From closed to open doors: Portuguese emigration under the Corporatist Regime." *E-Journal of Portuguese History* 1 (1):1-16.

Baldwin, David A. 1979. "Power Analysis and World Politics: New Trends versus Old Tendencies." *World Politics* 31 (2): 161-194. Doi: 10.2307/2009941.

Barkin, J. Samuel, e Bruce Cronin. 1994. "The state and the nation: changing norms and the rules of sovereignty in international relations." *International Organization* 48 (01): 107-130. Doi:10.1017/S0020818300000837.

Barkin, J. Samuel. 2004. "Realist Constructivism and Realist Constructivisms." *International Studies Review* 6 (2): 349-351. Doi: 10.2307/3699614.

Barnett, Michael, e Raymond Duvall. 2005. "Power in International Politics." *International Organization* 59 (1):39-75. Doi: 10.2307/3877878.

Barrento, António Eduardo Q. Martins. 1988. "Conceito estratégico de defesa nacional na fundação." *Nação e Defesa* (46).

Barreto, António. 1995. "Portugal na periferia do centro: mudança social, 1960 a 1995." *Análise Social* XXX (134):841-855.

Barroso, Luís Fernando Machado 2012. “A Manobra Político-Diplomática de Portugal na África Austral (1951-1974).” Doutoramento em História, Defesa e Relações Internacionais Doutoramento, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

Bastien, Carlos, e José Luís Cardoso. 2004. “Corporatism and the theory of the firm: lessons from the Portuguese experience.” *Journal of the History of Economic Thought* 26 (2):197-219. Doi: 10.1080/1042771042000219037.

Béland, Daniel, e Robert Henry Cox. 2011a. “Ideas and Politics.” In *Ideas and Politics in Social Science Research*, editado por Daniel Beland e Robert Henry Cox. Oxford University Press.

Béland, Daniel, e Robert Henry Cox. 2011b. *Ideas and Politics in Social Science Research*. Oxford, England; New York: Oxford University Press.

Bentham, Jeremy 1823. *An Introduction to the Principles of Morals and Legislation*. Oxford: Clarendon Press.

Betts, Alexander, e Gil Loescher. 2011. “Refugees in International Relations.” In *Refugees in International Relations*, editado por Alexander Betts e Gil Loescher, 1-27. Oxford University Press.

Bispo, António de Jesus. 1999. “A NATO e a Força Aérea Portuguesa.” *Nação e Defesa* (89):121-147.

Bloom, William. 1993. *Personal Identity, National Identity and International Relations*: Cambridge University Press.

Blyth, Mark 2011. “Ideas, Uncertainty, and Evolution.” In *Ideas and Politics in Social Science Research*, editado por Daniel Béland e Robert Henry Cox, 83-101. Oxford University Press.

Boulding, Kenneth Ewart. 1956. *The image*. 7 ed: University of Michigan Press.

Boulding, Kenneth Ewart. 1959. “National Images and International Systems.” *The Journal of Conflict Resolution* 3 (2):120-131. Doi: 10.2307/173107.

Bueno de Mesquita, Bruce, e Alastair Smith. 2012. “Domestic Explanations of International Relations.” *Annual Review of Political Science* 15 (1):161-181. Doi: 10.1146/annurev-polisci-070209-174835.

Bull, Hedley. 2002. *A sociedade anárquica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Cabecinhas, Rosa. 2002. “Racismo e Etnicidade em Portugal - Uma análise psicossociológica da homogeneização das minorias.” Doutorado Ciências da Comunicação, Universidade do Minho.

Cabecinhas, Rosa, e Luís Cunha. 2003. “Colonialismo, identidade nacional e representações do “negro”.” *Estudos do Século XX* 3:157-184.

Caetano, Marcello, e António Maria Zorro. 1969. *Princípios e definições: Textos de 1936 a 1967*. Lisboa: Panorama.

Cairo, Heriberto. 2006. “Portugal is not a Small Country”: Maps and Propaganda in the Salazar Regime.” *Geopolitics* 11 (3):367-395. Doi: 10.1080/14650040600767867.

Caldwell, Robert G. 1942. “The Anglo-Portuguese alliance today.” *Foreign Affairs* 21 (1):149-157.

Cardoso, José Luís. 2012a. “Ecos da Grande Depressão em Portugal: relatos, diagnósticos e soluções.” *Análise Social* XLVII (203):370-400.

Cardoso, José Luís. 2012b. “Corporativismo, instituições políticas e desempenho económico.” In *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, editado por Fernando Rosas e Álvaro Garrido, 101-120. Lisboa: Almedina.

Carr, Edward Hallett. 2001. *Vinte anos de crise, 1919-1939*. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2001. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Carrilho, Maria. 1982. “Origens sociais do corpo de oficiais das Forças Armadas portuguesas ao longo do século XX.” *Análise Social* XVIII (72-73-74):1115-1164.

Carvalho, Rita Almeida de. 2002. *A Assembleia Nacional no pós-guerra (1945-1949): Afrontamento*.

Carvalho, Virgílio de. 1981a. “Contribuição para um pensamento geoestratégico português.” *Nação e Defesa* (18):106-117.

Carvalho, Virgílio de. 1981b. “A Terceira Guerra Mundial e as ameaças a Portugal.” *Nação e Defesa* (17):152-169.

Carvalho, Virgílio de. 1982. “Das vantagens duma filosofia de defesa mais atlântica para Portugal.” *Nação e Defesa*:108-121.

Carvalho, Virgílio de. 1984a. “A opção europeia do Portugal Atlântico.” *Nação e Defesa* (32):40-54.

Carvalho, Virgílio de. 1984b. “Aliados, amigos e defesa.” *Nação e Defesa* (31):10-17.

Carvalho, Virgílio de. 1986. “Possibilidades e limitações das pequenas potências.” *Nação e Defesa* (37):22-33.

Castelo, Cláudia. 1998. “*O modo português de estar no mundo*”: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto: Afrontamento.

Castilho, José Manuel Tavares 2007. “A Assembleia Nacional (1934-1974).” Doutoramento em História Moderna e Contemporânea, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Chalante, Susana. 2011. “O discurso do Estado salazarista perante o “indesejável” (1933-1939).” *Análise Social* XLVI (198):41-63.

Charmaz, Kathy. 2005. “Grounded theory in the 21th Century.” In *The SAGE Handbook of Qualitative Research*, editado por Norman K. Denzin e Yvonna S. Lincoln, 507-535. Sage.

Charmaz, Kathy. 2006. *Constructing Grounded Theory*. London: SAGE.

Checkel, Jeffrey T. 1998. “The Constructivist Turn in International Relations Theory.” *World Politics* 50 (2):324-348. Doi: 10.2307/25054040.

Checkel, Jeffrey T. 1997. “International Norms and Domestic Politics: Bridging the Rationalist—Constructivist Divide.” *European Journal of International Relations* 3 (4):473-495. Doi: 10.1177/1354066197003004003.

Chenail, Ronald J.. 1995. “Presenting Qualitative Data.” *The Qualitative Report* 2 (3).

Chilton, Paul A., e Christina Schäffner. 2002. “Themes and principles in the analysis of political discourse.” In *Politics as Text and Talk: Analytic Approaches to Political Discourse*, editado por Paul A. Chilton e Christina Schäffner, 1-41. John Benjamins Publishing Company.

Clarke, Adele E. 2005. *Situational Analysis: Grounded Theory after the Postmodern Turn*. Thousand Oaks: SAGE.

Clausewitz, Carl von. 1968. *On war*, Pelican Classics. Harmondsworth: Penguin.

Clemente, Manuel. 2008. *Portugal e os Portugueses*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Cochran, Molly. 2000. *Normative Theory in International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press.

Coker, Christopher 2003. "Surfing the Zeitgeist." In *Meaning and International Relations*, editado por Peter G. Mandaville e Andrew J. Williams, 20-37. London: Routledge.

Collado-Seidel, Carlos. 2005. *España, Refugio Nazi*. Madrid: Temas de Hoy. Connerton,

Paul. 1989. *How societies remember*: Cambridge University Press.

Convention. 1907. Laws and Customs of War on Land and its annex: Regulations concerning the Laws and Customs of War on Land. In *Hague IV*. Hague.

Cooper, Karyn, e Robert E. White. 2011. *Qualitative Research in the Post-Modern Era*: Springer.

Cooper, Robert. 2000. *Post Modern State and the World Order*. 2 ed: Demos. Copeland.

Dale C. 2006. "The constructivist challenge to structural realism." In *Constructivism and international relations: Alexander Wendt and his critics*, editado por Stefano Guzzini e Anna Leander. Routledge.

Correia, Pedro Pezarat. 2002. "Análise geoestratégica de Portugal." *Nação e Defesa* (101):79-98.

Costa, Manuel da Silva e. 1992. "O cidadão português e a defesa: uma tomada de consciência." *Nação e Defesa* (63):130-142.

Couto, Abel Cabral. 1992. "A integração europeia e a defesa nacional." *Análise Social* XXVII (118-119):871-888.

Creswell, John W. 2007. *Qualitative inquiry & research design: choosing among five approaches*. 2 ed: Sage.

Creswell, John W. 2009. *Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. 3 ed: Sage.

Cruz, Manuel Braga da 1997. “As negociações da Concordata e do Acordo Missionário de 1940.” *Análise Social* XXXII (143-144):815-845.

Cruz, Manuel Braga da. 1978a. “As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo (I).” *Análise Social* XIV (54):265-278.

Cruz, Manuel Braga da. 1978b. “As origens da democracia cristã em Portugal e o salazarismo (II).” *Análise Social* XIV (55):525-607.

Cruz, Manuel Braga da. 1982. “Notas para uma caracterização política do salazarismo.” *Análise Social* XVIII (72-73-74):773-794.

Cunha, Luís Manuel De Jesus. 1994. “A Nação nas malhas da sua identidade: o Estado Novo e a construção da identidade nacional.” Universidade do Minho.

Cunha, Luís, e Moisés Martins. 1998. “Salazar et Fátima.” In *La Fabrique des héros, editado por Pierre Centlivres, Daniel Fabre e Françoise Zonabend*, 137-148. Paris: Maison des sciences de l'homme.

Dahl, Robert A. 1957. “The concept of power.” *Behavioral Science* 2 (3):201-215. Doi: 10.1002/bs.3830020303.

Dall, William H., e Franz Boas. 1887. “Museums of Ethnology and Their Classification.” *Science* 9 (228):589-589.

Der Derian, James. 1989. “The boundaries of knowledge and power in international relations.” In *International / intertextual relations*, editado por James Der Derian e Michael J. Shapiro, 3-10. Lexington.

Deutsch, Karl W. 2003. “Political community and the North Atlantic area.” In *The European Union: Readings on the Theory and Practice of European Integration*, editado por Brent F. Nelsen e Alexander C.G. Stubb, 121-143. London: Lynne Rienner.

Dey, Ian. 2005. “*Qualitative data analysis: a user-friendly guide for social scientists*.” Taylor & Francis e-Library.

Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa. 2009. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Editora Objetiva Ltda.

Dickinson, Goldsworthy Lowes 1916. *The European anarchy*. New York: The MACmillan Company.

Duarte, Sandra. 2008. “A Liga Operária Católica: em defesa da concepção corporativa da doutrina social da Igreja (1949-1974).” *Lusitania Sacra* (19-20):195-216.

Emmerij, Louis, Richard Jolly, e Thomas G. Weiss. 2005. “Economic and Social Thinking at the UN in Historical Perspective.” *Development and Change* 36 (2):211-235. Doi: 10.1111/j.0012-155X.2005.00409.x.

EUA. 1944a. General. editado por United States Department of State. *Foreign relations of the United States diplomatic papers: U.S.* Government Printing Office.

EUA. 1944b. *Act of military surrender (Reims)* editado por Records of the U.S. Joint Chiefs of Staff.

EUA. 1945a. *European Advisory Commission, Austria, Germany*. editado por United States Department of State. Foreign relations of the United States: diplomatic papers: U.S. Government Printing Office.

EUA. 1945b. *Enactments and Approved Papers of the Control Council and Coordinating Committee*. Editado por Military Legal Resources. Vol. 1: Legal division office of military government for Germany (US).

EUA. 1945c. *Act of military surrender signed at Berlin*. editado por Department of State. Treaties and Other International Agreements of the United States of America 1776-1949: Department of State Publication.

EUA. 1945d. *Declaration regarding the defeat of Germany and the assumption of supreme authority by Allied powers*. editado por Department of State. Treaties and Other International Agreements of the United States of America 1776-1949: Department of State Publication.

EUA. 1945e. *The Berlin (Potsdam) Conference*. A Decade of American Foreign Policy 1941-1949.

Fernandes, António Teixeira. 1996. “Identidade nacional: a pessoa e o universal.” Colóquio Internacional Almada Negreiros: a descoberta como necessidade, Porto

Ferreira, António Matos. 1994. "Repercussões do Ultimatum no meio católico: notas acerca do nacionalismo católico." *Lusitania Sacra* (6):31-45.

Ferreira, José Manuel Medeiros. 1980. "O espaço estratégico e defensivo ibérico." *Nação e Defesa* (15):44-56.

Ferreira, Nuno Estêvão Figueiredo Miranda 2009. "A Câmara Corporativa no Estado Novo: composição, funcionamento e influência." Doutoramento em Ciências Sociais - Especialidade em Sociologia Política, Universidade de Lisboa.

Fierke, Karin M. 2013. *Political self-sacrifice: agency, body and emotion in international relations*: Cambridge University Press.

Figueiredo, Fernando Augusto de. 2009. "A presença portuguesa em Timor-Leste (1945-1975): aspectos e implicações do relacionamento com a Austrália." *Negócios Estrangeiros* (14):123-176.

Finnemore, Martha, e Kathryn Sikkink. 1998. "International Norm Dynamics and Political Change." *International Organization* 52 (4):887-917. Doi: 10.2307/2601361.

Finnemore, Martha, e Kathryn Sikkink. 2001. "Taking Stock: the Constructivist research program in International Relations and Comparative Politics." *Annual Review of Political Science* 4 (1):391-416. Doi: 10.1146/annurev.polisci.4.1.391.

Finnemore, Martha. 2008. "Paradoxes in humanitarian intervention." In *Moral limit and possibility in world politics*, editado por Richard M. Price, 197-224. Cambridge University Press.

Flick, Uwe. 2009. *An introduction to qualitative research*. 4 ed: Sage.

Flyvbjerg, Bent 2006. "Five misunderstandings about Case-Study research." *Qualitative Inquiry* 12 (2):219-245. Doi: 10.1177/1077800405284363.

Foucault, Michel. 1999. *A Ordem do Discurso*. Traduzido por Laura Fraga de Almeida Sampaio. 5 ed: Loyola.

Fraga, Luís Alves de 2010. "A Força Aérea Portuguesa, uma realidade militar e sociológica 1952-1974." *Jornada de Estudos: Um Século de História: Militares e Sociedade, Marinha e Política*, Lisboa.

Freitas, Judite A. Gonçalves de. 2012. *O Estado em Portugal*. Lisboa: Alêtheia.

Frost, Mervyn. 2009. "Ethical Competence in International Relations." *Ethics & International Affairs* 23 (2):91-100. Doi: 10.1111/j.1747-7093.2009.00200.x.

Gallagher, Tom. 1986. "Anglo-Portuguese Relations since 1900." *History Today* 36 (6):39-45.

Garrido, Álvaro. 2005. "The Portuguese New State and the Multilateral Management of Fisheries: Science, Law and Diplomacy (1948-1974)." *E-Journal of Portuguese History* 3 (2).

Gaspar, Carlos. 2011. "O futuro da comunidade de segurança transatlântica." *IDN - Cadernos* (5).

George, Alexander L., e Andrew Bennett. 2005. *Case Studies and Theory Development in the Social Sciences*: MIT Press.

Gerring, John. 2004. "What Is a Case Study and What Is It Good for?" *American Political Science Review* 98 (2):341-354. Doi: 10.1093/oxfordhb/9780199566020.003.0004.

Gerring, John. 2009. "*Causal Mechanisms: Yes, But...*"

Gerring, John. 2011. "How good is good enough? A multidimensional, best-possible standard for research design." *Political Research Quarterly* 64 (3):625-636. Doi: 10.1177/1065912910361221.

Gerring, John. 2012. "Mere Description." *British Journal of Political Science* 42 (4):721-746. Doi: 10.1017/S0007123412000130.

Gibson, William, e Andrew Brown. 2009. *Working with Qualitative Data*: SAGE.

Gillham, Bill. 2000. *Case Study Research Methods*: Continuum.

Gomes, Adildo Soares 2011a. "Cabo Verde e a Segunda Guerra Mundial: A importância geoestratégica do arquipélago na política externa portuguesa (1939-1945)." Mestrado em Ciências Políticas e Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade de Lisboa.

Gomes, Sérgio Alexandre da Rocha. 2011b. "O Passado, a Identidade e as teias do Governo. Estudos sobre os entrelaçamentos das práticas de produção do conhecimento arqueológico e de construção de Identidade Nacional salazarista." Doutorado em Arqueologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Gray, Colin S. 2007. *War, Peace and International Relations: an introduction to strategic history*: Routledge.

Grunberg, Isabelle. 2009. "Exploring the "myth" of hegemonic stability." *International Organization* 44 (4):431-477. Doi: 10.1017/S0020818300035372.

Guzzini, Stefano 2007. "The concept of power: a constructivist analysis." In *Power in world politics*, editado por Felix Berenskoetter e Michael J. Williams, 23-42. Routledge.

Guzzini, Stefano. 2000. "A reconstruction of constructivism in International Relations." *European Journal of International Relations* 6 (2):147-182. Doi: 10.1177/1354066100006002001.

Habermas, Jürgen. 1972. *Knowledge and Human Interests*. Traduzido por Jeremy J. Shapiro. Boston: Beacon Press.

Hansen, Lene. 2006. *Security as Practice: Discourse Analysis and the Bosnian War*: Routledge.

Hathaway, James C. 2005. *The rights of refugees under international law*: Cambridge University Press.

Havercroft, Jonathan. 2008. "Sovereignty, recognition and indigenous peoples." In *Moral limit and possibility in world politics*, editado por Richard M. Price. Cambridge University Press.

Hay, Colin 2011. "Ideas and the construction of interests." In *Ideas and politics in social science research*, editado por Daniel Béland e Robert Henry Cox, 65-82. Oxford University Press.

Held, David 2002. "Law of States, Law of Peoples: Three Models of Sovereignty." *Legal Theory* 8 (1):1-44.

Hitler, Adolf. 2000. *Hitler's table talk, 1941-1944: his private conversations*. Traduzido por Norman Cameron e R. H. Stevens. 3 ed. New York: Enigma.

Horváth, Juraj. 2009. "Critical Discourse Analysis of Obama's Political Discourse." *Language, Literature and Culture in a Changing Transatlantic World*, Prešov.

Hunt, Linda. 1991. *Secret agenda: the United States government, Nazi scientists, and project paperclip, 1945 to 1990*. New York: St. Martin's Press.

Hurd, Ian 2008. "Constructivism." In *The Oxford Handbook of International Relations*, editado por Christian Reus-Smit e Duncan Snidal, 298-316. Oxford University Press.

INE. 2009. *50 Anos de Estatísticas da Educação* Vol. 1. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística.

Jacobsen, A. 2014. *Operation Paperclip: The Secret Intelligence Program that Brought Nazi Scientists to America*: Little, Brown.

João, Maria Isabel. 1999. "Memória e império: comemorações em Portugal: 1880-1960." Doutoramento em História Contemporânea, Universidade Aberta.

Kaiser, Wolfram 2004. "Transnational networks of catholic politicians in exile." In *Political catholicism in Europe, 1918-45*, editado por Wolfram Kaiser e Helmut Wohnout, 218-235. Routledge.

Kamusella, Tomasz 2004. "The expulsion of the population categorized as 'Germans' from the Post-1945 Poland." In *The expulsion of the 'German' communities from Eastern Europe at the end of the Second World War*, editado por Steffen Prauser e Arfon Rees, 21-31. San Domenico: European University Institute.

Kennan, George F.. 1947. "The Sources of Soviet Conduct." *Foreign Affairs* 25 (4):566-582.

King, Gary, Robert O. Keohane, e Sidney Verba. 1994. *Designing social inquiry: scientific inference in qualitative research*. Princeton: Princeton University Press.

Kobrak, Christopher, e Jana Wüstenhagen. 2006. "International investment and Nazi politics: the cloaking of German assets abroad, 1936-1945." *Business History* 48 (3):399-427. doi: 10.1080/00076790600791821.

Kowert, Paul, e Jeffrey Legro. 1996. "Norms, Identity, and Their Limits: A Theoretical Reprise." In *The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics*, editado por Peter J. Katzenstein. Columbia University Press.

Krippendorff, Klaus. 2004. *Content analysis: an introduction to its methodology*. 2 ed: Sage.

Lains, Pedro. 1994. "O Estado e a industrialização em Portugal, 1945-1990." *Análise Social* XXIX (128):923-958.

Lains, Pedro. 1998. "Causas do colonialismo português em África, 1822-1975." *Análise Social* XXXIII (146-147):463-496.

Lamas, João. 1990. "Sentir Portugal." *Nação e Defesa* (56):78-89.

Laranjo, David Miguel. 2008. "A política externa portuguesa na ditadura militar: as relações com Espanha (1926-1930)." Mestrado em História Moderna e Contemporânea Especialidade em Relações Internacionais, Departamento de História, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Lasswell, Harold Dwight, e Abraham Kaplan. 1965. *Power and society: a framework for political inquiry*: Yale University Press.

Lebow, Richard Ned. 2008. *A cultural theory of international relations*: Cambridge University Press.

Lebow, Richard Ned. 2009. "Constitutive causality: imagined spaces and political practices." *Millennium - Journal of International Studies*. Doi: 10.1177/0305829809347536.

Legro, Jeffrey W. 1997. "Which norms matter? Revisiting the "Failure" of Internationalism." *International Organization* 51 (1):31-63. Doi: 10.2307/2703951.

Legro, Jeffrey W. 2000. "The transformation of policy ideas." *American Journal of Political Science* 44 (3):419-432. Doi: 10.2307/2669256.

Legro, Jeffrey W. 2009. "The plasticity of Identity under Anarchy." *European Journal of International Relations* 15 (1):37-65. Doi: 10.1177/1354066108100052.

Legro, Jeffrey W., e Andrew Moravcsik. 1999. "Is anybody still a Realist?" *International Security* 24 (2):5-55. Doi: 10.2307/2539248.

Leite, Abel José Santos. 2007. "50 Anos depois, a Guerra do Suez no contexto das Guerras Israelo-Árabes." *Nação e Defesa* (117):7-34.

Leme, Rafael Souza Campos de Moraes 2011. *Absurdos e Milagres: um estudo sobre a política externa do Lusotropicalismo (1930-1960)*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

Lewis, Paul H. 1978. "Salazar's ministerial elite, 1932-1968." *The Journal of Politics* 40 (3):622-647. Doi: 10.2307/2129859.

Loff, Manuel. 2007. "Marcelismo e ruptura democrática no contexto da transformação social portuguesa dos anos 1960 e 1970." *Espacio, Tiempo y Forma* (19):145-184.

Loff, Manuel. 2008. *O Nosso Século é Fascista! O mundo visto por Salazar e Franco*. Porto: Campo das Letras.

Loff, Manuel. 2009. "Elites and economic modernization in Portugal (1945 - 1995): authoritarianism, revolution and liberalism." In *European economic elites: between a new spirit of capitalism and the erosion of state socialism*, editado por Friederike Sattler e Christoph Boyer, 153-195. Berlin: Duncker & Humblot.

Lorenz-Meyer, Martin. 2007. *Safehaven: the Allied pursuit of Nazi assets abroad*. University of Missouri Press.

Lourenço, Eduardo. 1982. "Fascismo e cultura no antigo regime." *Análise Social* XVIII (72-73-74):1431-1436.

Lourenço, Eduardo. 1994. *Nós e a Europa ou as duas razões*. 4 ed: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Lucena, Manuel de. 1976. *A evolução do sistema corporativo português: o Salazarismo*. Vol. 1: Perspectivas & Realidades.

Lukes, Steve. 2005. *Power: a radical view*. 2 ed: Palgrave Macmillan.

Lynch, Marc. 2008. "Lie to me: sanctions on Iraq, moral argument and the international politics of hypocrisy." In *Moral limit and possibility in world politics*, editado por Richard M. Price. Cambridge University Press.

Lynn, A. Isabella. 1990. "Evolving interpretations as a change unfolds: how managers construe key organizational events." *Academy of Management Journal* 33(1):7-41.

Macedo, Jorge Borges de. 1981. "Constantes e linhas de força da História Diplomática Portuguesa." *Nação e Defesa* (19):168-191.

Machaqueiro, Mário. 2013. "Relações sinuosas: Portugal e o mundo árabe, 1950-1973." *Análise Social* XLVIII (206).

Madureira, Nuno Luís. 1998. "O Estado, o patronato e a indústria portuguesa (1922-1957)." *Análise Social* XXXIII (148):777-822.

Manning, Paul. 1981. *Martin Bormann, Nazi in exile*: Lyle Stuart.

Marchi, Riccardo. 2008. “A direita radical na Universidade de Coimbra (1945-1974).” *Análise Social* XLIII (3):551-576.

Marchi, Riccardo. 2009. “As direitas radicais do Estado Novo (1945-1974).” *Ler história* (57):95-110.

Marcos, Daniel da Silva Costa. 2007. *Salazar e de Gaulle: a França e a questão colonial portuguesa, 1958-1968*. Editado por Colecção Biblioteca Diplomática do MNE – Série D: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Marcos, Daniel. 2010. Portugal e a evolução do sistema defensivo europeu A Cimeira de Lisboa de 1952. *Relações Internacionais* (27): 65-80.

Marques dos Santos, Paula. 2010. “As Relações Portugal-Brasil na primeira metade do século XX (1910-1945).” In *As Relações Portugal – Brasil no século XX*, editado por Fernando Sousa e Paula Marques dos Santos. Porto: CEPESE / Fronteira do Caos.

Martins, Fernando. 1997. “A política externa do Estado Novo, o Ultramar e a ONU: uma doutrina histórico-jurídica (1955-68).” *Penélope* (18):189-206.

Martins, Marco António. 2010. *Franco Nogueira e o processo de reconhecimento da República Popular da China: uma perspectiva diplomática*: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Martins, Raúl François. 2002. “Acerca de uma leitura geopolítica das relações entre Portugal e o Atlântico.” *Nação e Defesa* (102):117-153.

Matos, Luís Salgado de. 1999. “A campanha de imprensa contra o bispo do Porto como instrumento político do governo português (setembro de 1958-outubro de 1959).” *Análise Social* XXXIV (150):29-90.

McCrone, David. 2002. *The Sociology of Nationalism: Tomorrow's Ancestors*: Taylor & Francis.

McGarry, Daniel, e John Salisbury. 1955. *The Metalogicon of John of Salisbury, A twelfth-century defense of the verbal and logical arts of the Trivium*. Traduzido por Daniel McGarry: University of California Press.

McGee, Michael Calvin. 1980. "The "ideograph": A link between rhetoric and ideology." *Quarterly Journal of Speech* 66 (1):1-16. Doi: 10.1080/00335638009383499.

McSweeney, Bill. 1999. *Security, Identity and Interests: a sociology of international relations*: Cambridge University Press.

Mearsheimer, John J. 2001. *The tragedy of Great Power politics*: W. W. Norton & Company.

Metha, Jal. 2011. "The varied roles of ideas in politics: from "whether" to "how"." In *Ideas and Politics in Social Science Research*, editado por Daniel Beland e Robert Henry Cox, 23-46. Oxford University Press.

Miranda, Jorge. 1980. "As competências constitucionais no domínio da política externa." *Nação e Defesa* (14):34-42.

Mónica, Maria Filomena. 1977. " «Deve-se ensinar o povo a ler?»: a questão do analfabetismo (1926-39)." *Análise Social* XIII (50):321-353.

Morck, Randall K, e Bernard Yeung. 2010. "Corporatism and the Ghost of the Third Way." *Capitalism and Society* 5 (3).

Moreira, Adriano. 1979. "Poder Funcional - Poder Errático." *Nação e Defesa* (12):15-27.

Moreira, Adriano. 1984a. "Hierarquia das potências: dependência e alienação." *Nação e Defesa* (30):40-60.

Moreira, Adriano. 1984b. "Portugal e as relações internacionais." *Nação e Defesa* (32):24-37.

Moreira, Adriano. 1985. "De Bandung aos Problemas Norte-Sul." *Nação e Defesa* (35):20-50.

Moreira, Adriano. 2000. "Situação internacional portuguesa." *Análise Social* XXXV (154-155):315-326.

Moreira, Adriano. 2009. "O contexto estratégico mundial." *Nação e Defesa* (124):87-96.

Moreira, Tomás Araújo. 1997. "O investimento estrangeiro em Portugal e a defesa nacional." *Nação e Defesa* (82):173-199.

Morgenthau, Hans Joachim. 1948. *Politics among nations: the struggle for power and peace*. New York: Alfred A. Knopf.

Morgenthau, Hans Joachim. 2003. *A política entre as nações a luta pelo poder e pela paz*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Morton, White. 1989. "The Politics of Epistemology." *Ethics* 100 (1):77-92. doi: 10.2307/2381146.

Mota, Magalhães. 1978. "Defesa nacional." *Nação e Defesa* (4):10-15. Neuendorf,

Kimberly A. 2001. *The content analysis guidebook*: SAGE.

Neves, João César das. 1991. "O desenvolvimento económico português e o padrão transversal de crescimento, 1833-1985." *Análise Social* XXVI(112-113):807-822.

Neves, João César das. 1994. "O crescimento económico português no pós-guerra: um quadro global." *Análise Social* XXIX (128):1005-1034.

Neves, José. 2009. "The role of Portugal on the stage of Imperialism: Communism, Nationalism and Colonialism (1930–1960)." *Nationalities Papers* 37 (4):485-499. Doi: 10.1080/00905990902985702.

Niebuhr, Reinhold. 1932. *Moral Man and Immoral Society*: Charles Scribner's & Sons.

Nogueira, Franco. 2000. *Salazar: o ataque 1945-1958*. 5 ed. VI vols. Vol. IV: Civilização Editora.

Norway, National Archives of. 2011. "The Origin Of The Nansen Passport" [Http://www.arkivverket.no/eng/Using-the-Archives/Online-Exhibitions/The-Nansen-Passport/The-origin-of-the-Nansen-passport](http://www.arkivverket.no/eng/Using-the-Archives/Online-Exhibitions/The-Nansen-Passport/The-origin-of-the-Nansen-passport). Acedido 15/12/2014.

Nunes, Ana Bela. 2002. "Controlo e regulação na economia portuguesa (1945-1973)." *Boletim de Ciências Económicas* XLV-A:21-64.

Nye, Jr., Joseph S. 1990. "Soft Power." *Foreign Policy* (80):153-171. Doi: 10.2307/1148580.

Nye, Jr., Joseph S. 2007. "Notes for a soft-power research agenda." In *Power in world politics*, editado por Felix Berenskoetter e Michael J. Williams, 162-172. Routledge.

Nye, Jr., Joseph S. 2011. *The future of power*. New York: Public Affairs.

Oliveira, César. 1989. “Salazar e a política externa Portuguesa 1932/1968.” In *Salazar e o salazarismo*, editado por A. E. Duarte Silva, 71-99. Lisboa: Dom Quixote.

Oliveira, Isabel Tiago de, e Maria Filomena Mendes. 2010. “A diferença de esperança de vida entre homens e mulheres: Portugal de 1940 a 2007.” *Análise Social* XLV (194):115-138.

Oliveira, Pedro Aires. 2006. “O corpo diplomático e o regime autoritário (1926-1974).” *Análise Social* XLI (178):145-166.

ONU. 1966a. nº 14668. *International Covenant on Civil and Political Rights*: Assembleia Geral.

ONU. 1966b. nº 2200A (XXI). *International Covenant On Economic, Social And Cultural Rights*: Assembleia Geral.

Onuf, Nicholas Greenwood. 1989. *World of our making: rules and rule in social theory and international relations*. Columbia: University of South Carolina Press.

Owens, Patricia 2011. “Beyond 'Bare Life': Refugees and the 'Right to Have Rights'.” In *Refugees in International Relations*, editado por Alexander Betts e Gil Loescher, 133-150. Oxford University Press.

Painter, Joe. 2006. “Prosaic geographies of stateness.” *Political Geography* 25 (7):752-774.

Patriarca, Fátima. 1987. “O triângulo corporativo. Acta e encenação de um despacho salarial (1946-47).” *Análise Social* XXIII (99):905-944.

Patricio, Manuel Ferreira. 1996. “Educação nacional e defesa nacional.” *Nação e Defesa* (78):136-149.

Patrício, Raquel. 2006. As relações em eixo – novo paradigma da teoria das relações internacionais? *Rev. bras. polít. int.* 46 (2): 5-23.

Paulo, Heloísa Helena de Jesus. 1997. “Aqui também é Portugal: a colónia portuguesa do Brasil e o Salazarismo.” Doutoramento em História Contemporânea, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

Pereira, Manuel Fernandes. 2009. “A Aliança Atlântica e a comunidade internacional.” *Nação e Defesa* (123):11-113.

Pereira, Pedro Cantinho. 2006. “Portugal e o início da construção europeia (1947-1953).” *Nação e Defesa* (115):235-255.

Pereira, Vaz. 1986. “Portugal e a NATO.” *Nação e Defesa* (39):60-78.

Piedade, Filipe Agostinho Pinto da Costa Galvinas. 2012. “A caminho do Estado Novo e do Terceiro Reich: a “Lição de Hitler” e a “Lição de Salazar” na imprensa portuguesa (1930-1933).” Mestrado, FLUP.

Pimenta, Catarina. 2010. “Portugal no momento fundador da NATO-RAM (à portuguesa?)” *Nação e Defesa* (125):103-120.

Pimentel, Irene Flunser. 2010. “O golpe da Sê” <http://irenepimentel.blogspot.pt/2010/04/o-golpe-da-se.html>. Acedido 2015-03-12.

Pinto, António Costa, e Maria Inácia Rezola. 2007. “Political Catholicism, crisis of Democracy and Salazar’s New State in Portugal.” *Totalitarian Movements and Political Religions* 8 (2):353-368. doi: 10.1080/14690760701321320.

Pinto, António Costa, e Nuno Severiano Teixeira. 2005. “Portugal e a integração europeia, 1945-1986.” In *A Europa do Sul e a construção da União Europeia 1945-2000*, editado por António Costa Pinto e Nuno Severiano Teixeira, 17-44. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

Pinto, António Costa. 1982. “A formação do integralismo lusitano (1907-17).” *Análise Social* XVIII (72-73-74):1409-1419.

Pinto, António Costa. 1990. “O salazarismo na recente investigação sobre o fascismo europeu — velhos problemas, velhas respostas?” *Análise Social* XXV (108-109):695-713.

Pinto, António Costa. 1992a. “As elites políticas e a consolidação do salazarismo: o Nacional-sindicalismo e a União Nacional.” *Análise Social* XXVII (116-117):575-613.

Pinto, António Costa. 1992b. *O Salazarismo e o Fascismo europeu: problemas de interpretação nas ciências sociais*. Lisboa: Estampa.

Pinto, António Costa. 1994. *Os Camisas Azuis: ideologia, elites e movimentos fascistas em Portugal, 1914-1945*. Lisboa: Estampa.

Pinto, António Costa. 2000. “O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945).” *Análise Social* XXXV (157):1055-1076.

Pinto, António Costa. 2006. “‘Chaos’ and ‘Order’: Preto, Salazar and charismatic appeal in inter-war Portugal.” *Totalitarian Movements and Political Religions* 7 (2):203-214. Doi: 10.1080/14690760600642222.

Pinto, António Costa. 2010. “Ruling Elites, Political Institutions and Decision-Making in Fascist-Era Dictatorships: Comparative Perspectives.” In *Rethinking the nature of fascism comparative perspectives*, editado por António Costa Pinto, 305. Houndmills, Basingstoke, Hampshire; New York: Palgrave Macmillan.

Pinto, Antonio Costa. 2012. “*Corporatism and Authoritarian institutions in interwar European dictatorships*.” Doi: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2135576>.

Pires, Francisco Lucas. 1976. “Revolução e defesa.” *Nação e Defesa* (1):87-96.

Portugal. 1933a. Decreto nº 22241. editado por Presidência do Ministério. Diário do Governo 1.^a Série, nº 43 (Suplemento): Diário da República.

Portugal. 1933b. Decreto-Lei nº 23048. editado por Presidência do Concelho. Diário do Governo 1.^a Série, nº 217: Diário da República.

Portugal. 1933c. Decreto-Lei nº 23049. editado por Presidência do Conselho. Diário do Governo 1.^a Série, nº 217: Diário da República.

Portugal. 1933d. Decreto-Lei nº 23050. editado por Presidência do Conselho. Diário do Governo 1.^a Série, nº 217: Diário da República.

Portugal. 1933e. Decreto-Lei nº 23051. editado por Presidência do Conselho. Diário do Governo 1.^a Série, nº 217: Diário da República.

Portugal. 1933f. Decreto-Lei nº 23052. editado por Presidência do Conselho. Diário do Governo 1.^a Série, nº 217: Diário da República.

Portugal. 1933g. Decreto-Lei nº 23053. editado por Presidência do Conselho. Diário do Governo 1.^a Série, nº 217: Diário da República.

Portugal. 1935. Lei nº 1914. editado por Presidência do Conselho. Diário do Governo. 1ª Série, nº 118: Diário da República.

Portugal. 1947. Decreto-Lei nº 36558. editado por Ministério do Interior. Diário do Governo 1.ª Série, nº 250: Diário da República.

Portugal. 1949. Decreto-Lei nº 37429. editado por Ministério das Finanças. Diário do Governo 1ª Série, nº 114: Diário da República.

Portugal. 2015. “*Associação Europeia do Comércio Livre.*” Ministério dos Negócios Estrangeiros. <http://idi.mne.pt/pt/relacoesdiplomaticas/341-efta.html>. Acedido 2015-05-11

Power, Marcus. 2001. “Geo-politics and the representation of Portugal's African colonial wars: examining the limits of 'Vietnam syndrome'.” *Political geography* 20 (4):461-491.

Prauser, Steffen, e Edward Arfon Rees. 2004. “The expulsion of the 'German' communities from Eastern Europe at the end of the Second World War.” In *The expulsion of the 'German' communities from Eastern Europe at the end of the Second World War*, editado por Steffen Prauser e Edward Arfon Rees, 1-9. San Domenico: European University Institute.

Price, Richard M. 2008. “Progress with a price.” In *Moral limit and possibility in world politics*, editado por Richard M. Price, 281-304. Cambridge; New York: Cambridge University Press.

Price, Richard, e Christian Reus - Smith. 1998. “Dangerous Liaisons?: Critical International Theory and Constructivism.” *European Journal of International Relations* 4 (3):259-294. Doi: 10.1177/1354066198004003001.

Pu, Chang. 2007. “Discourse Analysis of President Bush’s Speech at Tsinghua University, China.” *Intercultural Communication Studies* 26 (1):205-216.

Pykel, Piotr 2004. “The expulsion of the Germans from Czechoslovakia.” In *The expulsion of the 'German' communities from Eastern Europe at the end of the Second World War*, editado por Steffen Prauser e Arfon Rees, 11-20. San Domenico: European University Institute.

Raby, David L. 1982. “O problema da unidade antifascista: o PCP e a candidatura do general Humberto Delgado, em 1958.” *Análise Social* XVIII (72-73-74):869-883.

Ramalho, José Luís Pinto. 1999. "A Contribuição do Exército Português para a OTAN." *Nação e Defesa* (89):11-119.

Ramos, Rui. 2004. "Para uma história política da cidadania em Portugal." *Análise Social* XXXIX (172):547-569.

Redondo, Juan Carlos Jimenez. 1996. *Franco e Salazar: As relações luso-espanholas durante a guerra fria*. Traduzido por José Severino. Lisboa: Assirio & Alvim.

Reis, Bruno Cardoso. 2000. "A Concordata de Salazar? Uma análise a partir das notas preparatórias de março de 1937." *Lusitania Sacra* (12):185-220.

Reis, Bruno Cardoso. 2001. "Portugal e a Santa Sé no sistema internacional (1910-1970)." *Análise Social* XXXVI(161):1019-1059.

Reus-Smit, Christian. 2004. *"The politics of international law."* Cambridge University Press.

Reus-Smit, Christian. 2009. *The Moral Purpose of the State: Culture, Social Identity, and Institutional Rationality in International Relations*. Princeton: Princeton University Press.

Ribeiro, Maria Manuela Tavares. 2003. *A Ideia Da Europa: Uma Perspectiva Histórica*. Coimbra: Quarteto Editora

Ribeiro, Nelson. 2010. "Salazar's Interference in the BBC Portuguese Service during World War II." *Journalism Studies* 11 (2):257-269.

Ribeiro, Rita. 2009. "Portugal, a Europa e o império: contorções identitárias." In *Sociedades desiguais e paradigmas em confronto*, editado por Actas do X Congresso Luso-Afro-Brasileiro. Braga: Universidade do Minho

Rodrigues, Luis Nuno. 1997. "The creation of the Portuguese Legion in 1936." *Luso-Brazilian Review* 32 (2):91-107.

Rodrigues, Luís Nuno. 2002. *Salazar - Kennedy: a crise de uma aliança*. Lisboa: Notícias.

Rollo, María Fernanda 1997. "Salazar e a construção europeia." *Penélope: Revista de história e ciências sociais* (18):51-76.

Rollo, Maria Fernanda. 1994. "Portugal e o Plano Marshall: história de uma adesão a contragosto (1947-1952)." *Análise Social* XXIX (128):841-869.

Rosas, Fernando. 1994. "Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária." *Análise Social* XXIX (128):871-887.

Rosas, Fernando. 2001. "O salazarismo e o homem novo: ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo." *Análise Social* XXXV (157):1031-1054.

Rothbauer, Paulette M.. 2008. "Triangulation." In *The Sage Encyclopedia of Qualitative Research Methods*, editado por Lisa M. Given, 892-894. SAGE.

Ruggie, John Gerard. 1998. "What makes the World hang together? Neo-Utilitarianism and the Social Constructivist challenge." *International Organization* 52 (4):855-885. doi: 10.2307/2601360.

Ryan, Gery W.. 2010. "What are standards of rigor for qualitative research?" RAND Corporation.

Sacchetti, António Emílio Ferraz. 1995. "A Segurança Leste-Oeste e o Atlântico." *Nação e Defesa* (74):26-48.

Sacchetti, António Emílio. 1982. "A relação de forças entre o Pacto de Varsóvia e a NATO." *Nação e Defesa* (22):72-104.

Salazar, Oliveira. 1956. "Goa and the Indian Union. The Portuguese view." *Foreign Affairs* 34 (3):418-431.

Saldaña, Johnny. 2009. *The coding manual for qualitative researchers*: SAGE.

Sánchez, Joseph Cervelló. 2005. "Características del régimen Salazarista." *Studia historica* (21):115-136.

Santos, Américo Ramos dos. 1979. "Política económica e política de emprego: o modelo dos anos 50-60." *Análise Social* XV (59):611-653.

Santos, José Loureiro dos. 2009. "A região geopolítica do Atlântico e Portugal." *Nação e Defesa* (124):121-132.

Santos, Maria de Lourdes Lima dos. 1970. "Contribuição para uma análise sociográfica da família em Portugal." *Análise Social* VIII (29):41-95.

Santos, Vítor Marques dos. 1986. “A questão da segurança europeia no após-guerra, 1945-1950.” *Nação e Defesa* (30):154-188.

Schmidt, Brian C. . 2007. “Realism and facets of power in international relations.” In *Power in world politics*, editado por Felix Berenskoetter e Michael J. Williams, 43-63. Routledge.

Schmitt, Carl. 2007. *The concept of the political*. Traduzido por George Schwab: University of Chicago Press.

Seabra, José Augusto. 1982. “Algumas reflexões sobre o carácter nacional.” *Nação e Defesa* (23):94-106.

Seawright, Jason, e John Gerring. 2008. “Case Selection Techniques in Case Study Research A Menu of Qualitative and Quantitative Options.” *Political Research Quarterly* 61 (2):294-308. Doi: 10.1177/1065912907313077.

Seton-Watson, Hugh. 1977. *Nations and States: an enquiry into the origins of nations and the politics of nationalism*. London: Methuen.

Silva, A. E. Duarte. 1995. “O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974).” *Análise Social* XXX (130):5-50.

Smith, Anthony D. 1991. *National Identity*: Penguin.

Snyder, Jack. 2004. “One World, Rival Theories.” *Foreign Policy* (145):53-62.

Snyder, Jack. 2011. “Realism, Refugees, and Strategies of Humanitarianism.” In *Refugees in International Relations*, editado por A. Betts e G. Loescher. Oxford University Press.

Sobral, José Manuel 2003. “A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos e o caso português.” *Análise Social* XXXVII (165):1093-1126.

Sollohub, W. A.. 1938. “The financial rehabilitation of Portugal.” *Harvard Business Review* 17 (1):52-63.

Sousa, Jorge Pais de. 2009. “O Estado Novo de Salazar como um Fascismo de Cátedra. Fundamentação histórica de uma categoria política.” *Storicamente* (5). Doi: <http://dx.doi.org/10.1473/stor51>.

Sretenovic, Stanislav, e Steffen Prauser. 2004. "The "expulsion" of the German speaking minority from Yugoslavia." In *The expulsion of the 'German' communities from Eastern Europe at the end of the Second World War*, editado por Steffen Prauser e Arfon Rees, 46-58. San Domenico: European University Institute.

Stake, Robert E. 2010. *Qualitative research: studying how things work*: Guilford Press.

Stake, Robert E.. 2005. "Qualitative Case Studies." In *The SAGE handbook of qualitative research*, editado por Norman K. Denzin e Yvonna S. Lincoln, 443-466. SAGE.

Stedman, Stephen John, e Fred Tanner. 2003. "Refugees as resources in war." In *Refugee manipulation: war, politics, and the abuse of Human suffering*, editado por Stephen John Stedman e Fred Tanner, 1-16. Brookings Institution.

Strauss, Anselm L., e Juliet M. Corbin. 1998. *Basics of qualitative research: techniques and procedures for developing grounded theory*. 2nd ed. Thousand Oaks: Sage Publications.

Suddaby, Roy. 2006. "What Grounded Theory is Not." *Academy of Management Journal* 49 (4):633-642. doi: 10.5465/amj.2006.22083020.

Taylor, Michael. 1982. *Community, Anarchy and Liberty*: Cambridge University Press.

Tegeler, Tillmann 2004. "The expulsion of the German speakers from the Baltic Countries." In *The expulsion of the 'German' Communities from Eastern Europe at the end of the Second World War*, editado por Steffen Prauser e Arfon Rees, 70-79. San Domenico: European University Institute.

Teixeira, Nuno Severiano. 1987. "Política externa e política interna no Portugal de 1890: o Ultimatum Inglês." *Análise Social* XXIII (98):687-719.

Teixeira, Nuno Severiano. 1993. "Da neutralidade ao alinhamento: Portugal na fundação do Pacto do Atlântico." *Análise Social* XXVIII (120):55-80.

Teixeira, Nuno Severiano. 1999. "Portugal e a NATO: 1949-1999." *Nação e Defesa* (89):15-41.

Teixeira, Nuno Severiano. 2010. "Breve ensaio sobre a política externa portuguesa." *Relações Internacionais* (28):51-60.

Teles, Pedro Francisco Figueiredo Cabral. 2000. “A Geopolítica na História e no ensino da Geografia portuguesa (1910-1960).” Mestrado em Geografia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Telo, António José. 1994. “A obra financeira de Salazar: a «ditadura financeira» como caminho para a unidade política, 1928-1932.” *Análise Social* XXIX (128):779-800.

Telo, António José. 1995. “Portugal e a NATO: dos Pirenéus a Angola.” *Análise Social* XXX (134):947-973.

Telo, António José. 1997. “Treze teses sobre a disfunção nacional — Portugal no sistema internacional.” *Análise Social* XXXII (142):649-683.

Telo, António José. 1999. “Portugal e a NATO (1949-1976).” *Nação e Defesa* (89):43-84.

Telo, António José. 2005. “O papel dos militares nas grandes mudanças em Portugal: uma perspectiva de conjunto.” *Nação e Defesa* (112):103-136.

Telo, António José. 2007. “De Marcelo Caetano ao Portugal democrático as relações internacionais da transição.” *Espacio, Tiempo y Forma* (19):247-285.

Tilly, Charles 1998. “International communities, secure or otherwise.” In *Security Communities*, editado por Emanuel Adler e Michael Barnett, 397-412. Cambridge University Press.

Tomasello, Michael. 2008. “*Origins of Human cooperation.*” Stanford University.

Torgal, Luís Reis. 2009. *Estados Novos, Estado Novo*. 2 ed. 2 vols. Vol. 1. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Túma, Sofia Valdez. 2010. “A neutralidade portuguesa no século XVIII de Hugo Grócio à acção política e diplomática.” Doutoramento em História Moderna, Universidade de Lisboa - Université Paris 1.

Viotti, Paul R., e Mark V. Kauppi. 2012. *International Relations Theory*: Longman.

Vitorino, António. 1996. “Política de defesa nacional.” *Nação e Defesa* (79).

Waeber, Ole 1998. "Insecurity, security, and asecurity in the West European non-war community." In *Security Communities*, editado por Emanuel Adler e Michael Barnett, 69-118. Cambridge University Press.

Waeber, Ole. 2009. "Discursive Approaches." In *European Integration Theory*, editado por A. Wiener e T. Diez. Oxford University Press.

Walt, Stephen M.. 1998. "International Relations: One World, Many Theories." *Foreign Policy* (110):29-32+34-46.

Waltz, Kenneth N. 2001. *Man, the State, and War*: Columbia University Press.

Waltz, Kenneth Neal. 1979. *Theory of international politics*: Addison-Wesley Pub. Co.

Weber, Max. 1947. *The Theory of Social and Economic Organization*. Traduzido por A.M. Henderson. New York The Free Press of Glencoe & The Falscon's Wing Press.

Weber, Ronald. 2011. *The Lisbon Route: Entry and Escape in Nazi Europe*: Ivan R Dee.

Weldes, Jutta. 1996. "Constructing national interests." *European Journal of International Relations* 2 (3):275-318. Doi: 10.1177/1354066196002003001.

Weldes, Jutta. 1999. *Constructing national interests: the United States and the Cuban missile crisis*, Borderlines. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Wendt, Alexander 2005b. "Social Theory as Cartesian science." In *Constructivism and international relations: Alexander Wendt and his critics*, editado por S. Guzzini e A. Leander. Taylor & Francis.

Wendt, Alexander. 1987. "The Agent-Structure problem in International Relations Theory." *International Organization* 41 (3):335-370. Doi: 10.2307/2706749.

Wendt, Alexander. 1992. "Anarchy is what States make of it: the Social Construction of Power Politics." *International Organization* 46 (2):391-425.

Wendt, Alexander. 2003. *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press.

Wendt, Alexander. 2004. "The state as person in international theory." *Review of International Studies* 30 (02):289-316. Doi: 10.1017/S0260210504006084.

Wendt, Alexander. 2005a. "Agency, Teleology and the World State: A Reply to Shannon." *European Journal of International Relations* 11 (4):589-598. Doi: 10.1177/1354066105057906.

Wiarda, Howard J., e Margaret MacLeish Mott. 2001. *Catholic roots and democratic flowers: political systems in Spain and Portugal*. Westport: Praeger.

Wien, Markus 2004. "The Germans in Romania, the ambiguous fate of a minority." In *The expulsion of the 'German' communities from Eastern Europe at the end of the Second World War*, editado por Steffen Prauser e Arfon Rees, 59-69. San Domenico: European University Institute.

Wight, Martin. 1977. *Systems of states*. Leicester: Leicester University Press.

Williams, Andrew 2003. "Meaning and international relations." In *Meaning and International Relations*, editado por Peter G. Mandaville e Andrew J. Williams, 8-19. Routledge.

Yin, Robert K. 2003. *Case Study research: design and methods*. 3 ed. Vol. V, Applied Social Research Methods Series: SAGE.

FONTES

Fontes citadas:

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 09/07/1945

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 11/07/1945

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 16/07/1945

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 17/07/1945

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 26/07/1945

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 24/08/1945a.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 11/09/1945

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 17/09/1945a.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 17/09/1945b.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 17/09/1945c.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 14/09/1945a.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 14/09/1945b.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 15/09/1945a.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 17/09/1945d.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 18/09/1945a.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 18/09/1945b.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 18/09/1945c.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 20/09/1945.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 24/09/1945.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 21/09/1945a.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 21/09/1945b.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 15/11/1945.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 24/11/1945.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 27/12/1945.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 29/12/1945.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 28/01/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 02/02/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 15/02/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 16/02/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 19/02/1946a.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 20/02/1946a.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 20/02/1946b.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 27/02/1946a.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 07/03/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 02/04/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 17/04/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 11/05/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 24/06/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 16/07/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 19/07/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 26/07/1946a.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 14/194/46.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 31/07/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 04/10/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 24/08/1945b.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 08/11/1945.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 09/11/1945.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 12/11/1945.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 14/11/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 19/03/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 12/03/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 15/09/1945b.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 06/04/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 02/03/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 27/02/1946b.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 22/02/1946a.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 19/02/1946b.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 27/11/1945.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 19/02/1946c.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 28/02/1946a.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 24/10/1945.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 30/06/1945.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 24/04/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 03/10/1945.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 22/03/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 20/02/1946c.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 10/05/1945.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 17/11/1945.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 23/10/1945.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 16/10/1945.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 07/11/1945.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 22/02/1946b.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 05/06/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 30/05/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 28/02/1946b.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 27/02/1946c.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 23/09/1945.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 19/02/1946d.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 03/11/1945.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. s.d.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 19/02/1946e.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 17/01/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 24/02/1946a.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 27/02/1946d.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 01/02/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 25/02/1946a.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 24/02/1946b.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 22/12/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 26/02/1946a.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 10/03/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 21/02/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 07/10/1945.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 10/11/1945.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 28/02/1946c.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 01/03/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 28/06/1945.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946b.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 09/08/1945.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 27/10/1945.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 00/01/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 26/07/1946b.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 26/02/1946b.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 26/02/1946c.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946c.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946d.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946e.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946f.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946g.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946h.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946i.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946j.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946k.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946l.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946m.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946n.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946o.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946p.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946q.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946r.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946s.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946t.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946u.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946v.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946w.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946x.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946y.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946z.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946aa.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946ab.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946ac.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946ad.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946ae.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946af.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946ag.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946ah.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946ai.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946aj.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946ak.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946al.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946am.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946an.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946ao.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946ap.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946aq.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946ar.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946as.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946at.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 3. Maço 1. 1946au.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2. Armário 7. Maço 637. 27/08/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2. Armário 7. Maço 637. 17/07/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 25/02/1946b.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 29/01/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 04/05/1945.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 15/01/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 16/01/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 31/10/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 23/10/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 09/07/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 10/08/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 09/08/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 01/08/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 03/07/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 14/02/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 05/07/1948.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 12/06/1948.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 01/04/1948.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 25/03/1948.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 26/01/1948.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 20/11/1947a.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 09/07/1947.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 20/12/1947.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 16/12/1947.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 20/11/1947b.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 24/07/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 08/08/1946a.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 29/11/1950.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. s.d.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2.
Armário 7. Maço 637. 06/11/1950.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2. Armário 7. Maço 637. 00/09/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2. Armário 7. Maço 637. 13/09/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2. Armário 7. Maço 637. 08/08/1946b.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2. Armário 7. Maço 637. 02/08/1946.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2. Armário 7. Maço 637. 05/09/1951.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2. Armário 7. Maço 637. 30/08/1951.

Arquivo Histórico-Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Piso 2. Armário 7. Maço 637. 08/08/1951.

Arquivo Nacional Torre do Tombo.SC.CI (2).13317.NT 7678.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1951a. Votar é um grande dever. Vol. IV, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1951b. O meu depoimento. Vol. IV, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1951c. No encerramento da Exposição de Obras Públicas. Vol. IV, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1951d. Governo e Política. Vol. IV, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1951e. Ideias falsas e palavras vãs — (Reflexões sobre o último acto eleitoral). Vol. IV, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1951f. Questões de política interna. Vol. IV, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1951g. Relevância do factor político e a solução portuguesa Vol. IV, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1951h. Portugal, a guerra e a paz Vol. IV, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1951i. Exposição sobre a política interna e externa. Vol. IV, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1951j. Portugal no Pacto do Atlântico. Vol. IV, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1951k. O Ocidente em face da Rússia. Vol. IV, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1951l. Relações luso-brasileiras — A unidade intercontinental da língua portuguesa. Vol. IV, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1951m. Miséria e medo, características do momento actual. Vol. IV, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1951n. Breves considerações sobre a política interna e internacional a propósito da inauguração do Estádio de Braga. Vol. IV, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1951o. «A regar! A regar!». Vol. IV, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1951p. Governar, dirigindo a consciência nacional. Vol. IV, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1951q. A Nação Portuguesa, Irmandade de Povos. Vol. IV, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1951r. No fim da guerra Vol. IV, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1951s. Portugal e as Nações Unidas (ONU). Vol. IV, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1959a. A atmosfera mundial e os problemas nacionais. Vol. V, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1959b. O Plano de Fomento. Vol. V, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1959c. O caso de Goa. Vol. V, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1959d. Actualidade da União Nacional. Vol. V, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1959e. Armadura económica e coesão moral. Vol. V, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1959f. Os problemas políticos e o próximo acto eleitoral. Vol. V, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1959g. Portugal, Goa e a União Indiana. Vol. V, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1959h. Caminho do futuro. Vol. V, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1959i. Governo e política. Vol. V, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1959j. Independência da política nacional suas condições. Vol. V, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1959k. Goa e a União Indiana. Vol. V, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1959l. Sobre o Tratado Luso-Brasileiro de Amizade e Consulta. Vol. V, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1959m. Apontamento sobre a situação internacional. Vol. V, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1959n. Crise dos negócios mundiais — pode evitar-se um conflito generalizado? Vol. V, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1959o. Goa e a União Indiana. Vol. V, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1959p. Na posse da Comissão Executiva da União Nacional. Vol. V, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1959q. “Na inauguração da Ponte Marechal Carmona. Vol. V, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1959r. A obra do regime na campanha eleitoral. Vol. V, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1967a. Panorâmica da política mundial. Vol. VI, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1967b. Portugal e a campanha Anticolonialista. Vol. VI, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1967c. A posição portuguesa em face da Europa, da América e da África. Vol. VI, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.

Salazar, António de Oliveira, ed. 1967d. No almoço oferecido aos participantes na reunião ministerial da E. F. T. A. Vol. VI, Discursos e Notas Políticas: Coimbra Editora.